

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

FABRÍCIO LEONARDO RIBEIRO

**FEBRE NA SELVA:
A Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha**

**FRANCA
2007**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

FABRÍCIO LEONARDO RIBEIRO

**FEBRE NA SELVA:
A Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, para obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Prof (a). Dr (a). Márcia Regina Capelari Naxara.

**FRANCA
2007**

FABRÍCIO LEONARDO RIBEIRO

FEBRE NA SELVA: A Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof (a). Dr(a). Márcia Regina Capelari Naxara

1º Examinador: _____

Prof (a). Dr (a). Denise Aparecida Soares de Moura

2º Examinador: _____

Prof (a). Dr (a). Jacy Alves de Seixas

Franca, de de 2007

AGRADECIMENTOS

Uma folha ou duas não são suficientes para registrar o quanto eu sou grato. Tampouco um elogio, um obrigado ou a simples menção de nomes, não bastam para exprimir o significado disto tudo. Mesmo assim, vou tentar.

Em primeiro lugar sempre virá a minha mãe, Marilena, pelo café às cinco horas da manhã, pela espera na janela enquanto o ônibus não vinha e por tudo mais. À minha família, pequena mas barulhenta, também gostaria de agradecer pelo apoio.

Este trabalho começou a ser pensado ainda em 2004, na companhia de Anderson Garcia, Marcelo de Souza Silva e Reginaldo de Oliveira Pereira, em meio às conversas sobre tantas coisas. Por intermédio de César Agenor Fernandes da Silva, amigo desde a graduação, conheci Ricardo Alexandre Ferreira (meu patrão) e Karina Anhezini, que me ensinaram muito sobre essa história de fazer história. Graças a estes três fui trabalhar no Arquivo Histórico Municipal de Franca, onde pude conviver e dar muitas risadas com Inês, Consuelo, Maria, Meire, Graziela e o professor Chiachiri Filho. Obrigado a todos vocês.

O ingresso no mestrado veio em 2005 e desde então contei com o apoio, a seriedade e o respeito de minha orientadora Márcia Regina Capelari Naxara, que mesmo sem me conhecer, depositou sua confiança em meu projeto. Espero não ter desapontado. Gostaria de deixar registrado também o meu obrigado aos companheiros de orientação, que muito contribuíram para este trabalho com dicas e questões levantadas: Flávio Dias Saldanha (um co-orientador e um grande amigo), Cássio Tomaim, Sandra Mara Dantas e Milena Pereira. Sou enormemente grato à Capes pela bolsa de estudos, concedida entre abril de 2005 e março de 2007, que possibilitou, além da aquisição dos livros necessários para a elaboração da dissertação e viagens para congressos e coleta de material, a oportunidade de me dedicar com exclusividade ao trabalho.

Os professores Jean Marcel Carvalho França, Susani Silveira Lemos França, Maria Aparecida Souza Lopes e Marisa Saenz Leme colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho e para a minha formação com críticas, sugestões, empréstimos de livros. À professora Tânia da Costa Garcia agradeço por disponibilizar uma tese difícil de ser encontrada e muito importante para a redação desta dissertação.

Aos funcionários da Seção de Pós-graduação, Luzinete, Maísa, Gigi e Alan, agradeço toda a atenção dispensada. Agradecimento que vale também para os funcionários da Biblioteca do campus e para Ana Paula e Thaíse, da Casa Euclidiana, em São José do Rio Pardo.

Ao Vinícius Donizete de Resende, pela amizade de longa data e consulta na biblioteca da Unicamp; ao Ricardo “Pirata” Fontes de Assis, pelos inúmeros copos de café e pela ajuda imprescindível na reta final; à Giuliana Bracciali, pela amizade do outro lado do Atlântico e ajuda com o inglês; e à Lígia Nassif Conti, pelo “sorriso que a Rita levou” e leitura e correção da gramática, deixo os mais sinceros agradecimentos.

Para o Fernando Avelar e todos os amigos do “Feudo”, para o André “Zé Colméia” e o Wilson, para a Angélica, Ângela, Camila, Letícia, Mila, André Pina, Ezequias, Renata, Kátia Brasilino, Mamá e César Russo, deixo um grande abraço (porque agradecer seria pouco) por serem tão legais. Sempre!

Aos que ingressaram na pós-graduação junto comigo e compartilharam as dúvidas, as confraternizações, os seminários, o café no Eli e a torcida: Paulo Roberto de Oliveira (amigo de todas as horas), o *hermano* Jonas Barradas Marangoni, o *lord* Cléber Sberni Júnior, o sempre calmo Lucas Antônio de Araújo e o sóbrio Rodrigo Mateus Silva. Devo muito à ajuda de vocês.

José Aurélio Guimarães, o “Zé Livreiro”, foi um grande amigo nestes anos todos em Franca, sempre com bom humor, muita prosa e muitos “causos” pra contar.

Aos professores e alunos do Cursinho da Unesp, em especial Anderson, Saito, Beraba, Paula, Diovani, Bernadete e Juliana Marques, com quem pude contar e aprender durante os

sete anos em que fiz parte desse grupo. Que o trabalho desenvolvido aí possa inspirar muitas outras pessoas, do mesmo modo que me inspirou.

À Kelly Gomes, Tammy, Fabi, Alexandra, Samantha e Tchella, que me aturaram nos finais de semana e nas minhas visitas fora de hora. Não me vem em mente uma palavra para definir a amizade e o carinho de vocês. Digo, portanto, a mais simples: obrigado!

Passei estes dois anos, apesar de conhecê-los há mais tempo, tentando imaginar como eu poderia agradecer aos meus “anjos da guarda da defesa”: Rafael José dos Anjos Silva, pelo pé-no-chão e a cabeça no lugar; Eduardo Tomaz Ferreira da Silva, pela febre da selva e pelos outros filmes; Estevão André da Silva, pelo Bethoven, *Opus* 10, número 1; e Gílson Mariano Nery, pelo exemplo a ser seguido. A companhia de vocês foi o suporte de todo este trabalho, seja no som do piano, do pandeiro e do violão ou na letra daquela música do Jorge Ben, que embalava a o dia-a dia da casa. Aprendi muito com vocês. Delei, Danilo Roberto Costa e Kajali eram quase moradores e amizades inteiras.

Por fim, gostaria de agradecer à Tathiane Aparecida Paulo, minha musa e minha companheira nessa jornada.

Febre s.f. (Do lat. *Febris*.) 1. Elevação da temperatura corporal acima do normal (hipotermia) acompanhada geralmente por mal-estar geral e diversos outros sintomas. – 2. Conjunto de perturbações que acompanham esse estado (agitação, aceleração do pulso, sensação de calor e de doença). – 3. *Fig.* Agitação, paixão viva e desordenada. – 4. *Fig.* Volúpia, mania, desejo ardente.

(Enciclopédia Larousse Cultural.)

RESUMO

Nomeado chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus em 6 de agosto de 1904, com a tarefa de reconhecer os limites entre o Brasil e o Peru, em decorrência de violentos conflitos envolvendo caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros na região, Euclides da Cunha esteve na Amazônia entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905, ocasião em que testemunhou uma realidade diversa daquela encontrada em outras regiões do país. Dessa viagem, o escritor deixou registrado em correspondências, estudos e artigos, as suas impressões acerca da paisagem e do cotidiano dos seringais, além de esboçar um conjunto de críticas e medidas que defendia como urgentes e necessárias para a região e para o país. Antes da expedição, Euclides já havia debruçado sua atenção sobre o tema, em artigo publicado em 1898, na segunda parte de *Os Sertões* (1902) e em quatro artigos de 1904. O objeto do presente estudo consiste justamente a interpretação de Euclides da Cunha acerca da Amazônia, presente nesses artigos, ensaios e correspondências, escritos entre 1898 e 1909, ano de sua morte. Pretende-se observar como o escritor foi construindo a sua visão acerca da região antes, durante e após a viagem, no qual os pressupostos cientificistas, a questão das fronteiras e os aspectos sociais exerceram importante papel.

Palavras-chave: Euclides da Cunha; Amazônia; interpretação do Brasil.

ABSTRACT

Euclides da Cunha was nominated the head of the Brazilian commission recognition of Alto Purus' on 6 August 1904 and was responsible for recognising the border between Brazil and Peru, because of violent conflicts involving Peruvian caucheiros and Brazilians seringueiros. Between December 1904 and December 1905 he stayed in Amazon researching, corresponding and writing articles about his impressions of the landscape and the routine at the seringais. Critical about the cruel reality of this on people, he defended the urgency and necessity of action in this region. Before his expedition to Amazon, Euclides had already paid attention to this theme in an article published in 1899, in the second part of *Os sertões* (1902) and in four articles in 1904. This research aims to interpretate Euclides da Cunha's articles, ensaios and correspondence wrote between 1899 and 1909, the year he died. It will be observed how the writer developed his vision about the region before, between and after his travel, and how these border and social issue have influenced both at the time and for the present day.

Keywords: Euclides da Cunha; Amazon; interpretation of Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	
O CHAMADO DA SELVA.....	25
1.1 Um artigo de jornal.....	27
1.2 A Amazônia em <i>Os Sertões</i>	31
1.3 “Alimento há dias o sonho de um passeio ao Acre”.....	34
CAPÍTULO 2	
“ALGUNS GRAUS DE FEBRE”	55
2.1 Belém e Manaus	57
2.2 Euclides da Cunha, viajante naturalista	67
2.3 “Miniaturas do caos”	73
CAPÍTULO 3	
SINAIS DE ABANDONO.....	81
3.1 Quando a terra abandona o homem.....	84
3.2 Herdeiros de Labre e Fiscarrald	93
CAPÍTULO 4	
UMA SELVA DE VAPOR, FIOS E TRILHOS	109
4.1 O “eterno hóspede dentro da própria casa”	112
4.2 “Esforços extraordinários”.....	124
4.3 Projeto para a Amazônia/Projeto para o Brasil	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	154

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa das fronteiras do Brasil, publicado na Revista <i>Kosmos</i> , em 1904	36
FIGURA 2: Mapa das condições de navegabilidade dos rios da Bacia amazônica	56
FIGURA 3: Carta das nascentes do Purus levantada pelo engenheiro Euclides da Cunha e o capitão de corveta Pedro Alejandro Buenaño	83

INTRODUÇÃO

Sintomas da febre. Perto da boca do Purus, escreveu Euclides da Cunha, o viajante depara-se com uma “belíssima ilha”. Segundo dizem, o lugar é chamado de “Ilha da Consciência” e, ali, à medida em que vai se aproximando, o forasteiro abandona as suas faculdades mentais, a sua “consciência”, para recuperá-la somente na volta, se voltar. Para o escritor, o que dizem acerca da ilha, não passa de um “prodígio da fantasia popular”.¹ Abandono da consciência, abandono da razão: o forasteiro – seja ele um seringueiro ou um viajante – encontra no lugar uma série de contrastes, desde os aspectos da natureza às condições de vida e trabalho.

Nomeado chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus em 6 de agosto de 1904, com a tarefa de reconhecer os limites entre o Brasil e o Peru, em decorrência de violentos conflitos envolvendo caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros na região, Euclides da Cunha esteve na Amazônia entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905, ocasião em que testemunhou esses contrastes. Dessa viagem, o escritor deixou registrado em correspondências, estudos e artigos, as suas impressões acerca da paisagem (flora, fauna e rios), do cotidiano das duas principais cidades locais (Belém e Manaus) e dos seringais, além de esboçar um conjunto de críticas e medidas que defendia como urgentes e necessárias para a região. Antes da expedição, Euclides já havia debruçado sua atenção sobre o tema, em um artigo publicado em 1898, na segunda parte de *Os Seritões* (1902) e em quatro artigos publicados na imprensa em 1904.

O objeto do presente estudo consiste justamente na interpretação de Euclides da Cunha acerca da Amazônia, presente nesses artigos, ensaios e correspondências, escritos entre 1898 e 1909. Entre os objetivos desta dissertação está a identificação e análise das impressões, críticas e projetos do escritor para o local.

A interpretação euclidiana foi objeto de muitos outros estudos, realizados em diferentes épocas e sob diferentes prismas, que contribuíram enormemente para tornar o escritor e sua obra – em especial os textos acerca da Amazônia – mais conhecidos. Entre os autores e a natureza dos trabalhos sobre Euclides da Cunha e a Amazônia, encontrei críticos literários, cientistas sociais, historiadores, geógrafos, biógrafos, que se dedicaram a tal empreitada em artigos, prefácios, teses, dissertações e livros.

Em pequeno texto que reúne traços biográficos e uma breve análise dos escritos euclidianos, Francisco Venâncio Filho (texto escrito em 1931) tece alguns comentários sobre a visão amazônica de Euclides; faz uma síntese dos artigos e ensaios do escritor, que servem como uma apresentação do conteúdo dessas obras aos leitores e acaba por reverenciar o autor

¹CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 35

de *Os Sertões*, concluindo que “coube a Euclides revelar a Amazônia à consciência nacional”.²

Clóvis Moura, em *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*, livro de 1964, analisa, entre muitos aspectos da obra euclidiana, a parte voltada à Amazônia. Moura procurou elencar e explicar as características da interpretação de Euclides, afirmando haver no escritor uma “visão pré-amazônica”, encontrada em um artigo publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, de 1898, e em seu relato da Guerra de Canudos, de 1902. Afirma também que o escritor mudou sua opinião em relação ao homem e ao clima – tratados anteriormente a partir dos teóricos deterministas –, após conhecer a região, em 1905, e que não escapou ao desencantamento com o local, devido ao confronto entre suas leituras e sua experiência.³ Essas características do pensamento euclidiano foram abordadas posteriormente por outros estudiosos do assunto, como veremos ao longo dessa revisão.

Moura, autor de orientação marxista, destaca o enfoque dado ao problema social envolvendo os seringueiros, presente nos escritos de Euclides. O autor mostra que o escritor, mesmo tendo lido alguns textos de Marx e redigido algumas páginas carregadas de forte crítica social, não pode ser considerado marxista ou socialista. Entretanto, ressalta que o problema social sobrepõe-se ao étnico e geográfico nos estudos amazônicos.⁴

Entende que, por meio de um “realismo cru” e de uma “posição de inconformismo”, frente ao que presenciou, Euclides forneceu-nos um quadro convincente da situação do campo e da questão agrária ao falar das relações de trabalho nos seringais. Porém, Clóvis Moura critica a visão do escritor acerca das razões da exploração no seringal e da miséria do trabalhador. Para Moura, Euclides atribuiu essas razões ao isolamento geográfico, e não às relações de propriedade.⁵ Podemos perceber que Euclides faz uma crítica às relações de propriedade na Amazônia, contudo, sua crítica é pautada nos pressupostos evolucionistas-positivistas e na sua crença no progresso científico e tecnológico, concepções que marcaram os debates e a produção intelectual no Brasil, na virada do oitocentos para o novecentos

Em *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*, de 1966, o historiador paraense Leandro

²VENÂNCIO FILHO, Francisco. Retrato humano de Euclides da Cunha. In: ROCHA, Hildon (Coord.). **Um Paraíso Perdido**: reunião dos ensaios amazônicos. Petrópolis: Vozes, 1976.

³MOURA, Clóvis. **Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.91-92

⁴Ibid., p. 94,108

⁵Ibid., p.137-138. Afirma Clóvis Moura que “ao invés de fazer uma análise vertical da mesma, o que o levaria a ver nas relações de propriedade a causa da miséria existente, ainda com a sua visão embaçada pelo unilateralismo de *geógrafo*, foi procurar explicação para o fato no *isolamento geográfico*, na distância, no desligamento entre o litoral e sertão. [...] Procurava, no entanto, resolver o problema sertanejo através de simples medidas de engenharia, e não de transformações nas relações de propriedade.” (grifo do autor)

Tocantins narra, detalhadamente, o cotidiano da expedição ao Purus. Baseado na análise de ofícios, atas, telegramas e relatórios do Itamaraty – fontes até hoje pouco abordadas –, Tocantins realizou um estudo pioneiro. Como os demais críticos, o historiador afirma haver uma mudança no pensamento euclidiano, que produziu acerca da Amazônia “análises mais lúcidas e amadurecidas”, sem o peso do cientificismo da época. Concorde também que não há nesses textos uma unidade, como em sua obra maior.⁶

Duas características, contudo, distanciam o estudo de Tocantins dos demais estudiosos: em primeiro lugar, ao falar do projeto de integração da região, proposto por Euclides, Tocantins não critica o caráter desse projeto civilizador para a Amazônia, e compreende suas propostas para a incorporação do local como um “brasileirismo-amazônico”, pois o escritor teria visto lá, um novo Brasil e não aquele país ignorante de suas distorções sociais e econômicas; em segundo, ao acentuar a existência de um ponto de vista pessoal por parte do escritor em seus textos, isto é, um “encontro com sua verdadeira personalidade”, pois Euclides teria se servido das próprias intuições ao analisar a região.⁷

Em outro estudo de 1966, de autoria de Velloso Leão, encontramos uma narrativa da passagem de Euclides pela Amazônia, desde a sua nomeação pelo barão do Rio Branco. A obra de Leão não difere muito das demais obras que se dedicaram ao tema. Entretanto, faz-se necessário ressaltar a minúcia das informações fornecidas pelo autor, apoiada em estudos realizados anteriormente, em relatos de viagens e em ampla bibliografia. Leão identifica Euclides da Cunha como um observador atento à realidade local, chamando a atenção para a idéia de que a descrição de suas impressões partem de uma “generalização para a síntese”, por considerar à impossibilidade de apreensão do todo.⁸

Arthur Cezar Ferreira Reis, em prefácio escrito em 1976 ao livro que reúne os estudos amazônicos de Euclides da Cunha, apresenta novas questões acerca da interpretação deste escritor sobre a região. Reis, entre muitos elogios, analisa o conteúdo dos estudos e pontua duas preocupações de Euclides: a falta de consciência dos brasileiros e a possibilidade de perda da Amazônia. Ressalta o crítico que essas preocupações deviam-se à sua sensibilidade com a gravidade do momento que o país atravessava, envolvido em pendências de fronteira com o Peru. Para Arthur Reis, os textos euclidianos refletem essa realidade.

O crítico levanta ainda uma série de questões problematizando sua análise. Reis questiona se o pouco tempo em que Euclides ficou na região e o reduzido campo geográfico

⁶TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁷Ibid., p.17-18

⁸LEÃO, Velloso. **Euclides da Cunha na Amazônia**: ensaio. Rio de Janeiro: Pongetti, 1966.

de observação foram suficientes para o escritor-engenheiro alcançar as conclusões apresentadas em seus ensaios. Pergunta também se o escritor não se deixou levar em demasia pelas impressões e se estas não o levaram a uma visão generalizada do homem e do meio amazônico.⁹ Essas perguntas, não respondidas pelo crítico, indicam caminhos e cuidados que as análises futuras devem tomar.

Por fim, o autor do prefácio ressalta que não devemos ler esses estudos buscando verdades científicas comprovadas, mas sim como uma obra de denúncia e de tomada de consciência acerca da realidade da Amazônia e do Brasil. Nas palavras de Reis, esses artigos indicam uma “posição de vanguarda” incontestável do autor de *Os Sertões*. Elogios e exageros à parte, o texto de Arthur Cezar Ferreira Reis contribuiu, ao problematizar a interpretação euclidiana da Amazônia, com questões significativas que permitem um olhar crítico por parte daqueles que dedicam atenção a essas fontes.

O crítico literário Franklin Oliveira procurou analisar a trajetória intelectual de Euclides da Cunha, ou mais precisamente, a formação de suas idéias/concepções do mundo e da história. Procurarei aqui, deter a atenção na análise de Oliveira sobre os ensaios amazônicos do escritor. O crítico, que escreveu em 1983, afirma que nos estudos de Euclides acerca dessa região, a influência do determinismo cientificista é menor do que em *Os Sertões*, observando uma preocupação social maior, em relação à Amazônia e ao habitante local. Segundo Oliveira é possível perceber, também, uma “evolução” no pensamento de Euclides, que o levou a afirmar que ele poderia ser considerado um precursor do que hoje chamamos de geografia crítica.¹⁰

Seria possível perceber essa evolução, de acordo com Oliveira, quando Euclides trata da interação do homem com o meio natural amazônico e se coloca como contrário à degradação dos mesmos, explorados nos seringais. Para o crítico, Euclides havia notado a existência de uma guerra cotidiana na Amazônia – diferente da guerra de Canudos –, onde o sertanejo era explorado econômica e socialmente, e sua força residiria no fato de ser um desbravador daquelas paragens remotas.

Franklin Oliveira, contudo, critica a visão generalizadora do autor de *Os Sertões*, que teria construído uma interpretação da Amazônia a partir de sua experiência em um único ponto, o rio Purus, o que nos remete ao questionamento levantado anteriormente por Arthur Cezar Ferreira Reis. Outro fator que podemos destacar em sua análise é o da constatação da

⁹REIS, Arthur Cezar Ferreira. Euclides e o Paraíso Perdido. In: ROCHA, Hildon (Coord.). **Um Paraíso Perdido**: reunião dos ensaios amazônicos. Petrópolis: Vozes, 1976.

¹⁰OLIVEIRA, Franklin. **Euclides**: a espada e a letra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ausência do elemento indígena, tão importante para a compreensão da Amazônia, e deixado de lado por Euclides. O crítico termina sua análise com um ponto interessante: compara o peso dos estudos amazônicos ao do *Diário de uma expedição*, escrito ao longo da viagem ao arraial de Canudos.¹¹

O geógrafo Fadel David Antonio Filho contribuiu para o debate em torno do tema com dois estudos, desenvolvidos em seu mestrado (1990) e doutorado (1995). No primeiro, afirma que a visão do escritor acerca da região é abrangente e integradora, pois envolve os aspectos econômicos e sociais, fruto de seu contato mais longo e direto com a Amazônia. Assim como outros estudiosos do assunto, partilha da idéia de que houve uma “evolução” no pensamento de Euclides, devido à menor influência do determinismo nesses escritos.¹² Em sua tese de doutorado, Antonio Filho continua a trilhar este tema e mantém o mesmo ponto de vista do trabalho anterior, dividindo os estudos de Euclides em “pré” e “pós-amazônicos”. Entretanto, ressalta que ainda é possível notar elementos do cientificismo e do positivismo nos estudos datados após a viagem. Antonio Filho analisa separadamente cada texto, identificando os objetivos, as influências teóricas e a crítica ambiental, feitos pelo escritor, descortinando as contradições existentes na interpretação das características da região.¹³

Fadel David Antonio Filho defende ainda que Euclides da Cunha é o único que pode ser considerado um autêntico geógrafo, no sentido de um cientista social, num momento em que a geografia não era uma disciplina acadêmica no país, fato que veio a acontecer somente na década de 1930.

O artigo de Lourival Holanda de Barros, de 1992, mostra-nos os diversos confrontos e ambigüidades que se encontram no processo de construção dos textos de Euclides referentes à Amazônia. Barros aponta que o escritor, ao chegar à região, estava carregado de expectativas e tinha em sua mente uma Amazônia prefigurada, derivada de inúmeras leituras feitas antes da viagem – sobretudo os relatos dos viajantes –, que pautaram sua forma de ver e compreender o local. Porém, suas expectativas e o local que imaginava não corresponderam àquela observada e experimentada em sua expedição entre 1904 e 1905.¹⁴

Barros considera, ainda, que o instrumental utilizado pelo escritor para analisar a

¹¹ OLIVEIRA, Franklin. **Euclides**: a espada e a letra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 97 et. seq.

¹² ANTONIO FILHO, Fadel David. **O pensamento geográfico de Euclides da Cunha**: uma avaliação. 1990. 272f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 1990.

¹³ ANTONIO FILHO, Fadel David. **A visão da Amazônia brasileira**: uma avaliação do pensamento geográfico entre 1900 – 1940. 1995. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 1995.

¹⁴ BARROS, Lourival Holanda. Historiografia a tintas nada neutras. **Revista USP**, São Paulo, n.13, p.44-47, mar./maio, 1992.

região era “precário” e insuficiente para apreender e integrar a região em um projeto de interpretação nacional. Para o autor, Euclides via a Amazônia pelo “olhar alheio” dos viajantes naturalistas que estava habituado a ler, mas que não tinham a visão de conjunto que pretendia o escritor. Bates, Agassiz e outros viajantes preocuparam-se com as particularidades da Amazônia, mas Euclides enxergava a região como parte integrante de um todo, isto é, do território nacional, pretendendo analisá-la dentro desta perspectiva.

Afirma Barros que a solução encontrada pelo escritor para o impasse em torno de suas intenções e de seu instrumental “precário” foi a utilização de um “discurso imagético”, que permitiria a Euclides captar a complexidade de seu objeto de estudo. Através de uma linguagem que remete a imagens, interpretou os problemas da Amazônia e denunciou a exploração do trabalho nos seringais. Essa característica do discurso euclidiano pode ser encontrada em diversos textos do escritor, não só nos estudos da Amazônia.

A análise de Francisco Foot Hardman, em artigo de 1996, tem como proposta observar aspectos do romantismo, com origem no pensamento setecentista, que influenciou os movimentos estético e literário do século XIX, na Europa e na América, e que se faz presente nos escritos de Euclides da Cunha. Foot Hardman parte de uma crítica à repetição dos temas analisados pelos estudiosos da obra euclidiana e volta sua análise ao tema das “ruínas”, constante no conjunto dos trabalhos do autor de *Os Sertões*.¹⁵

De acordo com o autor, a estética do sublime, a dramatização da natureza e da história e o caráter de denúncia e crítica social, encontrados nos textos euclidianos, devem-se a esse romantismo que perpassa o pensamento do escritor em diferentes momentos. Foot Hardman não debruça sua atenção somente nos estudos amazônicos, mas também faz uma leitura minuciosa dos poemas da juventude e também de artigos de jornais do amadurecido Euclides, para mostrar que o aspecto das ruínas sempre esteve presente em sua obra. Ao percorrer os escritos tidos como “menores”, revela que a linguagem “bárbara”, utilizada por Euclides, não é gratuita, indica sua linhagem expressionista e o estilo de uma escrita direcionada a iluminar a realidade vivida no passado e no presente.

Acerca da Amazônia de Euclides, Foot Hardman pontua que a imagem das ruínas, que rondam os rios, a vegetação e o homem da região resultam da brutalidade em nome de um progresso responsável pela exploração do seringueiro, pela devastação da mata e pelo povoamento disperso. Afirma ainda que a intenção de Euclides de realizar um “manifesto social de intervenção na opinião pública” em torno da região, tal qual foi *Os Sertões* para o

¹⁵HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruínas em Euclides. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.10, n.26, p. 293-310, 1996.

Nordeste brasileiro, também se tornou ruína com a morte do escritor.

Luciana Murari (1997) procurou observar as tentativas de Euclides de afirmar a nacionalidade brasileira. De acordo com a pesquisadora, o escritor, ao refletir sobre a nossa identidade nacional, apontou a falta de unidade e de homogeneidade do Brasil e concluiu que vivíamos em uma "ficção geográfica". Sua conclusão decorre, segundo Murari, das leituras científicas, em especial da obra de Henry Thomas Buckle, que dividiu as sociedades em “européias” e “não-européias” – a primeira teria conseguido dominar e transformar a natureza, a segunda, não. Euclides aplicou essa divisão em sua reflexão acerca do Brasil, ressaltando as diferenças entre litoral e o sertão.¹⁶

Partindo das críticas do próprio Euclides, Murari pontua que o escritor, assim como os viajantes, lançou-se ao interior do Brasil – Canudos e Amazônia – para obter um conhecimento sistematizado do nosso território, que permitiria compreender e diminuir/acabar com a distância sócio-cultural entre litoral e sertão. Ao analisar seus ensaios amazônicos, a autora nota que além da visão das ruínas, da vegetação e dos rios – característica analisada por Foot Hardman – , e do clima pernicioso, inóspito ao homem, a idéia de “abandono” também está presente em suas reflexões. O abandono da Amazônia e o inconformismo do escritor com tal situação levou-o a conclamar a incorporação da região ao conjunto da nação, por meio de denúncias e projetos.

A partir dessas reflexões, o escritor, assumindo seu papel de homem de letras, esboçou alguns projetos de intervenção social como a construção de açudes no sertão baiano, de ferrovias e telégrafos na Amazônia, visando à integração regional. Para Euclides, defende Murari, essa integração territorial acabaria com a falta de unidade e conseqüentemente resultaria na afirmação da nacionalidade brasileira.

A pesquisadora conclui o artigo com uma crítica ao ideal civilizador de Euclides da Cunha, que via como necessário o contato e a “imposição dos ideais modernos ao sertão”, fruto das influências teóricas e da missão do intelectual, em que o escritor esteve envolvido. Entretanto, a autora revela um Euclides consciente do contra-senso de civilizar por meio da barbárie, no qual o homem ao impor-se diante da natureza poderia acarretar a sua destruição.

O estudo de José Carlos Barreto de Santana, publicado em 2001, tem o propósito de analisar a presença das ciências naturais (principalmente a botânica e a geologia) no pensamento de Euclides da Cunha, bem como os motivos e os efeitos dessa presença. Podemos considerar a abordagem de Santana como inovadora, tendo em vista que tal tema

¹⁶MURARI, Luciana. O Brasil ainda chega até cá: Euclides da Cunha dos sertões à Amazônia. **Vária História**, Belo Horizonte, n.17, p.219-236, mar. 1997.

pouco foi analisado pelos críticos euclidianos, em especial aqueles que se dedicam aos escritos amazônicos.¹⁷

O autor concorda com outros estudiosos, entre eles Antônio Filho e Clóvis Moura, que há uma “visão pré-amazônica” de Euclides, situada em *Os sertões* e em seus artigos escritos antes de conhecer a região, e que essa visão é marcadamente determinista. Santana coloca também que a expedição ao Alto Purus contribuiu para que Euclides mudasse sua forma de compreender a região, produzindo estudos com menor influência dos aspectos científicistas.

Ao mostrar a presença e a importância das ciências naturais na obra euclidiana, Santana afirma existir em Euclides uma busca pelo reconhecimento da comunidade científica ao seu trabalho e compreende a obra euclidiana acerca da Amazônia como integrante da tradição dos relatos e monografias dos viajantes naturalistas do século XIX que passaram pela região, relatos esses, aponta o autor, que serviram de amparo para os escritos de Euclides da Cunha escrever sobre o local.

Roberto Ventura (2003), ao biografar Euclides da Cunha, analisa a fase amazônica do escritor, estabelecendo uma relação entre a selva e o sertão, isto é, a Floresta Amazônica e o Arraial de Canudos, locais onde esteve e que resultou na publicação de livros, estudos e ensaios por parte do escritor. Para Ventura, a visão do deserto marcava as duas interpretações do autor de *Os Sertões*. O sertão baiano e o amazônico, destaca o biógrafo, eram tidos por Euclides como terra desconhecida e “à margem da história”, fora da escrita e da civilização.¹⁸

O tom social, de acordo com Ventura, marcou mais claramente os estudos amazônicos do que a interpretação do escritor acerca do sertão nordestino, esta última muito marcada pelo determinismo geográfico. O sertanejo da Amazônia era visto com mais simpatia, fala-nos o biógrafo, devido ao seu caráter de povoador daquelas paragens. Outro ponto que podemos destacar em sua biografia é o contraste em que o autor de *Os Sertões* se encontrava, no qual as leituras que havia feito não condiziam com a experiência vivenciada.

Ao concluir, Roberto Ventura acentua dois itens em que verificamos que sua análise diverge da de Leandro Tocantins: o primeiro diz respeito ao ponto de vista “impessoal” que predomina tanto em *Os Sertões* quanto nos estudos amazônicos, e é explicado pelas pretensões científicas e artísticas do escritor, que procura em seus textos dialogar com a tradição dos relatos dos viajantes e cientistas, diferentemente do ponto de vista “pessoal” e das intuições de que nos fala e defende Tocantins; o segundo ponto trata do “discurso

¹⁷SANTANA, José Carlos Barreto. **Ciência e arte**: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec, 2001.

¹⁸VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. Organizado por Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ecológico” feito por Euclides da Cunha em seus estudos, nos quais defende as minorias étnicas e o meio ambiente. De acordo com Ventura, tal posição o afasta de uma “suposta ‘correção’ política”, devido ao caráter civilizador de suas propostas para a região. A crítica de Roberto Ventura, como podemos notar, aproxima-se do questionamento feito por Luciana Murari e se distancia da visão de Tocantins, que analisa de forma diferenciada o caráter civilizador do discurso de Euclides da Cunha.

O intuito dessa revisão bibliográfica foi não apenas o de conhecer o que já foi produzido, mas também o de notar as diferentes abordagens dadas ao assunto, por geógrafos, críticos literários, historiadores e cientistas sociais. Através dessa revisão foi possível também situar a presente pesquisa nessa historiografia e escolher uma orientação teórico-metodológica para o estudo, no qual pretendo identificar e analisar as impressões, as críticas e os projetos de Euclides da Cunha acerca da Amazônia.

Roger Chartier, em suas reflexões acerca da história cultural, aponta que “uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, em diferentes épocas e locais. Estas construções ou leituras da realidade permitem uma melhor, e diferente, compreensão desta por parte dos homens, uma vez que para a “percepção” e “apreciação” do real, utilizamos classificações, divisões e delimitações que possibilitam uma “apreensão do mundo social”.¹⁹

Essas classificações, divisões e delimitações, necessárias para a compreensão de uma realidade, podem ser entendidas como “representações” dessa mesma, e são produzidas e partilhadas por um grupo, de acordo com seus interesses. Através das representações, pode um grupo, ou melhor, o grupo que as produziu/construiu, adquirir e atribuir um sentido e um significado a si e ao outro, tornando-o inteligível. As representações, segundo Chartier, não constituem discursos neutros, pois resultam em práticas e estratégias que delimitam a posição e a atuação dos grupos no mundo social.²⁰

Assim como as “lutas econômicas” permitem compreender os mecanismos de

¹⁹CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988, p.17

²⁰Ibid., p. 17-24. O autor esclarece que o *conceito* de representação é historicamente determinado e diz respeito às sociedades do Antigo Regime, no qual a representação da figura do rei – em sua ausência ou em sua presença – tinha uma importante função. Esses signos foram deturpados pela “teatralização” da vida social, fazendo com que a “aparência da representação” ocupasse o lugar da própria identidade do ser representado, constituindo-se em instrumento de fabricação de respeito, submissão e, permitindo até, o uso da violência, num momento de formação dos Estados nacionais na Europa. Em suma, tais representações passaram a determinar as ações e motivações dos grupos que as construíram, estabelecendo as relações sociais e constituindo as identidades. Chartier propõe, desse modo, o uso da *noção* de representação, “construída a partir das acepções antigas” e importante para a compreensão das relações e identidades sociais em outras épocas e lugares em uma “história cultural do social”, voltada à análise dessas representações do mundo social, o que permite observar como os grupos descrevem a sociedade “ou como gostariam que fosse”.

imposição de um certo grupo sobre outro, as “lutas de representação” – no caso, o confronto entre diferentes formas de interpretar o mundo –, permitem entender como um grupo impõe, ou tenta impor, sua “concepção do mundo social”, seus valores e seu domínio.

Euclides da Cunha, ao registrar suas impressões acerca da Amazônia, identificou a região como um local em “ruínas”, devido à ação dos rios sobre o relevo e do crescimento da vegetação sobre as áreas povoadas. O escritor afirmou que a natureza local estava em “formação”, tratava-se, na verdade, de uma região nova, recente, intocada pelo homem, e sobretudo, “desconhecida”. Viu o homem, ao mesmo tempo, sob dois prismas; ora um “lutador”, ora um “vencido”. Era um lutador, segundo Euclides, porque superou as adversidades do meio ao povoar a região; e foi visto como um vencido, pois vivia na solidão do trabalho nos seringais, preso a uma realidade inexorável, a da exploração de seu trabalho.

Em linhas gerais, Euclides da Cunha refere-se à região como um local em “abandono” ou em “ruínas”, distante geográfica, cultural e socialmente do restante do Brasil. Essas impressões podem ser entendidas como representações da vegetação, do homem e da Amazônia como um todo, ou seja, podem ser entendidas como um recurso utilizado pelo escritor para compreender a região, atribuindo um sentido e significado à realidade observada.

Sentido e significado, nos fala Chartier, que são atribuídos a si e ao outro. Portanto, compreender a Amazônia a partir de variadas representações faz parte do discurso de um grupo específico, dirigido a um outro, como forma de estabelecer o lugar desses grupos. Neste caso, uma elite letrada (brasileira ou estrangeira), proveniente do meio urbano, próximo ao litoral e distante geográfica e culturalmente do interior. Este grupo, que aqui se faz presente na figura de Euclides da Cunha (e dos viajantes naturalistas), ao referir-se à Amazônia como uma região em formação, desconhecida, em ruínas ou abandonada, também volta seus olhos para si, e se coloca como pertencente à civilização, isto é, em uma posição oposta à que compreende a região amazônica. A visão euclidiana, em muitos aspectos, apresenta semelhanças com as representações construídas pelos viajantes naturalistas ou por seus contemporâneos.

As representações, como vimos, são produzidas e partilhadas por um grupo de acordo com seus interesses e justificam suas escolhas e condutas. Euclides da Cunha era um representante da intelectualidade brasileira, que em finais do século XIX e início do XX, estava imbuída de um ideal transformador da sociedade. A partir de suas impressões, ou representações da Amazônia, tratando-a como um local desconhecido, abandonado, arruinado, o escritor assumiu seu papel de homem de letras e esboçou algumas propostas para a incorporação da região ao conjunto da nação, e legitimou, assim, seu projeto civilizador.

Utilizarei a noção proposta por Roger Chartier, com o intuito de melhor compreender a interpretação do escritor, situando-a entre os debates e as demais interpretações construídas no período.

No que diz respeito às fontes selecionadas para esta pesquisa, vamos nos ocupar dos artigos, estudos e ensaios de Euclides da Cunha que têm a Amazônia como tema, escritos entre 1898 e 1909, além de suas correspondências remetidas no período. Para uma melhor compreensão da interpretação euclidiana, serão analisadas também algumas obras de autores contemporâneos e relatos de viajantes que escreveram sobre a Amazônia, com o intuito de observar as aproximações entre as descrições e perceber o modo como a região era representada na época.

Duas explicações breves e necessárias sobre as fontes. Os estudos amazônicos aqui abordados encontram-se dispersos pelo conjunto da obra euclidiana. Utilizamos como principal referência a edição organizada por Leandro Tocantins, publicada pela Livraria José Olympio Editora, em 1986, que reúne os textos presentes na *Obra completa* do escritor, com notas e títulos dos capítulos indicados por Tocantins. Esses estudos foram cotejados com a edição organizada por Hildon Rocha, publicada em 1976, além da consulta em edições de *Contrastes e confrontos* e *À margem da história*, onde alguns dos estudos foram publicados originalmente.²¹

A edição mais completa da correspondência euclidiana, utilizada como fonte para esta dissertação, foi organizada por Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti.²² Fruto de ampla pesquisa, a edição reúne 398 cartas distribuídas em ordem cronológica (1890-1909), e conta com um elenco dos destinatários. É válido ressaltar que se trata da correspondência ativa de Euclides da Cunha, não constando no volume as cartas recebidas pelo escritor.

A análise de cartas por parte do historiador permite que este obtenha informações não perceptíveis em outros documentos, contribuindo também para esclarecer informações já conhecidas. O estudo das cartas permite transitar em territórios íntimos, seja do afeto, da amizade e/ou das inimizades, bem como registrar climas de opinião, cenários de época e sociabilidades. A literatura epistolar encontra-se assim entre o documento e a ficção, a história e a literatura.²³

²¹TOCANTINS, Leandro. (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. A edição de Leandro Tocantins foi cotejada com a edição organizada por ROCHA, Hildon. (Org.). **Um paraíso perdido**: reunião dos ensaios amazônicos. Petrópolis: Vozes, 1976; CUNHA, Euclides. **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Lelo Brasileira, 1967; CUNHA, Euclides. **À margem da história**. Brasília, DF: INL, 1975.

²²GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997.

²³GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella (Org.). **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Contudo, deve o historiador tomar cuidado com o “feitiço” dos arquivos pessoais, como alerta Angela de Castro Gomes. Corre-se o risco de tomar o conteúdo de uma correspondência como “mais verdadeiro” por ser produzido com a marca da personalidade daquele que a escreveu.²⁴ Outro cuidado que procuramos ter nesta análise das cartas euclidianas, foi o de compreender que as impressões nelas contidas são imediatas, escritas no calor da hora, o que, no entanto, não nos permite compreendê-las como “mais autênticas” apenas por terem sido escritas no momento da viagem, ou sob as lembranças desta.

Outros pesquisadores já se ocuparam das correspondências euclidianas, com temas e recortes variados. Walnice Galvão analisou as cartas que Euclides da Cunha escreveu durante o ano de 1897, período em que esteve em Canudos fazendo a cobertura jornalística do conflito. Aponta que o volume de cartas guardadas pelos destinatários intensificou-se após 1902, devido ao sucesso da publicação de *Os Sertões*, que elevou o *status* de seu autor, fato que contribuiu para que hoje tenhamos acesso a esse rico material.²⁵ A relação entre Euclides e seus filhos foi analisada por Francisco Foot Hardman através das missivas trocadas entre eles. Foot Hardman acentua o afeto e a preocupação de Euclides da Cunha com seus filhos, demonstrado em cartas, marcados pela saudade, conselhos e repreensões.²⁶ Podemos destacar também o estudo de Ricardo Oliveira que, preocupado em demonstrar Euclides como fundador de uma brasilidade sertaneja, cita algumas das cartas do autor para mostrar a marca e a presença do sertão em seu pensamento.²⁷

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado **O chamado da selva**, será dedicado à visão “pré-amazônica” de Euclides da Cunha, buscando compreender como o escritor foi construindo a sua interpretação e amadurecendo suas idéias sobre a região. As correspondências remetidas entre 1898 e 1904 e os artigos “Fronteira sul do Amazonas: questões de limites” (1898), “Contrastes e confrontos”, “Conflito inevitável”, “Contra os caucheiros” e “Entre o Madeira e o Javari” (os quatro publicados em 1904), além de *Os Sertões* (1902), serão analisados neste capítulo.

Questões em torno do interesse do escritor pela região, isto é, quando, porquê e em quais circunstâncias surgiu em Euclides da Cunha o interesse pela Amazônia serão levantadas, com o objetivo de explicar suas primeiras interpretações. Para tanto, observarei alguns aspectos do conflito entre brasileiros e peruanos, assunto que recebeu grande atenção

²⁴GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.21, p.121-127, 1998.

²⁵GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides: cartas do ano da guerra. In: HARDMAN, Francisco Foot. (Org.). **Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

²⁶HARDMAN, Francisco Foot. Pai, filho: caligrafias do afeto. **Revista USP**, São Paulo, n. 23, p. 93-101, set. 1994.

²⁷OLIVEIRA, Ricardo. Euclides da Cunha, Os sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 511-537, 2002.

por parte do autor de *Os sertões* na época, e também aspectos da trajetória intelectual e da formação do pensamento euclidiano, por meio da leitura de autores e obras que tratam do ideário cientificista e positivista do período, do qual Euclides foi leitor e admirador.

Em “**Alguns graus de febre**”, segundo capítulo, serão abordadas as suas impressões imediatas, obtidas durante viagem às cabeceiras do rio Purus. O ponto de partida será a análise das primeiras impressões que o escritor teve ao chegar ao local. Para analisar essas impressões, procurarei relacioná-las aos relatos dos viajantes que passaram pela região durante os séculos XVIII e XIX e que influenciaram a forma como o escritor observou a vegetação, o clima, os rios e os habitantes, culminando em um “desapontamento” e em alguns juízos negativos por parte do autor sobre a realidade observada. Após aclimatar-se, Euclides da Cunha fez uma revisão de alguns desses juízos, agora compreendendo a Amazônia de maneira positiva.

Entre as impressões refeitas do escritor, tema do terceiro capítulo intitulado **Sinais de abandono**, encontramos duas de suas primeiras críticas: o aspecto das ruínas e a solidão do seringueiro. Euclides teceu comentários carregados de indignação quanto à situação em que os locais por onde passou se encontrava, cobertos pela vegetação e abandonados pelo homem. O próprio homem estava abandonado, sem acesso às melhores condições de vida e de trabalho. Tais impressões serão abordadas neste capítulo, e em toda a dissertação, como representações construídas por Euclides como meio de interpretar a realidade observada e legitimar seus projetos. O seu primeiro projeto para a região seria um livro, que teria por título *Um paraíso perdido* e traria tanto suas impressões quanto suas denúncias.

Como fontes para o segundo e terceiro capítulos, utilizarei as correspondências e os estudos datados entre 1905 e 1909. Autores como Keith Thomas, Simon Schama, entre outros que trataram das relações do homem com a natureza auxiliaram esta etapa da pesquisa. Para identificar as aproximações entre as impressões de Euclides da Cunha e o imaginário criado em torno da Amazônia, farei uso dos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira, Luis Agassiz, Alfred Wallace, Henry Bates e outros viajantes, além das obras de autores contemporâneos ao escritor como José Veríssimo, Alberto Rangel, Inglês de Sousa e Belarmino Mendonça. Alguns títulos referentes à história e a geografia da Amazônia também foram utilizados.

No quarto capítulo, que tem por título **Uma selva de vapor, fios e trilhos**, retomarei algumas das idéias de Euclides analisadas no capítulo anterior. A crítica do escritor em relação ao abandono da região e de seu habitante, será abordada novamente, junto com outras críticas e denúncias proferidas pelo autor acerca da condição dos rios, da falta de integração e comunicação entre a Amazônia e o resto do país. Como engenheiro, de formação positivista,

Euclides lançou uma série de propostas para superar o abandono da região, defendendo a construção de telégrafos e ferrovias, a recuperação dos rios, leis trabalhistas para os seringueiros, entre outras que serão analisadas. Procurarei mostrar como este projeto para a Amazônia pode ser entendido também como um projeto para a nação como um todo.

Sendo assim, retomarei neste capítulo algumas das formulações de Augusto Comte sobre a reorganização e direção da sociedade, que nortearam a atuação dos homens de letras e de ciências do país. Para melhor entendimento do projeto euclidiano serão citadas algumas medidas propostas por Tavares Bastos, entre outros autores que trataram da região em questão, além das demais iniciativas empreendidas, desde o oitocentos, para a incorporação do sertão. O intuito, aqui, é tornar clara a sintonia entre as idéias de Euclides da Cunha e de sua geração, bem como o envolvimento desses letrados nos debates acerca da construção da nação.

Nas **Considerações finais** recapitularei as questões levantadas ao longo da dissertação e as eventuais contribuições que estas discussões podem oferecer para o estudo do tema.

CAPÍTULO 1

O CHAMADO DA SELVA

Aqui nasci, pensou Coy. E deste porto despertei para os livros e para os oceanos pela primeira vez. Aqui me atormentaram o desafio das coisas remotas e a nostalgia prematura do que eu não conhecia. Aqui sonhei em remar até a baleia com a faca entre os dentes e o arpão pronto na popa. Aqui intuí, antes de falar inglês, a existência do que o *Mariners Weather Log* chama ESW: *Extreme Storm Wave*, Onda Extrema de Tempestade. E soube que todo homem tem sempre, depare com ela ou não, uma ESW esperando-o em algum lugar. Aqui vi lápides de túmulos vazios de marinheiros mortos e compreendi que o mundo é um barco em viagem de ida, e que essa viagem não tem volta. Aqui descobri, antes da hora, o substituto da espada de Catão, do veneno de Sócrates. Da pistola e da bala.

(Arturo Pérez-Reverte, **A carta esférica.**)

Em carta endereçada a Reinaldo Porchat, datada de 26 de agosto de 1892, Euclides da Cunha relatava ao amigo sua insatisfação com a vida rotineira que vinha levando. Engenheiro recém formado e trabalhando como auxiliar de ensino teórico na Escola Militar, no Rio de Janeiro, Euclides tinha aspirações maiores, que incluíam a possibilidade de viagens:

[...] Acredito porém que isto durará pouco, não dou para a vida sedentária, tenho alguma coisa de árabe – já vivo a idealizar uma vida mais movimentada, numa comissão qualquer arriscada, aí por estes sertões desertos e vastos de nossa terra, distraíndo-me na convivência simples e feliz dos bugres. Se o meu velho for, agora como intenta, à Europa, irei com ele; eu sinto necessidade de abandonar por algum tempo o meio civilizado da nossa terra: assim ou aspiro os sertões desertos ou as grandes capitais estrangeiras – hei de seguir para um destes destinos daqui a alguns meses.¹

Desta forma, Euclides pode ser considerado um viajante. A correspondência é de 1892 e já nos mostra como era curioso pelas coisas do interior e afeito às viagens longínquas. No entanto, ao contrário do que esperava o engenheiro, a viagem não ocorreu em curto prazo. Antes da excursão pelos cantos remotos da terra, realizou inúmeras viagens pelo interior paulista entre 1896 e 1903, período em que trabalhou como engenheiro da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. Dessas idas e vindas constantes, como veremos a seguir, Euclides demonstrava desgosto; considerava-as exaustivas e fatigantes, pois o obrigavam a levar uma vida nômade, sem tempo para os estudos.

A esperada incursão sertão adentro veio apenas em 1897, para Canudos. Após publicar artigos em *O Estado de S. Paulo*, tratando da guerra que vinha ocorrendo no interior da Bahia, recebeu um convite de Júlio de Mesquita, diretor do jornal, para fazer a cobertura do conflito. Sobrecarregado com os trabalhos da Superintendência, a viagem para Canudos significaria uma oportunidade de distanciar-se dos aborrecimentos da engenharia e de escrever um livro sobre o evento. Em Canudos, presenciou as mais cruéis atrocidades e, como afirmou Roberto Ventura, “viu abrir-se, sob seus pés, o abismo que tragava as vidas dos soldados e conselheiristas, atirando no vácuo sua fé no progresso e na República”.² A viagem transformaria o engenheiro.

Entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905 o autor de *Os Sertões*, já aclamado pelo público e pela crítica, realizou uma nova e longa viagem, desta vez para a Amazônia. Como chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus, com a tarefa de fazer o levantamento cartográfico das cabeceiras desse rio para indicar e determinar os limites territoriais entre Brasil e Peru, tinha a chance de recolher material para um novo livro e de,

¹Carta de Euclides da Cunha a Reinaldo Porchat, Rio de Janeiro, 26/08/1892. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 38

²VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. Organizado por Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.150

novamente, tentar abandonar a engenharia e dedicar-se a outro ofício que lhe trouxesse a sensação de realização. Não encontrou as descrições fantásticas dos relatos de viajantes, o que o deixou desapontado; deparou-se com um deserto abandonado pela República e com um povo explorado nos seringais. Esta viagem acabou por marcar o escritor na sua decisão de denunciar a condição em que a Amazônia se encontrava.

É justamente sobre a experiência dessa viagem à Amazônia que vamos nos dedicar ao longo dessa dissertação. Neste primeiro capítulo, nosso objetivo será mostrar como ocorreu o envolvimento de Euclides da Cunha com a Amazônia, quando e porque surgiu no escritor um interesse pela região e o que o levou até lá. Nosso ponto de partida será o ano de 1898 e seguiremos até dezembro de 1904, data da partida rumo ao Purus. Investigaremos em suas cartas, artigos e nas páginas de sua obra maior, como sua visão sobre a região foi sendo construída e como contribuiu para a viagem. Vejamos agora como a selva chamou o escritor.

1.1 Um artigo de jornal.

Nas páginas do jornal *O Estado de S.Paulo*, de 14 de novembro de 1898, fora publicado um artigo, intitulado “Fronteira Sul do Amazonas: questão de limites”. Tratava-se, na verdade, de um comentário ao livro homônimo de Manuel Tapajós, engenheiro da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. O autor do artigo era Euclides da Cunha.

Tanto o livro de Tapajós quanto o artigo de Euclides abordavam um problema comum da época: a demarcação dos limites entre os estados brasileiros. A resolução desses conflitos dependia, explica o autor do artigo, de um “esforço exaustivo” decorrente da difícil leitura dos documentos coloniais de “redação bárbara” e das informações dúbias sobre as coordenadas cartográficas das fronteiras estaduais.³ A contenda em questão, envolvendo Amazonas e Mato Grosso, dizia respeito à porção de terra dividida pelo rio Madeira e pela cachoeira de São João ou Araguaí, limite entre os dois estados.⁴ Segundo Euclides, a demarcação era legítima e o estudo de Manuel Tapajós confirmava o direito do Amazonas na região contestada.

Retornando ao artigo, nele Euclides analisa alguns aspectos da história local para

³CUNHA, Euclides. Fronteira Sul do Amazonas: questão de limites. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um Paraíso Perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 22

⁴A utilização de rios, cachoeiras e montanhas para indicar os limites entre uma região e outra surgiu na França iluminista, no século XVIII, e funcionou como justificativa na organização dos Estados nacionais ao longo do século XIX. O recurso, denominado “doutrina das fronteiras naturais”, explica o geógrafo Demétrio Magnoli, “traduz não apenas as supostas facilidades práticas de demarcação como, essencialmente, os significados imaginários que elas comportam”. Cf. MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 21

explicar a formação do estado do Amazonas e o litígio com o Mato Grosso. Com suas riquezas e possibilidades reveladas apenas nos setecentos, após a exploração de La Condamine (1735), e posteriormente a de Humboldt (junto com Aimé Bompland, entre 1799 e 1804, viajando pela Venezuela, Orenoco-Amazonas, Cuba, Colômbia, Peru, Equador e México), o Amazonas experimentou um surto civilizador, que compreendeu desde as viagens de reconhecimento sistemático feitas por Alexandre Rodrigues Ferreira (que percorreu as capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792) e incentivadas pelo Marquês de Pombal, até a migração, através das correntes colonizadoras que povoaram a região. Tal crescimento, pontuou o escritor, tornou necessária a autonomia do local, levando à criação da Capitania de São José do Rio Negro, em 1755.

Euclides da Cunha entendeu esse desenvolvimento da região do seguinte modo:

A sede do governo, muito afastada, em Belém, impunha à recente população, em suas relações com aquele, longas e penosíssimas viagens, de modo que a cisão se operou não mais por um motivo local e secundário, mas, logicamente, revelando uma **diferenciação de funções, inevitável** e indicadora de um **movimento evolutivo**.⁵

Podemos notar na citação acima, a influência do evolucionismo de Herbert Spencer. Para Spencer, os indivíduos (ou sociedades) atravessariam estágios evolutivos sucessivos que seguiriam as mesmas leis dos organismos vivos da Biologia. Portanto, um organismo individual e um organismo social deveriam progredir, atravessando etapas, partindo do estágio mais simples em direção ao mais complexo. No início, um organismo apresentaria características semelhantes e independentes entre si, e à medida em que progredisse, essas características tornar-se-iam dissemelhantes e diferentes umas das outras⁶, como a “diferenciação de funções” de que nos fala Euclides.

Spencer compreende ainda que o progresso da civilização é fruto de um conjunto de fatores sociais e do esforço individual, que levariam à perfeição do indivíduo e, conseqüentemente, do todo.⁷ No artigo de Euclides, a região, ao experimentar o crescimento populacional e entrar na rota dos viajantes naturalistas, isto é, da ciência, teria atingido um novo estágio, “inevitável” e “indicador de seu movimento evolutivo”. Conclui que o surgimento da nova capitania significava “uma resultante forçada daquelas forças

⁵CUNHA, Euclides. Fronteira Sul do Amazonas: questão de limites. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um Paraíso Perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 22. (grifo nosso)

⁶DURANT, Will. Herbert Spencer. In: _____ **A História da Filosofia**. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 342-343

⁷DURANT, Will. Herbert Spencer. In: _____ **A História da Filosofia**. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 351-352

civilizadoras”.⁸ Cabe lembrar também que o jornal *O Estado de S. Paulo*, onde foram publicados este e outros artigos sobre a Amazônia, Canudos e o republicanismo, era um espaço de difusão do ideário evolucionista-positivista.⁹

Ao analisarmos “Fronteira Sul do Amazonas: questão de limites” é possível observar que o escritor já tinha contato, em 1898, com os relatos de La Condamine, Humboldt e Alexandre Rodrigues Ferreira, bem como com as questões em torno da demarcação de fronteiras, ambas úteis para Euclides da Cunha em sua posterior viagem à Amazônia. Podemos considerar o artigo como a sua primeira incursão pelo tema e caracterizar sua visão acerca da região como “pré-amazônica”, como sugere a historiografia, pois ainda não estivera *in locu* e apresentava uma interpretação marcadamente influenciada pelo determinismo geográfico. Era o primeiro chamado da selva.

Na época da publicação do artigo, Euclides ocupava o cargo de engenheiro ajudante de primeira classe da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. Nomeado em 1896, tinha como funções fiscalizar obras, redigir relatórios e lidar com empreiteiros. Recebia 720 mil-réis de salário, ressaltam seus biógrafos, dinheiro que não era suficiente para manter o orçamento e sustentar a família.¹⁰ O trabalho de engenheiro da Superintendência exigia que Euclides se deslocasse – levando consigo a esposa e os filhos pequenos – pelo interior paulista. Esteve em São Carlos, São José do Rio Preto, Guaratinguetá, Lorena, São José do Rio Pardo, entre outras cidades, sempre levando uma vida errante, como ilustra o trecho da carta abaixo:

[...] Escrevo-te hoje novamente – antes de partir para S. José do Rio Preto (Imagina!...) em longa travessia. O fim desta carta é este: estou com vontade de ir de uma vez para S. Carlos, porque aqui em casa as sucessivas viagens vão se tornando penosas.[...].¹¹

As viagens como engenheiro podem ser compreendidas como parte, ou exemplo, da conquista do espaço interior brasileiro, que vinha ocorrendo desde meados do século XIX, em um verdadeiro processo que se pretendia civilizador dessas regiões. Tais incursões, empreendidas pelo Estado, por meio de instituições de pesquisa e projetos reformadores e contando com a participação de homens letrados, devassavam o sertão brasileiro com

⁸CUNHA, Euclides. *Fronteira Sul do Amazonas: questão de limites*. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um Paraíso Perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 22

⁹SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 63

¹⁰VENTURA, 2003, op. cit., p.137-138; RABELO, Sylvio. **Euclides da Cunha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.154

¹¹Carta de Euclides da Cunha a Francisco Escobar, Aurora, 15/07/1901. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.125-126 (parênteses do autor)

expedições científicas, de saneamento, instalação de ferrovias e telégrafos, viagens de demarcação de fronteiras, entre outras.¹²

A Superintendência de Obras Públicas de São Paulo era subordinada à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, órgão que, no período em que Euclides da Cunha era funcionário, tinha uma função claramente “política”, como explica Sílvia Figueirôa. Devido ao aumento da produção do café, a atuação da Secretaria entendia como necessária a exploração do sertão através de iniciativas que buscavam a fixação do imigrante e do trabalhador nacional, o incremento de ferrovias, o estímulo à pequena propriedade e o levantamento de novas áreas no extremo Oeste para a expansão da cafeicultura e para o “avanço civilizador”.¹³

Nesse período Euclides estava em conflito com a sua engenharia de “cálculos enfadonhos e maçantes”.¹⁴ Reclamava, além dos baixos salários, do pouco reconhecimento que a profissão tinha no país. Viveu assim de 1896 a 1903, quando saiu da Superintendência, onde exercia uma profissão que o desagradava, como demonstra fartamente em suas correspondências, sempre almejando algo maior. Por isso lançou-se a Canudos, à Amazônia e pleiteou uma vaga como professor na Escola Politécnica de São Paulo.

Outra reclamação constante do engenheiro, visível em suas cartas, era a falta de tempo para ler e escrever, atividade que considerava prazerosa. Devido às constantes viagens pelo interior de São Paulo, não sobrava tempo e não havia condições favoráveis para realizar seus estudos, como afirmou:

Entre outras coisas dir-te-á que levo a mais inútil das vidas em perene conflito com a minha engenharia obscura cujas exigências me afastam de outras ocupações mais atraentes às quais somente dedico um ou outro quarto de hora de folga nos meus dias fatigantes de operário. Por isto o meu livro sobre a interessantíssima luta nos sertões da tua terra ainda não apareceu. Está, porém, agora – finalmente, pronto e ainda que seja o primeiro a considerá-lo lardeado de defeitos sérios entre os quais avulta certa falta de unidade oriunda das condições em que foi escrito – tem, preponderante, uma qualidade que o nobilita: a sinceridade com que foi traçado.¹⁵

O livro sobre a “interessantíssima luta” era *Os Sertões*, que Euclides começara a escrever em 1897, após voltar de Canudos e de reingressar nos trabalhos de engenharia em São Paulo. As viagens interrompiam a redação e impunham ao escritor o problema de

¹²LIMA, Nisia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: REVAN, 1999.

¹³FIGUEIRÔA, Sílvia. **As ciências geológicas no Brasil**: uma história social e institucional (1875-1934). São Paulo: Hucitec, 1997, p.187-189

¹⁴Carta de Euclides da Cunha a Reinaldo Porchat, S. José do Rio Pardo, 02/06/1900. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.119-120

¹⁵Carta de Euclides da Cunha a Pethion de Villar, S. José do Rio Pardo, 15/05/1900. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.118-119.

escrever somente nas folgas ou em locais que atrapalhavam a sua concentração.¹⁶ Em 1898, ano da publicação do primeiro artigo amazônico, Euclides da Cunha foi nomeado para fiscalizar a reconstrução de uma ponte metálica em São José do Rio Pardo e, como consta em suas cartas, apesar de ter que dividir a redação do livro com o trânsito dos operários e o barulho das ferramentas, havia encontrado um lugar onde poderia dedicar-se à literatura.

1.2 A Amazônia em *Os Sertões*.

José Veríssimo, crítico literário amazonense, pouco após a publicação de *Os Sertões*, emitiu sobre o livro o seguinte juízo:

O livro, por tantos títulos notáveis, do sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d'alma, comovido até as lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as “secas” que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos.¹⁷

Almejando um “consórcio entre a ciência e a arte”¹⁸, Euclides da Cunha compôs uma “obra híbrida”, como afirmou Roberto Ventura, marcada, ao mesmo tempo, por uma preocupação científica e por um enfoque literário.¹⁹ Para fornecer ao público o seu relato da guerra de Canudos, Euclides se utilizou do aparato das ciências naturais para compreender o *meio* no qual ocorreu o conflito e que impunha sérias privações ao *homem*. Fez uso também do ideário positivista para analisar o sertanejo e construir uma interpretação determinista, definindo a mestiçagem como um problema a ser superado. À literatura coube o papel de transmitir a dramaticidade do cotidiano sertanejo e da guerra e de denunciar o abandono secular do interior do país.

A partir da concepção naturalista de Hippolyte Taine, Euclides da Cunha dividiu seu livro em três partes – “A Terra, O Homem e A Luta” –, para explicar o conflito em Canudos.

¹⁶RABELO, op. cit., p.149.

¹⁷VERÍSSIMO, José. Uma história dos sertões e da campanha de Canudos (Os Sertões, campanha de Canudos por Euclides da Cunha, Laemmert & Cia., editores). In: NASCIMENTO, José Leonardo; FACIOLI, Valentim (Org.). **Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003, p. 46. A crítica de Veríssimo foi publicada em 1902.

¹⁸Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Lorena, 03/12/1902, In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.143-144

¹⁹VENTURA, 2003, op. cit., p.198-203

Para Taine, esclarece-nos Lilia Schwarcz, “nenhum fenômeno aconteceria sem uma causa exterior a motivá-lo” e o indivíduo seria “resultado imediato do grupo constituidor”.²⁰ O *meio*, isto é, o ambiente físico e geográfico, determinaria a *raça*, e ambos determinariam o *acontecimento*.

Identificando o homem como resultado do meio em que vive, o escritor ocupou-se, na segunda parte do livro, do estudo dos diferentes tipos étnicos brasileiros, no qual a miscigenação era a questão mais importante e mais complexa a observar. Uma mistura dos elementos étnicos, sem uniformidade, originando vários outros tipos de combinação, como ressaltou Walnice Nogueira Galvão, causou um “nó conceitual” em Euclides e em muitos outros letrados de sua geração, devido à dificuldade em avaliar as respectivas contribuições do branco, do índio e do negro, e encontrar o autêntico brasileiro.²¹

Para superar essa dificuldade o autor procurou explicar as diferenças entre os tipos étnicos (brancos, índios, negros, mamelucos, mulatos e cafuzos) a partir das correntes de povoamento que trilharam o mapa do país e da ação do(s) clima(s) sobre o homem. Assim, Euclides estabeleceu comparações entre as diferentes regiões e seus habitantes, observando os graus de influência e adaptação ao meio.

Em sua crítica, José Veríssimo dedicou maior espaço a “O Homem” do que às outras duas partes, por considerar a primeira “técnica” e cheia de uma linguagem científica e, talvez, por ser também um dos letrados preocupados com a autenticidade do brasileiro. Debruçaremos aqui nossa atenção, como Veríssimo, à segunda parte do livro, onde o escritor apresenta breves considerações acerca do caboclo amazônico. Era outro chamado da selva.

“Avançando para o Norte”, Euclides inicia sua análise do homem amazônico pelo clima local. Segundo o escritor, as altas temperaturas e o regime de chuvas do Pará não eram compreendidos nas demais regiões do país devido ao tamanho contraste que se observava: era possível, nas proximidades da linha do Equador, experimentar até três diferentes estações em um só dia.²² Euclides, sem ter conhecido a região pessoalmente, fez tais apontamentos embasado nas “lúcidas observações” do viajante naturalista Henry Walter Bates.

Em *Um naturalista no rio Amazonas*, Bates teceu elogios ao clima paraense, considerando-o “um dos mais privilegiados da face da terra”, pois as chuvas periódicas e a presença das brisas marinhas atenuariam a temperatura na estação seca.²³ Entretanto, registrou em sua passagem pelo Alto Amazonas a “singular maneira” como o clima

²⁰SCHWARCZ, op. cit., p. 63

²¹GALVÃO, Walnice Nogueira. Os Sertões. In: MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. São Paulo: Senac, 2001, p.159

²²CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: campanha de Canudos. 39. ed.. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 69 (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

²³BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 22

equatorial afetava os índios e os negros. O naturalista afirma ainda que os europeus suportavam, com mais facilidade do que os nativos, o clima da região, porque adaptavam-se melhor. Nas épocas de seca, os índios ficariam “irritadiços” e “nervosos”, e o viajante apresentou a seguinte conclusão:

Aos poucos fui chegando à conclusão de que o índio não passa de um estranho, ou imigrante, nas regiões tropicais e que, originalmente, sua constituição não era adaptada ao clima, nem mais tarde se adaptou inteiramente a ele.²⁴

Guiando-se pelas observações de Bates, Euclides da Cunha considerou que a vida no Pará “se equilibra numa constante imperturbável”, porém, no Alto Amazonas – do mesmo modo que o viajante britânico – o autor de *Os Sertões* identifica um “novo habitat”, que “impõem aclimação penosa a todos os filhos dos próprios territórios limítrofes”.²⁵

Euclides condenou o clima da região e construiu uma representação do habitante local pautada em sua relação com o meio. Em primeiro lugar, afirmou que o regime de chuvas condicionava o homem, que durante o período das cheias dos rios não podia desenvolver suas atividades. Caberia a ele somente aguardar, passiva e parasitariamente, demonstrando um “estoicismo raro” ante a “fatalidade incoercível”. Na época das vazantes, retomaria a sua atividade grosseira e continuaria à mercê das manifestações da natureza que tornavam “impossível a continuidade de quaisquer esforços”. Em segundo lugar, as temperaturas seriam as responsáveis por abrir um “novo hiato nas atividades”, causando migrações, mortes e desaparecimentos de espécies, inclusive o homem, nas épocas mais frias.²⁶

A partir dessas observações, o escritor considerou um erro as generalizações que defendiam a ação de um único clima tropical em terras brasileiras²⁷, e as variações de temperaturas e chuvas da Amazônia comprovariam isso. Possivelmente influenciado pelas teorias do determinismo climático de Buckle, o autor de *Os Sertões* referiu-se desse modo ao clima amazônico:

O calor úmido das paragens amazonenses, por exemplo, deprime e exaure. Modela organizações tolhiças em que toda a atividade cede ao permanente desequilíbrio entre as energias impulsivas das funções periféricas fortemente excitadas e a apatia das funções centrais: inteligências marasmáticas, adormidas sob o explodir das paixões; inervações periclitantes, em que pese a acuidade dos sentidos, e mal reparadas ou refeitas pelo sangue empobrecido nas hematoses incompletas...²⁸

²⁴BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 210

²⁵CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: campanha de Canudos. 39. ed. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 69. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

²⁶Ibid., p. 70

²⁷Ibid., p.70-71

²⁸CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: campanha de Canudos. 39. ed. São Paulo: Publifolha, 2000, p.71 (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

Para o escritor, tais condições climáticas moldariam, da pior maneira, o habitante, influenciando sua maneira de agir e pensar, fazendo-o se levar mais pelo instinto que pela razão. Henry Thomas Buckle defendia a idéia de que os fatores físicos poderiam explicar os graus de desenvolvimento de uma civilização. Os europeus, supunha o teórico, haviam subordinado a natureza ao homem; fora da Europa, o homem estava subordinado à natureza, que “inflamava a imaginação” e causava um “mal enorme” como a distribuição desigual de riqueza e a impossibilidade de pensar racionalmente.²⁹

A temperatura elevada seria também responsável por alterar o funcionamento do organismo, levando o homem a perder o temperamento enérgico e o equilíbrio. Euclides caracterizou essa influência do clima como uma “evolução regressiva”, na qual a seleção natural não privilegiaria o desenvolvimento intelectual e físico, e sim o comportamento impulsivo e a fraqueza moral. Adaptar-se a esse clima seria regredir, continuamente, até a própria extinção, impondo uma derrota ao colonizador branco e civilizado:

Como o inglês nas Barbadas, na Tasmânia ou na Austrália, o português no Amazonas, se foge ao cruzamento, no fim de poucas gerações tem alterados os caracteres físicos e morais de uma maneira profunda, desde a tez, que se acobreia pelos sóis e pela eliminação incompleta do carbono, ao temperamento, que se debilita despido das qualidades primitivas. A raça inferior, o selvagem bronco, domina-o; aliado ao meio vence-o, esmaga-o, anula-o na concorrência formidável ao impaludismo, ao hepatismo, às pirexias esgotantes, às canículas abrasadoras, e aos alagadiços maleitosos.³⁰

Tanto para o forasteiro quanto para o nativo daquelas paragens, a aclimação seria muito difícil. Ao longo de toda a segunda parte do livro, voltada justamente à compreensão dos tipos étnicos brasileiros e de sua relação com o meio, não encontramos visão determinista maior do que a direcionada à Amazônia. Podemos considerar, portanto, que, para o escritor, em nenhum outro ponto do território o meio exercia tanta influência sobre o homem e impunha adversidades à conquista do lugar.

1.3 “Alimento há dias o sonho de um passeio ao Acre”

Em 1902, ano da publicação de *Os Sertões*, o Brasil se encontrava envolvido em

²⁹GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1969, p.131-153

³⁰CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: campanha de Canudos. 39. ed. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 71 (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

inúmeras pendências de fronteira, em especial com a Bolívia e o Peru, na região amazônica. No referido ano, o barão do Rio Branco havia voltado ao país para assumir o Ministério das Relações Exteriores e tentar resolver os litígios em curso. Trazia na bagagem não apenas o título nobiliárquico e a herança da figura do pai, mas também um amplo conhecimento da história e geografia local, o sucesso da resolução de pendências anteriores e o respeito por parte de brasileiros e americanos.³¹

As regiões do Alto Purus e do Alto Juruá, desde fins do século XIX, presenciavam a ocorrência de violentos conflitos envolvendo seringueiros brasileiros e caucheiros peruanos. Entre 1902 e 1904 as incursões dos peruanos no local foram se intensificando e contavam, algumas vezes, com a participação de autoridades e tropas do exército, fator que contribuiu para aumentar a gravidade da pendência. Araújo Jorge afirma que tais incursões pareciam seguir um “plano preconcebido de penetração”, despertando no governo brasileiro a reação de proteger seus interesses e sua soberania.³²

Os brasileiros povoavam a região do Purus desde, aproximadamente, 1893, seguindo o curso dos rios e adotando como limites as cabeceiras do rio Santa Rosa, que havia sido explorado nas décadas anteriores por Manuel Urbano da Encarnação (1861) e por Willian Chandless (1867). A ocupação no Juruá vinha desde 1870, estendendo-se pelas margens dos rios Amônia e Tejo. Através do rio Ucaiale, os peruanos penetravam o território brasileiro, fazendo a derrubada das árvores do caucho (*Castilloa elastica*). As primeiras invasões dos peruanos foram no Alto Juruá, onde negociantes peruanos, junto com trabalhadores indígenas, compravam ou arrendavam terras dos proprietários brasileiros para explorar o caucho. Após a exploração no Juruá, tomaram o rumo do Purus.

À exploração comercial se seguiu a tentativa, por parte dos peruanos, de uma ocupação administrativa, fundando em 1902 e 1903 entrepostos militares e aduaneiros com o reforço de homens armados.³³ Os brasileiros do local também começaram a se armar para repelir a ação dos vizinhos, situação que se arrastou, de maneira conflituosa e violenta, até 1904, culminando no deslocamento de tropas regulares enviadas pelo governo brasileiro, fato que contribuiu para a instabilidade entre os dois países.

³¹LINS, Álvaro. **Rio Branco**: biografia pessoal e história política. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1965, p. 312

³²JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil**: uma introdução às obras do barão do Rio Branco. Brasília, DF: Senado Federal, 1999, p.122

³³Ibid., p.123



Figura 1: Mapa das fronteiras do Brasil, publicado na Revista *Kosmos*, em janeiro de 1904. Fonte: <<http://www2.uol.com.br/historiaviva/estatica/acre.htm>>. Acessado em <06/07/2007>

Durante as conversações diplomáticas entre brasileiros e bolivianos, ao longo do século XIX, para a resolução da “questão do Acre”, o governo peruano tentou participar das negociações, inclusive em 1903, na assinatura do Tratado de Petrópolis. O barão do Rio Branco recusava-se a realizar qualquer negociação tríplice, apontou Álvaro Lins, como parte de uma tática diplomática de isolar os adversários e negociar com cada um em particular.³⁴

Com os bolivianos, o Brasil havia se envolvido na “questão do Acre”, em decorrência da presença de brasileiros em território vizinho para a extração do látex. Aproximadamente 60.000 brasileiros fixaram-se na região, com a diminuta presença de bolivianos no local. Em 1899, o governo boliviano tentou recuperar a soberania na região e entrou em conflito com a população de brasileiros, que, por sua vez, declararam a independência da região e aguardavam uma futura anexação ao território brasileiro. Como desdobramento do conflito, o governo boliviano arrendou a porção de terra em questão junto a uma organização de capitalistas ingleses e estadunidenses, dando origem ao *Bolivian Syndicate*, em 1901. Na prática, afirma o diplomata e estudioso das obras de Rio Branco, A.G. de Araújo Jorge, o

³⁴LINS, op.cit., p.304

contrato entre o governo daquele país e o Sindicato representava uma abdicação da soberania boliviana no local e a instalação de uma companhia colonizadora, nos moldes das que operavam na Ásia e na África.³⁵

A resolução do litígio só veio em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis³⁶, que propunha os seguintes termos: a parte boliviana entregaria ao Brasil cerca de 191.000 quilômetros quadrados onde se encontrava uma parte da população brasileira dedicada à exploração da borracha; a parte brasileira, por sua vez, comprometia-se a construir uma estrada de ferro – a Madeira-Mamoré –, que permitiria aos bolivianos a livre-circulação tanto pela ferrovia quanto pelos rios até o oceano; entregaria outras porções de terra situadas na região fronteira e pagaria uma indenização de dois milhões de libras-esterlinas ao governo vizinho.³⁷

No decorrer das discussões diplomáticas, em 20 de fevereiro de 1903, numa carta ao amigo Luís Cruls, o escritor se desculpava por não lhe ter enviado um exemplar de *Os Sertões*; esquecimento devido às correrias das viagens pelo interior paulista como funcionário público. Ao final da carta, acrescenta um “p.s.”, com uma interessante revelação:

P.S. - Alimento há dias o sonho de um passeio ao Acre. Mas não vejo como realizá-lo. Nesta terra, para tudo faz-se mister o pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam. Elimino por isto a aspiração – é que talvez pudesse prestar alguns serviços.³⁸

Apesar do sucesso de público e crítica de *Os Sertões* e da sua nomeação para duas das maiores agremiações letradas de seu tempo – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras, ambas em 1903 – Euclides atravessava um momento conturbado de sua trajetória. Apontam seus biógrafos e suas correspondências que estava insatisfeito com a profissão de engenheiro pois os cálculos tomavam o tempo de suas leituras. Tinha seu talento como escritor reconhecido, mas não podia dedicar-se como queria a essa

³⁵JORGE, op.cit., p. 102

³⁶Sobre os efeitos do Tratado de Petrópolis para a Bolívia, Euclides comentou: “Além disto, ela vai, de há muito, ao encontro daquela influência. De fato, um dos grandes efeitos do Tratado de Petrópolis foi a revivência da Bolívia. A nacionalidade malignada pelo encêrro geográfico, e pelas vicissitudes políticas que lho engraveceram, afastando-a definitivamente do mar, foi amparada pelo nosso liberalismo, que sôbre a desoprimir franqueando-lhe o Paraguai e o Madeira, aparelhou-a de recursos para enfrentar os problemas econômicos mais urgentes. A sua política interna entrou para logo numa fase progressista destoantes das funestas discórdias, que tanto a malsinavam, estimulando os interessículos dos caudilhos. E como a dominasse desde muito o intento de corrigir por meio de rápidas linhas de transporte os prejuízos oriundos de seu seqüestro mediterrâneo, o Governo do General Montes contratou um brilhante staff de engenheiros norte-americanos, que perlustraram o país de extremo a extermo, elaborando ao cabo surpreendente relatório onde os quadros das riquezas naturais e os eu futuro desenvolvimento desafiam a maior credibilidade e só se aceitam definidos, como foram, pelas curvas de rigorosos diagramas”. Cf. CUNHA, Euclides. “Viação Sul-Americana”. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Obra completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, v. 1, p. 292.

³⁷JORGE, op.cit., p.102-103

³⁸Carta de Euclides da Cunha a Luís Cruls, Lorena, 20/02/1903. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997 p.149

atividade.

Devido à crise do comércio do café em São Paulo, no final deste mesmo ano, o governo do Estado cortou verbas de diferentes áreas, incluindo a Superintendência de Obras Públicas, o que levou à demissão de Euclides da Cunha. Logo no início de 1904, começou a trabalhar na Comissão de Saneamento de Santos, como engenheiro fiscal. Após desentendimentos com Eugene Lefevre, diretor-geral da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o escritor demitiu-se, três meses depois, em 15 de abril.³⁹ Para sustentar a família, Euclides voltou a escrever artigos para o jornal *O Estado de S. Paulo* e também para *O País*, do Rio de Janeiro. Entre maio e agosto, publicou uma série de artigos, nos quais abordou variados assuntos, entre eles a contenda envolvendo brasileiros e peruanos, que vinha se intensificando nas fronteiras da Amazônia.

Sylvio Rabelo, ao biografar Euclides da Cunha, salienta que o mesmo, ao escrever para a imprensa, necessitava de tempo para suas reflexões, pois não conseguia redigir sobre um assunto espontaneamente. Rabelo afirma ainda que os artigos euclidianos não seguiam a objetividade que cabe ao jornalista. Em alguns momentos o escritor alongava-se em divagações e “nem sempre o que preocupava Euclides correspondia à curiosidade dos leitores”. O biógrafo entende esses artigos como estudos ou “ensaios de interesse permanente”, que se não se enquadravam bem na imprensa, poderiam ser reunidos em livro, como veio a acontecer: os artigos publicados nesse período compõem o livro *Contrastes e confrontos*, de 1907.⁴⁰ Passemos agora para a análise desses artigos/ estudos sobre a Amazônia.

O primeiro artigo que trata da Amazônia é “Contrastes e confrontos”, publicado em *O País*, em 1904, no qual Euclides faz uma interpretação da história peruana. História intrinsecamente ligada à geografia, devemos frisar. Como nos artigos posteriores, analisa o passado do país andino para explicar suas contradições do presente. Observando a geografia e o povo peruano, estabelece uma relação entre ambos – meio e homem – onde os elementos da natureza física se misturam e se confundem com a história, em um “escandaloso plágio”.⁴¹ Segundo o escritor:

Vai se da terra que se retalha e se esboroa prêsna nas rêdes vibrantes das curvas sismais que rudemente a sacodem, à imponência imóvel da cordilheira equilibrada numa ossatura rígida de dolerito; do império patriarcal, esteado numa teocracia inflexível e no regime das castas, à república revôlta e doudejante, intermitente abalada pela fraqueza irritável

³⁹RABELO, op.cit., p.220-223; VENTURA, 2003, op.cit., p. 229. Em 1904, Euclides da Cunha tentou ainda uma vaga na Escola Politécnica de São Paulo, como professor, feito que não conseguiu realizar.

⁴⁰RABELO, op.cit., p. 223-224

⁴¹CUNHA, Euclides. *Contrastes e confrontos*. In: _____ **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Lelo Brasileira, 1967, p.111

dos caudilhos.⁴²

E continua no parágrafo seguinte:

Não se disfarçam êstes contrastes e estas identidades. Êles lá estão na faixa litorânea amaninhada pelas dunas e na montanha feracíssima, que as matas ajardinam. Numa e noutra se fronteiam um passado imemorial quase maravilhoso e um presente indefinido e deplorável. Fronteiam-se e repelem-se.⁴³

Ao analisar o relevo e relacioná-lo com o habitante, constrói, portanto, uma representação determinista do homem e da natureza, na qual podemos notar, novamente, a influência da concepção naturalista de Taine, com a explicação do processo histórico a partir de três fatores determinantes: meio, raça e momento.

Como salientou anteriormente a historiadora Kátia Gerab Baggio, associando as cordilheiras e montanhas, consideradas grandiosas e imponentes, ao “passado imemorial quase maravilhoso” do império inca; e as terras sujeitas a abalos sísmicos e o litoral estéril ao presente “indefinido” e “deplorável” da república dos caudilhos, o autor de *Os Sertões* coloca o meio como fator que condiciona o homem e define o momento.⁴⁴ Para Euclides, o presente conturbado do Peru era resultado de suas gentes – influenciadas pelo meio em que viviam – e de sua geografia desfavorável.

Com a chegada dos espanhóis, toda a arquitetura, ciência e organização política local teria dado lugar às ruínas e à exploração violenta, que subverteu o Peru. Utilizando a noção de *raça*, própria das teorias da época, o escritor analisa o contato entre peruanos – que na visão euclidiana era uma “raça forte e pacífica” – e os espanhóis e demais estrangeiros, tidos como “raças mais fortes”, militar e tecnologicamente. A partir das teses darwinistas-sociais, das quais Euclides era leitor atento, no país andino teriam prevalecido os últimos, levando à desagregação dos autóctones.⁴⁵

Euclides salienta que nas últimas décadas do século XIX, a população indígena – que antes dos espanhóis apresentava uma “unidade de raça” e marchava de maneira segura – encontrava-se dispersa e em desordem, à mercê dos estrangeiros atraídos pelas possibilidades inúmeras de riquezas e configurando assim a sociedade:

Em 1873, Charles Wiener contemplou, numa das ruas de Lima, uma galeria de quase todas as raças – o branco, o negro, o amarelo e o bronzeado e todos

⁴²CUNHA, Euclides. Contrastes e confrontos. In: _____ **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Lelo Brasileira, 1967, p.111

⁴³Ibid., p.111

⁴⁴BAGGIO, Kátia Gerab. A América Latina e os Estados Unidos na visão de Euclides da Cunha. **Estudos de História**, Franca, v.7, n.2, p. 55-68, 2000.

⁴⁵CUNHA, Euclides. Contrastes e confrontos, In: _____ **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Lelo Brasileira, 1967, p.114

os cambiantes destas côres, do zambo ao cholo, do mulato ao chino-cholo – completada por uma separação absoluta de classes, do coolie, que aluga a liberdade, substituindo o negro, ao estrangeiro que ali chega, explora adoidamente a terra e vai-se embora, ao quíchua, espalhando na tristeza incurável a doença de sua gens que está morrendo ... No alto o neto dos conquistadores, o quase hidalgo, em que pese à mestiçagem, o condutício dos caudilhos, o irrequieto industrial das revoluções, o que se diz peruano, guardando, intacta, a velha altivez espanhola, quer a estadeie entre as opulências das haciendas, ou a levante, mais impressionadora, revestido de andrajos, e mendigando intimativamente, como se fôsse um gentil-homem da miséria.⁴⁶

O escritor define essa multiplicidade de tipos étnicos como uma “ficção etnográfica”, oriunda das sucessivas miscigenações.⁴⁷ Assim como o sertanejo identificado em *Os Sertões* era um povo em formação, o peruano também estava em seu fazer-se. Euclides concebia a mestiçagem como portadora de ambigüidades e, valendo-se dos ensinamentos de Gumplowicz, o isolamento e o tempo garantiriam uma miscigenação sem exageros. A mestiçagem exagerada renderia sujeitos “desequilibrados” e era considerada, pelo escritor e por suas leituras teóricas, como um “retrocesso”.⁴⁸

No caso brasileiro, o sertanejo era considerado por Euclides da Cunha como superior ao homem litorâneo, devido ao isolamento geográfico do interior que evitou a mistura excessiva de raças. No caso peruano, não houve esse isolamento, entendido como necessário e a população indígena esteve em contato permanente com os estrangeiros, realizando variadas miscigenações e, conseqüentemente, obstruindo a formação de uma nacionalidade.

À miscigenação, Euclides acrescenta outros dois fatores explicativos da situação peruana: a geografia e a história. País de dimensão estreita e alongada, bloqueado entre a cadeia montanhosa dos Andes e o oceano Pacífico, o Peru tinha sua possibilidade de desenvolvimento econômico restrita sem o acesso ao Atlântico. Somando-se a isso, o envolvimento em guerras, as disputas políticas internas, os saques, as degradações, as usurpações, ou seja, todo o processo histórico violento (que nada lembrava aos antecedentes étnicos que prefiguravam os “mais elevados destinos”) culminaram no seguinte juízo: “Ora esta atividade, que sem número de causas físicas e sociais tornaram impulsiva, agitadíssima e estéril, derivando em desfalecimentos e arrancos, rebate-se na existência política do Peru”.⁴⁹

O autor de *Os Sertões* reforça seu determinismo, atribuindo à mestiçagem (causa social) e ao meio (causa física) a razão pela instabilidade do país vizinho. Sendo assim, as

⁴⁶CUNHA, Euclides. Contrastes e confrontos, In: _____ **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Lelo Brasileira, 1967, p.114

⁴⁷Ibid., p.114

⁴⁸NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870-1920)**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 81-82

⁴⁹CUNHA, Euclides. Contrastes e confrontos. In: _____ **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Lelo Brasileira, 1967, p.115

incurções peruanas pelas selvas brasileiras superando a cordilheira eram a alternativa – talvez única – para libertar-se, não apenas do entrave geográfico, mas também do presente desafortunado.

Entre 1895 e 1919, o Peru experimentou um período de grandes transformações sócio-econômicas com o surgimento de uma nova elite, oriunda do litoral e das atividades agroexportadoras, que, agrupada em torno do Partido Civilista e sob inspiração das doutrinas positivistas e liberais, consolidou a “República Aristocrata”. O país observou um momento de prosperidade econômica, estabilidade política e relativa paz social, de acordo com o estudo de Peter Klarén, diferentemente de qualquer outro período da história do Peru independente. Foram alteradas as estruturas do país, através da substituição no controle das Forças Armadas, da proletarianização dos trabalhadores agrícolas e da introdução de técnicas visando o aumento da produção e a exportação. Era a inserção do país na economia capitalista.⁵⁰

Após o envolvimento na Guerra do Pacífico com Chile e Bolívia (1879-1885), a economia peruana entrou em derrocada, levando ao declínio da antiga elite produtora de guano. Intelectuais como Manuel González Prada, Francisco García Calderón, Manuel Vicente Villarán, entre outros, puseram-se a discutir os problemas peruanos, “envoltos no estado geral de frustração, introspecção e autocríticas nacionais” do pós-guerra. As dificuldades colocadas pela geografia do território, os resquícios do passado colonial e a intensa fragmentação étnica e cultural do país estavam em pauta.⁵¹

De acordo com o estudo de Kátia Baggio, a produção intelectual dos primeiros anos da República – incluindo Euclides da Cunha – ocupou-se amplamente do debate acerca das relações entre o Brasil, a América Hispânica e os Estados Unidos, provocando “polêmicas acirradas”. A autora debruçou sua atenção sobre as obras dos letrados defensores e opositores da política pan-americanista, demonstrando que as opiniões e juízos emitidos contra ou a favor de uma aproximação do país com as demais nações do continente americano estavam relacionadas aos acontecimentos sociais e políticos da virada do século (advento da república, definição das fronteiras, imigração, debates sobre a miscigenação e o progresso, entre outras questões). Esclarece-nos a historiadora que, em maior ou menor grau, a imagem da América Hispânica como uma região violenta, dominada por caudilhos, politicamente instável e “imersa na convulsão social”, caracterizava as interpretações construídas e compartilhadas na

⁵⁰KLARÉN, Peter F. As origens do Peru moderno, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2002, volume 5, p. 317-376

⁵¹Ibid., p. 322, 325-327. Vale citarmos algumas semelhanças entre o Brasil e o Peru no período em questão. Ambos debatiam alternativas de modernização, adotando a Europa e os Estados Unidos como modelos, com ampla participação dos intelectuais no papel de condutores desse processo. Os dois países confiaram ao modelo agroexportador o desenvolvimento econômico nacional e ressaltaram a necessidade de superação de um arcaísmo colonial ainda presente. Depravavam-se também com o dilema da construção de uma nação.

época.⁵²

Em 8 de maio de 1904, o barão do Rio Branco reuniu-se no Rio de Janeiro com Hernán Velarde, ministro peruano, para negociar a resolução do conflito. Como condição solicitada pelo governo brasileiro, a parte peruana deveria ordenar a retirada dos destacamentos militares enviados para a região do Purus e do Juruá.⁵³ No dia 16 do mesmo mês, Euclides da Cunha publicou em *O Estado de S. Paulo*, o artigo “Conflito Inevitável”.

Retomando alguns pontos do artigo anterior, Euclides novamente interpreta a realidade peruana, de modo determinista, a fim de justificar o conflito que se desenrolava na Amazônia. A entrada dos peruanos, segundo o escritor, deveria ser entendida como um “expressivo movimento histórico”, contudo, a transposição da cordilheira dos Andes colocava um dilema ao homem:

[...] todo o trato de terras que vai de Arica a Trujillo, constricto entre o Pacífico e os Andes, compreende que os destinos do Peru oscilam entre dois extremos variáveis: ou a **extinção completa da nacionalidade**, suplantada por uma numerosa **população adventícia** que assume todas as modalidades, do alemão industrioso ao *coolí* quase escravo – ou um **desdobramento heróico para o futuro**, uma entrada atrevida na Amazônia, uma *rush* salvadora às cabeceiras do Purus, visando do mesmo passo uma saída para o Atlântico e um cenário maia e mais fecundo às atividades. Não há escapar às aperturas do dilema.⁵⁴

O “desdobramento para o futuro”, de que nos fala Euclides, significaria atingir uma nova etapa no processo evolutivo, segundo as teorias de Spencer. Ao penetrar na parte brasileira da Amazônia, os peruanos encontrariam condições geográficas e materiais para seu desenvolvimento, que não existiam em seu país. Porém, se não avançassem em direção ao território brasileiro, assistiriam à “extinção completa” promovida pela ação dos demais povos estrangeiros (considerados *mais aptos*) que, aos poucos, em uma seleção natural, iriam se sobrepor aos nativos (tidos como *menos aptos*), como explicitavam as teorias deterministas da época.

O dilema peruano trouxe à tona uma idéia de Euclides, presente em *Os Sertões*: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desapareceremos”.⁵⁵ Em sua obra maior, o dilema refere-se tanto à inevitabilidade do progresso, como pressupõe o

⁵²BAGGIO, Kátia Gerab. **A “outra” América**: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. 1998. 225f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998, p. 68, 69, 138, 180. A autora analisou as obras de Eduardo Prado, Oliveira Lima, José Veríssimo, Manuel Bomfim (opositores do pan-americanismo) e Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Artur Orlando e Sílvio Romero (defensores do pan-americanismo).

⁵³JORGE, op.cit., p. 123

⁵⁴CUNHA, Euclides. Conflito Inevitável. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 6. (grifo nosso)

⁵⁵CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: campanha de Canudos. 39. ed.. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 65 (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

evolucionismo, quanto à única forma de manutenção da nação e da nacionalidade brasileiras, que, ainda em formação, estaria em um estágio inferior ao das nações européias, por exemplo, que se encontravam em um estágio evolutivo superior.

Em sua análise da geografia peruana, o autor de *Os Sertões* identifica duas regiões distintas: o litoral estéril e o interior fértil. Ao dirigir-se às populações que habitam essas regiões, o escritor não escapou de um determinismo – a ação do meio sobre o homem – e construiu uma representação negativa dos habitantes do litoral, condenando a massa de mestiços e não-peruanos que viviam nas cidades:

Assim ao desordenado das atividades se prende o conflito inevitável dos temperamentos. A vida decorre sem continuidade, sem a disciplina resultante de uma harmonia de esforços que extinga o dispersivo indispensável dos ofícios; e a sociedade incaracterística, sem tradições definidas – porque a invade e a perturba, intermitentemente, a grande massa de estrangeiros que a explora e a abandona – parece refletir na ordem política o desequilíbrio das forças naturais que lhe convulsionam o território, oscilado dolorosamente, sacudida pelos terremotos e pelos “pronunciamentos”. Ninguém lhe lobrigou ainda um aspecto estável, um caráter predominante, um traço nacional incisivo.⁵⁶

Era no interior fértil e na porção brasileira da Amazônia, portanto, que se encontravam as condições necessárias para um pleno desenvolvimento, defendia Euclides. Um solo propício à agricultura, uma região repleta de minérios, o caminho livre para o Atlântico e um território sem a influência exercida em demasia pelos estrangeiros.⁵⁷ Em suma, uma forma de os peruanos superarem a própria “ficção etnográfica” em que viviam.

Outro aspecto em comum que podemos notar entre *Os Sertões* e “Conflito Inevitável” é a dualidade litoral/interior. Se em *Os Sertões* essa dualidade guardava as diferenças e distâncias étnicas e sócio-econômicas do Brasil, essenciais para a compreensão da nossa nacionalidade, no artigo de 1904 tal dualidade servia para explicar a instabilidade econômica, social e política da república andina, presa no litoral. A cordilheira, segundo Euclides, impunha ao Peru uma posição geográfica adversa, que não somente separava o litoral do interior, mas o presente conturbado de um futuro heróico.

Por fim, Euclides deduz que o Pacífico não seria suficiente para garantir aos peruanos

⁵⁶CUNHA, Euclides. Conflito Inevitável. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p.7

⁵⁷Segundo Peter Klarén, a geografia peruana caracterizava-se pela divisão em três regiões distintas e problemáticas: o litoral urbanizado, que recebia os fluxos migratórios vindos do interior rural e empobrecido; as *sierras*, outrora o “coração do império inca” e naquele momento uma região miserável e marginalizada devido à exploração desenfreada dos colonizadores espanhóis; e a selva, que constituía, aproximadamente, sessenta por cento do território, mas era pouco povoada. Klarén afirma que essa última permeava a “imaginação” de políticos peruanos, que de longa data viam a selva como uma “panacéia potencial para a solução do subdesenvolvimento crônico do país”, e projetavam um futuro na Amazônia peruana. As informações fornecidas pelo autor ajudam a compreender alguns aspectos da visão euclidiana. Cf. KLARÉN, op.cit., p. 318-319

o “progresso” necessário e, com isso, reafirma sua idéia de inevitabilidade da expansão peruana rumo ao Amazonas em direção ao Atlântico. Cita as inúmeras tentativas fracassadas de superar a cordilheira e alcançar as regiões mais ricas do país, através dos trilhos e de expedições que, na visão do escritor, seriam indícios das pretensões peruanas. Procura no artigo alertar as elites brasileiras de que o trânsito dos vizinhos não era somente a atividade dos exploradores da borracha, mas sim a iminência de um conflito, que seria inevitável, pois assim era a própria expansão dos peruanos.

Enquanto isso, no Alto Purus e no Alto Juruá, o Peru aumentava a concentração de suas forças armadas e o Brasil seguia o mesmo caminho, mobilizando seus recursos militares, o que tornava mais próxima a possibilidade de uma guerra.⁵⁸ Novamente, a habilidade diplomática de Rio Branco serviu para conter os ânimos, com a publicação do decreto:

Brasil – Perú

1904

Maio – 16 – Nota do Ministerio das Relações Exteriores á Legação Peruana ácerca da proibição resolvida pelo Governo Brasileiro, do transito de armas e munições pelo Amazonas, com destino a Iquitos. (Archivo do Ministerio. - C. Bevilaqua, Dir. Pub. Int., vol I, pag. 88)

Devido ás aggressões peruanas e ao estado de coisas no Alto Juruá e Alto Purús, o Governo do Brasil usando com essa proibição “do chamado direito de segurança ou de propria conservação, ao qual, prudentemente, se póde recorrer antes do emprego de represalias”, mandou retirar, em Manáos, do vapor *Ucayali*, os armamentos e munições destinados a Iquitos, ficando livre o Perú de providenciar sobre a sua remesa por outra via.⁵⁹

O Decreto proibia a circulação de armas e outros elementos de guerra pelo rio Amazonas, como forma de acabar com o militarismo na região. Sem essa medida, tornar-se-ia difícil um acordo pelos meios diplomáticos. Possivelmente aproveitando o ensejo da publicação do decreto de 16 de maio e da discussão em torno do militarismo na região, Euclides lança outro artigo na imprensa, intitulado “Contra os Caucheiros”. Nele, toma posição contrária à opinião corrente na época, que defendia, por parte do governo brasileiro, o envio de tropas militares para a região, visando conter o avanço dos peruanos. O texto revela-nos um Euclides conhecedor da literatura militar e das estratégias, fato que pode ser explicado pela sua formação militar.

“É um erro”, afirma Euclides da Cunha no artigo, enviar soldados armados para a região devido a quatro fatores essenciais: a condição financeira desfavorável do país; o militarismo inviabilizaria o diálogo diplomático que vinha sendo construído entre os dois

⁵⁸LINS, op.cit., p. 306

⁵⁹OLIVEIRA, José Manuel Cardoso. **Actos Diplomáticos do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1997 (edição fac-similar de 1912), (1871-1912), v. 2, p. 321

países, principalmente nos últimos meses; poderia ressoar de maneira negativa, no acerto realizado com a Bolívia em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis; e, por fim, direcionar tropas para o local era uma medida errônea devido às novas características observadas nas guerras na época.⁶⁰

Tomando como exemplo as guerras imperialistas entre colonizadores e colonizados, o escritor ressalta a “glorificação dos lutadores improvisados” como elemento fundamental das “batalhas modernas”. Acredita que o civil ou o voluntário, sem treinamento e conhecimentos táticos, teria “preeminência” sobre o soldado regular, devido ao modo de vida livre, que em nada se assemelhava à rigidez e à hierarquia militar.⁶¹ Aluno da Escola Militar da Praia Vermelha e da Escola Superior de Guerra, Euclides trabalhou construindo trincheiras e fortificações durante a Revolta da Armada e teve a experiência jornalística na revolta de Canudos, o que lhe propiciou um contato, não apenas com o tema, mas com a observação e a ação.

Nessas batalhas, que requerem agilidade e surpresa, as tropas regulares, condicionadas à disciplina, “sem o hábito das deliberações próprias”, teriam “menor aptidão” para agir individualmente – diferentemente dos civis armados – e sucumbiriam.⁶² Ao utilizar termos como “preeminência”, “hábito” e “aptidão”, podemos notar que Euclides da Cunha compreendia a guerra como um confronto entre os mais e os menos aptos, respectivamente os civis armados e os soldados regulares, com a vitória final dos primeiros.

Para o autor de *Os Sertões*, os caucheiros peruanos eram um exemplo desse exército voluntarioso que o Brasil iria enfrentar nos recônditos da selva amazônica:

Ali não nos aguardam tropas alinhadas. Esperam-nos os caucheiros solertes e escapantes, mal reunidos nos batelões de voga, dispersos nas ubás ligeiras, ou derivando velozmente, isolados, à feição das correntes, nos mesmos paus boiantes que os rios acarretam; e repontando, a súbitas, na orla florida dos igapós, e desaparecendo, impalpáveis no afogado dos paraná-mirins, onde se entrançam as ramagens das árvores que os escondem; ou girando pelas infinitas curvas e pelos incontáveis furos que formam a interessantíssima anastomose hidrográfica dos tributárias meridionais do Amazonas.⁶³

Além da tendência de se utilizar e valorizar a ação individual e a iniciativa em um combate, outro fator explicativo para a superioridade das tropas irregulares sobre as regulares,

⁶⁰CUNHA, Euclides. *Contra os Caucheiros*. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 11. Euclides concebia a guerra como um paradoxo, pois apropriava-se dos recursos da ciência e da indústria, que são contrários às armas. Ao fazer essa afirmativa, o escritor demonstra sua afinidade com as idéias de solidariedade e fraternidade de Comte, vistas como essenciais para o bom funcionamento da sociedade.

⁶¹Ibid., p.12

⁶²CUNHA, Euclides. *Contra os Caucheiros*. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 12

⁶³Ibid., p.13

seria o meio onde a guerra se desenvolvesse. A Amazônia, palco do conflito entre brasileiros e peruanos, colocava uma adaptação “difícilima e penosa” ao clima inóspito, à vegetação exuberante e às moléstias por parte dos soldados brasileiros, que culminaria no fracasso da tentativa militar de resolver a contenda.

Eis então que Euclides apresenta – confirmando a influência do determinismo geográfico em seus posicionamentos – a resposta brasileira ao caucheiro peruano:

Além disso, as forças para repelir a invasão já ali se acham, destros e aclimadas, nas tropas irregulares do Acre, constituídas pelos destemerosos sertanejos dos estados do Norte, que há vinte anos estão transfigurando a Amazônia. Eles formam o verdadeiro exército moderno como o preconizam, como o desejam, como o proclamam altamente, dentro dos círculos militares da Europa, os luminares da guerra precipitados – não já para o caso especial das guerrilhas, mas para todas as formas das campanhas, quer estas se desenrolem nos campos clássicos da Bélgica, quer na topografia reversa do Transvaal. E confiados naqueles minúsculos titãs de envergadura de aço enrijada na têmpera das soalheiras calcinantes, a um tempo bravos e joviais, afeitos às deliberações rápidas e decisivas de uma tática estonteadora, que improvisam nos combates com a mesma espontaneidade com que lhes saltam das bocas as rimas ressoantes dos folguedos – poderemos permanecer tranqüilos.⁶⁴

Fruto das levas de migrantes que atravessaram a região Norte do país fugindo das secas, o sertanejo amazônico, na visão euclidiana, era superior ao caucheiro peruano, primeiro por estar adaptado ao meio, isto é, o calor e a umidade excessiva não lhe impunham dificuldades, e por ser conhecedor dos rios e dos caminhos labirínticos entre a vegetação; segundo, por ser brasileiro, o que não esconde um certo patriotismo do escritor ao revelar sua preferência pelo sertanejo.

No artigo “Entre o Madeira e o Javari”, publicado em 29 de maio de 1904, Euclides da Cunha redirecionou seu foco de análise, deixando de lado a questão diplomática com o Peru, para falar mais da Amazônia. Seu ponto de partida foi a constatação de que a região compreendida entre os rios Madeira e Javari era a que mais havia progredido, desde meados dos oitocentos até aquele momento em todo o território nacional.

Para explicar e justificar sua observação, Euclides volta-se, mais uma vez, para o estudo da história e da geografia local para mostrar os caminhos e as características do povoamento da Amazônia. Citando os trabalhos anteriores de Sousa Franco, Agassiz, Bates, Sousa Coutinho (governador do Pará), Tavares Bastos, entre outros, o autor de *Os Sertões* afirma que a região, até a primeira metade do século XIX, era marcada pelo isolamento e por áreas completamente desertas, devido à dificuldade de superar os “muros irradiados” da

⁶⁴CUNHA, Euclides. *Contra os Caucheiros*. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 14

vegetação.⁶⁵ Na segunda metade do século, a Amazônia testemunhou a ocupação de suas áreas, graças à propaganda de suas riquezas vegetais.

Como exemplo, o escritor cita a cidade de Lábrea, que em aproximadamente dez anos passou a experimentar o “requisito progressista” e a “civilização”, através do estabelecimento da imprensa periódica e a circulação de dois jornais, da construção de um teatro e de colégios e da urbanização das ruas.⁶⁶ Vejamos a explicação do autor para o progresso da cidade:

Ora, estes sucessos, que formam um dos melhores capítulos da nossa história contemporânea, são também o exemplo mais empolgante da **aplicação dos princípios transformistas às nossas sociedades**. Realmente, o que ali se realizou, e está realizando-se, é a **seleção natural dos fortes**. Para esse investir com o desconhecido não basta o simples anelo das riquezas: requerem-se, sobretudo, uma vontade, uma pertinácia, um destemor estóico e até uma constituição física privilegiada. Aqueles lugares são hoje, no meio dos nossos desfalecimentos, o palco agitadoíssimo de um episódio da **concorrência vital entre os povos**.⁶⁷

Euclides construiu uma interpretação do processo histórico local, baseado no determinismo cientificista. Entendia o desenvolvimento da região como resultado da ação de sujeitos aptos, carregados de atributos como a força física, coragem e ambição, vistas como essenciais para a conquista da Amazônia. Cita a presença de estrangeiros (franceses) que trocaram a vida requintada da metrópole européia pelas adversidades da selva, em busca de riquezas e que estariam contribuindo ali para o desenvolvimento daquelas paragens. Entretanto, acreditava o escritor que no futuro uma nova seleção natural dos mais aptos⁶⁸ iria ocorrer, no qual a figura do caboclo amazônico se destacaria, pela maior adaptabilidade, e absorveria o estrangeiro:

[...] Mas sobrepujando-os pelo número, pela robustez, pelo melhor equilíbrio orgânico da aclimação e pelo garbo no se afoitarem com os perigos, os admiráveis caboclos do Norte que os absorverão, que lhes poderão impor a

⁶⁵CUNHA, Euclides. Entre o Madeira e o Javari. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p.16-17

⁶⁶Ibid.,p.17-18

⁶⁷Ibid., p. 18 (grifo nosso)

⁶⁸Segundo os pressupostos formulados por Charles Darwin (1859), as espécies evoluiriam como resultado da luta pela sobrevivência. Nesse processo, ocorreria uma seleção natural, no na qual os indivíduos melhor adaptados ao meio exerceriam preponderância sobre os indivíduos com menor capacidade de adaptação ao meio, levando ao aperfeiçoamento dos primeiros. Na luta pela sobrevivência, através da seleção dos mais aptos, aponta Darwin, pela sobrevivência. Nesse processo, ocorreria uma seleção natural, no na qual os indivíduos melhor adaptados ao meio exerceriam preponderância sobre os indivíduos com menor capacidade de adaptação ao meio, levando ao aperfeiçoamento dos primeiros. Na luta pela sobrevivência, através da seleção dos mais aptos, aponta Darwin, as espécies poderiam sofrer alterações em seus membros, decorrentes do esforço e da busca por adaptar-se, e tais alterações seriam transmitidas, hereditariamente, em sucessivas gerações. Ludwig Gumpowicz, autor que em momentos da trajetória intelectual de Euclides recebeu atenção privilegiada, entre outros pensadores do século XIX, utilizou as idéias e conceitos formulados pelo naturalista para analisar a sociedade, justificando a suposta superioridade européia e sua intervenção junto aos povos considerados inferiores, principalmente na Ásia e África. Cf. DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Hemus, 1981, p. 68-69, 97, 119, 137; SCHWARCZ,op. cit., p. 55 et. seq.

nossa língua, os nossos usos e, ao cabo, os nossos destinos, estabelecendo naquela dispersão de forças a componente dominante da nossa nacionalidade.⁶⁹

Encontramos também no artigo uma das suas primeiras manifestações sobre a necessidade de incorporação da Amazônia. Comparando o movimento de conquista do sertão brasileiro à marcha para o Oeste nos Estados Unidos, justifica a integração da região ao conjunto da nação. Sob o risco de surgir uma nova nacionalidade – tal qual teria ocorrido nos E.U.A. sem a conquista do oeste – nas áreas mais distantes do país, culminando em uma separação, “como se desprega um mundo de uma nebulosa”, o escritor ressalta a necessidade da incorporação da Amazônia e apresenta sua proposta: promover as comunicações com os locais mais afastados, através dos fios dos telégrafos.

Como vimos anteriormente, por tratar-se de um adepto do ideário positivista, o escritor defendia uma atuação do Estado, na figura dos técnicos e cientistas qualificados, como incentivador e realizador das reformas e projetos que colocariam o país na trilha do progresso. A proposta apresentada e o modo como deveria ser colocada em prática remetem-nos ao seu ofício de formação e às aulas de Benjamin Constant e refletem o empenho de toda uma geração de homens de letras da Primeira República em incorporar os sertões.

“Contrastes e confrontos”, “Conflito inevitável”, “Contra os caucheiros” e “Entre o Madeira e o Javari” apresentam novas avaliações de Euclides sobre o homem e a Amazônia, como por exemplo, o problema da fragilidade das fronteiras, o isolamento da região em relação ao restante do país e a necessidade de estabelecer comunicação entre o Norte e o Sul via telégrafo. Avaliações que podem ser entendidas como um amadurecimento de suas idéias, esboçadas pela primeira vez em 1898, e da forma como compreendia a Amazônia. Novamente a selva o chamava.

Analisados os escritos pré-amazônicos de Euclides da Cunha, podemos apresentar algumas considerações e dialogar com a produção historiográfica acerca do assunto. Podemos notar que em “Fronteira Sul do Amazonas: questão de limites” (1898), *Os Sertões* (1902) e nos quatro artigos de 1904, o escritor construiu uma representação permeada de determinismos, fruto de suas variadas leituras e influências teóricas.

Estudiosos do assunto como o ensaísta Clóvis Moura, o crítico literário Franklin Oliveira, o geógrafo Fadel David Antonio Filho e o historiador e geólogo José Carlos Barreto de Santana, definem esses escritos como “pré-amazônicos”, por terem sido produzidos antes da viagem às cabeceiras do Purus e sem o conhecimento *in locu* do objeto de seus estudos. De acordo com esses autores, a visão euclidiana pré-amazônica estava marcada pelo ideário

⁶⁹CUNHA, Euclides. Entre o Madeira e o Javari. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 18

positivista e cientificista. Após a viagem, tal influência em seu modo de ver e compreender a região teria perdido espaço, em detrimento das questões de cunho social como a exploração do seringueiro e o abandono da região. Entretanto, ainda seria possível perceber alguns traços de determinismo em sua fase “pós-amazônica”. Nos ocuparemos desses estudos nos capítulos seguintes.⁷⁰

Como procuramos observar em nossa análise, o autor de *Os Sertões* fez demasiado uso do ideário corrente na época para interpretar a realidade amazônica. Contudo, creio que podemos acrescentar à visão “pré-amazônica” de Euclides da Cunha um outro aspecto presente em seus artigos e que recebeu pouca atenção de seus estudiosos: a influência do conflito de fronteiras na Amazônia.

Com exceção de *Os Sertões*, onde apresentou breves considerações sobre o homem amazônico e sua relação com o meio, nos demais artigos fez referências à ocupação da Amazônia e às disputas de fronteira interna (com o Mato Grosso, em “Fronteira Sul do Amazonas”) e externamente (com o Peru, nos textos de 1904). O autor enfatiza a questão das fronteiras como um problema que deveria ser solucionado, pois colocava em risco a soberania brasileira na região. Para tanto, Euclides não apenas defende a necessidade da resolução do conflito, como sugere propostas para a incorporação da Amazônia ao conjunto da nação. Nos escritos posteriores à viagem, apesar do conflito com o Peru só ter alcançado resolução em 1909, o escritor não voltou a abordar o problema. Por isso acredito poder incluir essa característica em sua visão “pré-amazônica”.

Os quatro artigos de 1904 e também a carta citada anteriormente, endereçada a Luis Cruls, de 1903, como sugerem alguns autores, fazem parte de uma “estratégia” de Euclides da Cunha para obter vaga em uma das comissões de demarcação de limites territoriais na Amazônia.⁷¹ Luis Cruls chefiou uma dessas comissões, em 1902, fato que pode explicar a menção feita na carta do escritor sobre seu desejo de conhecer o Acre.⁷²

Do mesmo modo que em 1897, durante o conflito no sertão baiano, no qual Euclides lançou em *O Estado de S. Paulo* artigos que tratavam do assunto e que lhe valeram um

⁷⁰Entre os autores que defendem a existência de uma visão “pré-amazônica” podemos citar: MOURA, Clóvis. **Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; OLIVEIRA, Franklin. **Euclides: a espada e a letra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; ANTONIO FILHO, Fadel David. **O pensamento geográfico de Euclides da Cunha: uma avaliação**. 1990. 272f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 1990; ANTONIO FILHO, Fadel David. **A visão da Amazônia brasileira: uma avaliação do pensamento geográfico entre 1900-1940**. 1995. 245f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 1995; SANTANA, José Carlos Barreto. **Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

⁷¹Sylvio Rabelo, Roberto Ventura e José Carlos Barreto de Santana falam em uma “estratégia” por parte de Euclides da Cunha ao enviar a carta a Luis Cruls e publicar artigos sobre a questão peruana na imprensa.

⁷²Luis Cruls (1848-1908), engenheiro belga, dirigiu o Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, entre 1884 e 1908; chefiou a Comissão Exploradora do Planalto Central, entre 1892 e 1893 e a Comissão de Reconhecimento do Alto Javari, em 1902.

convite para fazer a cobertura jornalística em Canudos, em 1904, no auge da contenda com o Peru, o escritor publicou artigos oportunos sobre a questão. Segundo Roberto Ventura, o autor de *Os Sertões*, “tornava pública, de certa forma, sua pretensão em participar de uma das inúmeras viagens de exploração e levantamento cartográfico”.⁷³

Entendo como tarefa muito complicada afirmar com precisão quando, como e porque surgiu em Euclides da Cunha o interesse pela Amazônia. É possível destacar que a Amazônia, como parte integrante da nação, sempre esteve presente em seu pensamento, como manifestam as várias citações sobre a região em seus estudos. Porém, o interesse em realizar uma viagem ao local pode ter surgido apenas entre 1903 e 1904, devido à difícil situação em que se encontrava: desiludido com a República, insatisfeito com os rumos de sua carreira de engenheiro e dividido entre a fiscalização de obras e as letras. Como afirmou posteriormente em carta ao pai:

Acabo de receber do dr. Oliveira Lima um telegrama noticiando a minha próxima nomeação para a comissão de engenheiros para os limites do Peru. Não sei ainda em que cargo. De qualquer modo devo aceitar. Só terei a lucrar – como **brasileiro** que vai prestar um serviço à sua terra, como **engenheiro** que não pode ter trabalho mais digno, e como **escritor** que não poderá ter melhor assunto.⁷⁴

A continuidade dos artigos, publicados no apogeu da contenda envolvendo os dois países, e a ênfase dada pelo autor na possibilidade latente de um conflito de grandes proporções, podem ser compreendidas como um meio encontrado por Euclides para chamar a atenção das elites para a questão e para demonstrar para as autoridades responsáveis (como o ministro Rio Branco) o seu interesse. Uma preocupação que não havia em 1898 e 1902.

A viagem para Euclides representaria tanto a oportunidade de emprego (estava sem ocupação fixa desde a demissão da Comissão de Saneamento) quanto a possibilidade de se aproximar dos grandes homens, entre eles o barão, em quem o escritor depositava suas esperanças para a direção da nação, após o desencanto com o regime que ajudou a propagandear e de levantar observações e material para um novo livro. Escrever artigos sobre o conflito com o Peru, nos jornais da época, pode ter sido um pretexto.

Em 12 de julho de 1904, foi assinado o seguinte acordo:

Brasil – Perú
1904
Julho – 12 – Accôrdo Provisorio, concluido no Rio de Janeiro, para prevenir possiveis conflictos entre Brasileiros e Peruanos no Alto Juruá e Alto Purús, e permittir que os dois Governos entrem na negociação de um Accôrdo

⁷³VENTURA, 2003, op. cit., p. 230-231

⁷⁴Carta de Euclides da Cunha ao pai, Guarujá, 08/08/1904, In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.) *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 219 (grifo nosso)

Definitivo sobre a questão de limites entre os dois países.⁷⁵

Dois acordos entre os governos de Brasil e Peru foram assinados: o primeiro criava um tribunal arbitral, sediado no Rio de Janeiro, com a incumbência de julgar as reclamações dos cidadãos brasileiros e peruanos por prejuízos ou violências sofridas desde 1903 na região em litígio; o segundo tinha o objetivo de prevenir novos conflitos no local, permitindo aos dois países negociarem o fim do conflito, podendo recorrer à mediação de algum governo amigo ou a decisão arbitral.⁷⁶

Assim, os territórios do Alto Juruá e do Alto Purus ficaram neutralizados durante as discussões diplomáticas com o estabelecimento de um *modus vivendi*, isto é, uma situação provisória até a preparação do tratado definitivo. Nos dois locais foram instalados postos fiscais mistos, administrados por duas comissões, uma de cada país. O mesmo acordo criava duas comissões mistas de reconhecimento desses rios, até suas cabeceiras, visando reunir o maior número de informações geográficas e estatísticas para facilitar a resolução do impasse.

Dias antes da assinatura do acordo entre os dois países, Euclides havia enviado duas cartas ao amigo e funcionário do Itamaraty, José Veríssimo, agradecendo o empenho deste para que sua nomeação para uma das comissões fosse alcançada e aproveita para sublinhar seu desejo:

[...] Para mim esse seguir para Mato Grosso, ou para o Acre, ou para o Alto Juruá, ou para as ribas extremas do Mahú, é um meio admirável de ampliar a vida, o de torná-la útil e talvez brilhantíssima. Sei que farei muito. Aquelas paragens, hoje, depois dos últimos movimentos diplomáticos, estão como o Amazonas antes de Tavares Bastos; e se eu não tenho a visão admirável deste, tenho o seu mesmo anelo de revelar os prodígios de nossa terra.⁷⁷

José Veríssimo, Oliveira Lima e Domício da Gama entrevistaram junto ao barão do Rio Branco para que Euclides da Cunha fosse nomeado. O biógrafo Sylvio Rabelo afirma que era de interesse do ministro manter contato com jornalistas, poetas e escritores, pois poderiam “orientar melhor a opinião pública” e prestigiar a diplomacia brasileira.⁷⁸

Nomeado em 6 de agosto de 1904 chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus, que iria fazer o levantamento cartográfico das cabeceiras desse rio, juntamente com uma comissão peruana, o autor de *Os Sertões*, tratou de nomear os demais membros e preparar a expedição, que considerava o seu “mais belo e arrojado ideal”.⁷⁹ Em inúmeras

⁷⁵OLIVEIRA, op.cit., p. 234

⁷⁶JORGE, op.cit., p.124

⁷⁷Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Guarujá (Santos), 24/06/1904, In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 207-208

⁷⁸RABELO, op.cit., p.253

⁷⁹Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Guarujá, 06/09/1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997 p.229-230

cartas o escritor demonstra sua satisfação com a nomeação e revela sua expectativa e ansiedade com a data da partida:

[...] e ainda estou sem saber qual a data provável da partida porque ele [Secretário do Exterior] nada resolveu, além da consulta que fez ao ministro, relativamente aos detalhes para se organizar a Comissão. Tudo depende da resposta àquela consulta; e eu venho pedir-lhe que influa para que ela não se demore, de modo a não se afastar muito o dia da viagem. Ainda que tenha de demorar-me em Manaus, serei mais útil lá (onde poderei firmar os preliminares dos trabalhos), do que aqui, numa atitude meramente expectante.⁸⁰

Nem o risco de contrair doenças desanimava-o:

Felizmente está próximo um desenlace: deve votar-se hoje o decantado crédito para a expedição. Graças aos deuses! Enfim – creio que faltam bem poucos dias para que torne efetiva essa minha trágica candidatura ao impaludismo, ao beribéri, à filária, e, talvez à morte. E dizem que não há mais sonhadores!⁸¹

O prazo de cinco meses, de 1º de agosto a 31 de dezembro, transformou-se em cinco anos. Adiamentos provocados pela demora, por parte de Rio Branco, no envio das instruções para as duas comissões e pelo não cumprimento do *modus vivendi*, por parte dos peruanos, acabaram atrasando a partida em direção ao Purus⁸², aumentando a impaciência do escritor e chefe da comissão. Entre a nomeação e a data da partida (13 de dezembro de 1904), Euclides ocupou-se da sua preparação para a viagem.

Voltando aos seus artigos, ensaios e investigando suas correspondências, podemos observar as inúmeras referências a autores e livros que tratam da região e foram utilizados como base para seus estudos. É válido lembrar que o autor de *Os Sertões* só conhecia a Amazônia através de suas leituras. Cita os viajantes La Condamine, Humboldt, Alexandre Rodrigues Ferreira, Charles Wiener, Tavares Bastos, Padre João Daniel, Luiz Agassiz, Henry Bates, Sousa Coutinho e tantos outros que por lá estiveram entre os séculos XVIII e XIX, brasileiros ou estrangeiros, o que permite supor que era conhecedor dessa literatura, e que a mesma ofereceu grande contribuição para os seus preparativos para a viagem.

José Carlos Barreto de Santana, ao pesquisar a presença das ciências naturais no conjunto da obra euclidiana, afirma que, ao longo de sua trajetória intelectual, Euclides tentou se firmar entre a comunidade científica do país, abordando em seus estudos temas

⁸⁰Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama, Rio, 28/09/1904, In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.235-236 (parênteses do autor).

⁸¹Carta de Euclides da Cunha a Plínio Barreto, Rio, 22/10/1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.240-241

⁸²LINS, op.cit., p. 308

relacionados à geologia, botânica e mineralogia, e também estabelecendo contato com homens e instituições de ciência da época. Podemos crer que esse contato foi bastante fortuito, tanto no que concerne às suas pretensões quanto à contribuição desses cientistas em sua formação. As páginas, e sobretudo as notas, de *Os Sertões* evidenciam essa contribuição e toda a preocupação de seu autor com o conteúdo científico do trabalho.⁸³ Acredito que tal inquietação também está presente em seus estudos amazônicos.

Sua passagem pelo curso de engenharia na Escola Militar da Praia Vermelha e na Escola Superior de Guerra propiciou conhecer áreas como a astronomia, a geodésia, a mineralogia, a botânica, a geologia, o desenho geográfico e a redução de cartas.⁸⁴ Como veremos no capítulo seguinte, para realizar um trabalho técnico como o que foi fazer na Amazônia, esses conhecimentos seriam essenciais para a expedição, na identificação dos limites e até em suas impressões acerca do local.

Junto com toda essa bagagem que, suponho, levou para a Amazônia, o autor ainda dedicou-se à leitura dos relatos administrativos e dos mapas das expedições anteriores, entre eles o de Willian Chandless, seu antecessor nas cabeceiras do Purus, recebido do amigo Domício da Gama, pouco após a nomeação: “Recebi ontem o interessante folheto de Chandless. Obrigadíssimo.”⁸⁵

A intenção deste primeiro capítulo era mostrar como a visão amazônica de Euclides da Cunha foi se formando ao longo de sua trajetória, delimitando como recorte os anos entre 1898, quando foi publicado seu primeiro artigo sobre o tema, e 1904, ano de sua nomeação e partida para a região. Procurei suscitar aqui algumas questões em torno de seu interesse pela Amazônia e pela viagem. Quando teria surgido esse interesse pelo local e em realizar uma viagem e quais as condições em que surgiu tal vontade. Busquei também, utilizando como fontes as cartas, artigos, ensaios e estudos do escritor, observar como suas referências ao conflito e como a pendência contribuiu para sua visão “pré-amazônica”. Espero ter alcançado o objetivo proposto.

O escritor ouviu o chamado da selva e tomou assento no vapor *Alagoas* no dia 13 de dezembro de 1904, partindo do Rio de Janeiro e passando por Vitória, Salvador, Recife, São Luís do Maranhão e Belém, rumo ao Amazonas. Em 30 de dezembro do mesmo mês, Euclides da Cunha desembarcava em Manaus.

⁸³SANTANA, op.cit. Nas notas de *Os Sertões*, Euclides cita os geólogos Emmanuel Liais, Teodoro Sampaio, Orville Derby, entre outros cientistas de seu tempo.

⁸⁴SANTANA, José Carlos Barreto. **Ciência e arte**: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 41-42

⁸⁵Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama, Guarujá, 22/08/1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.222

CAPÍTULO 2

“ALGUNS GRAUS DE FEBRE”

Quando penetramos em suas águas, quantas vagas previsões e sonhos duma vida nova e cheia de interesse não flutuavam diante de nós! Inquietações, idéias de perigos desconhecidos, é bem de imaginar que se misturassem. Sabe-se tão pouca coisa, mesmo no Brasil, sobre estas regiões, que mal pudéramos obter alguns informes incompletos, quase sempre desencorajadores. Se se anuncia, no Rio de Janeiro, que se vai subir o grande rio, os amigos brasileiros nos olham com piedosa admiração. Ameaçam-nos com febres, calor acabrunhante, fome, falta de abrigo, mosquitos, jacarés e índios selvagens. Se se fala a um médico, este logo aconselha boa provisão de quinino e fortemente insiste em que se tome uma dose cada dia para evitar a febre intermitente e os calafrios.

(Louis & Elizabeth Cary Agassiz, **Viagem ao Brasil**)

O ano é 1852. João Rodrigues Cametá prepara a embarcação para a subida do Purus. Essa foi a primeira expedição, de caráter oficial, realizada no rio. Antes de Cametá, o Purus, o Juruá e os demais rios locais haviam sido freqüentados, apenas, por pescadores e sertanistas, durante o período colonial.¹ Ordenada por João Batista Tenreiro Aranha, presidente da província do Amazonas, a expedição de Cametá tinha como objetivo a “pacificação dos índios”. Ainda no mesmo ano, Tenreiro Aranha ordenou uma segunda subida do rio, dessa vez com o intuito de conhecer as características geográficas do Purus, na tentativa de estabelecer uma comunicação fluvial entre as bacias desse rio e a do Madeira para o “suprimento das necessidades alimentares”.²

Em 1861, Manuel Urbano da Encarnação foi incumbido, pelo presidente da província, de procurar caminhos, por terra ou água, que ligassem o país com o território boliviano para realizar a importação de gado. Manuel Urbano, considerado por Euclides da Cunha um “cafuz destemeroso e sagaz”, dono de uma “vivacidade intelectual” e um “ânimo resolutivo e sobranceiro aos perigos”³, retornaria ao Purus outras três vezes: acompanhando a expedição de Silva Coutinho, em 1862; como guia de William Chandless, em 1864; e sozinho, em 1866.

João Martins da Silva Coutinho, engenheiro, produziu um relatório apontando a necessidade de se realizar o reconhecimento hidrográfico do Purus, tendo em vista a sua importância para a comunicação do Amazonas com o Peru e a Bolívia. Por sua vez, Chandless, enviado pela *Royal Geographical Society of London*, procurou examinar as ligações do rio Purus com o Madre de Dios, para compreender a incerta ligação das bacias do Amazonas e do Prata. O geógrafo inglês foi o responsável pelo levantamento mais preciso das coordenadas geográficas e astronômicas das cabeceiras do rio até a expedição da comissão brasileiro-peruana de reconhecimento do Alto Purus, chefiada por Euclides da Cunha.⁴

As contribuições de Urbano, Silva Coutinho e William Chandless foram ressaltadas pelo escritor, para quem os três exploradores forneceram preciosas informações acerca do curso do rio, seus afluentes, direções e localização das cabeceiras, e até das referências aos indígenas em suas margens. Para Euclides, Chandless realizou a “mais séria entre todas as explorações do grande rio”, apesar das dificuldades encontradas ao longo da expedição, e as coordenadas cartográficas utilizadas para a navegação do Purus, durante muito tempo, foram

¹TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, v.1, p. 207-208

²TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, v.1, p. 94

³CUNHA, Euclides. Geografia do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 144. O texto trata-se das “Notas complementares” ao Relatório da comissão mista brasileiro-peruana de reconhecimento do Alto Purus, redigidas por Euclides da Cunha, após o seu retorno ao Rio de Janeiro e enviadas ao barão do Rio Branco. O título “Geografia do Alto Purus” foi dado por Leandro Tocantins em livro que reúne os estudos amazônicos do escritor.

⁴TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, v.1, p. 94-97

aquelas determinadas pelo inglês.⁵

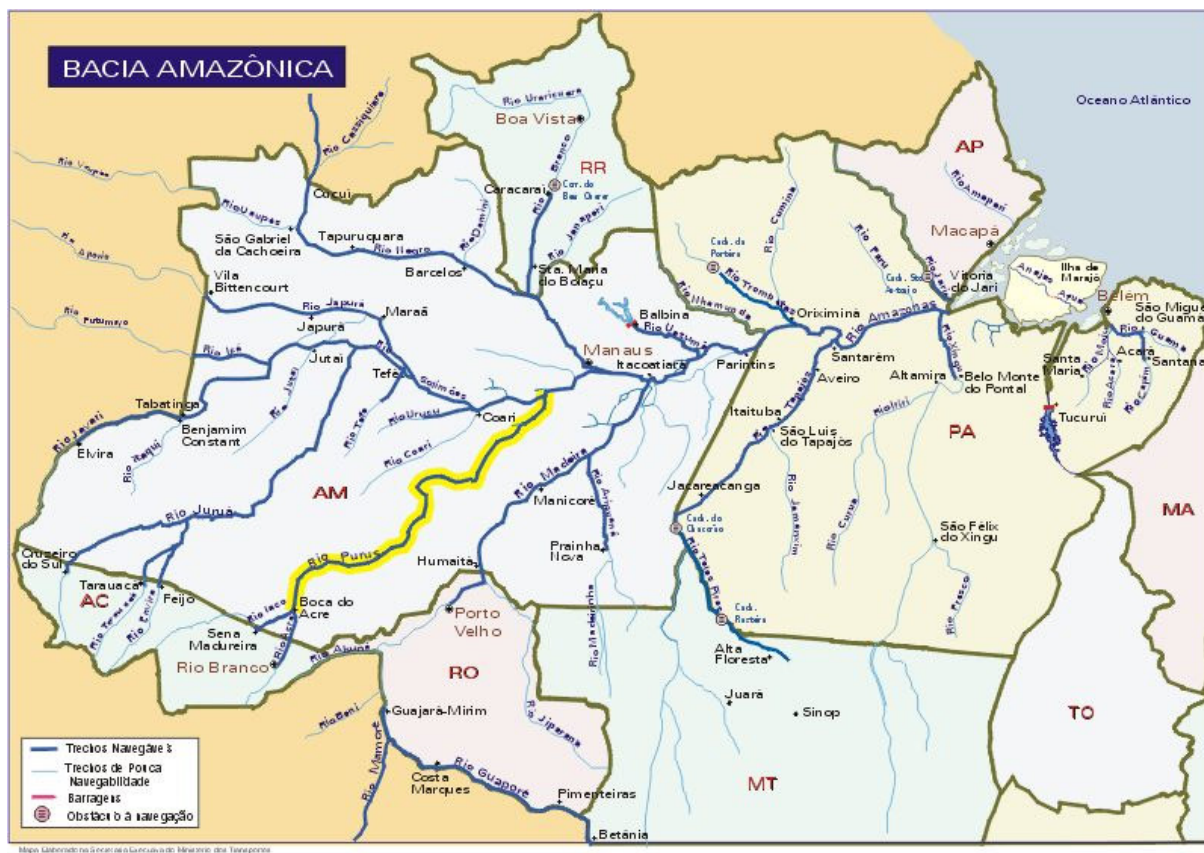


Figura 2: Mapa das condições de navegabilidade dos rios da Bacia Amazônica.

Fonte: Disponível em <<http://www.transportes.gov.br/bit/hidro/fuguras/map-purus.gif>>. Acesso em <02/07/2007>.

O caráter dessas expedições, pontuou o estudioso Leandro Tocantins, em um primeiro momento, foi essencialmente geográfico e voltado para as atividades mercantis do comércio das drogas do sertão. O surto de povoamento que acompanhou o extrativismo industrial da borracha, caracterizou um segundo momento da exploração dos rios Purus e Juruá.⁶

Em 1905, havia chegado a vez de Euclides da Cunha.

Por meio da análise das correspondências e dos estudos e artigos que escreveu durante e após sua viagem à Amazônia, o intuito desse segundo capítulo é observar as impressões que teve da paisagem, dos rios, do clima, dos homens e do cotidiano local, bem como as descrições, ou representações, construídas para a compreensão da realidade amazônica. O ponto de partida aqui será o ano de 1905, em que esteve na Amazônia, e conduziremos nossa análise até 1909, ano das últimas cartas e estudos, dada a sua morte. Sem bússola e de facão empunhado, seguiremos as picadas.

⁵ CUNHA, Euclides. Geografia do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p.146

⁶ TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, v.1, p. 97

2.1 Belém e Manaus.

O vapor *Alagoas* trazia para a Amazônia, além de Euclides da Cunha, chefe da comissão brasileira do Purus, o Coronel Belarmino Mendonça, chefe da comissão de reconhecimento do rio Juruá, e os auxiliares das respectivas comissões. E foi ainda à bordo do vapor que Euclides registrou, em carta destinada ao pai, as suas primeiras impressões de viagem. Empolgado com a empreitada, nem o enjoô causado pela viagem desanimava-o. Ficou surpreso ao ser reconhecido em todas as paradas do navio, graças à sua obra maior. Entre as cidades em que esteve, Belém causou uma impressão admirável no escritor:

Passei ali algumas horas inolvidáveis – e nunca esquecerei a surpresa que me causou aquela cidade. Nunca S. Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes. Não se imagina no resto do Brasil, o que é a cidade de Belém, com os seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis e com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa. Foi a maior surpresa de toda a viagem.⁷

Ao desembarcar em Manaus, os dois comissários seguiram rumos diferentes: o Coronel Belarmino instalou-se, com seus auxiliares, no Quartel do Largo de Polícia, enquanto Euclides da Cunha hospedou-se no chalé do amigo de farda, Alberto Rangel, e Firmo Dutra, com quem veio a estabelecer cordial amizade.⁸ Rangel, engenheiro e homem de letras, ocupou-se da demarcação de seringais na região do Juruá-Mirim, até adoecer, de malária. Essa experiência traria frutos literários em 1907, ano da publicação de *Inferno Verde*, seu livro de contos sobre a Amazônia, que traria um preâmbulo (e muitos elogios) de Euclides. Firmo Dutra, também engenheiro de formação militar, esteve no Juruá envolvido com a pendência de fronteira entre brasileiros e peruanos.⁹

Em muitas das correspondências remetidas de Manaus, o escritor demonstra o mesmo ânimo que tinha antes da viagem, ainda no Rio de Janeiro; demonstrações que, no entanto, vinham acompanhadas de impaciência e insatisfação com a demora para a partida rumo às cabeceiras do Purus e de preocupação com a proximidade da época das vazantes dos rios, o que dificultaria a expedição. O atraso das instruções e os reparos nas lanchas peruanas eram

⁷Carta de Euclides da Cunha ao pai, Manaus, 30/12/1904. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 249-250

⁸TOCANTINS, Leandro. De um Relatório sobre a Geografia física e a Geografia humana do rio Juruá. In: MENDONÇA, Belarmino. **Reconhecimento do rio Juruá** Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, v. 152, p. 15 (Coleção Reconquista do Brasil).

⁹TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 60

os motivos da demora.¹⁰

Durante a estadia na capital amazonense Euclides ocupou-se, segundo o testemunho de Firmo Dutra, de ampliar seus conhecimentos sobre a região. Consultou, na biblioteca do estado e nos arquivos do palácio do governo, mapas, desenhos e roteiros dos exploradores, nacionais e estrangeiros, daquelas paragens. Aponta Firmo Dutra, que o apreço do escritor por Manuel Urbano e William Chandless, veio dessas pesquisas e dessa curiosidade.¹¹

Contudo, se Euclides da Cunha guardou boas impressões de Belém, o mesmo não pode ser dito de suas impressões sobre Manaus:

Manaus, onde eu julgava ficar tão poucos dias e onde estacamos de improviso, a braços com os maiores empecilhos na aquisição de meios de transporte é hoje para mim uma Cápua abrasadora, trabalhosa, que me devora energias, menos pelo excesso de felicidade que pela sobrecarga de preocupações. Imagina esta situação de parada forçada e inatural na minha engenharia de César. Quis chegar, observar e voltar, mas cheguei e parei. Estaquei à entrada de meu misterioso deserto do Purus; e, para maior infelicidade, depois de caminhar algumas três milhas, caí na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre as roupagens civilizadores, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio européia, onde o tejuar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do ianque espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute é a de uma maloca tranformada em Gand.¹²

Condenou o “cosmopolitismo excessivo” da cidade, repleta de europeus, considerando-a “ruidosa”, “mal-arranjada” e até mesmo “monstruosa”. Apontou, ao menos, um aspecto que entendia como positivo: o brasileiro, que com suas “formosas qualidades de coração”, consegue “dominar” o estrangeiro. E Euclides deixou-se surpreender, ao “perceber que este nosso Brasil é verdadeiramente grande porque ainda chega até cá”. Essa surpresa, causada pela visão de um pedaço do Brasil, só conhecida pelo escritor através de suas leituras, retoma uma crítica constante em sua obra e na de outros autores de sua geração: “Realmente, cada vez mais me convenço que esta deplorável rua do Ouvidor é o pior prisma por onde toda

¹⁰Cf. Carta de Euclides da Cunha ao barão do Rio Branco, Manaus, 14/01/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 253-254; Carta de Euclides da Cunha a Oliveira Lima, Manaus, 16/01/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 255; e Carta de Euclides da Cunha ao barão do Rio Branco, Manaus, 23/01/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 259

¹¹DUTRA, Firmo. Euclides da Cunha: um capítulo da sua vida. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 273-276. O testemunho de Firmo Dutra foi publicado no Correio da Manhã, em 06/02/1938.

¹²Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama, Manaus, ??/1905, In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.255-256

a gente vê a nossa terra”¹³

Belém e Manaus, durante a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do XX, respiravam os ares do progresso e da civilização, oriundos dos lucros da exportação do látex. Ernani Bruno pontua que a introdução da navegação a vapor, em 1853, foi um dos principais fatores responsáveis pelo surto civilizador nas duas maiores cidades amazônicas, contribuindo tanto para o transporte da seiva e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da indústria da borracha; quanto para as mudanças nos costumes e estilos de vida das populações citadinas.¹⁴ O vapor assumia na Amazônia papel semelhante ao desempenhado pela ferrovia no sul do país, encurtando distâncias, propiciando a circulação de pessoas e mercadorias e escoando a produção do látex, para dentro e fora do Brasil.¹⁵

Nas duas últimas décadas do oitocentos a Amazônia fez sua inserção no mercado internacional graças às volumosas quantidades de borracha exportada – superando outros gêneros, o que mais tarde contribuiu para o declínio econômico da região – promovendo riquezas e prosperidade para as elites, favorecidas pela descentralização administrativa da república recém instaurada, pois as rendas eram geridas pelos governos estaduais. A livre navegação e as exportações da borracha, aponta Ana Maria Daou, levaram à “regularidade das idas e vindas de navios de múltiplas bandeiras”, implantando gostos e consumos que valorizavam o que vinha de fora e sinalizavam uma aproximação com a cultura do Velho Mundo.¹⁶

Por volta de 1890, a cidade de Belém passou a reunir a elite da região, composta de fazendeiros, seringalistas, comerciantes e profissionais liberais, condição que exigia múltiplas transformações na esfera urbana e que deu origem a diversos empreendimentos públicos e privados, custeados por paraenses ou estrangeiros, como os serviços de iluminação pública, de abastecimento de água, de linhas de bonde e de rede telefônica.¹⁷ Acompanhando esses empreendimentos, prédios, avenidas e praças foram remodeladas, imprimindo à cidade um aspecto progressista, que se enquadrava nos anseios dessa elite. Avenidas largas, arborização, jardins, edifícios públicos, casas bancárias e industriais, hospitais, asilos, cadeias e escolas

¹³Carta de Euclides da Cunha a Afonso Arinos, Manaus, 12/01/1905, In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.) **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.250-251

¹⁴BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil: geral e regional: Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, [197?], v. 1, p.117-118

¹⁵DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p.13

¹⁶Ibid., p.15-16. Barbara Weinstein indica que Belém exercia papel preponderante na exportação de látex, devido à sua localização próximo à foz do rio Amazonas e à ausência de concorrentes. Segundo a autora, a prosperidade da capital paraense no período em questão, é equivalente à de Recife, na época da cana-de-açúcar, no período colonial; e de São Paulo, na expansão cafeeira. Cf. WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**, Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 53 (Estudos históricos).

¹⁷WEINSTEIN, op. cit., p. 105,108

formavam a paisagem urbana de Belém.¹⁸

Tal processo de remodelação, pelo qual a capital paraense foi ganhando “feições de metrópole européia”, cita Maria de Nazaré Sarges, ocorreu através da imposição de uma “lógica ordenadora excludente”, pautada nas concepções de progresso, próprias do discurso republicano no período. Sendo assim, cortiços foram abaixo e a população pobre expulsa das áreas centrais da cidade. Em nome do saneamento, da higienização e da moral, foram estabelecidos mecanismos de controle dos hábitos e práticas das camadas mais baixas da sociedade, como o “Código de Posturas”.¹⁹

Além do conforto dos habitantes, de acordo com Bruno e outros autores, o nível intelectual de parte da população também alcançou algumas melhoras, com um aumento do grau de instrução e um interesse maior pelas atividades artísticas e científicas, com destaque para a inauguração do Teatro da Paz (1878) e a restauração do Museu Paraense (1891).²⁰

Competindo com Belém no volume de exportações da borracha, estava Manaus, que passou, a partir de 1870, por transformações de elevadas proporções. Antes do Amazonas alcançar a posição de principal produtor de borracha da região, Barra do rio Negro, como a cidade era conhecida na época, não passava de um pequeno centro urbano de importância econômica e população reduzidas. Para ilustrar melhor o desenvolvimento de Manaus, Barbara Weinstein informa que, no auge do ciclo da borracha, a capital paraense tinha já quase trezentos anos de história, o que levou a autora a concluir que “Manaus foi evidentemente produzida pelo negócio da borracha”.²¹ A prosperidade econômica da capital amazonense culminou nos gastos com obras públicas e nos melhoramentos materiais da cidade, num processo semelhante ao ocorrido em Belém.

Sob a administração de Eduardo Ribeiro (1892-1896) teve início a transformação da cidade, a partir de um melhor controle do espaço e da ocupação de novas áreas. Até a década de 1880, observava-se as ruas estreitas, o pequeno comércio e as moradias simples. Diferentemente da capital paraense, Manaus não tinha, antes do *boom* da borracha, espaços urbanos elaborados. Esclarece-nos Ana Maria Daou, que o novo modelo urbanístico fora traçado na forma de um tabuleiro de xadrez, com o objetivo de aplainar as colinas, aterrar os igarapés e fazer as ruas avançarem sobre a selva.²²

A construção das redes de esgoto, a instalação dos fios dos telégrafos e o vai-e-vem dos bondes pelas ruas pavimentadas e iluminadas, compunham o novo cenário da capital

¹⁸DAOU, op. cit., p.28-29.

¹⁹SARGES, Maria de Nazaré. Um outro olhar sobre a Paris dos trópicos (1897-1911). In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda (Org.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

²⁰DAOU, op. cit., p. 28, 29; BRUNO, op. cit., p. 129

²¹WEINSTEIN, op. cit., p. 220

²²DAOU, op. cit., p. 34-36

amazonense. Pelo porto chegavam ingleses, estadunidenses, libaneses e estrangeiros de tantas outras nacionalidades, que se ocupavam, sobretudo, do negócio da borracha, com vistas a enriquecer. “Formava-se um conjunto ruidoso e cosmopolita”.²³ Assim como em Belém, a modernização de Manaus enquadrava-se e atendia aos interesses das elites.

Novas relações sociais surgiram nesse contexto, pautadas pelo desejo de “exibição pública” e na busca de constituir uma “identidade social” de pessoas modernas e de hábitos civilizados. Freqüentar reuniões nas associações ou clubes da cidade, passear pelas praças arborizadas, praticar esportes e desfrutar do lazer eram os mecanismos de constituição dessa identidade. Segundo Daou, a urbanização e os novos hábitos tornavam viável o projeto de uma civilização na selva. Ou melhor, num espaço urbano bem demarcado, que não lembrasse em nada, a selva.²⁴

Ao analisarem as peculiaridades da *belle époque* em cada uma das cidades amazônicas, Maria de Nazaré Sarges e Ana Maria Daou apontam que a pretensão ao cosmopolitismo era mais “exacerbada” em Manaus, onde as práticas de sociabilidade eram marcadas pela necessidade de “reconhecimento mútuo” e “afirmação da identidade”. Em Belém, havia essa pretensão, mas em escala menor. Outro ponto de diferenciação entre as duas cidades diz respeito ao projeto urbanístico e ao controle das posturas, mais acentuado na capital paraense do que em Manaus. Belém já contava, desde o período imperial, com alguns melhoramentos (iluminação, bondes), que Antônio Lemos, administrador da cidade de 1897 a 1911, aproveitando os lucros da borracha, havia expandido.²⁵ Contudo, a regulação do cotidiano “extrapolou as dimensões da vida privada”.²⁶

Lourival Holanda de Barros afirma que a surpresa que Belém causou a Euclides da Cunha deve-se às suas leituras de cunho cientificista, que pregavam a impossibilidade de uma nação civilizada nos trópicos.²⁷ Sem discordar da afirmação de Barros, gostaria de acrescentar outros aspectos que podem ajudar a compreender as impressões tão díspares que o escritor teve das duas cidades: o cosmopolitismo excessivo e o exibicionismo desenfreado da capital

²³WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**, Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1993, p.36-38 (Estudos históricos)

²⁴Ibid., p. 38- 42

²⁵Maria Luiza Ugarte Pinheiro criticou uma determinada produção historiográfica acerca da *belle époque* amazônica, responsável por fazer uma “valorização positiva do período”, desconsiderando as contradições sociais e os conflitos de interesse da época e descrevendo imagens sempre harmoniosas de convivência social. Segundo a autora, essa historiografia é representada pelas obras de uma jovem intelectualidade manauara (Arthur César Ferreira Reis, Mário Ypiranga Monteiro, entre outros), que assistiu o declínio da borracha na década de 1940, levando à um “recoo saudosista” em suas análises. Cf. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). **Projeto História**. São Paulo, n. 16, p. 211-220, fev. 1998.

²⁶DAOU, op. cit., p. 41; SARGES, op. cit., p. 51,58

²⁷BARROS, Lourival Holanda. Historiografia a tintas nada neutras. **Revista USP**, São Paulo, n. 13, p.44-47, mar./maio, 1992.

amazonense, práticas sempre condenadas pelo escritor, mais afeito ao modo de vida do sertão²⁸, podem ter contribuído para a impressão negativa acerca da cidade; o segundo aspecto, levantado anteriormente por Leandro Tocantins, refere-se ao impacto que as avenidas largas e arborizadas causaram aos olhos (e concepções) de Euclides da Cunha. As reformas urbanas ocorreram em Belém, antes das medidas tomadas por Pereira Passos, no Rio de Janeiro, ou seja, o escritor estava diante de uma paisagem urbana inédita.²⁹

Tanto nos projetos urbanísticos e nas práticas de sociabilidade, que marcaram as duas capitais amazônicas na virada do século XIX para o XX, quanto na preferência de Euclides da Cunha pelo modo de vida do interior e em suas críticas direcionadas ao cotidiano de Manaus, podemos observar os diferentes sentimentos e atitudes associados ao campo e à cidade, de que nos fala Raymond Williams. No primeiro caso, a cidade é representada como lugar de “saber, comunicação, luz” e o campo (ou a selva, no caso da Amazônia), um lugar de “atraso, ignorância e limitação”; nas descrições do escritor, o campo (sertão) é, além de local de “virtudes simples”, local de originalidade e matriz de nossa nacionalidade, e as cidades (sobretudo, os grandes centros e o litoral) são retratadas como lugar de “barulho, mundanidade e ambição”. Como afirma Williams, contrastes que atravessam diferentes épocas e lugares.³⁰

Outros dois elementos que permitem compreender as impressões que Euclides teve sobre as cidades, têm um caráter mais pessoal e subjetivo. A permanência forçada em Manaus – onde esperava ficar poucos dias –, atrapalhava suas intenções de partir para o Purus e aumentava a sua preocupação com a baixa dos rios. Creio que essa parada não planejada na capital amazonense contribuiu para os juízos negativos emitidos pelo escritor. Já as suas “horas inolvidáveis” passadas em Belém, na companhia de Jacques Huber e Emílio Goeldi, no Museu Paraense, isto é, com homens de ciência, num local de ciência, podem ter influenciado de maneira positiva em sua visão sobre a cidade.

Inaugurado em 1871, graças à iniciativa da Sociedade Filomática e do naturalista Domingos Soares Ferreira Pena (1818-1888), o Museu Paraense – depois Museu Goeldi – tinha o intuito de funcionar como uma instituição de ensino superior e de estudos das ciências da natureza. Logo no início de suas atividades, já contava com grande número de visitantes e com coleções de minerais da Europa e do Brasil. Entre os colaboradores mais assíduos do

²⁸Sobre as críticas de Euclides da Cunha ao cosmopolitismo excessivo que se observava nas grandes cidades e suas preferências pelo modo de vida do interior Cf. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.175-176.

²⁹TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 53

³⁰WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.11

museu estava o naturalista Frederick Hartt, que doou livros e amostras de minérios. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelo Museu – situação comum na história dos estabelecimentos desse caráter, aponta a estudiosa do tema Maria Margaret Lopes –, foi possível mantê-lo aberto à visitação pública, até a chegada de Emílio Goeldi, em 1894, que reorganizou as atividades do Museu, evitando a sua extinção.³¹

No Brasil desde 1884, o zoólogo suíço Emilio August Goeldi (1859-1917) antes de dedicar-se ao Museu Paraense, trabalhou no Museu Nacional (Rio de Janeiro) e auxiliou o governo brasileiro na demarcação de fronteiras com a Guiana Francesa. Ao assumir a direção do Museu, Goeldi convidou o amigo Jakob Hüber (1867-1914), compatriota botânico, e a zoóloga alemã Maria Snethlage (1868-1929), para reorganizarem e classificarem as coleções do museu, ordenando-as em seções específicas (Arqueologia e Antropologia, Zoologia, Botânica, Geologia e Etnologia), além de incentivar as conferências públicas e a publicação do *Boletim do Museu Paraense*, com o intuito de estudar, desenvolver e propagar a História Natural e a Etnologia do Pará e da Amazônia.

O Museu Paraense que Euclides da Cunha conheceu em 1905, contava com coleções mais numerosas e diversificadas, adquiridas através de doações e expedições científicas, e também com mais funcionários e novas instalações, obtidas por Goeldi com as verbas provenientes do *boom* da borracha. Emílio Goeldi e Jacques Huber, foram os que mais escreveram – durante suas permanências – para o *Boletim*, tendo realizado viagens de estudos na Europa, além das pesquisas na região. Ou seja, legítimos homens de ciência, como admirava o autor de *Os Sertões*.³²

Euclides manifestou, também, suas impressões acerca dos peruanos, companheiros de expedição:

Aproxima-se o dia da minha partida; e, certo eu a realizaria logo depois da chegada das instruções se não houvesse de aguardar que se aparelhem os peruanos. Não sei bem que tempo gastarão ainda. Noto que têm pouca pressa. Não se agitam. Quedam numa adorável placidez, em que se partem todas as minhas impaciências. Espanhóis ardentíssimos, álacres e ruidosos para as zarzuelas e para todas as requintadas troças desta desmandadíssima Manaus – são quíchuas, quíchuas morbidamente preguiçosos quando se trata de partir. Chego a imaginar que não os interessa a empresa ou que mal a toleram, contrariados. E como nos querem mal!³³

³¹LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 204-207. Aos museus, durante o século XIX e início do XX, eram atribuídos a responsabilidade de tornar consciente os valores da razão e da civilização, despertando um “novo espírito científico”. Maria Margaret Lopes defende que a instalação dos museus no país, faz parte de um processo ocorrido no mundo todo, e que não obedecem modelos, mas derivam dos contextos locais que atravessam, sem perder de vista uma perspectiva mundial.

³²Ibid., p. 248-265. Sobre o Museu Paraense ver também SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³³Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Manaus, 19/03/1905, In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.274-275

O motivo mais plausível para essa impressão negativa, creio estar na impaciência de Euclides em relação à demora na data da partida, provocada pelo atraso das instruções e pelos reparos que deveriam ser feitos nas lanchas dos peruanos. O biógrafo Sylvio Rabelo aponta que o autor de *Os Sertões* estava receoso com a possibilidade de não-entendimento entre brasileiros e peruanos, tendo em vista os acontecimentos que os levaram até lá.³⁴ Apesar da preocupação e dos seus artigos anteriores que sublinhavam a possibilidade latente de um conflito, durante a viagem, o escritor, em suas correspondências, pouco fez menção à contenda diplomática.

Em seus primeiros dias em Manaus, Euclides da Cunha não se adaptou à temperatura e à umidade, e foi tomado de assalto por uma febre, que o levou a emitir o seguinte juízo sobre o clima:

Somente hoje posso mandar-te uma breve notícia – tais as atrapalhações, tais os embaraços que nos saltaram aqui, nesta ruidosa, ampla, mal-arranjada, monstruosa e opulenta capital dos seringueiros. Eu escrevo-te doente. Conseqüências do *glorious clime* de não sei se ilustre ou se ingênuo Bates. Este delicioso clima traduz-se num permanente banho de vapor – e quem o suporta precisa ter nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucruuíbas. Não o suporto. A febrícula de 38° que me assaltou é menos um caso patológico que um incidente físico – o sangue precipita-se como o mercúrio dos termômetros – e a febre aparece apenas como um reflexo da canícula.³⁵

Em seu “duelo com o deserto”, a Amazônia havia ganho a primeira batalha. Relembrando as observações de Henry Walter Bates acerca do clima da região, discordou do termo “*glorious clime*”, empregado pelo naturalista, tratando-o de forma irônica – seria Bates “ilustre” ou “ingênuo” ao falar do clima local? –, pois para o escritor, a alta temperatura em que se encontrava, nada tinha de gloriosa. Numa carta a José Veríssimo, o escritor discordava das opiniões do amigo sobre o clima e reforçava as “exigências excepcionalíssimas de uma aclimação difícil”.³⁶

Para Euclides da Cunha, apenas o caboclo amazônico detinha os caracteres necessários para suportar o infortúnio causado pelo clima. O escritor, homem do sul e do litoral, como ele mesmo realçou, não apresentava esses predicados. Ao referir-se a uma “aclimação difícil”, remete-nos às observações feitas antes, em *Os Sertões*, no qual definiu o clima amazônico como o principal adversário do homem, contudo, pontuando os efeitos do regime de chuvas e das altas temperaturas sobre o homem, tanto o forasteiro quanto o nativo. Neste momento, em

³⁴RABELO, Sylvio. **Euclides da Cunha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 262

³⁵Carta de Euclides da Cunha a Afonso Arinos, Manaus, 12/01/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 250-251 (grifo do autor)

³⁶Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Manaus, 13/01/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 251-252

suas correspondências, atribuiu ao caboclo (nativo) uma capacidade maior de resistência.

O escritor demonstrou essa impressão sobre o clima num momento em que seu corpo não só ardia em febre, como também estava em contato com sensações e reações físicas diversas daquelas proporcionadas pelo clima do Rio de Janeiro, onde vivia. Sensações diversas também daquelas que os relatos de viajantes o faziam imaginar.

As “lúcidas observações” de Bates, que embasaram os apontamentos de Euclides em *Os Sertões*, agora estavam sujeitas a um “adjetivo desmoralizado”. O confronto entre leituras e experiências, imaginação e realidade, tão presentes na interpretação euclidiana sobre a Amazônia, começava a ganhar aqui seus contornos. Outras manifestações viriam.

Como esclarece o trecho da carta a Veríssimo, a que nos referimos acima, não foram as altas temperaturas e a umidade constante que deixaram o escritor doente, mas sim a dificuldade de adaptar-se a essas condições. Aos poucos, e com o passar dos dias, Euclides foi se recuperando da indisposição causada pelo estranhamento do clima, como revelou a Reinaldo Porchat: “[...] Vou bem. Nem mais o ligeiro abalo, agora. Fiz as pazes com o sol do Equador e adapto-me admiravelmente na atmosfera úmida e quente, feita para as fibras das palmeiras e os nervos dos poetas”.³⁷

E a José Veríssimo, com quem havia compartilhado a sua “aclimação difícil” e proferido duras críticas ao *glorious clime* de Bates, escreveu:

Corrijo um tópico da minha carta anterior: escrevendo-a sob uma temperatura exaustiva de 30 graus, não tolhi algumas amargas considerações sobre este clima. Era uma impressão passageira. Já estou meio reconciliado com ele. Já compreendo um pouco o *glorious clime* de Bates, o *delightful clime* de Wallace e até o *céu de opalas* de Mornay. Desde o dia 13 que não aponto a temperatura sequer de 28°! e neste janeiro afogueado temos tido manhãs primaveris e admiráveis.³⁸

Como previra anteriormente: “É possível que uma maior acomodação me faça pensar de outro modo, mais tarde”.³⁹ O destinatário da carta, José Veríssimo, para quem o autor de *Os Sertões* confidenciou o seu descontentamento com o clima, também tivera, num primeiro momento, um juízo negativo sobre as altas temperaturas e a excessiva umidade, afirmando que tais condições eram “benignas” apenas aos índios, e que ao “forasteiro oriundo dos climas frios”, o clima amazônico seria “sempre fatal”.⁴⁰ Mais tarde, Veríssimo veio a mudar de

³⁷Carta de Euclides da Cunha a Reinaldo Porchat, Manaus, 18/01/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.256-257

³⁸Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Manaus, 02/02/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.261-262 (grifo do autor)

³⁹Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Manaus, 13/01/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 251-253

⁴⁰VERÍSSIMO, José. **Estudos amazônicos**. Pará: Ed. UFPa, 1970, p. 83-84 (Coleção amazônica)

opinião, citando:

Pesa sôbre a Amazônia um injusto preconceito da sua absoluta insalubridade e mais da sua incapacidade, como terra de colonização para o homem branco das zonas temperadas. Tal opinião, por mais espalhada que esteja, é infundada. Contra ele protestam a mesma história de povoamento e colonização do opulento vale por europeus e o fato de viverem, proliferarem e durarem ali numerosos indivíduos de regiões muito mais frias que a Península Ibérica, franceses, ingleses, alemães e outros. Sábios viajantes ilustres destas nacionalidades, como Bates e Wallace, que ali permaneceram anos, deixaram conceitos favorabilíssimos ao seu clima. Nem a mortalidade, nem a média de vida humana, são na Amazônia sensivelmente diferentes do que são no resto do Brasil. E hoje, depois dos estudos e opiniões dos eminentes sabedores patricios, nenhum dêles filho da Amazônia, os Drs. Osvaldo Cruz e Carlos Chagas, não é mais lícito aquêle preconceito contra as suas condições de salubridade e menos ainda julgá-los irremovíveis. Antes pelo contrário, dos estudos dos dois preclaros cientistas brasileiros resulta a evidência da possibilidade e relativa facilidade de tornar aquela região perfeitamente adequada ao europeu.⁴¹

O letrado paraense, amparado nos discursos médicos, não só ressaltou a benignidade do clima amazônico, como adiantou algumas das opiniões que o próprio Euclides viria a afirmar acerca das causas da salubridade da região. De maneira semelhante, o coronel Belarmino Mendonça, que esteve na Amazônia no mesmo período que Euclides, apontou em seu *Relatório* que o clima amazônico era “excessivo”, devido à proximidade da linha do Equador, mas não poderia ser responsabilizado pela insalubridade da região.⁴² Mais tarde, Euclides da Cunha viria a falar das “calúnias” em torno do clima local.

O seu objetivo com essa viagem não era apenas o de conhecer os cantos remotos do país, mas também o de coletar dados para um novo livro, que teria por título *Um Paraíso Perdido*, na intenção de produzir para a Amazônia, obra do mesmo peso e significado que *Os Sertões* para o sertão nordestino:

Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: *Um Paraíso Perdido*, onde procurarei vingar a Hiloe maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII. Que tarefa e que ideal! Decididamente nasci para Jeremias destes tempos. Faltam-me apenas umas longas barbas brancas, emaranhadas e trágicas.⁴³

Um Paraíso Perdido seria, segundo Arthur César Ferreira Reis, o resultado de reflexões amadurecidas e refeitas do impacto que a vegetação e o clima amazônico causaram

⁴¹VERÍSSIMO, José. *Estudos amazônicos*. Pará: Ed. UFPa, 1970, p. 162 (Coleção amazônica)

⁴²MENDONÇA, Belarmino. *Reconhecimento do rio Juruá*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, v. 152, p. 229-239 (Coleção Reconquista do Brasil). O relatório do Coronel Belarmino Mendonça foi redigido em 1905 e publicado pela Imprensa Nacional em 1907.

⁴³Carta de Euclides da Cunha a Coelho Neto, Manaus, 10/03/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Osvaldo (Org.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 265-266 (grifo do autor)

a Euclides imediatamente à sua chegada. Seria sua interpretação da Amazônia, na qual revelaria aos brasileiros um mundo novo, desconhecido, onde o homem poderia projetar uma civilização futura. O título – inspirado no poema épico de John Milton, muitas vezes citado pelo escritor –, remeteria à visão que os viajantes tinham da América na época dos descobrimentos, como um lugar onde o homem e a paisagem estariam em sua forma primária e paradisíaca.⁴⁴

Ao reunir e organizar os estudos amazônicos de Euclides da Cunha – tentativa de trazer à lume o livro inacabado –, Leandro Tocantins pontuou que os textos de “Terra sem história”, primeira parte de *À margem da história* (livro póstumo, editado em 1909), comporiam *Um paraíso perdido*. De acordo com Tocantins, Euclides havia iniciado a redação do livro ainda em Manaus, na Vila Glicínia, residência de Alberto Rangel e Firmo Dutra. Apoiando-se em testemunho deixado por Dutra, Leandro Tocantins ressaltou que este chegou a ler um dos capítulos, intitulado “Brutalidade antiga”, que tratava de uma denúncia contra a devastação da floresta. Contudo, o capítulo se perdeu.⁴⁵

2.2 Euclides da Cunha, viajante naturalista.

Ao se deparar com o rio Amazonas pela primeira vez, ficou desapontado com a visão, que não correspondia àquela imagem pré-figurada, alimentada pela leitura de tantos relatos de viajantes. Euclides confessou seu desapontamento em uma carta, escrita dias depois, ao amigo Oliveira Lima:

Quanta coisa a dizer! – o desapontamento que me causou o Amazonas, menos que o Amazonas que eu trazia na imaginação; a estranha tristeza que nos causa esta terra amplíssima, maravilhosa e chata, sem um relevo onde o olhar descansa; e, principalmente, o tumulto, a desordem indescritível, a grande vida à gandaia dos que a habitam... estou numa verdadeira sobrecarga de impressões todas novas, todas vivíssimas e empolgantes. Preciso de uma situação de equilíbrio para o espírito.⁴⁶

“Euclides navega pelos rios Amazonas e Purus com mapas na mão e relatos na

⁴⁴REIS, Arthur César Ferreira. Euclides e o Paraíso Perdido. In: ROCHA, Hildon (Coord.). **Um paraíso perdido**: reunião dos ensaios amazônicos. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁴⁵TOCANTINS, Leandro. A Amazônia na vida e na expressão de Euclides da Cunha. In: TOCANTINS, Leandro. (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

⁴⁶Carta de Euclides da Cunha a Oliveira Lima, Manaus, ?/?/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 254-255

cabeça”, afirmou Roberto Ventura.⁴⁷ O autor de *Os Sertões* esperava encontrar a paisagem grandiosa, objeto de contemplação e inspiração dos viajantes que por lá passaram. Em suma, esperava encontrar uma paisagem que havia imaginado e que lhe causasse uma “impressão empolgante”, construída pelas leituras. Contudo, a impressão que teve foi a de um cenário “de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares de nosso país”, “monótono” e que cansava as vistas do observador, com sua uniformidade de relevo e a extensão das águas.⁴⁸ Por isso o desapontamento.

Para uma melhor compreensão desse desapontamento, vale citar dois trechos extraídos das narrativas do casal Agassiz e de Spix & Martius em suas passagens pela região. Sobre o Vale do Amazonas, os Agassiz escreveram:

Tudo o que se ouve contar, tudo o que se lê a respeito da grandeza do Amazonas e seus tributários é incapaz de dar uma idéia da imensidão do seu conjunto. É preciso navegar meses inteiros nessa bacia gigantesca para compreender até que grau extraordinário a água aí subjuga a terra. Esse labirinto aquoso é bem mais um oceano d'água doce, cortado e dividido pela terra, do que uma rede fluvial. Propriamente falando, o vale não é um vale, é um leito periodicamente descoberto; e deixa de parecer estranho, quando se examinam as coisas sob esse ponto de vista, que a floresta seja menos repleta de vida do que os rios.⁴⁹

E os naturalistas Spix e Martius relataram suas impressões da chegada:

Quando o sol do dia 25 de julho nasceu no claro horizonte, iluminou em torno de nós um labirinto de ilhas grandes e pequenas, e, no fundo do painel, a margem do continente e da fronteira Ilha de Marajó. Ostentava-se cerrada, alta, verde, pujante, a mata em volta, solene e tranqüila, como se acabasse justamente de surgir das águas criadoras. Peixes em cardumes evoluíam rápido na correnteza, e aves de variada plumagem, pousadas nos galhos floridos, pareciam os únicos habitantes daquela grandiosa solidão até que colunas de fumaça azul, elevando-se do seio da mata vivente, significavam-nos a existência dos senhores da terra, como aqui, onde em *exuberante plenitude*, o mundo das plantas brota de todos os lados, fertilizado pelos raios do sol equatorial, acima das águas fecundantes. Este cenário da força criadora do planeta renovava-se continuamente aos nossos olhos, na sua *grandiosidade uniforme*, quanto mais nos aproximávamos da cidade.⁵⁰

As duas narrativas revelam as impressões que os viajantes tiveram do rio Amazonas. Os relatos dos naturalistas bávaros referem-se, inclusive, ao mesmo ponto de observação: a

⁴⁷ VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. Organizado por Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 238

⁴⁸ CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 25. O presente ensaio trata-se das “Impressões gerais” publicadas originalmente em *À margem da História*, na primeira parte do livro, intitulada “Terra sem História”, e que reúne os estudos acerca da Amazônia.

⁴⁹ AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil**: 1865-1866. Tradução de João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, v. 12, p. 160 (Coleção Reconquista do Brasil)

⁵⁰ SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil** (1817-1820). Tradução de Lúcia F. Lahmeyer. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976, vol. 2, p. 266. (grifo nosso)

desembocadura do rio. Diferentemente de Euclides, esses viajantes encontraram a “grandiosidade” da paisagem, a “exuberante plenitude” e a “imensidão de seu conjunto”.

Em seu discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras, proferido após o retorno ao Rio de Janeiro, Euclides revelou aos acadêmicos o seu desapontamento. Afirmou que esperava sentir o que sentira Hartt e Bates, o que não havia ocorrido. Então, pôs-se a escrever páginas e mais páginas em sua caderneta, elogiando aquele cenário. Por fim, rasgou o que tinha escrito, por considerá-las “páginas inúteis”, sentimentos “inexpressivos” e “vazios”.⁵¹ Ao escrever forçava uma impressão que não tivera.

A natureza passou a ser – principalmente por aqueles que estavam distantes dela – idealizada e até mitificada pelos homens, por volta do final do setecentos. Os relatos de viagens, nos diz Márcia Naxara, provocavam nos leitores a sensação de uma proximidade com essa natureza distante. As viagens pitorescas e as narrativas que as sucedem são pois “construídas culturalmente” e o que se procura está, pelo menos em parte, presente na mente e na imaginação daqueles que as produzem.⁵² É possível, dessa forma, compreender a decepção do escritor e sua insistente procura pela paisagem imaginada.

Falemos um pouco sobre esses viajantes que tanto contribuíram para a interpretação de Euclides sobre a Amazônia. A partir do século XVIII, a busca do homem em obter um maior conhecimento da natureza e da sociedade, trouxe um novo alento às viagens ultramarinas, realizadas por interesses artísticos e científicos, visando uma ampla apreensão do mundo e pautadas pelo desenvolvimento da ciência e pelo surgimento de novas sensibilidades diante do mundo natural.⁵³

Essas viagens foram difundidas e incentivadas pelas academias e sociedades científicas com o intuito de melhor conhecer as potencialidades das colônias (minérios, flora, fauna, hidrografia), para melhor aproveitá-las, de acordo com os interesses econômicos e expansionistas da época. Munidos de instrumentos e aparelhos, os naturalistas cruzaram os oceanos para observar, coletar, registrar, inventariar, sistematizar e classificar, em suma, tornar conhecidas as espécies e os recursos disponíveis na natureza. Sobre tais “viagens filosóficas”, Alexandre Rodrigues Ferreira comentou:

Do que tenho visto, e informado separadamente, apresento agora este extracto pela razão, que vou dizer; porque, compreendendo a historia philosophica e política de todo qualquer estabelecimento um grande numero

⁵¹CUNHA, Euclides. Amazônia: a gestação de um mundo. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 3. Este texto trata-se de um fragmento do discurso de recepção de Euclides na Academia Brasileira de Letras, proferido em 18 de dezembro de 1906.

⁵²NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília, DF: Ed. UnB, 2004, p. 65-67

⁵³Ibid., p. 140,152

de observações dependentes de muitos conhecimentos, ou sejam simples ou combinados, é quase impossível, ainda aos que têm a memória bastante cultivada, tê-los todos presentes, para uzar d'elles, quando a ocasião o pedir.⁵⁴

Segundo Karen Macknow Lisboa havia também nessas viagens, uma preocupação em “apagar os resquícios de uma geografia e cartografia outrora fantásticas”.⁵⁵ Entretanto, essa procura em esclarecer os mitos e as lendas propagadas na era dos descobrimentos (século XVI), apesar de própria do pensamento ilustrado e do racionalismo científico da época, contrastava com a “curiosidade” e “imaginação”, que cercavam os viajantes e as descrições do Novo Mundo.⁵⁶

Motivadas por “razões científicas”, estenderam-se pelo oitocentos, principalmente com a vinda da família real, em 1808, e a autorização para a entrada de viajantes estrangeiros no país.⁵⁷ Márcia Naxara ressalta que, na segunda metade do século XIX, as viagens e observações científicas tomaram novas proporções, com o debate acerca do evolucionismo, no qual a natureza e o homem americanos ocuparam um importante papel.⁵⁸ Foi ainda no XIX, aponta a autora, que ocorreu a “valorização da subjetividade” na observação da natureza. Uma valorização que acompanhava o espírito romântico da época e se deu simultaneamente ao interesse pelo conhecimento científico. Às pretensas objetividade e neutralidade dos viajantes naturalistas, somavam-se a contemplação e exaltação da natureza, no qual sensações e emoções, provocadas pelo contato com esse cenário, tomavam o corpo e a mente desses homens, levando-os a expressarem suas impressões e sentimentos, através da palavra e da representação pictórica.⁵⁹

Como resultado dessas expedições – e forma de divulgação das observações científicas e das impressões sobre a natureza –, encontramos os relatos, narrativas, descrições

⁵⁴ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, [196?]. p. 590. Sobre a viagem e o relato de Alexandre Rodrigues Ferreira, cf. MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, [196?].

⁵⁵ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 35-36

⁵⁶ NAXARA, 2004, op. cit., p. 141

⁵⁷ A bibliografia sobre os viajantes que passaram pelo Brasil, durante os séculos XVIII e XIX, é extensa. Para nortearmos nossa discussão, utilizamos as seguintes referências: MATOS, Odilon Nogueira. Estrangeiros que escreveram sobre a Amazônia. **Notícia Bibliográfica e Histórica**. Campinas, São Paulo, n.182, p. 211-219, jul/set/2001; COSENTINO, Francisco Carlos. Política e viagens científicas na América Ibérica. **Cronos**, Pedro Leopoldo, Minas Gerais, n.7, p.153-182, jul. 2003.; QUADROS, Eduardo Gusmão. A “selvagem independência”; razão, pátria e colonização em duas viagens à Amazônia – Alexander von Humboldt e Alexandre Rodrigues Ferreira. **História Social**, Campinas, São Paulo, n. 10, p.73-100, 2003.; PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.151-165, 1991.; KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz; zoologia e racismo na viagem ao Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n.41, p. 157-172, 2001.; e CHACAM, Vera. A natureza americana, a ciência e a paisagem oriental em narrativas de viagens do século XVIII. **Revista Locust**, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 79-90, 2003.

⁵⁸ NAXARA, 2004, op. cit., p.146; LISBOA, op. cit., p. 29

⁵⁹ NAXARA, 2004, op. cit., p. 148

e diários de viagem. Karen Lisboa acentua que o “deslocamento físico do autor pelo espaço geográfico, por tempo determinado” e a posterior “transformação do observado e do vivido em narrativa” é a condição indispensável para caracterizar um texto como “literatura de viagens”.⁶⁰ Num primeiro momento, ao apresentar descrições e imagens do Brasil, essa literatura dialogava com o público leitor europeu e, como realçou Flora Süssekind, essa produção intelectual, ao longo do século XIX, foi importante para afirmar a unidade e coesão nacional (num momento de construção de identidades) e mostrar ao brasileiro, como deveria ser visto o Brasil.⁶¹

Outro aspecto que marcou a produção dessa literatura foi a descrição da fauna, da flora, da vida social, das relações de trabalho e da economia, realizada pelos viajantes, independentemente das razões de sua viagem.⁶² A experiência da viagem deveria ser sempre relatada e, no caso dos naturalistas, juntamente com o registro e a coleta do material. “Vale o vivido, se escrito”, afirmou Süssekind. Era também através do escrito, que aqueles que não podiam se deslocar experimentavam a sensação dos viajantes.⁶³

Seduzidos pelo que consideravam “exótico” e “desconhecido” e atraídos pelas “maravilhas” e “mistérios” presentes nas narrativas dos tempos das conquistas, esses viajantes, antes mesmo de embarcarem, já tinham uma imagem “pré-concebida” da paisagem brasileira, o que permite compreender a dificuldade em fundar uma imagem original e “singular” da paisagem e do Brasil, como um todo. O ponto de vista a ser adotado era sempre “pré-dado” ou “previamente determinado” pelos escritos anteriores, que moldavam a visão e a imaginação.⁶⁴ A declaração de Alfred Russel-Wallace ilustra o peso desse imaginário: “Entrementes, nossos cérebros estavam ocupados visualizando as maravilhosas cenas que deveríamos contemplar em seus escuros recessos, e ansiávamos pelo tempo em que teríamos a necessária liberdade de explorá-las”.⁶⁵

Ao falar do desapontamento de Euclides da Cunha, Flora Süssekind afirma que tal sensação não deve ser atribuída apenas à imagem ideal formada por suas leituras dos relatos de viajantes, mas também a “intensidade da expectativa” e a “imagem prévia”, foram decisivas. Um olhar armado pelas leituras, mas desarmado pelo surgimento da paisagem: “É a partir desse confronto entre olhar previamente direcionado, paisagem real e olhar agora desarmado – mas consciente da figuração utópica que o habita - que Euclides constrói o *seu*

⁶⁰LISBOA, op. cit., p. 34

⁶¹SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.67, 149-150.

⁶²LISBOA, op. cit., p. 33

⁶³NAXARA, 2004, op. cit., p. 148.

⁶⁴SÜSSEKIND, 1990, op. cit., p. 32-33

⁶⁵WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro.** Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p.18

relato sobre a Amazônia”.⁶⁶

Euclides da Cunha era um conhecedor desses relatos e não deixou apenas se levar pelas imagens pré-figuradas que traziam, mas também observou-os de modo crítico. O escritor ressaltou, em primeiro lugar, a dificuldade de conhecer a totalidade da Amazônia, fator que resultou em uma série de estudos específicos de botânica, zoologia, geologia, entre outras áreas; em segundo lugar, criticou a presença dos viajantes em um único ponto (geralmente o rio Amazonas), não explorando outras localidades da região. A partir dessas duas características levantadas, Euclides afirmou que os viajantes “reduziram-se a geniais escrevedores de monografias”.⁶⁷

Entre os apontamentos feitos por Arthur Cézar Ferreira Reis, encontramos duas observações, a nosso ver, pertinentes à análise das relações entre Euclides da Cunha e os viajantes que passaram pela Amazônia. Reis questiona se o pouco tempo em que Euclides ficou na região (um ano) e o reduzido campo geográfico de observação (o rio Purus) foram suficientes para alcançar as conclusões apresentadas em seus estudos.⁶⁸ Como vimos, ao falar desses viajantes, Euclides pontuou que “nenhum deixou a calha principal do grande vale”⁶⁹, mas é possível verificar que ele também construiu a sua interpretação de modo semelhante, sem explorar outras áreas.

O escritor fez alusão também às descrições e análises dos viajantes em suas narrativas e relatos, no qual as hipóteses científicas se misturam com os mitos e com as fantasias, isto é, com todo um imaginário criado em torno da região, de forma que: “[...] às induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia. As verdades desfecham em hipérboles”.⁷⁰ Porém, mesmo consciente desse amálgama entre ciência e imaginação, podemos notar que ele não conseguiu (ou não quis) abandonar essas descrições, em detrimento da visão de um “Amazonas real”.⁷¹

Ansioso em partir logo para as cabeceiras do Purus, colocou-se em uma posição semelhante à dos viajantes, atizado pela curiosidade:

[...] Não te direi os dias que aqui passo, a aguardar o meu deserto, o meu deserto bravio e salvador onde pretendo entrar com os arremessos britânicos de Livingstone e a desesperança italiana de um Lara, em busca de um

⁶⁶ SÜSSEKIND, 1990, op. cit., p. 32-33 (grifo nosso)

⁶⁷ CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 27

⁶⁸ REIS, Arthur Cézar Ferreira. Euclides e o Paraíso Perdido. In: ROCHA, Hildon (Coord.). **Um paraíso perdido**: reunião dos ensaios amazônicos. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 48

⁶⁹ CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 27

⁷⁰ Ibid., p. 27

⁷¹ Observação feita anteriormente por SÜSSEKIND, 1990, op. cit., p. 32-33

capítulo novo no romance mal-arranjado desta minha vida.⁷²

Em outras correspondências, remetidas ainda em Manaus, refere-se à sua viagem como uma “partida rumo ao desconhecido”, onde iria “se perder nas tristes solidões”. Esperava uma viagem repleta de adversidades: “Mas nem quero imaginar os empecos, as dificuldades, os perigos e até as torturas que nos esperam...”.⁷³ Tomado por esse imaginário, provavelmente alimentado pelo que leu e ouviu dizer, Euclides da Cunha, ao que parece, demonstrava compartilhar dessas idéias fantasiosas e ansiava, realmente, encontrar, uma Amazônia que possuísse mistérios a desvendar, outra característica que aproxima a sua interpretação à tradição dos viajantes do XVIII e XIX.⁷⁴

O encanto com o cenário natural amazônico só veio a acontecer depois da leitura de uma monografia, fornecida por Jacques Huber, que o escritor leu durante toda uma madrugada e que lhe despertou a “comoção” até então não sentida. Euclides da Cunha passou a ver com outros olhos a “superfície lisa” e “barrenta”; o rio e a vegetação passaram a ter um novo aspecto.⁷⁵

2.3 “Miniaturas do caos”.

Após recobrar o encanto, Euclides passou a representar a natureza amazônica, caracterizando-a como “infinita” e “vasta”, como uma força maior que o homem. É possível

⁷²Carta de Euclides da Cunha a Coelho Neto, Manaus, 10/03/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 265-266

⁷³Euclides manifesta sua ansiedade em “partir rumo ao desconhecido” em Carta de Euclides da Cunha a Edgar Jordão, Manaus, 22/01/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 257-258; Carta de Euclides da Cunha a Reinaldo Porchat, Manaus, 22/01/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 258-259; Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Manaus, 10/03/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 267-268; e Carta de Euclides da Cunha a Alberto Rangel, Manaus, 20/03/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 277-279

⁷⁴Autores como Roberto Ventura, José Carlos Barreto de Santana, Leandro Tocantins, Lourival Holanda de Barros, Franklin Oliveira e Clóvis Moura, ao analisarem as primeiras impressões de Euclides da Cunha acerca da Amazônia, enfatizaram dois aspectos: o confronto entre as leituras efetuadas pelo escritor e sua experiência no local, e a relação do escritor com a tradição dos viajantes e relatos naturalistas. Concorro com essa produção historiográfica, pois, como observamos em nosso estudo, o próprio escritor confessou o seu desapontamento inicial, identificando como causa, a imagem pré-figurada, alimentada pelas inúmeras leituras de relatos de naturalistas. Ainda relacionado aos viajantes que pesquisaram a Amazônia nos séculos XVIII e XIX, foi possível notarmos que, apesar das críticas proferidas pelo escritor ao procedimento dos viajantes (referentes ao tempo e ao local de observação), ele também fez seus apontamentos em condições semelhantes, fator que permite compreendermos os estudos de Euclides sobre a Amazônia, dentro dessa tradição dos viajantes naturalistas apontada pela historiografia.

⁷⁵CUNHA, Euclides. Amazônia: a gestação de um mundo. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 4

observar essa visão do escritor, tanto em suas correspondências quanto nos estudos posteriores à viagem. Em carta à José Veríssimo, o escritor confessou:

[...] E, sem o querer, achei o traço essencial deste portentoso habitat. É uma terra que ainda se está preparando para o homem – para o homem que a invadiu fora de tempo, impertinente, em plena arrumação de um cenário maravilhoso. Hei de tentar demonstrar isto. Mostrarei, talvez, esteiando-me nos mais secos números meteorológicos, que a natureza, aqui, soberanamente brutal ainda na expansão de suas energias, é uma perigosa adversária do homem. Pelo menos em nenhum outro ponto lhe impõe o regime animal. Neste perpétuo banho de vapor todos nós compreendemos que se possa vegetar com relativa vantagem, mas o que é inconcebível, o que é até perigoso pela soma de esforços exigidos, é a delicada vibração do espírito e a tensão superior da vontade a cavaleiro dos estimulantes egoísticos.⁷⁶

E para Artur Lemos, voltou a falar da imensidão da natureza amazônica:

Se escrevesse agora esboçaria miniaturas do caos incompreensíveis e tumultuárias, uma mistura formidável de vastas florestas inundadas de vastos céus resplandecentes. Entre tais extremos está, com as suas inumeráveis modalidades, um novo mundo que me era inteiramente desconhecido... Além disso, esta Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton, esconde-se em si mesma. O forasteiro contempla-a sem a ver através de uma vertigem. Ela só lhe aparece aos poucos, vagarosamente, torturantemente. É uma grandeza que exige a penetração sutil dos microscópios e a visão apertadinha e breve dos analistas: é um infinito que deve ser dosado.⁷⁷

No primeiro trecho citado, Euclides da Cunha – ainda sob o efeito do estranhamento do clima – descreve uma natureza sufocante, superior ao homem e que o cerca por todos os lados. É representada como “adversária” e “soberanamente brutal”, ao mesmo tempo em que é vista como um “cenário maravilhoso” e um “portentoso habitat”, lugar onde o homem deveria instalar-se futuramente. Representações opostas, portanto. Na carta a Lemos, o escritor afirma só ser possível “esboçar” suas impressões, dada a dificuldade em definir, de maneira clara e precisa, aquilo que estava vendo e sentindo. A natureza aqui é representada pelo escritor como uma grandiosidade, impossível de ser apreendida totalmente por aqueles que a observam. Estes, ao contemplarem a paisagem, por mais que tentassem fazer o olhar alcançar mais longe, apenas conseguiriam observar uma pequena parte. Uma tortura para os olhos do observador.

As representações da natureza presentes nos estudos de Euclides da Cunha aproximam-se da estética do sublime, presente no romantismo e na difusão de uma nova sensibilidade por parte do homem, em suas relações com o mundo natural. O historiador

⁷⁶Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Manaus, 13/01/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 251-253

⁷⁷Carta de Euclides da Cunha a Artur Lemos, Manaus, ??/1905, In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p.268-269

britânico Keith Thomas, ao analisar essa mudança de atitude frente à natureza, aponta que as antigas concepções e crenças que afirmavam o domínio do homem sobre animais e plantas, começou, por volta de 1800, a entrar em declínio, fazendo florescer uma nova forma de compreensão e interação com a natureza.⁷⁸

O processo de urbanização culminou na crescente procura pelo campo, entendido pelos cidadãos como lugar de refúgio e escape das atribulações dos negócios, realizados na cidade. O distanciamento, cada vez maior e mais nítido, entre rural e urbano, levou à idealização e busca dos atrativos “espirituais” e “estéticos” do campo, como por exemplo, as lembranças de infância. De acordo com Thomas, apesar da busca pelo campo aumentar, a paisagem que mais admirava aos homens era a de uma natureza cultivada na forma de jardins, pomares e plantações, que associavam beleza e fertilidade em sua simetria e regularidade, e representavam a “ordem humana ao mundo natural desordenado”. Montanhas e florestas, consideradas “vastidões não cultivadas”, eram tidas como “improdutivas”, “desprovidas de atributos físicos” e lugar de gente “incivilizada”.⁷⁹ Lugares que causavam medo.

Ao final do setecentos, segundo o historiador britânico, o gosto pela natureza mudou de forma dramática, e a paisagem não cultivada deixou de ser alvo das aversões e condenações, para ser vista como fonte de “renovação espiritual”. Thomas assim definiu essa nova sensibilidade: “Quanto mais selvagem a cena, maior o seu poder de inspirar emoção” e mais elevada a sua capacidade de admiração estética.⁸⁰ Lugares de privacidade que revigoravam o espírito e a moral.

À essa paisagem indomada e selvagem foi atribuída o papel de despertar sentimentos e emoções mais fortes, como o terror, o assombro e a exultação - papel anteriormente reservado às mãos divinas. É necessário ressaltar que essa reação, como esclarece o historiador, foi um fenômeno europeu. Aos poucos, o homem, em busca desses cenários e dessas sensações, empreendeu viagens, excursões e expedições (a América fazia parte do itinerário) para as regiões onde pudesse ver e vivenciar essa natureza. Faz-se necessário ressaltar também, o fato de que a apreciação dos jardins e das paisagens incultas era privilégio dos homens cultos, educados na tradição clássica, e com posses.⁸¹ Os que não podiam entrar em contato direto com essa natureza e seus efeitos, poderiam tomar parte através das narrativas e ilustrações, que davam a ilusão do contato e da proximidade com essa paisagem.⁸²

A natureza, sobretudo aquela considerada selvagem, também esteve vinculada à

⁷⁸ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 289

⁷⁹ Ibid., p.303-306

⁸⁰ Ibid., p. 307

⁸¹ Ibid., p. 307-318

⁸² NAXARA, 2004, op. cit., p. 66- 68

construção das origens, das identidades locais e nacionais, num processo que se iniciou no século XVIII e seguiu pelo XIX, incorporando valores intelectuais, espirituais e estéticos. Nesse processo de valorização da natureza (cultivada ou selvagem) e dos efeitos que poderia provocar na mente dos homens, as teorias acerca do sublime, do belo e do pitoresco foram formuladas, com o intuito de tentar compreender racionalmente as sensações e o gosto estético referentes a essas paisagens.⁸³

Márcia Naxara pontua que a racionalidade da Ilustração não negava o sensível, mas tentava explicá-lo dentro das concepções científicas da época. Belo e pitoresco seriam os cenários naturais acolhedores, que transmitem tranquilidade àquele que os observa, contempla e analisa cientificamente.⁸⁴ Sublime seria, na definição de Michel Ribon, a paisagem infinita, “que sem nos ameaçar diretamente, fazem-nos sentir a nossa fragilidade” e “produz em nós primeiro o sentimento de uma suspensão das forças vitais, violentando a nossa imaginação”, ao passo que também é prazerosa e guarda muitos segredos e mistérios.⁸⁵ Tal qual a Amazônia descrita por Euclides da Cunha.

Simon Schama pondera que a procura pela natureza selvagem (incluindo o próprio ato de identificar esta paisagem como selvagem), deve ser entendido como produto do “desejo” e da “elaboração da cultura” dos homens, pois “a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia”.⁸⁶ Afirma ainda o autor, que a tradição ocidental da paisagem é produto de uma “cultura comum”, construída a partir de uma série de mitos, lembranças e obsessões. Por fim, Schama conclui que a paisagem é uma construção da imaginação, projetada sobre a mata, a água ou a rocha.⁸⁷

Encontramos, portanto, nas representações da natureza amazônica presentes nos estudos de Euclides da Cunha, traços do pensamento romântico que marcam sua trajetória e interpretação do Brasil. O autor de *Os Sertões* não foi o único, nessa época, a relatar desse

⁸³De acordo com Márcia Naxara, a apreciação do sublime e do belo foi teorizada no século XVIII por Edmund Burke, em “A philosophical inquiry into the origin of our ideas of the sublime and beautiful”, de 1757, e por Emmanuel Kant, em “Observations sur le sentiment du beau et du sublime”, de 1766, ambos conhecedores do “Essai sur le sublime”, de Longino, traduzido para o francês em 1674 e para o inglês em 1698. Cf. NAXARA, 2004, op. cit., p. 69

⁸⁴NAXARA, 2004, op. cit., p. 69 et seq.

⁸⁵RIBON, Michel. **A arte e a natureza**: ensaio e textos. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papirus, 1991, p. 33-34. Kant apresenta as seguintes definições sobre o sublime e o belo: “Grandes carvalhos e sombras solitárias num bosque sagrado são sublimes; leitos de flores, pequenas sebes, árvores podadas como figuras são belos. A noite é sublime, o dia é belo. Os que possuem o sentimento do sublime são conduzidos aos elevados sentimentos da amizade, da eternidade, do desprezo do mundo, pelo silêncio de uma noite de verão, quando o trêmulo brilho das estrelas atravessa a escuridão e a lua solitária surge no horizonte. A luz do dia inspira, com o fogo do trabalho, um sentimento de alegria. O sublime comove, o belo encanta”. KANT, Emmanuel “Observações sobre o sentimento do belo e do sublime” apud RIBON, Michel. **A arte e a natureza**.: ensaio e textos. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, SP.: Papirus, 1991, p. 145-146

⁸⁶SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.17

⁸⁷SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.24, 70

modo a paisagem local. Seu amigo e discípulo Alberto Rangel também:

Si não paraíso, ser-lhe-ei um purgatório, no qual ele expia conformado a sua impotencia, na dilação impiedosa da Justiça, que o reabilitará em summa, rememorando a sua historia de heroismos obscuros, na lucta com as fatalidades sociaes que o esmagarão completamente. Inferno é o Amazonas ... inferno verde do explorador moderno, vandalo inquieto, com a imagem amada das terras d'onde veio carinhosamente resguardada na lama anciada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resisto a violencia dos estupradores...⁸⁸

O excerto acima foi extraído do conto “Inferno Verde”, do livro homônimo, publicado em 1907. No conto, inspirado nas andanças de Rangel pela selva amazônica, o personagem Souto, um engenheiro vindo do Sul para fazer a demarcação de terras no local, adocece e fica à mercê da febre e dos delírios por ela provocados. Em um dos acessos, Souto praguejou contra a floresta: “Inferno! ... Inferno! ... verde!”⁸⁹ E a selva respondeu, dizendo que um dia já havia sido paraíso, poderia vir a ser um inferno, mas ainda era terra de esperanças. Em todas essas representações, Alberto Rangel critica o modo como a Amazônia foi ocupada pelo “explorador moderno” e identifica uma natureza grandiosa e mítica.

Enquanto aguardava as instruções, ocupava-se da leitura de estudos e relatos de velhos cronistas da Amazônia. A quietude prevalecia no chalé e Euclides tinha alucinações com a visita de uma “*dame en blanc*”,⁹⁰ que segundo Roberto Ventura, viria a povoar as noites insones do escritor, inclusive após a sua volta ao Rio de Janeiro.⁹¹ Outros sintomas da febre.

Em 19 de março de 1905 chegaram as instruções para as duas comissões mistas de reconhecimento, conforme estabelecido no acordo de 12 de julho de 1904. As instruções previam uma conferência de apresentação dos respectivos comissários, a regulação dos cronômetros e das coordenadas longitudinais e latitudinais a serem percorridas, e os trabalhos de gabinete (elaboração de um mapa e relatório) posteriores à expedição. De acordo com a instrução, a comissão chefiada por Euclides da Cunha deveria:

A comissão incumbida da exploração do rio Purus partirá de Manaus e verificará o curso desse rio, fazendo um simples reconhecimento hidrográfico até o barracão Cataí, cujas coordenadas geográficas determinará, assim como a de alguns outros pontos interessantes no trajeto. Daí para cima, até os varadouros que vão ter ao Ucaiale e que deverão ser explorados em toda a sua extensão, se fará um levantamento expedito do alto Purus, determinando-se aproximadamente as coordenadas da boca de todos os seus principais afluentes, sobretudo as dos chamados Curanja, Curiúja e Manoel Urbano .

⁸⁸RANGEL, Alberto. **Inferno verde**: cenas e escenarios do Amazonas. 3. ed. Tours: Typographia e Arrault & Cia, 1920, p. 281 (Mantida a grafia original)

⁸⁹Ibid., p. 279

⁹⁰Carta de Euclides da Cunha a Alberto Rangel, Manaus, 20/03/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 277-279

⁹¹VENTURA, 2003, op. cit., p. 242

A comissão mista corrigirá e completará, como puder, a planta levantada por W. Chandless, e verificará a correspondência da nomenclatura geográfica que nela se acha com a atualmente em uso. No regresso determinará as coordenadas da confluência do Purus.⁹²

Partiram em 05 de abril.

A baixa no volume dos rios obrigava a urgência das observações, fazendo a comissão mista navegar dia e noite realizando os levantamentos hidrográficos enquanto havia a luz do sol. No princípio da viagem, tudo corria bem, inclusive na relação entre brasileiros e peruanos que, segundo o comissário brasileiro, dava-se na “mais perfeita harmonia”.⁹³ A vazante prejudicava também o trânsito das lanchas e vapores no local. Devido aos encalhes a comissão brasileira precisou seguir em canoas.

Em 21 de maio, a primeira e pior complicação da viagem: o naufrágio do batelão *Manuel Urbano*, que transportava os víveres dos brasileiros. Com o auxílio dos peruanos foi possível salvar mais da metade dos gêneros, porém, houve a necessidade de diminuir o número de membros que seguiriam viagem.⁹⁴ Os que continuaram, ficaram sujeitos à fome e moléstias. Um contraste com a comissão peruana, numericamente completa e com provisões. Alguns episódios específicos abalaram as relações entre as duas comissões, principalmente entre os dois comissários, mas nada que impedisse a execução do trabalho.

Conta Euclides que, ao chegarem no sítio *Novo Lugar*, encontraram sepulturas de alguns peruanos fuzilados durante os conflitos armados com brasileiros, no ano anterior, auge da contenda. Na sepultura havia a inscrição: “*Peruanos fuzilados y quemados por bandoleros brasileiros*”, o que levou a atitudes hostis por parte de Buenaño. Podemos observar que rixas e revanchismos, apesar do *modus vivendi*, ainda faziam parte do cotidiano local.⁹⁵ O outro incidente ocorreu na chegada a Curanja, em 3 de julho. Os peruanos ofereceram um banquete a Euclides da Cunha e Pedro Buenaño num lugar todo decorado com bandeiras do Peru e nenhuma bandeira brasileira, o que causou constrangimento e certa revolta no autor de *Os Sertões*.⁹⁶

⁹² BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Instruções para as comissões mistas brasileiro-peruanas de reconhecimento dos rios Juruá e Purus nos territórios neutralizados. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 270-271

⁹³ Carta de Euclides da Cunha ao barão do Rio Branco, Novo Destino, 17/05/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 280-281

⁹⁴ CUNHA, Euclides. O rio Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 113.

⁹⁵ Carta de Euclides da Cunha ao barão do Rio Branco, Funiú, 08/06/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 284-285

⁹⁶ CUNHA, Euclides. A minha terra é retilínea e a alta como as palmeiras. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 208-209

À medida em que se afastava mais de Manaus e seguia rumo aos cantos mais remotos da Amazônia, a impressão que Euclides teve foi a de uma região deserta – esquecida ou abandonada:

Entre o Chandless e aquele ponto a região é deserta, aparecendo junto às margens uma ou outra barraca abandonada. Dali até aqui, porém, muito mais povoada de brasileiros. Porto de Mamoriá, fronteira de Cassianã e Novo Triunfo são três sítios florescentes, de laboriosos e robustos cearenses que firmam bem nestes lugares o domínio da nossa terra.⁹⁷

Em 30 de julho, alcançaram as cabeceiras do rio Purus. Euclides da Cunha e os membros das duas comissões superavam a expedição de William Chandless: o ponto de encontro dos rios Madre de Dios, Purus e Ucaiale, que têm suas nascentes muito próximas, ligadas por varadouros, por isso a grande confusão em torno de suas origens. E do ponto culminante, o escritor avistou:

O sol descia para os lados do Urubamba... Os nossos olhos deslumbrados abrangiam, de um lance, três dos maiores vales da terra; e naquela dilatação maravilhosa dos horizontes, banhados no fulgor de uma tarde incomparável, o que eu principalmente distingui, irrompendo de três quadrantes dilatados e transcoando-os inteiramente – ao sul, ao norte e a leste – foi a imagem arrebatadora da nossa pátria que nunca imaginei tão grande. Fiquemos nesta altura...⁹⁸

Euclides descreveu uma paisagem que correspondia às expectativas alimentadas, desde antes da viagem. Era esse cenário – e as sensações que ele eventualmente pode suscitar – que o escritor havia inicialmente procurado. Uma paisagem que é representada no texto do escritor como “arrebatadora” e que “deslumbra” os olhos. Pela descrição de Euclides, podemos notar que o feito inédito e a paisagem desconhecida, provocaram sensações de exultação e prazer no escritor e comprovavam a grandeza territorial e paisagística do Brasil. Nada melhor para um patriota e romântico como Euclides da Cunha.⁹⁹

De volta a Manaus remeteu uma carta ao amigo José Veríssimo, na qual faz um balanço da viagem:

Afasto por um momento a papelada que me esmaga, para escrever-lhe esta, num cantinho da minha mesa de trabalho. Mas ainda desta vez nada lhe poderei contar, senão que estou bom, embora pressinta que os longos dias de

⁹⁷Carta de Euclides da Cunha ao barão do Rio Branco, Novo Lugar, 05/07/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 285-288

⁹⁸CUNHA, Euclides. Os trabalhos da comissão brasileira de reconhecimentos do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 198-199. Entrevista concedida por Euclides ao *Jornal do Comércio*, de Manaus, em 29/10/1905.

⁹⁹De acordo com José Carlos Barreto de Santana, a “descoberta” feita por Euclides e sua comissão, ao superarem os resultados da expedição de William Chandless, contribuiu para o escritor alcançar um reconhecimento, por parte da comunidade científica da época, há muito tempo pretendido. Cf. SANTANA, José Carlos Barreto. **Ciência e Arte**: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec, 2001, p.172

ansiedade, de misérias e triunfos passados nas cabeceiras do Purus me prejudicaram a vida. Misérias e triunfos... somente à viva voz lhe poderei contar como fundi aquelas coisas antinômicas, numa batalha obscura e trágica com o deserto. Além disto, estas coisas não se podem contar quando se tem a cabeça a doer de logaritmos.¹⁰⁰

A paisagem e o cotidiano, diferentes dos seus, além da expedição, transformaram o escritor. Febre na selva: a Amazônia transformou seu modo de pensar e enxergar a região e o país. Euclides da Cunha havia conhecido um outro sertanejo, cearense misturado com tapuio, que também era lá um forte. A natureza (rios, clima, flora e fauna) não o deixaram incólume. Era um outro Brasil, um novo Brasil, que em alguns aspectos era diametralmente oposto ao de Canudos, mas que também precisava ser denunciado. Febre na selva: Euclides da Cunha também transformou a Amazônia.

O intuito deste capítulo consistia em analisar as impressões imediatas que o autor de *Os Sertões* teve ao conhecer a Amazônia, durante a expedição de reconhecimento das cabeceiras do rio Purus. Podemos considerar, após a leitura de suas correspondências e estudos, que ele lidou, ao longo do tempo de permanência, com uma série de impressões novas e desconhecidas, que provocaram ambigüidades e desencontros em sua forma de ver e compreender a região, passando por desapontamentos e estranhamentos, surpresa e admiração; resultantes dos confrontos entre suas leituras e suas experiências.

No período em que ficou na capital amazonense, após retornar das cabeceiras do rio, ocupou-se da redação do *Relatório da comissão mista brasileiro-peruana do Alto Purus*.

¹⁰⁰Carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, Manaus, 08/11/1905. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 290

CAPÍTULO 3

SINAIS DE ABANDONO

A palavra escrita, Vogelstein – disse você, ainda com as mãos estendidas para suas estantes. – A poderosa palavra em que tudo deve se transformar para ser invocado e existir. De que qualquer sistema, natural ou sobrenatural, lógico ou mágico precisa para ter uma história, pois é preciso escrever para recordar e entender, ou para prever e dominar.

(Luis Fernando Veríssimo, **Borges e os Orangotangos eternos.**)

Euclides da Cunha fez uma pausa na redação do *Relatório*, para conceder uma entrevista ao *Jornal do Comércio*, de Manaus. Guardando uma série de restrições sobre o que poderia responder, o autor de *Os Sertões* apresentou uma resenha da viagem. Acerca das impressões que teve, afirmou:

Realmente, para o engenheiro, num reconhecimento, a rocha, a flor, o animal surpreendido numa volta do caminho, um recanto de floresta, um pedaço de rio enovelado em corredeira ou desatado em estirões, e as mesmas estrelas que ele prende por um instante nas malhas dos retículos, tudo o que se lhe agita em roda deve impressioná-lo e interessá-lo, mas não o prende, que o manietta e não o remora.¹

Abordaremos neste capítulo, as impressões amadurecidas de Euclides da Cunha, isto é, o que foi escrito após a expedição e que apresenta algumas reflexões do escritor acerca do que viu e anotou da selva. Utilizaremos aqui os *Relatórios* oficial e confidencial (este último, enviado ao barão do Rio Branco), as “Notas complementares” ao relatório, alguns textos publicados em *À margem da história*, de 1909, e o “Preâmbulo” ao livro de Alberto Rangel. Nesses estudos, retoma suas principais idéias e impressões, levantadas no calor da hora, refazendo alguns de seus juízos e apresentando novas considerações sobre a Amazônia.

O *Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus* foi redigido por Euclides da Cunha, logo em sua volta à capital amazonense, entre outubro e dezembro de 1905. Dom Pedro Alejandro Buenaño, comissário peruano, ocupou-se da tradução para o espanhol, e as duas cópias foram remetidas aos respectivos governos. Editado pelo Itamaraty e publicado pela Imprensa Nacional, em 1906, o relatório é constituído de quatro partes: “A viagem”, “O rio Purus e seus afluentes”, “O clima” e “Caracteres físicos da região”. Em anexo, constam as cartas geográficas do Purus, das nascentes e varadouros; as atas dos trabalhos; uma lista dos trechos do Purus que deveriam ser melhorados; e a correspondência oficial, enviada ao barão. Além dessa documentação, o escritor já havia remetido um ofício de encaminhamento ao ministro Rio Branco, contendo um relatório preliminar e confidencial, manuscrito e base do relatório oficial.

¹CUNHA, Euclides. Os trabalhos da comissão brasileira de reconhecimentos do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 198-199. Entrevista concedida por Euclides ao *Jornal do Commercio*, de Manaus, em 29/10/1905.

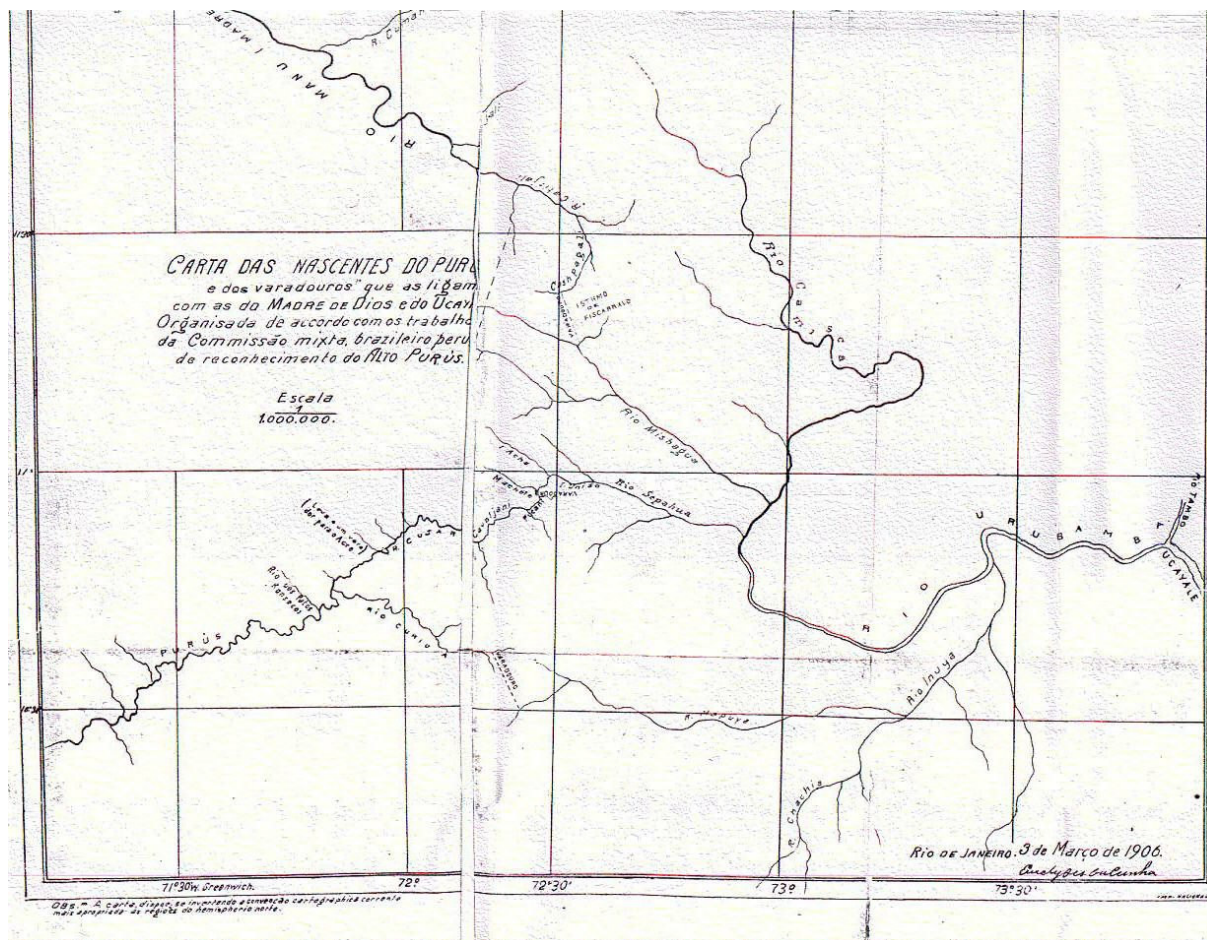


Figura 3: CARTA das nascentes do Purus levantada pelo engenheiro Euclides da Cunha e o capitão de corveta Pedro Alejandro Buenaño. Rio de Janeiro, 1905 [?]. Escala 1:500.000. 313,5 x 51,5 cm [Mapoteca do Itamaraty].

Fonte: ANDRADE, Juan C. P. De (Org.). Vida e obra de Euclides da Cunha. Imagens. Mapas. Disponível em <<http://www.euclides.site.br.com/mapas/htm>> Acesso em <27/06/2007>.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, Euclides dedicou-se à redação das “Notas complementares”, em que comenta as explorações anteriores do rio, feitas por Manuel Urbano e William Chandless, ainda no século XIX, e apresenta considerações sobre o povoamento e a navegabilidade nos trechos percorridos. Acerca de seu relatório, observou:

Como todo relatório de comissão mista em que se esbarram dois espíritos sempre dissonantes, ele pouco vale. Julgo, porém, que o governo do Amazonas tem interesse em conhecer a planta mais segura de Purus, e em conhecer como se entra no Peru pela sua mais desimpedida porta. O Buenaño tinha razão em irritar-se tanto à medida que avançava, arrostando até fome: num *casus belli* com o Peru (o que não é conjetura ousada) como avançaríamos até lá, estonteados na indefinida trama de “igarapés” do grande rio?²

²Carta de Euclides da Cunha a Firmo Dutra, Rio de Janeiro, 30/09/1906. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 313-314 (grifo do autor)

Para o autor do *Relatório*, seu trabalho valeria mais a pena para o governo do Amazonas – e para o governo brasileiro –, do que para a resolução da pendência com os peruanos. Sua contribuição seria maior para tornar aquela região conhecida e integrada ao conjunto da nação, do que para delimitar as fronteiras com o país vizinho.

Novamente instalado na capital da república, Euclides da Cunha ficou surpreso com a cidade que encontrou. Durante o tempo em que havia ficado fora, a cidade foi totalmente remodelada pelo prefeito Pereira Passos, com o intuito de dar ares de modernidade e civilidade à urbe carioca.³ A surpresa só não foi maior, pois Euclides já havia presenciado tal empreendimento em sua passagem por Belém.

Sylvio Rabelo e Roberto Ventura, biógrafos do escritor, ressaltam que, avesso ao cosmopolitismo e aos exageros de uma civilização transplantada, Euclides da Cunha não se sentia mais à vontade na cidade, desejando o isolamento ou o retorno à selva, ao deserto.⁴ Novos sintomas da febre. Poucos meses após o seu retorno, o escritor já acenava com a possibilidade de voltar à Amazônia. Primeiro, pleiteou uma vaga numa comissão com destino à Venezuela ou às Guianas⁵, depois, manifestou interesse em aceitar um cargo de “fiscal do Governo junto da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré”, que considerava a “comissão mais séria e brilhante entre todas que possa aspirar hoje um engenheiro”.⁶ Desgostoso no Rio de Janeiro, no meio urbano, aspirava novas viagens, sempre longínquas. A selva havia exercido certa atração sobre Euclides da Cunha, chamando-o de volta.

3.1 Quando a terra abandona o homem.

Quanto às novas ou amadurecidas impressões, presentes no Relatório, verificamos que

³Sobre a *belle époque* carioca ver NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Sobre esse Rio de Janeiro de praças arborizadas e avenidas largas, o autor de *Os Sertões* forneceu-nos a seguinte descrição: “O Rio continua melhorando, aformoseando-se. A concorrência de estrangeiros, extraordinária. Os bondes e automóveis apinham-se de rubros saxões espantadíssimos e deslumbrados. Ressoam, nestes ares, *ohs!* Em todas as línguas. Até em castelhano...”. Cf. Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 15/08/1907. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 334-337

⁴RABELO, Sylvio. **Euclides da Cunha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 301-303; VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. Organizado por Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 242-243

⁵Carta de Euclides da Cunha a Firmo Dutra, Rio de Janeiro, 15/01/1906. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 295-296; e Carta de Euclides da Cunha a Oliveira Lima, Rio de Janeiro, 23/05/1906. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 303-304

⁶Carta de Euclides da Cunha ao pai, Rio de Janeiro, 24/06/1906. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo. (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 310-311

em seus estudos e em suas correspondências, Euclides debruçou grande atenção à hidrografia amazônica. O rio Purus, percorrido entre abril e outubro de 1905, para fazer o levantamento cartográfico, e o rio Juruá (explorado por Belarmino Mendonça, em comissão semelhante), apresentavam idênticos aspectos naturais e a mesma importância econômica para a região, fator que teria definido o impulso desbravador e o estabelecimento de vilas e povoados. De acordo com Leandro Tocantins, importante historiador regional, os dois rios foram tratados pelos cronistas antigos como “reino de índios bárbaros e de tesouros salomônicos”.⁷

Entre os mitos e as lendas que envolviam o Purus e o Juruá, havia a dos gigantes (os curiquerês ou curinquins) de dez a dezesseis palmos de altura, que traziam argolas de ouro nas orelhas e no nariz. Segundo Tocantins, o principal divulgador dessa lenda em torno do Purus foi o padre Cristobal d'Acuña.⁸ O Juruá, de acordo com o mito, era habitado por anões (goajazis) e homens com cauda.

Simon Schama afirma que a introdução do barco à vapor nos rios da Europa e da América possibilitou “toda uma geração de criadores e consumidores de mitos fluviais”.⁹ O contato dos homens “civilizados” com regiões desconhecidas fazia ferver a imaginação sobre o que poderiam (e esperavam, de certa forma) encontrar. Acerca dos mitos e lendas que cercavam o Purus, Euclides da Cunha, que procurou sempre enfatizar a sua presença entre os homens de ciência da época, afirmou: “Entretanto, esses deslizes nada mais revelam além do propender para o maravilhoso, próprio daqueles tempos” (referia-se aos séculos XVI, XVII e XVIII).¹⁰

A primeira observação refeita por Euclides da Cunha foi a propósito do impacto que teve, ao avistar o rio Amazonas. Confirmou seu desapontamento, atribuindo-o à “imagem há longo tempo prefigurada” pela leitura de “páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes”, motivo da frustração.¹¹ Quanto ao Purus, afirmou que, à primeira vista, o rio aparenta ser tranqüilo, sem grandes oscilações de relevo e de nível que alterem sua velocidade, seu volume e seus efeitos sobre a terra. Contudo, ressalta, uma “observação mais longa”, permite perceber a alternância de enchentes e vazantes, além da capacidade destrutiva

⁷TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, v.1, p 92

⁸Ibid., p. 92. O historiador explica, em outro ensaio de sua autoria, a existência desses mitos como uma “expressão social do deslocamento de povos civilizados para regiões desconhecidas, onde as mais complexas causas psicológicas, em razão do meio e em função do próprio ato da descoberta, excitam a espiritualidade do conquistador, em moldes do fantasioso e do romântico”. Cf. TOCANTINS, Leandro. **O Rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961, p. 22

⁹SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 364-365

¹⁰CUNHA, Euclides. Geografia do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p.142

¹¹CUNHA, Euclides. Terra sem História: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 25.

do rio, prejudiciais à navegação.¹² Características também do rio Amazonas.

Ao analisar a hidrografia amazônica, interpretou os rios, aliando conhecimentos de teorias geológicas a uma visão muito próxima das concepções românticas da natureza e da produção de ruínas. No caso dos rios amazônicos, a água, por onde passa, demonstra a sua “função destruidora”. Amparado nos estudos geológicos de Frederick Hartt, aponta que a torrente das águas carrega consigo uma enorme quantidade de areia e lodo, provocando os “desmontes dos litorais, que dia-a-dia se desbarrancam”, sobrando apenas, no final, os “resíduos das ilhas demolidas”.¹³ A terra solapada segue o rumo das águas, na direção do hemisfério norte, até alcançar o litoral norte-americano.

Em sua interpretação, associou o fenômeno geológico da transposição de terras pelo curso dos rios, ao processo histórico, isto é, a marcha evolutiva dos homens:

Naqueles lugares, o brasileiro salta: é estrangeiro – e está pisando em terras brasileiras. Antolha-se-lhe um contra-senso pasmoso: à ficção de direito estabelecendo por vezes a extraterritorialidade, que é a pátria sem a terra, contrapõe-se uma outra, rudemente física: *a terra sem a pátria*. É o efeito maravilhoso de uma espécie de imigração telúrica. *A terra abandona o homem*. Vai em busca de outras latitudes. E o Amazonas, nesse construir o seu verdadeiro delta em zonas tão remotas de outro hemisfério, traduz, de fato, a viagem incógnita de um território em marcha, mudando-se pelos tempos adiante, sem parar um segundo, e tornando cada vez menores, num desgastamento ininterrupto, as largas superfícies que atravessa.¹⁴

Um brasileiro no litoral do hemisfério norte é estrangeiro, mas pisa em solo formado por terras (sedimentos) que vieram do Brasil, trazidos pelas águas do Amazonas. Quanto à veracidade e confirmação desse fenômeno, nada podemos dizer, pois está fora do alcance de nosso estudo. Entretanto, sobre as relações entre geografia e história, natureza e homem, levantadas pelo escritor, podemos afirmar que é uma característica da obra de Euclides da Cunha, antes vista em sua obra maior (especialmente nas duas primeiras partes do livro) e nos seus artigos sobre os peruanos, analisados no primeiro capítulo.

As margens e toda a vegetação que a recobre, dependem dos fluxos dos rios:

[...] O rio, multíflio nas grandes enchentes, vinga as ribanceiras e desafoga-se nos plainos desimpedidos. Desarraiga florestas inteiras, atulhando de troncos e esgalhos as depressões numerosas da várzea; e nos remansos das planícies inundadas, decantam-se-lhe as águas carregadas de detritos, numa colmatagem plenamente generalizada. Baixam as águas e nota-se que o terreno cresceu; e alteia-se de cheia em cheia, aprumando-se as “barreiras” altas, exsicando-se os pantanais e “igapós”, esboçando-se os “firmes”

¹²CUNHA, Euclides. O rio Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 120-122

¹³CUNHA, Euclides. Terra sem História: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 29-30

¹⁴Ibid., p. 31 (grifo nosso)

ondeantes, para logo invadidos da flora triunfal... até que num só assalto, de enchente, todo esse delta lateral se abata.¹⁵

O fenômeno é conhecido como “terra caída”, muito comum na Amazônia. Exemplo da força devastadora e mutante da natureza, que altera espaços, fazendo surgir e desaparecer terrenos com a mesma velocidade. Uma porção de terra que hoje estava lá, amanhã poderia não estar: “Numa só noite as 'terras caídas' da margem esquerda do Amazonas desmoronaram numa linha contínua de cinquenta léguas”.¹⁶ Alberto Rangel representou de modo semelhante a ação da natureza: “Afinal de contas, a 'terra cahida' bem pode ser a definição do Amazonas. Por vezes, no seu terreno alluvial tudo repentinamente vacilla e se afunda, mas reconstitue-se aos poucos. Cahe a terra aqui, acolá a terra se acrece”.¹⁷

Alberto Rangel foi mais longe: definiu essa natureza arruinada – e também produtora de ruínas –, como a própria Amazônia. José Veríssimo, em suas viagens pelo interior das províncias do Norte do país, deparou-se com uma paisagem arruinada em Monte Alegre: “Tudo indica ao viajante que está em um lugar decadente. O montão de casas velhas e caídas é a viva prova disso”; e em Óbidos: “Ao lado esquerdo da cadeia pública, na extremidade do outro barranco, vêem-se ainda, já meio desaparecidas pelas ervas, as ruínas, ou melhor os restos, de uma capela que foi”.¹⁸ Os naturalistas que passaram pela região entre os séculos XVIII e XIX, também encontraram um cenário de ruínas. Henry Walter Bates (em relato de 1863) presenciou e descreveu a força destruidora do rio Solimões:

A estação das chuvas se implantara na região banhada pelo grande rio; os bancos de areia e todas as terras baixas já se achavam alagadas, e a forte correnteza, de três ou quatro quilômetros de largura, passava levando uma infundável série de árvores arrancadas e de ilhas flutuantes. As perspectivas eram melancólicas; não se ouvia outro som a não ser o surdo murmúrio das águas; as margens ao longo das quais viajávamos o dia todo mostravam-se atravancadas de árvores caídas, algumas delas com a ramagem flutuando tremulamente na correnteza ao redor de pequenas pontas de terra.¹⁹

Não eram só os rios que apresentavam uma capacidade de destruição. As matas da floresta e os homens também. Sobre os homens falaremos mais adiante. No que diz respeito à vegetação, de acordo com os relatos dos viajantes e as observações do próprio Euclides e de

¹⁵CUNHA, Euclides. Terra sem História: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 32

¹⁶Ibid., p. 32.

¹⁷RANGEL, Alberto. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. 3. ed. Tours: Typographia e Arrault & Cia, 1920, p. 92. Sobre as ruínas em Alberto Rangel, Cf. FINAZZI-ÀGRO, Ettore. Postais do inferno: o mito do passado e as ruínas do presente em Alberto Rangel. In: BRESCIANI, Maria Stella; CHIAPPINI, Lígia. (Org.). **Literatura e cultura no Brasil**: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002, p.221- 227.

¹⁸VERÍSSIMO, José. **Estudos amazônicos**. Pará: Ed. UFPA, 1970, p. 207, 231. Sobre os estudos realizados por Veríssimo cf. BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). **Dados**: revista de Ciências Sociais, v. 42, n. 3, p. 539-564, 1999.

¹⁹BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 192

seus contemporâneos, era comum encontrar habitações abandonadas, cobertas pela floresta que (re)toma conta dos espaços antes ocupados pelos homens, como ilustra a seguinte descrição feita pelo casal Agassiz:

Alguns passos adiante, encontramos na mesma rota. Outra prova, e encantadora, da exuberância da vida vegetal. Num dos lados da rua eleva-se o esqueleto duma casa: *ruína, ou construção inacabada em abandono?* Não sei. Seja o que for, não tem mais do que as paredes esburacadas nos lugares das portas e janelas. Mas a natureza completou o edifício: cobriu-o com um belo teto de verdura, atapetou-lhe os muros com plantas engrinaldadas em volta dos vãos arruinados, transformou o interior vazio num jardim de sua escolha, e a casa deserta, na falta de outros habitantes, serve pelo menos de morada aos passarinhos.²⁰

Para Carlo Carena, a ruína pode ser interpretada e sintonizada com a paisagem, assumindo um significado, quando contemplados ou traduzidos em imagens, discursos ou representações, que evoquem sentimentos ou conteúdos. A ruína pode ser tanto objeto de reflexão histórico-filosófica, por evocar um passado glorioso e a “caducidade de todas as coisas”, quanto despertar um “sentimento subtilmente crepuscular”, uma decadência.²¹ Carena afirma ainda que, as ruínas quando contempladas, não suscitam uma reflexão consoladora, e sim a imersão em uma “escuridão deliciosa”, no qual o homem sente, interioriza, apega-se àquilo que se desfaz.²²

Carlo Carena pontua que o gosto pelas ruínas vem da apreciação, por parte do homem civilizado, da capacidade de destruição que a natureza tem. O próprio homem guarda uma “curiosidade e uma ferocidade destruidora”. Tal gosto deve-se também à propensão pelo terrível e pelo horrendo, explicados pelo conceito do sublime, formulado no setecentos por Edmund Burke. É o apreço pelo obscuro, pelo incerto, pelo terrível, pelo confuso, que provocam emoções que “alimentam a imaginação”, e não pela beleza.²³ As ruínas são entendidas, portanto, como uma paisagem terrível e sombria, que sugere essa imersão, essas emoções.

O rio Amazonas, e a Amazônia como um todo, são representados dessa forma por Euclides da Cunha. Natureza e paisagem confusas, incompletas, imperfeitas:

A inconstância tumultuária do rio retrata-se ademais nas suas curvas infundáveis, desesperadamente enleadas, recordando o roteiro indeciso de um caminhante perdido, a esmar horizontes, volvendo-se a todos os rumos ou arrojando-se à ventura em repentinos atalhos [...] sempre desordenado, e

²⁰ AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Tradução de João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, v. 12 (Coleção Reconquista do Brasil) p. 101 (grifo nosso)

²¹ CARENA, Carlo. Ruína/restauro. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopedia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional, 1985, vol. 1, p. 107

²² Ibid., p.115-116

²³ Ibid., p.116-117,126

revolto, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios – com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomeçar perpetuamente um quadro indefinido...²⁴

De toda a natureza amazônica, o que lhe atraiu foram as ruínas. Através destas, o escritor explicou a história da região que, “desde os primeiros tempos da colônia”, foi visitada em expedições religiosas, demarcatórias e científicas, tentativas de projeto civilizador da Amazônia, por parte da metrópole. Contudo, assim que os civilizadores se dirigiam a outras localidades, “polindo as gentes” e “aformoseando a terra”, todas as transformações empreendidas volviam à “bruteza original”.²⁵ Sobravam apenas as ruínas.²⁶

A Amazônia que conhecera em sua viagem, nada mais era do que um “presente lastimável contraposto à ilusão de um passado grandioso”. Cenário em que tudo era “vacilante”, “efêmero” e “antinômico”. Euclides citou dois momentos (1852 e 1752), numa análise retroativa, para mostrar as oportunidades perdidas de desenvolvimento econômico, confirmando a decadência e o abandono da região.²⁷ E do homem amazônico.

A representação de uma natureza grandiosa, ainda despreparada para a entrada e ocupação humana, também foi retomada nos estudos realizados após a viagem. Euclides da Cunha esclarece o seu ponto de vista, utilizando mais uma vez, as teorias geológicas da época. Em sua interpretação, o relevo, a vegetação e a hidrografia da Amazônia não tinham alcançado uma “situação de equilíbrio”. Sendo assim, a paisagem ainda sofria constantes alterações, com ilhas e margens que poderiam ser formadas ou desfeitas pela ação das águas:

Em toda a parte a terra é um bloco onde se exercita a molduragem dos agentes externos, entre os quais os grandes rios se erigem como principais fatores, no lhe remodelarem os acidentes naturais, suavizando-lhos. Compensando a degradação das vertentes com o alteamento dos vales, corroendo montanhas e edificando planuras, eles vão em geral entrelaçando as ações destrutivas e reconstrutoras, de modo que as paisagens, lento e lento transfiguradas, reflitam os efeitos de uma estatuária portentosa.²⁸

²⁴CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 32

²⁵Ibid., p. 33

²⁶Roberto Vecchi elenca algumas das obras, escritas entre fins do século XIX e início do XX, que trazem o tema das ruínas e das “cidades mortas”, associadas à memória e a uma “meditação ético-política” sobre as possibilidades de futuro da nação e da república, e que demonstram que a temática estava presente em muitos letrados da época. Entre outras obras, Vecchi cita: *A cidade do ouro e das ruínas* (1891), *O encilhamento: cenas contemporâneas da bolsa do Rio de Janeiro* (1893 ou 1894), do Visconde de Taunay; *Mocidade morta* (1899), de Gonzaga Duque; *No hospício* (1905), de Rocha Pombo; *Ondas e outros poemas, Os Sertões* (1902) e *Contrastes e confrontos* (1907), de Euclides da Cunha; *Canaã* (1902), de Graça Aranha; *A profissão de Jacques Pedreira* (1910 ou 1913), *A alma encantada das ruas* (1908), de João do Rio; *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), de Lima Barreto; *Madame Pommery* (1920), de Hilário Tácito; *Cidades mortas* (1919), de Monteiro Lobato.. Cf. VECCHI, Roberto. Cidades mortas e ruínas vivas na formação da modernidade literária brasileira. In: BRESCIANI, Maria Stella; CHIAPPINI, Lígia. (Org.). **Literatura e cultura no Brasil**: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002, p. 209-220

²⁷CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 33-34

²⁸Ibid., p. 28

Ao escrever o “Preâmbulo” ao livro do amigo Rangel, caracterizou a Amazônia como uma terra “moça”, “infante”, “em ser”, “que ainda está crescendo”.²⁹ Uma terra em formação, que estaria pronta para o homem, apenas quando todos os fenômenos geológicos, que estavam ocorrendo naquele momento na região, chegassem ao fim, definindo os contornos do cenário natural.³⁰

A partir dessas observações, que nos mostram a preocupação e o envolvimento com a ciência e os cientistas do período, Euclides da Cunha compreendeu a paisagem (relevo, vegetação e rios) amazônica, através de antinomias como “imperfeita grandeza”, “natureza portentosa, mas incompleta”, uma “construção estupenda, mas falta a decoração interior”, uma região que “tem tudo e falta-lhe tudo”. Outra definição apresentada pelo escritor foi: “a Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo”.³¹

Esta última definição, afirmou Manoel Rodrigues Ferreira, muitas vezes foi mal interpretada. Explica o estudioso que Euclides referia-se à teoria geológica de formação da bacia e planície amazônicas, debatida no período. O termo “terra em formação” refere-se à formação de terra firme nas faixas de terrenos ao longo dos rios, isto é, as terras que quando alagadas, depositam sedimentos (areia e argila). Com o passar dos anos, essa sedimentação aumenta, propiciando o surgimento de vegetação e formando a terra firme. De acordo com Ferreira, o processo é lento e pode levar dezenas ou centenas de milhares de anos.³²

Natureza em formação, grandiosa e em ruínas. Desses três modos, a Amazônia aparece nos escritos de Euclides da Cunha, atestando a complexidade de suas interpretações, que associam teorias científicas, um apurado senso crítico e impressões e sensações que teve ou quis ter.

A idéia de uma Amazônia misteriosa, desconhecida, que em sua amplitude só poderia

²⁹CUNHA, Euclides. Preâmbulo. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 203

³⁰ Entre os autores que analisaram a temática das ruínas na obra de Euclides da Cunha, podemos citar Francisco Foot Hardman e Edgar De Decca. Foot Hardman pontua que o tema das ruínas em Euclides encontra-se difuso em muitos de seus escritos e deve-se à presença do romantismo em seu pensamento, no qual se evidenciam a ação da “natureza caótica e violenta sobre o tempo histórico dos empreendimentos civilizados da humanidade”, resultando, de maneira dramática, nas ruínas. De Decca contribuiu para a discussão, afirmando que o tema das ruínas pode ser compreendido também pelo viés cientificista, presente em suas interpretações, e relacionado às críticas do escritor acerca da situação em que se encontravam a literatura, a nacionalidade e a nação brasileiras, na virada do século XIX para o XX. Cf. HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, 1996, p. 293-310, 1996; DECCA, Edgar De. Literatura em ruínas ou as ruínas na literatura? In: BRESCIANI, Maria Stella Martins; NAXARA, Márcia Regina Capelari. (Org). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

³¹CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 26

³²FERREIRA, Manoel Rodrigues. **Nas selvas amazônicas**. São Paulo: Biblos, 1961, p. 140. VENTURA, 2003, op. cit., p. 187. Euclides manteve efusiva relação com a comunidade científica de sua época, sobretudo os geólogos, adotando as teorias de Frederick Hartt, Orville Derby, Claude-Henri Gorceix e contando, inclusive, com a colaboração dos estudos destes para a redação de *Os Sertões*.

vir a ser conhecida através de muitos estudos – todos específicos e sobre pequenos trechos da região – continuava na imaginação do escritor, após a expedição. Tamanha era a grandiosidade da Amazônia para Euclides da Cunha, que este, em toda a sua eloquência, afirmava que seriam necessários mil anos de observações e pesquisas sobre o local, para desvendá-la totalmente. E quando isso acontecesse: “então não haverá segredos na própria natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural...”.³³ Revelar os segredos dessa natureza seria conhecer todas as espécies, linhas evolutivas e muitos outros aspectos que os naturalistas ainda estavam para descobrir.

Grandiosidade que salta aos olhos, impossível de ser avistada e compreendida completamente. Enormidade que espanta, atemoriza e desperta as mais profundas emoções no indivíduo, que se recolhe, pequeno, diante dela. Assim como as ruínas. Grandiosidade e ruínas, aspectos ressaltados por Euclides em suas representações que, como já referi, remetem à estética do sublime a ao pensamento romântico.³⁴

Não foi possível ao escritor observar detidamente a flora e a fauna locais. No *Relatório*, esclarece que o pouco tempo e os objetivos principais da expedição não permitiram uma análise maior, concluindo que “bem pouco podemos avançar com segurança”.³⁵ Semelhante aos viajantes do oitocentos, como pontuou Karen Lisboa, que independentemente da tarefa a realizar, registravam aspectos do cotidiano, da flora e da fauna, mesmo que não tivessem a formação de naturalistas.

Sobre a vegetação, restringiu-se a “indicar os gêneros que continham características marcantes e que apareciam em maior número”. Afirma que só podia escrever sobre as espécies mais vistas, e identificou a floresta amazônica como uma “inalterável monotonia”, devido à uniformidade e constância dos aspectos gerais: folhagens sempre num tom verde-escuro, árvores de troncos quase retilíneos e muito próximos uns dos outros, espalhados pelas

³³CUNHA, Euclides. Preâmbulo. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 201

³⁴Sobre a presença do romantismo no pensamento euclidiano, podemos destacar as análises de Ventura, Brandão e Hardman. Ventura cita que essa inclinação do escritor se manifestara ainda nos tempos do Colégio Aquino, onde teve grande contato com a poesia romântica e com a causa abolicionista. Os ideias românticos da Revolução Francesa também contribuíram, ressalta o biógrafo, na trajetória pessoal do escritor, “desajustado no mundo urbano e civilizado” e adotando uma “postura romântica diante da vida e da história”. Brandão deu ênfase às “afinidades” e “paralelismos” entre as obras de Victor Hugo e Euclides da Cunha, perceptíveis na descrição de heróis anônimos, o caráter épico, a fatalidade da natureza e a denúncia das injustiças. Hardman retomou essa questão, analisando um romantismo, de matriz hugoniana, que perpassa toda a obra do escritor e de outros autores de sua geração. De acordo com Hardman, esse romantismo “provoca em sua prosa e poesia uma interessante combinação entre estética do sublime, dramatização da natureza e da história e discurso socialmente empenhado”, onde a temática das ruínas, como resultado do choque entre culturas e temporalidades, se sobressai. Cf. VENTURA, 2003, op. cit., p. 42-48; BRANDÃO, Adelino. Euclides da Cunha e Victor Hugo. In: _____. **Enciclopédia de estudos euclidianos**. Jundiá, SP: Jundiá, 1982, v. 1; e HARDMAN, 1996, op. cit.

³⁵CUNHA, Euclides. O rio Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986 p. 133

barrancas dos rios.³⁶ Duas espécies chamaram mais a sua atenção, dada à intrínseca relação com o povoamento e a economia local: a seringueira e o caucho.

A fauna foi retratada pelo escritor como “singular e monstruosa”. Essa impressão que teve dos animais pode ser entendida como uma reação de surpresa e estranhamento - comum nos observadores forasteiros que contemplaram a natureza local -, ao avistar espécies que seus olhos desconheciam. Outro aspecto interessante para ressaltarmos, e que ilustra a sintonia entre Euclides e os naturalistas, é a tentativa, da sua parte, de enquadrar a flora e a fauna da região, na linha evolutiva das espécies. Concluiu que a vegetação e os animais da região apresentavam ainda aspectos muito simples, pertencendo ao início da escala evolutiva, à era paleozóica.³⁷

Apresentou também novas reflexões sobre o clima amazônico, principalmente em um texto intitulado “Um clima caluniado”. Nele, parte das concepções, muito difundidas na época, da influência negativa exercida pelo clima sobre o homem. Embasado nos discursos médicos produzidos no período, o escritor cita as iniciativas de colonização empreendidas por França e Inglaterra na África e Ásia, contrapondo-as às iniciativas do governo brasileiro para a ocupação da Amazônia, durante o século XIX, e adotando uma postura crítica frente ao tipo de colonização realizada no extremo-norte do país.³⁸

Assim, o escritor afirmou que o clima amazônico foi vítima de grandes calúnias, por parte daqueles que exploraram a região:

Traça-se um quadro nosológico arrepiador e trágico, num imaginoso fabular de agruras; e, dia a dia, a natureza caluniada pelo homem vai aparecendo naquelas bandas, ante as imaginações iludidas, como se lá demarcasse a paragem clássica da miséria e da morte...³⁹

Um clima “caluniado” porque, como atestam os relatórios médicos da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus, a região é “perfeitamente habitável”. O calor e a umidade propiciam o surgimento de insetos transmissores de moléstias, contudo, as medidas profiláticas adequadas são capazes de garantir a ocupação sem grandes transtornos.⁴⁰

O que ocorria na região, portanto, segundo Euclides da Cunha, era uma “seleção telúrica”, isto é, uma rigorosa escolha realizada pela natureza, dos indivíduos mais aptos à ocupação e exploração da terra. Nesse caso, os mais aptos seriam aqueles providos de

³⁶CUNHA, Euclides. O rio Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986 p. 133-134

³⁷CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 26

³⁸CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 54

³⁹Ibid., p. 54

⁴⁰CUNHA, Euclides. O rio Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 131-132

capacidade de adaptação ao meio e dotados de “atributos pessoais”, indivíduos que “balanceiem” forças físicas (resistência às altas temperaturas e a umidade excessiva) e morais (caráter refinado).⁴¹ Ressaltou:

A cada deslize fisiológico ou moral antepõe-se o corretivo da reação física. E chama-se insalubridade o que é um apuramento, a eliminação generalizada dos incompetentes. Ao cabo verifica-se algumas vezes que não é o clima que é mau; é o homem.⁴²

O escritor adaptou e mesclou diferentes teorias científicas do oitocentos para analisar o clima amazônico, tirando deste a responsabilidade pelas dificuldades de ocupação da região. Em sua interpretação, o clima não era um fator negativo, e sim, positivo, pois escolhia e selecionava os indivíduos mais perseverantes e dedicados ao desbravamento da Amazônia: “Policiou, saneou, moralizou. Elegeu e elege para a vida os mais dignos. Eliminou e elimina os incapazes, pela fuga ou pela morte”.⁴³ Outro argumento que se propõe a questionar, é o de que apenas os sertanejos e jagunços, vindos do Nordeste e acostumados à seca, teriam os predicados necessários à ocupação da região. Para ele, portugueses, italianos, alemães e outros estrangeiros também poderiam – como fizeram – prosperar naquelas bandas.⁴⁴

Uma visão do clima amazônico bem diferente daquelas impressões iniciais e imediatas que tivera ainda na Amazônia. Euclides apresentou reflexões mais amadurecidas, baseadas em suas observações e em suas leituras. Nota-se a presença do cientificismo, porém, em menor escala. Ao rever suas opiniões sobre o clima tocou na questão da migração dos nordestinos, fazendo vir à tona as críticas e denúncias, que veremos no próximo tópico.

3.2 Herdeiros de Labre e Fiscarrald.

Para analisar o povoamento ao longo do rio Purus, Euclides da Cunha debruçou sua atenção sobre a história da região, consultando documentos dos séculos XVIII e XIX, nos quais “evidenciam-se antigos e persistentes esforços para o povoamento daquelas regiões”, tanto pela ação de civilizar os índios quanto pela busca das drogas do sertão. Desde o setecentos, aponta o escritor: “O Purus, sobretudo, graças à sua incomparável riqueza de preciosas especiarias, abriu-se desde logo à faina infelizmente desordenada e primitiva que

⁴¹CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 58

⁴²Ibid., p. 58-59

⁴³Ibid., p.63

⁴⁴Ibid., p. 62

ainda hoje impera na Amazônia”.⁴⁵

De acordo com Euclides, apesar de tantas tentativas e esforços anteriores, apenas no oitocentos, mais precisamente a partir da segunda metade do século, o povoamento ocorreu de forma contínua. Enaltece a figura e o trabalho de dois homens: Manuel Urbano da Encarnação e Antônio Rodrigues Pereira Labre, considerados os dois maiores povoadores daquelas paragens. Urbano contribuiu desde a fundação de povoados até a atuação como mediador no contato entre os exploradores e as tribos indígenas; Pereira Labre teria empreendido um dos maiores avanços povoadores, fundando, inclusive, a cidade de Lábrea, favorecido pela introdução da navegação a vapor, em 1869, no rio Purus.⁴⁶

Desde a década de 1870 inúmeras levas de migrantes nordestinos haviam se deslocado da Paraíba, do Ceará e de outras províncias, rumo à Amazônia, fugindo das secas ou acreditando nas possibilidades de um enriquecimento rápido. O povoamento da região ganhara assim novas feições.

Entre as décadas de 1870 e 1900, o sertão nordestino foi assolado pelas secas, que provocaram o esgotamento dos açudes, a queimada das plantações e a morte dos rebanhos, prejudicando um grande número de pessoas. Buscando as cidades maiores e o litoral, um grande número de retirantes perambulava pelas estradas, com sede e fome.⁴⁷ A seca atingiu também os pequenos e médios proprietários, que foram obrigados a abandonar o que tinham e a partir para outras localidades. Não era incomum que a chegada e permanência dos retirantes nos meios urbanos, despertasse medo e insegurança nas elites, representando uma ameaça aos valores “morais” e “civilizados”, defendidos por esses grupos.⁴⁸

Num primeiro momento, a caridade e o “socorro particular” foram praticados pelas camadas mais abastadas, contando inclusive com o apoio do imperador nesse movimento, como uma forma de prestar ajuda aos flagelados da seca; num segundo momento, a caridade foi substituída pela preocupação com a utilização desses retirantes como mão-de-obra barata e abundante, a ser destinada aos cafezais e seringais.⁴⁹

As medidas então tomadas foram enérgicas. O governo tratou de expulsar essa

⁴⁵CUNHA, Euclides. Geografia do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 157

⁴⁶Ibid., p.158-160

⁴⁷A bibliografia que analisa as secas que atingiram a região Nordeste, no final do século XIX é vasta. Utilizamos aqui as seguintes referências: VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000; ALVES, Joaquim. **História das secas**: séculos XVII a XIX. 2. ed. Rio Grande do Norte: Fundação Guimarães Duque, 1982; MORAIS, Viviane Lima. Representações do migrante: o cearense e a questão do nomadismo no século XIX. **Projeto História**. São Paulo, n. 27, p. 269-289, dez. 2003; NEVES, Frederico de Castro. “Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. **Projeto História**. São Paulo, n. 27, p. 167-189, dez. 2003; SECRETO, Maria Verônica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: emigração subsidiada no final do século XIX. **Trajeto**. Revista de história da UFC. Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 47-65, 2003.

⁴⁸NEVES, op. cit.; MORAIS, op. cit.

⁴⁹NEVES, op. cit.; SECRETO, op. cit.

população pobre, promovendo uma migração forçada. Para o historiador Marco Antônio Villa, a “ampla maioria” dos migrantes que saíram do Ceará partiram em busca das “míticas riquezas da borracha”. As condições de viagem que os migrantes suportavam nos vapores eram as piores possíveis: casos de estupro, escassez de alimentos e doenças como cólera, tifo e varíola eram comuns.⁵⁰

Villa afirma que o governo brasileiro estimulava a emigração diminuindo as quantidades de ração destinadas aos flagelados e pagando a passagem do vapor para as famílias que, sem outra alternativa, deslocaram-se para o Amazonas e outras províncias, visando melhores condições. O historiador concluiu sua análise pontuando que, apesar da alta soma de dinheiro investida para a resolução do problema das secas, as decisões foram tomadas com atraso, comprovando o predomínio dos interesses das províncias cafeeiras e a estratégia do governo central (já no período republicano) de destinar ao Nordeste poucos recursos e deslocar mão-de-obra para as regiões carentes de força de trabalho.⁵¹

A migração de nordestinos para a Amazônia coincidiu com o momento de maior crescimento da economia gumífera, quando houve uma expansão das áreas de exploração do látex e aumentou a necessidade de braços para a execução do trabalho, devido ao escasso povoamento local. Assim, as levas de migrantes que fugiam das misérias e da seca foram direcionados para os seringais.

Euclides da Cunha, de formação evolucionista e positivista, considerava os deslocamentos migratórios como um elemento fundamental do progresso dos povos. A população que deixava seu local de origem e instalava-se em outro, poderia contribuir para o desenvolvimento deste novo local, desde que a migração ocorresse de modo gradual e seguro, e seus motivos estivessem relacionados a uma “crise de crescimento” ou “excesso de vida transbordante”. Porém, o que se observou na região Nordeste, nas três últimas décadas do século XIX, foi justamente o contrário: a “escassez da vida” e a “derrota completa ante as calamidades naturais”.⁵²

O escritor, que já havia passado pela região durante o conflito de Canudos e conhecia bem os efeitos das secas, voltou suas críticas ao modo como o governo conduziu o processo migratório. A citação é extensa, mas valiosíssima:

[...] Quando as grandes secas de 1879-1880, 1889-1890, 1900-1901 flamejavam sobre os sertões adustos e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia, de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes

⁵⁰VILLA, op. cit., p. 62-63

⁵¹VILLA, op. cit., p. 91

⁵²CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 56

públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febrentos e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas, feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até os nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem ...⁵³

A denúncia e a crítica social, marca da obra euclidiana e de tantos outros letrados de sua geração, como bem assinalou Nicolau Sevcenko, surgia aqui também. Para ele, o que ocorreu na migração para a Amazônia foi uma “seleção natural invertida”, na qual os mais “fracos” e menos aptos para a conquista do deserto amazônico migraram para a região, desamparados pelo governo, sem perspectivas de futuro e fadados ao “desaparecimento”, pela falta de conhecimento e de costume em relação às condições climáticas locais, além da falta de contato com a hévea e o trabalho que iriam executar.

Victor Leonardi realçou um aspecto essencial para a compreensão do cotidiano do sertanejo no extremo-norte do país. Afirma que o nordestino, ao chegar e ocupar o local, não poderia simplesmente reproduzir o seu antigo modo de vida. O nordestino viera da seca e da caatinga para a mata fechada e para a água em abundância (dos rios ou das chuvas). Precisou então, trocar, abandonar, mudar, adaptar, inovar e inventar. Desse processo demográfico-cultural resultou um novo tipo de caboclo, o sertanejo amazônico, oriundo da mistura do tapuio (índio destribalizado) com o nordestino.⁵⁴

Apesar do triste destino que os aguardava, enfatizado por Euclides e por autores contemporâneos e posteriores, o sertanejo nordestino realizou no sertão amazônico, uma importante obra de ocupação e povoamento dos espaços desertos, levando-o a concluir:

E não desapareceram. Ao contrário, em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expansão geográfica, um deserto empantanado, a estirar-se, sem lindes, para sudoeste, definiu-se de chofre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico.⁵⁵

O sertanejo aparece representado nestes trechos como um vitorioso. Migrou nas piores condições, foi obrigado a abandonar a sua terra natal e a recomeçar em uma outra terra, de

⁵³CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 56-57

⁵⁴LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999, p. 144

⁵⁵CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 57

todo desconhecida e diversa da sua. E mesmo assim não sucumbiu. Euclides da Cunha, ao representar o sertanejo na Amazônia, vai além das concepções deterministas que marcaram a análise e descrição do homem do sertão em sua obra maior, acrescentando à superação dos obstáculos impostos pelo meio (natureza densa, chuvas, enchentes, altas temperaturas), a capacidade e destreza do sertanejo em abrir novos caminhos e ocupar e povoar novos espaços. Para tal feito, não bastavam a esse homem apenas os atributos físicos que lhe propiciaram a aclimação na Amazônia, mas também perseverança e vontade:

Por que se realizou ali, e ainda se realiza, uma vasta seleção natural. Para esse afoitar-se com o desconhecido não basta o simples anelo das riquezas: requerem-se uma vontade, um destemor estóico, e até uma complexão física privilegiada.

Lá persistem apenas os fortes. E sobrepujando-os pelo número, pelo melhor equilíbrio orgânico de uma aclimação mais pronta, pela robustez e pelo garbo no enfrentarem perigos, os admiráveis caboclos cearenses que revelaram a Amazônia.⁵⁶

Podemos considerar que Euclides da Cunha (e não só ele) lançava um novo olhar sobre as populações sertanejas, demonstrando uma sensibilidade maior ao tratar o homem, observando o seu cotidiano, a sua história e diminuindo o peso dos determinismos. Leandro Tocantins e Arthur Cézar Ferreira Reis retomaram, mais tarde, as idéias de Euclides e a representação de um nordestino vitorioso, que ergueu barracas e barracões, isolou-se nas matas extraíndo o leite da seringa e tornou o Acre uma “frente pioneira”.⁵⁷ Mas o sertanejo amazônico não foi retratado apenas como um vencedor, um vitorioso. Surge também como um vencido.

Ao chegar à Amazônia para trabalhar no seringal, o sertanejo já estava endividado, por conta das despesas de viagem e dos utensílios que iria utilizar na extração do látex, pagos pelo patrão (seringalista ou comerciante). O seringueiro encontrava-se, de certo modo, preso a esse sistema, pois não detinha posses e precisava trabalhar, contraindo um endividamento inevitável. Barbara Weinstein cita que esse endividamento conferia ao patrão uma “série de vantagens” sobre o trabalhador, pois como não havia um mercado interno desenvolvido fora das grandes cidades, este necessitava comprar mantimentos e mercadorias fornecidas pelo próprio patrão, que impunha o preço que queria ao produto. Com o passar do tempo, a dívida e a dependência do seringueiro aumentava.⁵⁸

A partir de suas observações acerca das condições de trabalho nos seringais, Euclides

⁵⁶ CUNHA, Euclides. Geografia do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 164

⁵⁷ Cf. REIS, Arthur Cézar Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Oficinas Typographicas de Augusto Reis, 1931, p. 218; TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, v. 1, p. 131-132

⁵⁸ WEINSTEIN, Barbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1993. (Estudos históricos), p. 37

da Cunha apresentou uma nova face do sertanejo, oposta e complementar àquela primeira, em que aparecia como um vitorioso, um vencedor. Definiu a extração do látex na Amazônia como a “mais criminosa organização do trabalho”, responsável por despertar nos homens o “mais desacomodado egoísmo”. E no interior dessa organização, estava o seringueiro, que ocupava o papel do “homem que trabalha para escravizar-se”. Uma “anomalia” diagnosticada pelo escritor,⁵⁹ que apresenta uma nova visão sobre o sertanejo amazônico, representando-o como um vencido, um sujeito numa situação de quase escravidão, que apesar de ser o mesmo homem responsável pela conquista daquelas paragens, era descrito agora sem os atributos realçados anteriormente – quase o seu avesso.

Cotejando diferentes condições, citando cifras, somando e subtraindo valores, procurou demonstrar como o endividamento do seringueiro era um dos pilares da manutenção da exploração do trabalho nos seringais, fator que contribuía para a precária situação dos trabalhadores. Nas contas que efetuou:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35\$000) e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). depois vem a importância do transporte, num *gaiola* qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis [...] Nada mais. Aí temos o nosso homem no *barracão* senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o *corde* da *madeira* e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaixado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses [...] Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o *brabo* canhestro, de quem chasqueia o *manso* experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000.⁶⁰

Credor do seringueiro, responsável por suas dívidas, o patrão usufruía de posição vantajosa; já o seringueiro, que migrou com alguma esperança de enriquecimento, mesmo que não contraísse novos gastos, dificilmente saldaria suas dívidas. A conclusão do escritor é sombria: “É evidente que, mesmo neste caso especialíssimo, raro é o seringueiro capaz de emancipar-se pela fortuna”.⁶¹ Comparando o processo migratório que ocorreu na Amazônia, envolvendo os nordestinos que fugiam das secas, com o ocorrido no interior de São Paulo, que trouxe os colonos italianos, o escritor reforça a precariedade das condições e a situação de abandono do migrante nordestino, que “o transformam as mais das vezes em devedor para

⁵⁹CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 36

⁶⁰Ibid., p. 36 (grifo do autor)

⁶¹Ibid., p. 37

sempre insolvente”.⁶²

Em sua análise, o seringueiro encontra-se preso em uma armadilha, sem qualquer perspectiva de melhorar a sua posição e sem possibilidades de escapar, literalmente:

Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões acordo de não aceitarem uns os empregados de outros antes de saldadas as dívidas; e ainda há pouco tempo houve no Acre numerosa reunião para sistematizar essa aliança, criando-se pesadas multas aos patrões recalcitrantes.⁶³

Euclides desenha um fim desolador para o homem que chegou na Amazônia, repleto de expectativas, ou simplesmente fugindo da desgraça das secas. Restava ao seringueiro trabalhar para saldar suas dívidas. Saindo de madrugada, percorria uma “estrada” de forma elíptica, que tem início e fim no mesmo ponto, a sua cabana. Cada estrada possui cerca de cem a duzentas árvores produtoras do látex. O seringueiro vai em cada uma dessas árvores, no qual faz um talhe e pendura uma tigelinha para recolher o látex que escorre. Depois, repete o percurso e recolhe as tigelas contendo o leite da seringa. Retorna à sua cabana e inicia a terceira etapa do processo: a coagulação do látex. Realiza esse trabalho diariamente e sozinho.⁶⁴

O escritor carregou nas tintas ao retratar o ofício do seringueiro. O trecho a seguir é emblemático:

E vê-se completamente só na faina dolorosa. A exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho, impõe o isolamento. Há um laivo siberiano naquele trabalho. Dostoiévski sombrearia as suas páginas mais lúgubres com esta tortura: a do homem constrangido a calcar durante a vida inteira a mesma “estrada”, de que ele é o único transeunte, trilha obscura, estreitíssima e circulante, ao mesmo ponto de partida. Nesta empresa de Sísifo a rolar em vez de um bloco o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida, automaticamente, por simples movimentos reflexos – se não o enrija uma sólida estrutura moral, vão-se-lhe, com a inteligência atrofiada, todas as esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade que o arrebatarem àquele lance, à ventura, em busca da fortuna.⁶⁵

Dois aspectos foram enfatizados em sua interpretação: as características desse ofício e a solidão que permeava a vida do seringueiro. Euclides da Cunha desferiu duras críticas ao

⁶²CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 59

⁶³CUNHA, Euclides. Terra sem história. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 38

⁶⁴Cf. WEINSTEIN, op. cit., p. 31; FERREIRA, M., 1961, op. cit., p. 252; e TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, v. 1, p. 136.

⁶⁵CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 59

ofício de talhar árvores e recolher o látex ao longo das estradas, considerando-o uma “prisão sem muros” e uma “tortura”, pois era executado de modo mecânico, todos os dias e pelo resto da vida, desde o momento em que aprendeu o trabalho; ofício que seria ensinado ao filho e às gerações sucessivas.

Aprisionado e torturado também pelo isolamento e pela solidão que o trabalho impunha:

Sobretudo isto, o abandono. O seringueiro é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário.
[...] Calcule-se um seringal médio, de 200 'estradas': tem cerca de 15 léguas quadradas; e este latifúndio, que se povoaria à larga com 3 mil habitantes ativos, comporta apenas a população invisível de 100 trabalhadores, exageradamente dispersos.⁶⁶

Sobre esta “população invisível”, Bárbara Weinstein e Manoel Rodrigues Ferreira indicam que o isolamento era pior nos lugares mais afastados da Amazônia, mais precisamente na porção oeste da região, onde estavam os novos seringais. Ao percorrer as estradas, o seringueiro seguia sozinho, não tendo ninguém para conversar enquanto talhava a árvore ou recolhia o látex. Ferreira realça os perigos que essa solidão poderia acarretar, caso o seringueiro fosse atacado por um animal, ou um índio e até se fosse vítima de um acidente. Ficaria caído na estrada, sem auxílio.⁶⁷ A solidão e o isolamento faziam parte desse cotidiano. Inglês de Sousa, contista paraense, também descreveu essa situação melancólica que afligia o habitante da mata:

É naturalmente melancólica a gente da beira do rio. Face a face toda a vida com a natureza grandiosa e solene, mas monótona e triste do Amazonas, isolada e distante da agitação social, concentra-se a alma em um apático recolhimento, que se traduz externamente pela tristeza do semblante e pela gravidade do gesto.
O caboclo não ri, sorri apenas; e a sua natureza contemplativa revela-se no olhar fixo e vago em que se lêem os devaneios íntimos, nascidos da sujeição da inteligência ao mundo subjetivo, e dele assoberbada. Os seus pensamentos não se manifestam em palavras por lhes faltar, a esses pobres tapuias, a expressão comunicativa, atrofiada pelo silêncio forçado da solidão.⁶⁸

Segundo Weinstein, nos seringais mais antigos o número de povoados era maior, o que diminuía o isolamento. Nessas localidades haviam condições mais favoráveis de seguir viagem até Manaus e Belém, na época das chuvas, quando não ocorria a extração do látex.⁶⁹

⁶⁶CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 60

⁶⁷WEINSTEIN, op. cit., p. 42; FERREIRA, M. 1961, op. cit., p. 253

⁶⁸SOUSA, Inglês. **Contos amazônicos**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 25

⁶⁹WEINSTEIN, op. cit., p. 42

Euclides pontua ainda um outro problema que esse isolamento provocava: a dispersão, a falta de contato e de integração entre os seringueiros, fator que contribuía para o fraco povoamento da região.⁷⁰

A penúria e a falta de conforto material também faziam parte desse cotidiano. O seringueiro dependia dos produtos que os aviadores e os patrões vendiam, não havendo estímulo às atividades de subsistência. No final da safra, o seringueiro entregava a borracha ao patrão, que negociava o produto em Belém ou Manaus. Na maioria das vezes o dono do seringal debitava do trabalhador grandes porcentagens do valor comercial da borracha, alegando gastos com o transporte do látex ou o pagamento de uma comissão sobre as mercadorias (ou dinheiro) recebidas pelo seringueiro. Em suma, de todo o lucro proveniente da borracha, apenas uma ínfima parte ficava com aquele que extraía o produto, percorrendo as estradas, solitário, para saldar sua dívida.⁷¹

Um dos escritos mais significativos de Euclides da Cunha, embora pouco conhecido, trata-se de “Judas-Asvero”, publicado em *À margem da história*. Nesse texto, o escritor relata o ritual do sábado de aleluia, presenciado durante sua expedição ao Alto Purus. Euclides interpreta o ritual como um momento de desforra e vingança do seringueiro, contra os “dias tristes”, de miséria e penúria, que os aflige o ano todo. Durante a semana santa, período em que o seringueiro se recolhe em sua fé, a paisagem fica ainda mais desoladora, tomada por uma quietude infinita:

Alguns recordam que nas paragens nativas, durante aquela quadra fúnebre, se retraem todas as atividades – despovoando-se as ruas, paralisando-se os negócios, ermando-se os caminhos – e que as luzes agonizam nos círios bruxuleantes, e as vozes se amortecem nas rezas e nos retiros, caindo um grande silêncio misterioso sobre as cidades, as vilas e os sertões profundos onde as gentes entristecidas se associam à mágoa prodigiosa de Deus. E consideram, absortos, que esses sete dias excepcionais, passageiros em toda parte e em toda parte adrede estabelecidos a maior realce de outros dias mais numerosos, de felicidade – lhes são, ali, a existência inteira, monótona, obscura, dolorosíssima e anônima, a girar acabrunhadamente na via dolorosa inalterável, sem princípio e sem fim, do círculo fechado das “estradas”.⁷²

O seringueiro é retratado neste texto como vítima de um deus distraído ou desavisado, que não ouve e tampouco vê as populações ribeirinhas: “certo, o redentor universal não os

⁷⁰CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 60

⁷¹WEINSTEIN, op. cit., p. 33; FERREIRA, M., 1961, op. cit., p. 255-262

⁷²CUNHA, Euclides. Judas-Asvero. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p.76. O texto foi publicado em *À margem da História*, de 1909.

redimiui; esqueceu-os para sempre”.⁷³ Mas, mesmo esquecido por Deus, o seringueiro mantém a sua prece:

Mas não se rebelam, ou blasfemam. O seringueiro rude, ao revés do italiano artista, não abusa da bondade de seu deus desmandando-se em convícios. É mais forte; é mais digno. Resignou-se à desdita. Não murmura. Não reza. As preces ansiosas sobem por vezes ao céu, levando disfarçadamente o travo de um ressentimento contra a divindade; e ele não se queixa. Tem a noção prática, tangível, sem raciocínios, sem diluições metafísicas, maciça e inexorável – um grande peso a esmagar-lhe inteiramente a vida – da fatalidade; e submete-se a ela sem subterfugir na cobardia de um pedido, com os joelhos dobrados. Seria um esforço inútil. Domina-lhe o critério rudimentar uma convicção talvez demasiado objetiva, ou ingênua, mas irreduzível, a entrar-lhe a todo o instante pelos olhos adentro, assombrando-o: é um excomungado pela própria distância que o afasta dos homens; e os grandes olhos de Deus não podem descer até aqueles brejais, manchando-se. Não lhe vale a pena penitenciar-se, o que é um meio cauteloso de rebelar-se, reclamando uma promoção na escala indefinida da bem aventurança.⁷⁴

Aparece representado como um homem resignado, conformado, que aceita a sua condição, a sua desgraça – representação em nada semelhante àquela do desbravador e povoador da Amazônia, presente em outros textos. Guarda ressentimentos, mas “não se queixa”; acredita que é um “excomungado”. Conseqüentemente, esse homem não paga penitência, pois crê que os ouvidos e perdoados são os moradores das cidades, freqüentadores de igrejas luxuosas e de rituais mais elaborados, não ele.⁷⁵ Não pagava penitência pois a sua vida já era um castigo. O conformismo e a passividade que Euclides atribuiu ao trabalhador deve ser entendido como uma crítica feroz que o escritor dirigiu à exploração ocorrida nos seringais. Exploração caracterizada, como veremos mais detidamente no próximo capítulo, pelas péssimas condições de trabalho e pelo endividamento, que o prendia àquela terra e acabava com as suas esperanças de prosperidade e enriquecimento.

Para enfatizar esse sofrimento, Euclides da Cunha descreveu o seringueiro como um homem que se culpa pela própria desgraça:

Além disto, só lhe é lícito punir-se da ambição maldita que o conduziu àqueles lugares para entregá-lo, maniatado e escravo, aos traficantes impunes que o iludem – e este pecado é o seu próprio castigo, transmudando-lhe a vida numa interminável penitência. O que lhe resta a fazer é desvendá-la e arrancá-la da penumbra das matas, mostrando-a, nuamente, na sua forma apavorante, à humanidade longínqua...⁷⁶

Tamanha era a humildade do seringueiro, a quem só restava ”seguir, impassível e

⁷³CUNHA, Euclides. Judas-Asvero. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p.76-77

⁷⁴Ibid., p. 77

⁷⁵Ibid., p.77

⁷⁶Ibid., p.77

mudo, estoicamente, no grande desolamento da sua desventura”, que o próprio atribuía à sua ambição e ao seu desejo de enriquecer (ou simplesmente melhorar um pouco a sua vida), toda a desgraça que lhe ocorria nos seringais. A culpa, portanto, pela miséria e exploração que sofria, era dele mesmo, somente. É interessante observarmos o modo como o escritor criticou a exploração nos seringais, não apenas denunciando os padrões, mas também condenando os efeitos da opressão desse trabalho sobre o homem, resultando na resignação e no conformismo, descritos no texto.

Através da confecção do boneco do Judas, a ser malhado horas depois, o trabalhador manifesta a sua revolta (uma revolta muda e contra si mesmo).⁷⁷ O judas de praia, figura “grotesca e estimada”, “caricata e fantástica”, feita pelo seringueiro com palha e adornado com suas próprias peças de roupa, gastas e puídas, é utilizado para espantar os animais das plantações de milho e feijão.⁷⁸ No sábado de aleluia, esse boneco ganha outro significado.

Contudo, tanto o personagem bíblico quanto o boneco, não bastam para a vingança. Eis então, que o seringueiro apronta o boneco à sua imagem e semelhança:

É um doloroso triunfo. O sertanejo esculpiu o maldito à sua imagem. Vingasse de si mesmo: pune-se, afinal, da ambição maldita que o levou àquela terra; e desafronta-se da fraqueza moral que lhe parte os ímpetos da rebeldia recalçando-o cada vez mais ao plano inferior da vida decaída onde a credulidade infantil o jungiu, escravo, à gleba empantanada dos traficantes que o iludiram.⁷⁹

Esse judas significa o seu sofrimento cotidiano. Feito à sua semelhança, significa, como ressalta o escritor, a vingança e a punição pela sua ambição e por ter acreditado, ingenuamente, naqueles que o expropriaram. Novamente, Euclides critica a condição do trabalhador, referindo-se à sua “ambição maldita”. É necessário pontuar que não critica o seringueiro ao falar de sua “ambição”, critica a exploração, iniciada no tipo de migração que envolveu os nordestinos, comparada pelo escritor a um tráfico de escravos. Ingênuo e

⁷⁷O euclidianista Márcio José Lauria fez aproximações entre “O Estatuário”, sermão de Padre Antônio Vieira e “Judas-Asvero” de Euclides da Cunha. Afirma que os dois autores colocam-se ao lado dos “explorados” - indígenas e seringueiros, respectivamente. Lauria pontua ainda que, tanto em *Os Sertões* quanto em “Judas-Asvero” impera o “estatuto da contradição”, no qual o escritor utiliza antinomias para analisar a realidade. Encontram-se assim, no relato do sábado de aleluia, contraposições como esperança/frustração, progresso/estagnação, trabalho/escravidão e consciência/submissão. Edgar de Decca abordou o texto “Judas-Asvero”, a partir do mito literário do judeu errante, sugerindo que o relato do ritual do seringueiro pode ser um elemento de compreensão “daquilo que está subentendido em *Os Sertões*, qual seja, a questão da culpa pela traição e a figura de um ser em eterna viagem”, apontando semelhanças entre a figura dos sertanejos de Canudos (principalmente Antônio Conselheiro) e o Judas. Cf. LAURIA, Márcio José. Judas-Asvero: estudo estilístico. In: BRANDÃO, Adelino. **Enciclopédia de estudos euclidianos**. Jundiá, São Paulo: Jundiá, 1982, vol 1, p.173-181.; DECCA, Edgar De. História e representação literária: Euclides da Cunha e o mito do judeu errante. In: SILVA, Fernando Teixeira et al. (Org.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Ed. Unimep, 2003, p. 73- 81

⁷⁸TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, v. 1, p.100, 101.

⁷⁹CUNHA, Euclides. Judas-Asvero. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 79

buscando melhorar a sua situação, ficou sujeito à exploração do trabalho nos seringais.

Mas a vingança não termina desse modo. Euclides narra com dramaticidade o desfecho do ritual: o seringueiro lança o boneco ao rio, em uma “jangada fantástica”, que segue errante sobre as águas. Sua despedida é feita com uma saraivada de tiros. Por onde passa, espalha o terror. Ao descer o rio, encontra outros judas, também esculpido à imagem e semelhança de outros seringueiros, carregando a mesma culpa e o mesmo sofrimento.⁸⁰

Desolação, melancolia, solidão e resignação são alguns dos sentimentos que o escritor atribuiu ao seringueiro e ao seu modo de vida. Ao representar o sertanejo amazônico em seus estudos procurou demonstrar os efeitos da exploração do trabalho nos seringais. Deixando transparecer alguns aspectos do romantismo, difusos em toda a sua obra, como assinalou Francisco Foot Hardman, podemos perceber em sua interpretação uma visão trágica da realidade, que enfatiza a solidão (sentimento sublime) e a aceitação da fatalidade.⁸¹

Outro tipo étnico que voltou a figurar nas páginas amazônicas do escritor foi o peruano. Nos artigos publicados antes de sua viagem às cabeceiras do Purus, os vizinhos aparecem representados como um povo de passado heróico e presente conturbado. Na sua visão, a história e a geografia do Peru misturam-se e confundem-se com os habitantes, culminando num dilema: a transposição dos Andes e a saída para o Atlântico eram colocados como a única alternativa para o desenvolvimento do país. Outra escolha implicaria no desaparecimento. Retoma o assunto, adotando a mesma interpretação e afirmando que a superação da cordilheira significaria ao peruano resgatar a nacionalidade e trilhar o caminho do progresso.⁸² Euclides cita as inúmeras tentativas, empreendidas pelo governo peruano, de conquistar espaços na porção oriental do país, região que compreende a Amazônia, na expectativa de alcançar os resultados esperados.

Das incursões peruanas que levantaram povoados e estabelecimentos administrativos afirma que, pouco tempo depois da chegada, restavam apenas as ruínas e os traços de algo que foi deixado para trás. Os motivos, segundo Euclides da Cunha, deviam-se ao pouco conhecimento dos locais ocupados. Essas iniciativas foram promovidas pelo governo e tinham caráter oficial, contudo, demonstravam menor capacidade para “desvendar as paragens ignotas”.⁸³ Apenas com a descoberta da árvore do caucho, nas últimas décadas do oitocentos, a expansão peruana pelos territórios amazônicos alcançou as proporções pretendidas

⁸⁰CUNHA, Euclides. Judas-Asvero. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 80-81

⁸¹HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.

⁸²CUNHA, Euclides. Brasileiros. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 82-83. Este artigo foi publicado no *Jornal do Commercio*, em 1907, e depois em *À margem da História*.

⁸³*Ibid.*, p. 87

anteriormente.

Carlos Fiscarrald e Leopoldo Collazas, talvez os caucheiros mais conhecidos, colaboraram para o povoamento da região do Alto Purus. A Fiscarrald foi atribuída a abertura do varadouro entre o Urubamba e o Madre de Dios, no trecho visitado por Euclides da Cunha e sua comissão. Collazas, de acordo com o estudo de Leandro Tocantins, foi o responsável pela ocupação dos peruanos na porção brasileira do Purus, através da exploração do caucho.⁸⁴ Entretanto, apesar do avanço pelas áreas despovoadas, uma característica negativa dessa colonização também ganhou novas proporções com esse tipo de exploração. O escritor sublinhou:

A exploração do caucho como a praticam os peruanos, derrubando as árvores e passando sempre à cata de novas 'canchas' de castilhoas ainda não conhecidas, em nomadismo profissional interminável, que os leva à prática de todos os atentados nos recontros inevitáveis com os aborígenes – acarreta a desorganização sistemática da sociedade. O caucheiro, eterno caçador de territórios, não tem pega sobre a terra. Nessa atividade primitiva apuram-se, exclusivos, os atributos da astúcia, da agilidade e da força. Por fim, um bárbaro individualismo. Há uma involução lastimável no homem perpetuamente arredio dos povoados, errante de rio em rio, de espessura em espessura, sempre em busca de uma mata virgem onde se oculte ou se homizie como um foragido da civilização.⁸⁵

Leandro Tocantins afirma que a borracha e o caucho criaram “tipos humanos diferentes”, caracterizados pelos dois tipos de extração e, conseqüentemente, pelos modos de vida diferenciados. O seringueiro permanece sempre no mesmo ponto, a sua “estrada”, pois o corte do tronco da árvore possibilita extrações futuras, ou seja, não esgota a seiva imediatamente. Por sua vez, o caucheiro não segue estradas, tampouco tem um trajeto definido, porque a árvore do caucho é mais frágil e não resiste às sangrias periódicas, o que leva à necessidade de esgotá-la totalmente. Para isso, o caucheiro derruba as árvores.⁸⁶

Sendo assim, Euclides representou o caucheiro como um “bárbaro”, um “eterno caçador de territórios”, movido por um individualismo. Define-o também como um tipo contraditório, portador de uma ambigüidade. Porém, ao contrário do sertanejo, não se trata de força/fraqueza, mas de uma outra antinomia, muita cara ao autor de *Os Sertões*: o caucheiro é visto como um “bárbaro”, com enorme facilidade para transitar entre os meios “civilizados”.

O barbarismo e a brutalidade do caucheiro, segundo o escritor, manifestam-se em suas andanças pela selva. Carregam, além do machete para abrir as trilhas, uma bússola para nortear e um rifle para garantir a segurança e surpreender os indígenas, que procuram para

⁸⁴TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, v. 3, p. 715

⁸⁵CUNHA, Euclides. Brasileiros. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 89-90

⁸⁶TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, v. 3, p. 713- 714.

“exterminar” ou “escravizar”. A violência praticada pelos caucheiros é encarada como algo comum: “Não há leis. Cada um traz o código penal no rifle que sobraça e exercita a justiça a seu alvedrio [...]”.⁸⁷ Entre os atributos desse “bárbaro” estão a astúcia e a coragem, vistas como um “traço comovente de heroísmo”, necessário para desbravar cada recanto, cada recôndito da selva, fazendo um reconhecimento do terreno e guardando todos os detalhes na memória:

Deste modo o nomadismo impõe-se-lhes. É-lhes condição inviolável de êxito. Afundam temerariamente no deserto; insulam-se em sucessivos sítios e não revêem nunca os caminhos percorridos. Condenados ao desconhecido, afeiçoam-se às paragens ínvias e inteiramente novas. Alcançam-nas: abandonam-nas. Prosseguem e não se retribam nas posições às vezes arduamente conquistadas.⁸⁸

Euclides identifica mais um traço desse barbarismo do caucheiro, em sua atividade nômade: são construtores de ruínas. Seguem pela selva, em busca da árvore do caucho, e quando encontram um local não explorado, instalam-se, levantam casebres e realizam pequenos cultivos, “até que caia o último pé de caucho”, depois, dirigem-se para outras áreas, sempre da mesma maneira:

Assim, entre os estranhos civilizados que ali chegam de arrancada para ferir e matar o homem e a árvore, estacionando apenas o tempo necessário a que ambos se extingam, seguindo a outros rumos onde renovam as mesmas tropelias, passando como uma vaga devastadora e deixando ainda mais selvagem a própria selvageria – aqueles bárbaros singulares patenteiam o único aspecto tranqüilo das culturas. O contraste é empolgante.⁸⁹

Um viajante que por ali passasse teria a visão de uma “civilização caduca”, que mal havia começado e já desaparecera. Plantações abandonadas, casebres e vilas a ser cobertas novamente pela vegetação. A descrição de um acampamento de caucheiros na região do Alto Purus, que se encontrava abandonado quando visitado por Euclides da Cunha, demonstra a brutalidade que caracterizava o cotidiano do explorador da *Castilloa elastica*:

A casa principal, defronte, meio estruída, tetos abatidos, paredes encombentes e a tombarem despegando-se dos esteios desaprumados, figurava-se sustida apenas pelas lianas que lhe irrompiam de todos os pontos, furando-lhe a cobertura, enleando-se-lhe nas vigas vacilantes, amarrando-lhas e estirando-se à feição de cabos até as árvores mais próximas, onde se enlaçavam impedindo-lhe o desabamento completo; e as vivendas menores, anexas, cobertas de trepadeiras exuberando floração ridente, apagavam-se, desaparecendo a pouco e pouco na constrição

⁸⁷CUNHA, Euclides. Os caucheiros. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 66, 74. Este estudo foi publicado em *A margem da História*.

⁸⁸Ibid., p. 66

⁸⁹Ibid., p. 69

irresistível da mata que reconquistava o seu terreno primitivo.⁹⁰

No entanto, esse mesmo homem, de comportamento brutal e violento diante da natureza e dos demais habitantes da selva, era capaz de demonstrar generosidade e hospitalidade ao viajante. O autor de *Os Sertões* procurou definir este tipo étnico a partir de antinomias como “brutalidade elegante”, “galanteria sanguinolenta” ou “heroísmo à gandaia”, para explicar seu caráter ambíguo.⁹¹ Assim, descreve (e constrói) a figura de um homem que circula, com a mesma desenvoltura, pelos meios civilizados e pela selva:

Realmente, o caucheiro não é apenas um tipo inédito na história. É, sobretudo, antinômico e paradoxal. No mais pormenorizado quadro etnográfico não há um lugar para ele. A princípio figura-se-nos um caso vulgar de civilizado que se barbariza, num recuo espantoso em que se lhe apagam os caracteres superiores nas formas primitivas da atividade.⁹²

“A selvageria é uma máscara que ele põe e retira à vontade”. Vai para a selva enriquecer e permanece naquelas paragens apenas o período necessário para acumular uma alta soma de dinheiro. Deixa vir à tona a sua face mais violenta ao lidar com os indígenas, com as moléstias e com a vegetação. Constrói e abandona com a mesma velocidade. Depois, vai gastar suas riquezas na Europa, nos salões, fazendo o uso de roupas e gestos polidos, civilizados. “Arruína-se galhardamente e volta ...”. Na descrição do escritor, o caucheiro retorna para a selva, para a exploração do caucho, sem qualquer traço daquela civilização, e volta para enriquecer novamente.⁹³ Podemos notar, na interpretação euclidiana, que o caucheiro pertence aos dois lugares (selva e salões) e aos dois modos de vida (barbárie e civilização), ao mesmo tempo em que não pertence à nenhum. O escritor esclarece:

E é um engano. Estes estádios contrapostos ele não os combina criando uma atividade híbrida, embora, mas definida e estável. Junta-os apenas sem os caldear. É um caso de mimetismo psíquico de homem que se finge de bárbaro para vencer o bárbaro. É *caballero* e selvagem, consoante as circunstâncias. O dualismo curioso de quem procura manter intactos os melhores ensinamentos morais ao lado de uma moral fundada especialmente para o deserto – reponta em todos os atos da sua existência revolta.⁹⁴

Assim como em sua obra maior, o sertanejo e o caucheiro amazônicos são marcados por uma ambivalência, isto é, características dúbias que se complementam e manifestam-se em suas histórias, às vezes até, no mesmo instante. O seringueiro é visto como um desbravador e povoador, mas que também é explorado e que pouco reage diante dessa

⁹⁰CUNHA, Euclides. Os caucheiros. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 74

⁹¹Ibid., p. 73

⁹²Ibid., p. 71

⁹³Ibid., p. 72-73

⁹⁴Ibid., p.71

situação. O caucheiro é representado como um “bárbaro”, diante dos índios e da natureza, e como um “civilizado” (ou capaz de civilizar-se), quando frequenta os salões europeus. Porém, diferentemente da análise feita em *Os Sertões*, Euclides da Cunha não explicou essas ambivalências dos tipos étnicos amazônicos a partir dos condicionantes de meio, raça e momento.

Podemos entender essas ambivalências como uma preocupação maior de sua parte com a questão social, diminuindo o peso dos determinismos. Os antagonismos nas atitudes e no caráter desses dois tipos étnicos são descritos a partir do modo como ocorreu o povoamento local e a exploração do homem e da natureza, de maneira criminosa e predatória. As ambivalências de seringueiros e caucheiros não são explicadas pelo escritor como resultado da miscigenação ou da adaptação ao meio (há uma preocupação, por parte do escritor, com a aclimatação, porém, não é um fator determinante).⁹⁵ Devem-se, na verdade, ao abandono das elites e dos governos peruano e brasileiro.

É possível notar, nos estudos realizados após a viagem, que o autor de *Os sertões* apresentou idéias mais amadurecidas sobre a vegetação, os rios, o clima e os habitantes da Amazônia, fruto de novas reflexões e leituras, e sem o impacto da chegada e das primeiras impressões do desconhecido. Após conhecer a região, Euclides diminuiu o peso dos determinismos que atribuíra anteriormente à Amazônia, conferindo uma importância maior a temas como a exploração da mão-de-obra, a atividade predatória e o povoamento desordenado da região, base de suas críticas e projetos.

⁹⁵É possível também, ainda que em menor escala, compreender essa representação ambivalente dos tipos étnicos amazônicos, construída por Euclides, como um reflexo do romantismo que marca a sua interpretação. Antagonismos são características da “sensibilidade conflitiva” do pensamento romântico, assim como a “questão social” (uma preocupação com as classes menos privilegiadas e com a grande massa do povo), a insatisfação e a denúncia são características da historiografia e da literatura românticas. Cf. NUNES, Benedito. *A visão romântica*. In: GUINSBURG, Jacó. **O Romantismo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993; FALBEL, Nachman. *Fundamentos históricos do Romantismo*. In: GUINSBURG, Jacó. **O Romantismo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

CAPÍTULO 4

UMA SELVA DE VAPOR, FIOS E TRILHOS

Como será a nova cidade? Brilhante, possuirá braços incontáveis e milhares de olhos, a mutabilidade em pessoa, construída de plásticos ainda não inventados. Flutuará, voará, cairá, não terá necessidade de uma armadura de aço, terá uma espinha líquida, não terá nenhuma espinha. Astrônomos-arquitetos planejarão a heliópolis de maneira a mapear o progresso das estrelas pelo firmamento. A mão do homem da demolição está no detonador. Marcada em volta dos dedos pelos cigarros que ali ficaram esquecidos. Todas as pessoas se foram. Delibera: um cigarro antes ou depois? Depois da explosão o céu se encherá de poeira. Decide: agora.

(Colson Whitehead, **A intuicionista.**)

“Continuo no Ministério das Relações Exteriores, onde, felizmente, sempre tenho encontrado alguns mapas a rever”, esclarecia Euclides da Cunha ao amigo Oliveira Lima.¹ Desde o retorno das cabeceiras do rio Purus, o autor de *Os Sertões* exercia a função de cartógrafo do Itamaraty.

No ministério das Relações Exteriores, tinha a incumbência de redigir instruções técnicas e fazer correções de mapas antigos; passava a maior parte do tempo na biblioteca ou em seu gabinete, consultando crônicas e roteiros históricos, além de estar sempre à disposição do barão do Rio Branco.² Em carta a Domício da Gama comentou, com um toque de humor, o seu dia-a-dia:

Andei e ando muito doente de *mapite* aguda, porque certo há um micróbio sinistro emparceirado às traças vingadoras das velhas cartas geográficas feitas há trezentos anos para maior tormento dos que hoje as deletreiam. Quer isto dizer que muito pouco te poderei contar do que vai por aqui. Ando nos séculos XVII e XVIII. Poderia dar-te notícias de d. Gaspar de Munine Leon Gabarito Tello y Espinosa, ou dos marqueses de Grimaldi e Floriblanca; mas não sei por anda Pires Ferreira, ou o que é feito de Glicério. É um encanto este exílio no tempo.³

Entretanto, tal situação não o agradava. Em diversas correspondências, manifestou seu descontentamento com a indefinida condição de adido do barão no ministério, exercendo uma desconfortável função burocrática fechado num escritório, além da preocupante situação financeira.⁴ Ainda almejava algo maior, como na época em que trabalhava na Secretaria de Obras em São Paulo.

Em um aspecto, sua permanência no Itamaraty agradava-o: a presença do barão do Rio Branco, que o escritor considerava um “homem superior à sua época”. Na mesma carta citada acima, deixa clara a sua admiração:

O próprio barão, com a sua estranha e majestosa gentileza, recorda-me uma idade de ouro, muito antiga, ou acabada. Continuo a aproximar-me dele sempre tolhido, e contrafeito pelo mesmo culto respeitoso. Conversamos; discutimos; ele franqueia-me a máxima intimidade – e não há meio de poder eu considerá-lo sem as proporções anormais de *homem superior à sua época*. Felizmente ele não saberá nunca este juízo, que não é somente meu – senão que se vai generalizando extraordinariamente. De fato, é o caso virgem de um *grande homem* justamente apreciado pelos contemporâneos. A sua influência moral, hoje, irradia triunfalmente pelo Brasil inteiro. Os

¹Carta de Euclides da Cunha a Oliveira Lima, Rio de Janeiro, 15/02/1907. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 324-325 (grifo do autor)

²RABELO, Sylvio. **Euclides da Cunha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 318-319

³Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 15/08/1907. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 334-337

⁴Carta de Euclides da Cunha a Oliveira Lima, Rio de Janeiro, 13/11/1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 390-393.

efeitos da conferência de Haia – onde Rui Barbosa teve o bom senso de reproduzir-lhe o pensar – consagraram-lhe definitivamente o prestígio. E este fato reconcilia-me com a nossa gente demonstrando sobretudo a persistência de uma veneração antiga e já agora de todo sobranceira à volubilidade de uma opinião pública tão instável, como a nossa.⁵

Essa insatisfação com a sua condição somava-se à sua insatisfação com os rumos que o país, sobretudo o regime republicano, vinha tomando.⁶ A República, segundo os seus propagandistas mais entusiasmados, traria maior participação política e ampliaria os direitos da população. Contudo, logo nos primeiros anos do novo regime, o que se observou foi uma exclusão maior dos homens de letras, dos militares, dos operários e das camadas mais pobres da sociedade, no que diz respeito ao poder decisório.⁷ A ascensão de Campos Sales à presidência consolidou o predomínio das oligarquias e o mandonismo local, por meio de um arranjo que favorecia os grupos políticos dos estados e a posição do governo federal.⁸ Consolidou também o controle do Estado por parte da elite cafeeira que se empenhou em reconhecer as “preocupações de São Paulo nas políticas de âmbito nacional”, isto é, o incentivo ao modelo agroexportador.⁹

O nepotismo, o privilégio e a troca de favores eram os meios utilizados para alcançar uma posição social elevada. A especulação financeira, propiciada pela política do Encilhamento, contribuiu para o enriquecimento fácil e rápido de banqueiros e investidores oportunistas. A cidade do Rio de Janeiro, com as reformas promovidas pelo presidente Rodrigues Alves e pelo prefeito Pereira Passos, por meio da demolição de velhos casarões, da

⁵Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 15/08/1907. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 334-337. (grifo nosso)

⁶Em carta a Oliveira Lima descreveu o seu descontentamento com o regime republicano afirmando: “Não preciso dizer-lhe que continuo na angustiada posição de comissário *in partibus*, à espera de uma reforma, ou de uma comissão. Num país em que toda a gente acomoda a sua vidinha num cantinho de secretaria, ou numa aposentadoria, eu estou, depois de haver trabalhado tanto, galhardamente, sem posição definida! Reivindico, assim, o belo título de último dos românticos, não já do Brasil apenas, mas do mundo todo, nestes tempos utilitários!”. Cf. Carta a Oliveira Lima, Rio de Janeiro, 25/05/1908. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 361-363. (grifo do autor)

⁷A bibliografia sobre a época é extensa. Utilizamos as seguintes referências: CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; PENNA, Lincoln de Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990; SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria C. Ribas. **O poder civil (1895-1910)**. São Paulo: Três, 1975, v. 2 (Coleção História da República brasileira).

⁸A “política dos governadores” instituída por Campos Salles fora estabelecida na troca de favores entre os estados e o poder federal. Os representantes dos estados no Congresso apoiavam o governo federal e este garantia a autonomia dos estados. Desse modo, nas eleições para o Legislativo, só seriam eleitos os candidatos que apoiassem os governadores, sem espaço para os opositores. Conferir PENNA, op.cit., p. 90- 94

⁹NEEDELL, op.cit., p. 34

abertura da avenida Central, da reforma do porto e da campanha de vacinação obrigatória, assumiu o *status* de cartão postal do Brasil. Não o Brasil dos ex-escravos e dos pobres, e sim um Brasil europeizado e civilizado.

A República que Euclides da Cunha e os letrados de sua geração ajudaram a levantar, agora excluía-os, causando grande desencanto entre os intelectuais. A geração combatente de 1870, que através de sua produção literária buscou transformar as bases econômicas, sociais, culturais e políticas do país, num projeto de construção de um Estado e de definição de uma nacionalidade, via-se, neste momento, alijada e perseguida pelo governo. Como salientou Nicolau Sevcenko, “os homens de talento sentiam-se unanimemente repelidos e postos de lado em favor de aventureiros, oportunistas e arrivistas sem escrúpulos”.¹⁰

Sobrava ao autor de *Os Sertões*, após o seu rompimento com o regime republicano, sua crença nos “grandes homens”. No trecho da carta citada anteriormente, podemos perceber a estima e confiança depositada no barão como condutor dos destinos da nação. Sevcenko foi quem melhor sintetizou essa crença do escritor. Segundo o historiador, era em homens como Rio Branco, dotados de intelecto e competência, que Euclides depositava a possibilidade de regenerar a República e o país.¹¹

Nesse clima de insatisfação com a sua condição e com a condição do país, Euclides da Cunha esboçou uma série de críticas e propostas para o Brasil. Aqui, neste capítulo, vamos nos ocupar dos projetos do escritor para a região amazônica, presentes em seus estudos, artigos e ensaios. Com o intuito de compreendermos tais propostas para a Amazônia como parte de um projeto maior de Euclides, que visava a integração da nação, debruçaremos nossa atenção sobre outros estudos seus, referentes a outras regiões, bem como sobre obras de alguns autores do século XIX e do início do XX, para situá-los nos debates acerca da construção do Estado, da nação e da nacionalidade, realizados no período. Projetos de vapor, de fios e de trilhos.¹²

4.1 O “eterno hóspede dentro da própria casa”.

Observamos no capítulo anterior, que Euclides da Cunha dedicou algumas de suas

¹⁰SEVCENKO, 2003, op.cit., p. 109

¹¹Ibid., p. 187-188.

¹²O título deste capítulo foi inspirado na seguinte referência SOUSA, João Carlos. O progresso contra a natureza: vapor, fios e trilhos em Corumbá (1904/1919). **Projeto História**, São Paulo, n. 23, p.217-241, nov. 2001.

páginas amazônicas à denúncia da condição de quase escravidão em que vivia o seringueiro. Condições que ganhavam contornos mais tristes e sombrios quando associadas ao isolamento e à solidão que a tarefa de extração do látex impunha. Pretendo observar neste tópico mais alguns aspectos dessa denúncia, que complementam e explicam as críticas analisadas anteriormente.

Os aspectos que abordaremos aqui encontram-se dispersos entre os estudos euclidianos e referem-se à situação marginal dos seringueiros. Para Euclides da Cunha, tal situação decorria das relações de trabalho e de propriedade estabelecidas na Amazônia, com o aumento da produção e da exportação do látex. Podemos notar que, na sua visão, a questão do trabalho e da propriedade da terra aparecem intrínsecamente relacionadas. Desse modo, desferiu duras críticas à exploração realizada nos seringais, bem como defendeu a urgência de algumas medidas que reputava necessárias e deveriam ser tomadas para alterar este quadro. São essas críticas e propostas que veremos agora.

No que diz respeito às relações de trabalho, Euclides censurou duas características que presenciou: a ausência de legislação e a conseqüente ausência de justiça. Suas críticas têm como principal alvo os “regulamentos”, uma espécie de conjunto de normas que se constituía em contrato e estabelecia os deveres do trabalhador do seringal e as conseqüentes punições, caso não fossem devidamente cumpridos. A seguir, os termos desse “regulamento”:

Por todos os meios, buscava esclarecer o sentido do regulamento que para fins práticos, podia ser resumido apenas em dois dispositivos/... o brabo precisava se inteirar antes de mais nada, de que ficava expressamente proibido de plantar. Nem de caçar ou pescar. Tinha de consagrar o tempo de trabalho, numa faixa média de 12 horas somente à extração de borracha conforme as instruções que recebia oportunamente. Ficava obrigado a se aviar, exclusivamente, no armazém do seringal./ Semanalmente, se o centro fosse perto. De quinze em quinze dias, se mais distanciado. E devia ficar sabendo que era considerado 'crime' tentar a aquisição de mercadorias em turco de regatão, a quem não podia, em hipótese nenhuma vender qualquer quantidade de seringa, por menos que fosse. Multa para desobediência: cem mil./ Como outro ponto importantíssimo, o seringueiro precisava ter ciência de que, sob nenhum pretexto, teria permissão para se retirar do seringal sem saldar seu débito. E ainda quando tivesse saldo, estava obrigado a avisar o patrão com uma antecedência mínima de três meses. Além disso, em caso de fuga, uma vez recapturado, seria punido como o proprietário achasse conveniente sem prejuízo da multa que seria de cem mil réis para o seringueiro com débito, e de duzentos para o fugitivo que tivesse saldo.¹³

¹³LIMA, Cláudio Araújo. **Coronel de Barranco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 90-91 apud COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental**: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez, 1992, p. 41-42. Pedro Vicente Costa Sobrinho afirma que, a partir de 1915, com o declínio da borracha amazônica no mercado mundial, as relações de exploração, mantidas através da coerção e dos regulamentos, foram afrouxadas, mas não extintas dos seringais.

O contrato estabelecia, portanto, obrigações, proibições e punições. Nenhum direito ali constava. Euclides refere-se a esse “regulamento” como “impiedoso”, que prendia o seringueiro ao patrão e ao seringal, colocando-o numa posição de “mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa”.¹⁴ Sobre o tal contrato, emitiu o seguinte juízo:

Adicionai a isso o desastroso contrato unilateral, que lhe impõe o patrão. Os “regulamentos” dos seringais são a este propósito dolorosamente expressivos. Lendo-os, vê-se o renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco. O patrão inflexível decreta, num emperramento gramatical estupendo, cousas assombrosas.¹⁵

Ao manifestar as suas “impressões gerais”, na primeira parte de *À margem da história*, condenou: a “pesada multa”, prevista nos “regulamentos”, caso o seringueiro fizesse um corte inadequado na árvore; a obrigatoriedade da compra de mantimentos no armazém do seringal – produtos muitas vezes supérfluos e impostos pelo patrão – que só faziam ampliar a sua dívida, contraída antes mesmo de chegar ao local; e a impossibilidade de “retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais”, isto é, suas dívidas.¹⁶

Acerca desse contrato, aponta ainda o escritor, havia um artigo, que considerava uma “expressão imbecil e feroz” da organização do trabalho em um seringal. O referido artigo, impedia a realização de qualquer melhoria no sítio do seringueiro, pois este não teria direito sobre qualquer benfeitoria realizada na propriedade, caso fosse retirado de sua colocação, “de onde pode ser expelido em uma hora, sem direito à reclamação mais breve”.¹⁷ Nesta crítica do autor, podemos notar como a questão do trabalho e da propriedade estavam relacionadas. O seringueiro não tinha nenhuma garantia que o vinculasse à terra em que trabalhava. Tornava-se um “eterno hóspede dentro da própria casa”. Faz-se necessário ressaltar que muitas dessas mazelas (contratos espúrios, pouco ou nenhum acesso à propriedade, imposição de dívidas) foram compartilhadas por trabalhadores de outras partes do país, migrantes ou imigrantes. Não era uma especificidade dos seringais.

Em posição oposta à do seringueiro, estava o proprietário do seringal. Arthur César Ferreira Reis, em minucioso estudo sobre o cotidiano dos extratores do látex, explicou essa figura tão controversa da região amazônica, complementando algumas das observações feitas por Euclides. Segundo Reis, o seringalista foi um dos primeiros exploradores da selva, que conquistou a sua porção de terra, ainda no início da exploração da borracha, ou que “ascendeu

¹⁴CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 37

¹⁵Ibid., p. 37

¹⁶Ibid., p. 37-38

¹⁷Ibid., p. 38

entre os companheiros” e adquiriu a propriedade de modo legal, junto a um antigo proprietário.¹⁸

O aspecto disciplinador e violento do patrão é compreendido por Reis como resultado de um meio social que não permite “gestos maneirados” e impõe a necessidade da “ação pronta”, “enérgica” e dos violentos meios de “correção” e “punição”, como o açoiteamento do seringueiro no tronco, tal qual era aplicado aos escravos. Exerce em seu seringal, a justiça e a lei:

Age, assim, sem freios. Sua vontade é lei. A autoridade do magistrado civil ou militar que vive na sede da Comarca e, pela distância e falta de elementos materiais, quase não pode chegar ao seringal para o policiamento moralizador e disciplinador, êle a exerce, em conseqüência, a seu modo, ignorando a dos outros, a autêntica, a legal, exerce-a de acôrdo com a concepção primária de vida, de moral, a que se habituou desde a infância. Faz justiça como lhe parece que deva ser feita.¹⁹

O seringalista aparece representado nos textos de Euclides da Cunha como um “patrão inflexível”, “recalcitrante”, um “seringueiro opulento” que “estadeia o parasitismo farto”.²⁰ Aqui temos a segunda crítica do escritor: a ausência de justiça nos seringais. Como previsto nos “regulamentos”, poderia o proprietário multar ou punir “como achasse conveniente”. Forçados pelos próprios seringalistas, os “regulamentos” autorizavam o uso da coerção como forma de evitar manifestações de indisciplina, resistência ou questionamento da autoridade.

Sinônimo da ausência de legislação e de justiça nos seringais, o regulamento foi o meio pelo qual se organizou o trabalho e os limites do poder de empregados e patrões. Sendo assim, Euclides da Cunha caracterizou o seringal, com as suas barracas e estradas, como “tentáculos de um polvo desmesurado”, uma “imagem monstruosa e expressiva da sociedade torturada que moureja naquelas paragens”.²¹ Em suma, um lugar que precisava ser salvo.

Quanto às relações de propriedade mantidas nos seringais, identificou três problemas: o pouco valor dado à terra, sua má distribuição e o povoamento irregular. Atribuiu ao processo de abertura dos seringais e à formação dos latifúndios, a origem desses problemas.

¹⁸REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953, p. 113. (Documentário da vida rural).

¹⁹Ibid., p. 114. Reis pontua ainda que o seringalista, em alguns casos, é um homem que não freqüentou escolas ou ambientes requintados; é oriundo do sertão nordestino. Nem sempre manifesta uma autoridade violenta, e pode ser solidário com os demais seringueiros, pois já executou essa função experimentou sua vida rude. Desse modo, o autor relativiza a imagem de violento e autoritário construída sobre o proprietário do seringal.

²⁰CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 37; CUNHA, Euclides. Entre os seringais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 214

²¹CUNHA, Euclides. Entre os seringais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 214

Em “Entre os seringais”, o escritor voltou-se à análise desse processo, afirmando que “a abertura de um seringal, no Purus, é tarefa inacessível ao mais solerte agrimensor, tão caprichosa e vária é a diabólica geometria requerida pela divisão dos diferentes lotes”.²²

Arthur Reis pontuou que, no início da exploração do látex, em meados do século XIX, não houve a formação de propriedades de terra, pois a extração era de tipo predatório, sem preocupação com a conservação da árvore da seringueira. A ocupação permanente da terra veio apenas com o *rush* da borracha, no final do oitocentos, culminando num processo de legalização das posses e delimitação dos seringais.²³

De acordo com a interpretação euclidiana:

De feito, relegado a um *minimun* extraordinário o valor próprio da terra, ante a valia exclusiva da árvore, ali se engenhou uma original medida agrária, a “estrada”, que por si só resume os mais variados aspectos da sociedade nova, à ventura abarracada à margem daqueles grandes rios.²⁴

E continua no parágrafo seguinte:

A unidade não é o metro – é a seringueira; e como em geral 100 árvores, desigualmente intervaladas, constituem uma “estrada”, compreendem-se para logo todas as disparidades de forma e dimensões do singularíssimo padrão que é, não obstante, o único afeiçoado à natureza dos trabalhos.²⁵

Os dois trechos ilustram a crítica ao modo como a propriedade da terra foi sendo constituída na região dos seringais. Na primeira citação, faz menção ao diminuto valor dado à terra naquelas paragens, pois em um seringal, não era a terra que compreendia um valor, mas a árvore de onde era extraído o látex. Logo, o valor da propriedade era calculado apenas pela quantidade de seringueiras que possuía.

No excerto seguinte, Euclides esclarece como a preocupação única com a árvore da borracha, propiciou a formação de latifúndios. As dimensões de um seringal eram determinadas pelo traçado das árvores, as “estradas”, dispostas na selva de maneira dispersa, “desigualmente intervaladas”, fator que determinava o tamanho e o valor da propriedade. Assim, um seringal precisava ter grandes dimensões para conter uma grande quantidade de árvores. Artur Reis ressalta que essa forma de determinar o tamanho e o valor de um seringal configurava um problema na demarcação das terras, pois os seringais “não podiam ser

²²CUNHA, Euclides. Entre os seringais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 213. Este artigo foi publicado na *Revista Kosmos*, em janeiro de 1906.

²³REIS, 1953, op.cit., p. 78-81.

²⁴CUNHA, Euclides. Entre os seringais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 213

²⁵Ibid., p. 213

constituídos dentro daquelas medidas que a legislação estabelecia”.²⁶

Sobre essas grandes propriedades de onde era extraído o látex, apresentou uma crítica certa:

A propriedade mal distribuída, ao mesmo passo que se dilata nos latifúndios das terras que só se limitam de um lado pelas beiras do rio, reduz-se economicamente nas mão de um número restrito de possuidores. O rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terra em que pisa longos anos – e exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços. O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-lo, nos pontos mais remotos, a um quase servo, à mercê do império discricionário dos patrões. A justiça é naturalmente serôdia ou nula.²⁷

Novamente podemos perceber as relações que estabelece entre a terra e o homem. No caso dos seringais da Amazônia, Euclides denunciou não só o problema da posse restrita, mas também a profunda separação existente entre o trabalhador e a terra trabalhada. Ressalta a condição de abandono e exploração do seringueiro e apresenta propostas para superá-la.

Os latifúndios acarretavam ainda, o problema da distribuição irregular da população pela região. Ao analisar o processo de povoamento ocorrido no Purus, Euclides aponta que, desde a chegada dos migrantes nordestinos, em fins do oitocentos, a ocupação havia se dado de modo desordenado:

Abram-se os últimos relatórios das prefeituras do Acre. Nas suas páginas maravilham-nos, mais do que as transformações sem par que ali se verificam, o absoluto abandono e o completo relaxo com que ainda se efetua o povoamento. Hoje, como há trinta anos, mesmo fora das aperturas e dos tumultos das secas, os imigrantes avançam sem o mínimo resguardo ou assistência oficial.²⁸

O processo migratório, como vimos no capítulo anterior, foi alvo das suas críticas, em que enfatizou a pouca preocupação do governo com os flagelados da seca, ao providenciar seu embarque para a Amazônia em número significativo, sem nenhum acompanhamento oficial. Essas levas de migrantes foram direcionadas para os seringais. Entretanto, a grande extensão das propriedades e a localização dos seringueiros, apenas nas duas ou três estradas que lhes cabia explorar, reduziram o povoamento em algumas áreas, configurando enormes espaços desabitados. Euclides da Cunha concluiu com ênfase na solidão e no isolamento:

O homem é um solitário. Mesmo no Acre, onde a densidade maior das

²⁶REIS, 1953, op. cit., p. 80.

²⁷ CUNHA, Euclides. Geografia do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 164

²⁸CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 57

seringueiras permite a abertura de 16 “estradas” numa légua quadrada, toda esta vastíssima área é folgadoamente explorada por oito pessoas apenas. Daí os desmarcados latifúndios, onde se nota, malgrado a permanência de uma exploração agitada, grandes desolamentos de deserto ...²⁹

Apresentado o conteúdo de suas críticas acerca do desamparo e do esquecimento a que foi relegado o seringueiro, vale citarmos as propostas, defendidas como “urgentes”, para a incorporação deste trabalhador ao conjunto da nação. O escritor não esmiuçou essas propostas em seus estudos, apenas elencou uma série de medidas:

Esta resenha comportaria alguns exemplos bem dolorosos. Fora inútil apontá-los. Dela ressalta impressionantemente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do *homestead* que o consorcie definitivamente à terra.³⁰

Podemos notar que pretendia regularizar a situação do trabalhador, garantindo-lhe os direitos, diminuindo a influência exercida pelo patrão sobre o homem e permitindo o acesso deste à terra, para promover a sua fixação e acabar com a dispersão. Propostas que, pelo seu caráter, deveriam ser empreendidas pelo poder público, o que indica a enorme distância entre essa região e o Sul do país (centro decisório) e o pouco – ou quase nenhum – alcance do Estado na Amazônia. Assim seriam salvos.

Essa preocupação com a questão do trabalhador nacional aparece também em outros estudos, o que revela o seu interesse pelo tema. Ainda em São José do Rio Pardo, junto com o amigo Francisco Escobar e outros, Euclides teve uma experiência rápida e única em sua trajetória, ao fundar uma agremiação socialista na cidade, da qual restou apenas o programa e a mensagem, publicados em sua *Obra completa*.³¹ Consta em “O Proletário”, a reivindicação da organização do trabalho, por intermédio de uma legislação trabalhista, e a defesa de direitos como educação, saúde, justiça, emancipação da mulher, fornecimento gratuito de água e luz, entre outras medidas. A “mensagem”, dirigida pelo panfleto, publicado em 1º de maio de 1899, convidava a população para a comemoração da data e para a “reabilitação do proletariado pela exata distribuição da justiça”.³²

Em outro 1º de maio, agora em 1904, publicou em *O Estado de São Paulo*, um artigo intitulado “Um velho problema”, no qual é visível a sua leitura das teorias de Marx e dos

²⁹CUNHA, Euclides. Entre os seringais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 215

³⁰CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 38

³¹RABELO, op.cit., p. 159

³²CUNHA, Euclides. Programa de 'O Proletário' e mensagem aos trabalhadores. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Obra completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, v. 1, p. 528-529

socialistas utópicos. Uma leitura positivista, como foi ressaltado por Roberto Ventura e Nicolau Sevcenko.³³ Neste artigo, Euclides condena a exploração do operário, relegado a um “nível inferior ao da máquina”, vítima do “egoísmo capitalista”.³⁴ A representação do operário na fábrica é marcante. Prevê, ao final, que o “triunfo” dos trabalhadores seria “inevitável”, de acordo com as “leis positivas da sociedade que criarão o reino tranqüilo das ciências e das artes”, sem a exploração e as revoltas de outrora.³⁵

Euclides da Cunha acreditava, portanto, que o progresso e a evolução da sociedade, nos moldes positivistas, conduziriam à resolução do problema da exploração do trabalhador e da ausência de direitos. João Cruz Costa pontuou que havia, por parte dos positivistas, uma grande preocupação com a “incorporação do proletariado à sociedade moderna”.³⁶ José Murilo de Carvalho complementa a observação de Cruz Costa, afirmando que, em 1889, Teixeira Mendes (um dos expoentes do Apostolado Positivista no Brasil) entregou a Benjamin Constant, um documento, discutido com operários da União, que continha uma proposta de legislação trabalhista “muito avançada para a época”, que fazia menção à jornada de trabalho, férias e direitos.³⁷

Segundo Cruz Costa, o Apostolado Positivista do Brasil defendia a organização de uma “vida industrial” no país, na qual deveria prevalecer o pressuposto da “fraternidade” entre patrões e empregados, como forma de dirimir os conflitos, isto é, a exigência dos direitos sociais por parte dos trabalhadores.³⁸ Carvalho acrescenta que, para os positivistas do Apostolado, a cidadania “não incluía os direitos políticos”, apenas os direitos sociais e civis, obrigações do Estado. Desse modo, contrários às manifestações políticas dos trabalhadores, os representantes dessa instituição positivista pregavam que tais direitos “não poderiam ser conquistados pela pressão dos interessados”, e sim concedidos pelos governantes, o que

³³SEVCENKO, 2003, op. cit., p. 183, 184; VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. Organizado por Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 231

³⁴Essa preocupação de Euclides com a questão do trabalhador nacional, presente no Programa e na Mensagem de “O Proletário” e em “Um velho problema” foi notada também por Kátia Gerab Baggio em sua tese de doutoramento. Conferir BAGGIO, Kátia Gerab. **A “outra” América**: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas da República. 1998. 225f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 153

³⁵CUNHA, Euclides. Um velho problema. In: _____ **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Lelo Brasileira, 1975, p. 179-182.

³⁶COSTA, João Cruz. **O positivismo na República**: notas sobre a história do positivismo no Brasil. São Paulo: Nacional, 1956, p. 64. A “vida industrial” pensada por Teixeira Mendes e pelo Apostolado Positivista do Brasil estava relacionada ao alcance de uma nova etapa na linha evolutiva das sociedades, superando a fase teológica e militar e a fase metafísica e democrática, precedentes da fase industrial e científica, de acordo com a pela lei dos três estágios proposta por Comte. Quanto à “fraternidade” que deveria mediar os interesses de patrões e empregados, tratava-se de uma das idéias do filósofo acerca da Religião da Humanidade, que condenava qualquer tipo de conflito entre os homens.

³⁷CARVALHO, 2005, op. cit., p. 52-53

³⁸COSTA, op. cit., p. 61-62.

evidenciava uma medida paternalista.³⁹ Euclides da Cunha não era um positivista ortodoxo, mas a sua formação permeada por essa doutrina pode explicar suas motivações e suas propostas para o trabalhador da Amazônia.

A questão do trabalho estava intrinsecamente relacionada à construção da nacionalidade e ao progresso da nação. Pretendendo construir uma “nação de trabalhadores”, as elites das primeiras décadas republicanas procuravam formas de atrelar à figura do brasileiro a imagem de um homem trabalhador.⁴⁰ Quanto ao progresso, o trabalho tornava-se “condição para a sua realização e chave-mestra de toda a organização da sociedade”, na síntese de Márcia Naxara. Por “progresso” entendia-se o desenvolvimento da base material da sociedade e o Brasil, segundo as interpretações da época, não havia realizado ainda o aproveitamento pleno de seus recursos naturais e tampouco do seu potencial de trabalho, o que explicava a situação de atraso do país.⁴¹

Para efetuar esse projeto, era urgente tornar real a incorporação do trabalhador nacional, por meio da utilização do aparato do Estado, para disciplinar, educar e inculcar valores nesse grupo. Uma das estratégias defendidas foi a de lançar mão de práticas repressivas e vigilantes, além de uma legislação que moralizasse e disciplinasse o trabalho e o cotidiano, combatendo comportamentos que não se enquadravam em uma sociedade civilizada e de trabalhadores, como queriam as elites.⁴² A questão da organização do trabalho e do trabalhador na virada do século XIX para o XX é extremamente complexa e abarca temas como a migração e a imigração, o abolicionismo, as teorias raciais, a inserção do país na economia capitalista, a constituição de uma nação moderna e civilizada, entre outros. Não é nosso intuito analisar detidamente a forma como se organizou um mercado de trabalho no Brasil, e sim, apenas, situar as críticas e propostas de Euclides da Cunha nesse debate.

O escritor apresentou a sua proposta de uma legislação trabalhista, que regularizasse a situação do seringueiro, num momento em que, a incorporação do trabalhador nacional à nova ordem vinha sendo pensada. Contudo, em sua interpretação das relações de trabalho na Amazônia, não trata o seringueiro de modo depreciativo, nem desqualifica a sua formação étnica e a sua disposição ao trabalho. Pelo contrário, elogia o seringueiro, no qual percebe uma “sólida estrutura moral”, em um homem que “trabalha para escravizar-se”. O trabalho para Euclides era também um elemento de promoção do progresso e definidor da identidade

³⁹CARVALHO, 2005, op. cit., p. 54

⁴⁰SALLES, Iraci Galvão. **República: a civilização dos excluídos** (representações do “trabalhador nacional” – 1870-1919). 1995. 178f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995, p. 16-17

⁴¹NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870-1920**. São Paulo: Annablume, 1998, p. 45-48

⁴²SALLES, op. cit., p. 54; NAXARA, 1998, op. cit., p.64 -74

nacional e a sua regulamentação, por meio de um conjunto de leis, fazia-se fundamental

Contemporâneos de Euclides da Cunha e interessados nas coisas da Amazônia, Alberto Rangel e José Veríssimo também descreveram e denunciaram o modo como ocorria a exploração nos seringais. Rangel havia sido responsável pela demarcação de seringais, o que pode ter contribuído para a sua observação crítica. Eis um trecho de sua interpretação:

Tirar saldo é a obsessão do trabalhador, no seringal. E como não ser assim, si o saldo é a liberdade? O regimen da industria seringueira tem sido abominavel. Institui-se o trabalho com a escravidão branca! Incidente á parte na civilização nacional, determinaram-no as circunstancias de uma exploração sem lei. O código surgiu mesmo nas contingencias da lucta. Não por intimações de uma auctoridade, que não existia; mas por accordo tacito entre todos. Demais, fôra preciso organizar, em plena selva aquillo de que o pensamento social do paiz, focado na rua do Ouvidor, não cogitara nunca.⁴³

A crítica do autor de *Inferno verde* aproxima-se ainda mais da crítica do autor de *Os Sertões*, ao invocar a Rua do Ouvidor, núcleo da sociabilidade cosmopolita e do exibicionismo da cultura francesa transplantada, como a síntese do desconhecimento e do abandono da Amazônia, por parte das elites. Por sua vez, Veríssimo questiona o suposto enriquecimento fácil, proveniente da extração da borracha, muito propagandeado na época: “não é infelizmente assim, e os seringais, sob uma falaciosa aparência de vida larga e fácil, são regiões de miséria, de privações e de penúria”, e concluiu “se há algum lucro é para aquêles que dirige e nunca para os assoldados”.⁴⁴

José Veríssimo vai além de Euclides da Cunha, ao criticar o abandono do homem da região. Abordou também a miséria e a degradação em que se encontravam os tapuios e os indígenas. O termo “tapuio”, explica o autor, carregava o desprezo que os indivíduos de uma tribo sentiam em relação aos índios de outros agrupamentos. O termo era usado para identificar o hostil, o inimigo e o escravo. Gradativamente foi sendo utilizado para designar os que se distanciavam dos costumes indígenas e passaram a partilhar, “embora como pária”, dos costumes do homem branco. Não se trata do mameluco, mestiço do índio com o branco, mas do destribalizado que assimilou valores, costumes e crenças diferentes dos seus.⁴⁵

Vivia então esse tapuio, de acordo com a descrição fornecida por José Veríssimo, em uma “falta completa, absoluta, de energia e de ação”. São representados como indivíduos sem ambição, resignados, de “gênio esquivo e desconfiado” – fatores que, associados a sua cor, delimitaram a sua presença na sociedade. Tampouco traz consigo o “sentimento de vingança”

⁴³ RANGEL, Alberto. **Inferno verde**: cenas e escenarios do Amazonas. 3. ed. Tours: Typographia & Arrault & Cia, 1920, p. 201

⁴⁴ VERÍSSIMO, José. **Estudos Amazônicos**. Pará: Ed. UFPa, 1970, p. 108-181, 227. (Coleção amazônica).

⁴⁵ *Ibid.*, p.14

e a “honra”, característicos de seus ascendentes.⁴⁶

Os latifúndios e o pouco valor dado à terra, acarretaram no uso inadequado do espaço amazônico, segundo a crítica de Veríssimo. Para o autor, a “preocupação exclusiva” com a borracha, em detrimento de outros gêneros, resultava no alto custo de vida nos seringais, onde não eram produzidos os alimentos necessários ao consumo local. Acreditava que a lavoura e a pecuária poderiam valorizar ainda mais a borracha e colaborar para o desenvolvimento da economia da região.⁴⁷ Como consequência da falta de cultivos agrícolas nos seringais, o autor aponta: “Dois fatos, dos quais um é do outro consequência: a quase incrível carestia da vida nessas regiões, e a pobreza relativa de gente que, à primeira vista, deveria viver na abundância e mesmo facilmente enriquecer”.⁴⁸

Argumentou, ainda, que o trabalho de extração do látex – realizado no verão, época mais seca e propícia à atividade – não ocupava todo o tempo do seringueiro, restando um período para a realização da lavoura. Como vimos anteriormente, os “regulamentos” proibiam qualquer atividade que não fosse a extração, e obrigavam a compra dos mantimentos no armazém, não permitindo roçados ou outro tipo qualquer de subsistência.

As críticas e propostas de Euclides da Cunha ao tipo de relações de trabalho e de propriedade que encontrou nos seringais, foram feitas num momento em que as elites e o governo republicano debatiam essas questões. Entre o final do século XIX e o início do XX, com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, esses temas vieram à tona, e estavam relacionados a outros temas como a construção de uma identidade e de um Estado nacional.

A questão da terra, por sua vez, perpassa toda a obra euclidiana, em maior ou menor grau e sob vários enfoques. O escritor abordou o problema da propriedade, do uso inadequado do solo, da paisagem arruinada e desoladora das fazendas de café e os aspectos físicos das rochas – vide o seu interesse pela geologia. Em todas as abordagens, a terra e o homem estavam relacionados, numa espécie de conflito, no qual a ação da natureza determinava o cotidiano do homem (as “terras caídas” na Amazônia, por exemplo) e a intervenção humana alterava a paisagem (as queimadas e derrubadas no Norte e no interior de São Paulo).

⁴⁶VERÍSSIMO, José. **Estudos amazônicos**. Pará: Ed. UFPa, 1970, p. 70 (Coleção amazônica) Veríssimo sintetiza o abandono do tapuío: “É entre os mais humildes, porém mais genuínos representantes das raças mestiças, do branco com o índio, e do tapuío, dessa gente para quem a civilização foi madrasta e que, na profunda miséria do seu triste viver, parece ainda guardar as marcas indeléveis dos sofrimentos porque passaram seus avôs; dessa gente que vive da sua primitiva e mesquinha lavoura de maniva, pescando ou caçando nas águas piscosas dos nossos rios imensos e quase inumeráveis, ou nos fartos e infinitos bosques da nossa terra firme, remando a canoa do audacioso regatão ou reunida nas épocas e lugares próprios da extração da seringa e da castanha, que vamos estudar-lhes os costumes e usos”.

⁴⁷Ibid., p. 161-162. (Coleção amazônica)

⁴⁸Ibid., p. 180

Observando as representações construídas pelo escritor em seus textos, fica a impressão de que, apesar de atrelados, terra e homem estão sempre separados e/ou em conflito. Contudo, as fazendas do interior de São Paulo, o arraial de Canudos e os seringais da Amazônia, são as paisagens sertanejas, no qual algumas das interpretações do período, inclusive a euclidiana, afirmam ser o local onde foi forjada a nacionalidade e onde o escritor projetava o futuro da nação. Creio que aí reside a sua motivação ao tratar o assunto.

Sobre as discussões em torno da propriedade e do uso da terra, realizadas nos anos finais do século XIX, na passagem do regime monárquico para o republicano, Lígia Osório Silva afirma que se tinha um “quadro desanimador” das instituições responsáveis pela questão no período. Lentidão, burocracia e poucos funcionários, revelavam a “total inoperância” das inspetorias do Serviço de Terras. A República instaurada pouco mudou a situação. A demarcação e a regularização das propriedades dificilmente eram acatadas.⁴⁹

A autora pontua que, nesse período, a principal discussão estava relacionada à centralização ou descentralização do controle sobre as terras devolutas, isto é, quem teria o direito de legislar sobre estas. O embate envolvia o governo federal (centralização) e os estados (descentralização) e teve fim, somente, com a promulgação da Constituição de 1891, com a vitória dos interesses estaduais. Sendo assim, o governo federal passou aos estados a incumbência de administrar as terras devolutas e a política de imigração, preocupando-se apenas com os projetos de infra-estrutura do país.⁵⁰

Na prática, os estados definiram a sua política para a questão, de acordo com a Lei de 1850, que previa a legitimação das posses, através da medição, demarcação e o registro. Todavia, essa medida, esclarece-nos Lígia Osório Silva, resultou num favorecimento dos posseiros e dos demais proprietários, permitindo invasões, ocupações, artimanhas e manobras, por parte de fazendeiros, e provocando uma grande confusão quanto às regulamentações, prazos e datas de validade das posses. Entre 1897 e 1911, a ausência do governo federal na questão da terra, associado a um sistema eleitoral que possibilitou o aumento da influência política exercida pelos coronéis, em âmbito estadual e federal, culminou num recrudescimento da violência no sertão e num afastamento maior do sertanejo em relação à posse da terra, no qual “nem as terras nem a legislação lhes pareciam ao alcance da mão”.⁵¹

O pouco caso das autoridades estaduais em demarcar as terras devolutas, prejudicou as tentativas de povoamento e privilegiou os grandes posseiros, que tomavam e registravam

⁴⁹SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndios**: efeitos da Lei de 1850. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996, p. 229- 230.

⁵⁰Ibid., p. 232-249

⁵¹Ibid., p. 247-264

extensas porções de terras, atravessando a lei e formando latifúndios. A autora concluiu que o período foi marcado pela incapacidade do poder público em intervir nessas pendências, seja por “convivência” ou por não haver “condições concretas para impor a lei e a ordem”.⁵²

É necessário fazer a ressalva de que a discussão em torno da propriedade fundiária e de seu acesso por parte do trabalhador rural – não apenas no período em questão, mas em diferentes momentos da história do país – abrange aspectos variados e intrincados, que demandam estudos atentos e acurados, como vem realizando a historiografia. Do mesmo modo que a organização do trabalho, o tema da propriedade da terra foi abordado aqui de forma generalizada, não cabendo uma observação dos desdobramentos do assunto. O intuito era mostrar alguns dos aspectos debatidos no final oitocentos e início do novecentos, visando uma melhor compreensão dos apontamentos feitos por Euclides acerca da propriedade e da distribuição da terra na região dos seringais.

No que concerne à questão das terras, as medidas defendidas por Euclides da Cunha destoam completamente do modo como o tema foi conduzido pelas autoridades responsáveis. Sem uma preocupação efetiva com o pequeno proprietário ou com o trabalhador que não possuía terras, o povoamento e as iniciativas de desenvolvimento da agricultura parecem ter ficado em segundo plano, atrás do problema da apropriação. Contudo, ao observarmos a análise de Lígia Osório Silva, as críticas do autor de *Os Sertões* ficam mais contundentes e certeiras.

4.2 “Esforços extraordinários”

Na interpretação euclidiana, não era apenas o sertanejo que se encontrava em situação marginal. A Amazônia, como um todo, havia sido, até aquele momento, ignorada pelas elites políticas do país. A distância geográfica e social em relação ao restante do país era gritante, sobretudo, devido à ausência de meios de comunicação e de transporte que viabilizassem a sua integração. Este era o cerne da crítica e do projeto do escritor para a região.

Entre abril e outubro de 1905, Euclides da Cunha navegou pelo Purus, com o intuito de fazer o reconhecimento do percurso e das cabeceiras do rio. A expedição – feita com dificuldades, na época das vazantes – propiciou ao escritor a oportunidade de levantar

⁵²SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndios**: efeitos da Lei de 1850. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996, p.264-275. Outro problema relacionado à questão da demarcação e posse das terras nesse período era a regulamentação das terras indígenas.

informações acerca das condições de navegabilidade e aproveitamento do rio. Observou que o Purus apresentava “um dos mais regulares perfis de toda a hidrografia” e uma “fixidez de régimen”. Regularidade e constância que favoreciam a sua utilização e faziam-no um “modelo admirável entre as caudais mais bem talhadas à grande navegação”.⁵³

Contudo, a ação destrutiva da natureza colocava empecilhos à sua navegabilidade. Euclides cita, novamente, o fenômeno das “terras caídas”, observado no período das cheias, no qual a velocidade e o volume das águas provocam o desabamento das faixas de terra situadas na margem dos rios:

O fato é vulgaríssimo. Conhecem-no todos os que por ali andam. Não raro o viajante, à noite, desperta sacudido por uma vibração de terremoto e aturde-se apavorado ouvindo logo após o fragor indescritível de miríades de frondes, de troncos, de galhos, entreatendo-se, rangendo, estalando e caindo todos a um tempo, num baque surdo e prolongado, lembrando o assalto fulminante de um cataclismo e um desabamento da terra.⁵⁴

O leito do rio sofre com os galhos, troncos, raízes e com a formação dos bancos de material sedimentar, que prejudicam o trânsito das embarcações. Euclides toma como exemplo a experiência de sua expedição, que teve o batelão perdido devido à dificuldade de navegação imposta pela ação da natureza. As viagens de barco eram realizadas na época das cheias dos rios, “quando aqueles entraves se afogam em alguns metros de fundo”⁵⁵, mas mesmo assim não estavam livres de um encalhe ou um naufrágio:

Sobem, velozes, o rio; descarregam, precipitadamente, em vários pontos as mercadorias consignadas; carregam-se de borracha; e tornam logo, precipites, águas abaixo, fugindo. Apesar disto, algumas não se forram a repentinas descidas de nível, prendendo-as. E lá se ficam, longos meses – esperando a outra enchente, ou o inesperado de um “repiquete” propício, invernando paradoxalmente sob as soalheiras caniculares- nas mais curiosas situações: ora em pleno rio, agarradas pelas centenas de braços das árvores secas, que as imobilizam; ora a meio da barraca, onde as surpreendeu a vazante, grosseiramente especadas, encombentes, com as proas afocinhando, inclinadas, em riscos permanentes de queda; ora no alto de uma barreira, como autênticos navios-fantasmas, aparecendo, de improviso e surpreendedoramente, em plena entrada da mata majestosa.⁵⁶

Como podemos observar, a dificuldade de navegação não decorre da atividade humana; sua razão estava na ação da natureza. Todavia, o escritor criticou a pouca preocupação despendida pelos habitantes da região – caucheiros e seringueiros –, os

⁵³CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 47

⁵⁴Ibid., p. 46-47

⁵⁵Ibid., p. 48

⁵⁶Ibid., p. 48

principais usuários do rio, em diminuir os entraves dos galhos e troncos:

Porque os homens que ali moirejam – o caucheiro peruano com as suas tanganas rijas, nas montarias velozes, o nosso seringueiro, com os varejões que lhes impulsiona as ubás, ou o regatão de todas as pátrias que por ali mercadeja nas ronceiras alvarengas arrastadas à sirga – nunca intervêm para melhorar a sua única e magnífica estrada; passam e repassam nas paragens perigosas; esbarram mil vezes a canoa num troco caído há dez anos junto à beira de um canal; insinuam-se mil vezes com as maiores dificuldades numa ramagem revolta barrando-lhes de lado a lado o caminho, encalham e arrastam penosamente as canoas sobre os mesmos “salões” de argila endurecida; vezes sem conta arriscam-se ao naufrágio, precipitando, ao som das águas, as ubás contra as pontas duríssimas dos troncos que se enristam invisíveis, submersos de um palmo – mas não despendem o mínimo esforço e não despendem um único golpe de facão ou de machado num só daqueles paus, para desafogar a travessia.⁵⁷

Uma situação que levou Euclides da Cunha a ressaltar o paradoxo que marcava o rio Purus e os demais rios locais: apresentava “admiráveis condições técnicas”, porém estava “inteiramente abandonado”. “O Purus é um enjeitado”, concluía o escritor.⁵⁸ Já no século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua viagem filosófica chamava a atenção para o problema dos galhos em certos trechos dos rios amazônicos.⁵⁹ Encontramos descrições semelhantes nos relatos oitocentistas. Spix e Martius depararam-se com esse empecilho ao entrarem no Amazonas, quando “uma grande quantidade de madeira flutuante vinha ao nosso encontro, impelida pela plena velocidade da correnteza, e não deixavam a tripulação descansar”, oferecendo perigos e dificuldades para o deslocamento das canoas. Outra dificuldade, sempre encontrada pelos naturalistas e descrita em suas narrativas, é a presença das cachoeiras, saltos e correntezas.⁶⁰ O testemunho de Alfred Russel-Wallace, sobre o rio Negro, é singular:

A navegação nesse trecho encachoeirado possui um caráter inteiramente distinto da que tem lugar nos rios de nossa terra. Quem olha para o rio não enxerga senão uma rápida correnteza, uns poucos redemoinhos, algumas ondas e pequenos borbulhões, nada muito impressionante ou que meta medo. Entretanto, quando a gente se encontra no meio dessas águas, fica até tonto

⁵⁷CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 47-48

⁵⁸Ibid., p. 48, 51

⁵⁹FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, [196?], p. 256. Relata o naturalista: “Fundamos as 5 ½ da tarde, não só por se nos oferecer um bom sítio para pernotarmos, o que é raro, mas também por já então ser tão estreito o rio e tão entulhado de páos caídos, que sem o trabalho de se abrir caminho, se não podia passar avante; o que guardamos para o seguinte dia. No entanto que supozemos ser pouca a altura da água, achamos com sonda, que a do meio do rio ainda montava a 16 palmos e a 12 a da beirada. Com efeito abriu-se a machado o caminho, que andamos até às 11 da manhã de 12; desde então fez-se o rio absolutamente innavegavel para as nossas canoas, porque 3 grandes arvores e outros páos caídos o atravessavam, de sorte que para os removermos não bastavam as forças das nossas equipações.”

⁶⁰SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Tradução de Lúcia F. Lahmeyer. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976, vol. 2, p. 266

com os seus imprevisíveis e discordantes movimentos. Rodopiantes e ferventes redemoinhos, irrompendo de vez em quando do fundo do rio como se originados por explosões subaquáticas, produzem pequenos rebojos, de ondas perpendiculares ao sentido da corrente, entremeados de trechos com águas tranqüilas e paradas. Essa ininterrupta sucessão de movimentos atordoa o navegante.⁶¹

Henry Walter Bates encontrou problema parecido no rio Madeira: “uma série de cataratas e corredeiras surge então, estendendo-se por 240 quilômetros e intercaladas de trechos de águas tranqüilas”.⁶² Esses obstáculos naturais justificaram, no século XIX e princípios do XX, projetos de construção de uma ferrovia que superasse a dificuldade de navegação imposta pelas cachoeiras, como afirmou Manoel Rodrigues Ferreira. O rio Madeira foi o cenário principal desses projetos, culminando na famigerada Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.⁶³ Veremos mais adiante, algumas destas propostas.

O problema observado no rio Purus sintetizava um outro ainda maior, que envolvia tanto os habitantes quanto o meio no qual se desenvolviam as atividades econômicas e as relações sociais: a falta de integração da região amazônica ao conjunto da nação, isto é, a ausência do poder público, que não alcançava aquelas paragens, deixando o povo e a natureza à condição predatória e autoritária, marca dos seringais. O abandono do rio Purus sintetizava, portanto, o abandono daquela região, historicamente relegada a um plano inferior nas esferas do poder decisório, ou ao simples esquecimento. Sobre as críticas que fez, Euclides da Cunha esclareceu e alertou:

Mas todos esses males, que fora longo miudear, e que não velamos, provêm, acima de tudo, do fato meramente físico da distância. Desaparecerão, desde que se incorpore a sociedade seqüestrada ao resto do país, e para isto requer-se, desde já, como providência urgentíssima, o desenvolvimento da navegação até o último ponto habitado, completado pelo telégrafo, ao menos entre Manaus e a boca do Acre.

Veremos que tais medidas – sobradamente compensadas com as próprias rendas atuais daquelas regiões – não demandam dispêndios e esforços extraordinários.⁶⁴

Vejam os estes esforços.

Vapor. Sua primeira proposta está relacionada à melhoria da navegação local. Para tanto, o escritor elencou duas medidas: a recuperação do rio Purus e dos demais rios e o estabelecimento da comunicação entre estes. Euclides pontuou o exemplo do rio Mississipi,

⁶¹WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 199

⁶²BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 124

⁶³FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**: história de uma estrada de ferro na Amazônia. São Paulo: Melhoramentos, [196?], p. 75

⁶⁴CUNHA, Euclides. Geografia do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 164

que apresentava problema similar, “inçado de empecilhos”, para defender a recuperação do Purus:

Estabelecida a proporção entre aquele rio minúsculo e o Purus, entre nós e os norte-americanos, aquilatam-se as dificuldades que nos aguardarão, se progredirem os obstáculos apontados, e cuja remoção atual, completando-se com a defesa, embora rudimentar, das margens mais ameaçadas pelas erosões, é ainda de relativa facilidade.⁶⁵

E complementou a medida a ser tomada, nas linhas seguintes:

De qualquer modo urge iniciar-se desde já modestíssimo, mas ininterrupto, passando de governo a governo, numa tentativa persistente e inquebrantável, que seja uma espécie de compromisso de honra com o futuro, um serviço organizado de melhoramentos, pequeno embora em começo, mas crescente com os nossos recursos – que nos salve o majestoso rio.⁶⁶

O problema dos galhos e areia no leito do rio não era característica apenas do Purus. A medida de recuperação cabia também aos outros cursos d'água. Para o escritor, a tarefa de remoção dos obstáculos era simples, de fácil realização, e deveria ser empreendida pelo governo, de modo organizado e sistemático. Um “compromisso de honra com o futuro”, ou seja, promover a arrumação no presente para garantir o futuro, da região e do país. Esse trecho contém uma idéia constante em seus escritos sobre a Amazônia: ali seria uma terra de prosperidades vindouras. Sua dedução, não deixa maiores dúvidas: “Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica”.⁶⁷

No *Relatório* da comissão, apontou um outro tipo de melhoramento que deveria ser realizado; mais ousado e significativo dos avanços da engenharia e do fascínio que esta profissão exercia sobre ele. Pretendia corrigir o excesso de curvas no rio, o que facilitaria a travessia entre dois pontos da mesma borda, encurtando as distâncias e diminuindo o tempo do percurso:

Estes reparos poderiam, depois, ser completados por um outro de efeitos admiráveis ante as pequenas despesas que acarretará. Referiamo-nos à retificação de muitos trechos por meio da secção dos “sacados”, estas formas tão curiosas dos rios amazônicos que não escapam à mesma incuriosidade dos selvagens, que lhes deram, numa e noutra banda, no Brasil, e no Peru, os nomes de *tipiscas* e *abuninis*.⁶⁸

⁶⁵CUNHA, Euclides. Rios em abandono. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 50

⁶⁶Ibid., p. 50

⁶⁷Ibid., p. 51

⁶⁸CUNHA, Euclides. O rio Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 171. (grifo do autor)

O rio, antes sinuoso, passaria a apresentar um traçado retilíneo (em alguns trechos), aumentando a correnteza e a velocidade do curso d'água e favorecendo a desobstrução dos bancos de areia e argila. O engenheiro Euclides da Cunha dá o parecer sobre a obra:

Estes cortes não exigem dispendiosos trabalhos. Efetuam-nos por vezes os sitiantes ribeirinhos com os diminutos recursos que possuem.

O processo é primitivo e simples. Consiste em descobrir na arqueadura, a montante, o ponto mais atacado pelo rio, abrindo-se nela um vale ou cava em toda a altura da barranca, completada em cima, na mata, por uma picada em linha reta que vá interferir a mesma margem a jusante, na outra volta. É o trabalho único. O resto entregam-no ao próprio rio. Sobrevém a enchente; as águas, cuja violência cresce com a correnteza, torvelinham penetrando no pequeno vale e solapam-no numa corrosão fortíssima desde a base, atacando-o em todos os pontos, à medida que sobem, e determinando as caídas de terra que o reprofundam e alargam.⁶⁹

Alerta ainda que o processo “geralmente em uso”, seria lento e dependeria do “permanente auxílio do próprio rio”. Assim como a remoção dos galhos e troncos, a correção do curso sinuoso do rio deveria ser realizada pelo governo, como esclarece a sua advertência: “terminando estas breves considerações, advirtamos que elas visam sobretudo atrair a atenção dos poderes públicos para este assunto de relevância intuitiva”.⁷⁰

Estabelecer uma comunicação entre os rios locais era a segunda medida defendida pelo escritor, visando estimular o povoamento da região. Considerava o Purus, o Juruá e o Javari, “linhas naturais de comunicação, a que nenhuma se emparelham no favorecer do dilatado domínio”.⁷¹ O processo observado nesses três rios, diferia do processo de povoamento ocorrido nos rios Tocantins, Madeira e Negro, que com o passar dos anos, “se entorpeceu ou retrogradou, retratando-se na ruínia dos vilarejos a caírem com as barrancas solapadas”. O Purus, o Juruá e o Javari apresentavam-se como mais propícios à exploração:

Era inevitável. O forasteiro, ao penetrar o Purus ou o Juruá, não carecia de excepcionais recursos à empresa. Uma canoa maneira e um varejão, ou um remo, aparelhavam-no às mais espantosas viagens. O rio carregava-o; guiava-o; alimentando-o; protegendo-o. Restava-lhe o só esforço de colher à ourela das matas marginais as especiarias valiosas; atestar com elas os seus barcos primitivos e volver águas abaixo – dormindo em cima da fortuna adquirida sem trabalho. A terra farta, mercê duma armazenagem milenária de riquezas, excluía a cultura. Abria-se-lhe em avenidas fluviais maravilhosas. Impôs-lhe a tarefa exclusiva das colheitas. Por fim tornou-lhe lógico o nomadismo.⁷²

⁶⁹CUNHA, Euclides. O rio Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 172

⁷⁰Ibid., p. 172-174

⁷¹CUNHA, Euclides. A transacriana. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 95.

⁷²Ibid., p. 95-96

Todos os benefícios encontrados pelo homem ao longo do curso desses rios, acabou por torná-lo sedentário, fixando-o ao rio e impedindo o povoamento de outras áreas, mais distantes, conservando o deserto:

Viu-se então, de par com primitivas condições tão favoráveis, este reverso: o homem, em vez de senhorear a terra, escravizava-se ao rio. O povoamento não se expandia: estirava-se. Progredia em longas filas, ou volvia sobre si mesmo sem deixar os sulcos em que se encaixa – tendendo a imobilizar-se na aparência de um progresso ilusório, de recuos e avançadas, do aventureiro que parte, penetra fundo a terra, explora-a e volta pelas mesmas trilhas – ou renova, monotonamente, os mesmos itinerários de sua inambulação invariável. Ao cabo, a breve mas agitadíssima história das paragens novas, à parte ligeiras variantes, ia imprimindo-se toda secamente, naquelas extensas linhas desatadas para S.O.: três ou quatro riscos, três ou quatro desenhos de rios, coleando, indefinidos, num deserto ...⁷³

Euclides da Cunha recorre a uma prática comum na região banhada pelos rios; propõe a abertura de varadouros, no qual “corrige-se [o povoamento] pela ligação transversa de seus grandes vales”. Esses canais de menor largura, comunicando um rio ao outro, poderiam contribuir para o deslocamento em direção às áreas menos povoadas e para a conquista de novos espaços. Para o escritor, os varadouros:

Hoje nas suas trilhas estreitíssimas, de um metro de largura, tiradas a facão, estirando-se por toda a parte, entrececendo-se em voltas inumeráveis, ou encruzilhadas, e ligando os afluentes esgalhados de todas as cabeceiras, do Acre para o Purus, deste para o Juruá e daí para o Ucaiale, vai traçando-se a história contemporânea do novo território, de um modo de todo contraposto à primitiva submissão ao fatalismo imponente das grandes linhas naturais de comunicação.⁷⁴

O político e pensador do Império, Aureliano Cândido Tavares Bastos, mostrou-se interessado pela causa da navegação no Amazonas, sendo possível identificar algumas semelhanças entre a sua visão e a de Euclides. Ambos morreram precocemente e deixaram rica obra sobre os problemas do Brasil. Uma de suas preocupações principais era a navegação do rio Amazonas, que para Tavares Bastos, deveria ser livre a todas as nações, como forma de estimular o comércio e promover o progresso.

Para melhor traduzir as necessidades da região amazônica e embasar as suas críticas e propostas acerca da navegação do “grande rio”, Tavares Bastos realizou uma viagem para a região, em 1865 – quatro décadas antes da comissão mista brasileiro-peruana, chefiada por Euclides –, sobre a qual “devia eu, portanto, visitar o Amazonas para esclarecer-me, para retificar minhas idéias e pedir às impressões oculares a precisão que não transmite a

⁷³CUNHA, Euclides. A transcreana. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 97

⁷⁴Ibid., p. 97

leitura”.⁷⁵ Em 1866, ano do nascimento de Euclides da Cunha, foi publicado *O vale do Amazonas*, resultado das suas reflexões e instrumento de defesa da livre navegação do rio.⁷⁶ Nele, justificou o seu projeto alegando o abandono em que a região amazônica se encontrava. A descrição do autor guarda enorme semelhança com a visão euclidiana:

O Amazonas é uma esperança; deixando as vizinhanças do Pará penetra-se no deserto.

A sensação de profunda melancolia, que se apodera do espírito nos adverte de que estamos dentro das mais densas solidões do mundo.

No Alto Amazonas principalmente domina esse amargo sentimento, que obriga a alma a dobrar-se sobre si mesma. Assim como no cárcere do poeta o braço que se estendia tocava a muralha glacial, assim o olhar lançado ali para a qualquer ponto do horizonte só encontra o infinito, a enormidade, o silêncio, a ausência do homem e a presença da natureza, grande mas tristes.

Um deserto não tem história; mas, como ele contém a semente do futuro, vale a pena, sequer para satisfazer a curiosidade dos vindouros.⁷⁷

O autor de *O vale do Amazonas* desferiu suas críticas ao modo como os governantes das províncias do Pará e do Amazonas conduziam seus destinos. Interesses pessoais e rivalidades políticas mesquinhas ocupavam o lugar das principais questões administrativas, como a instrução popular e o comércio. A raiz do problema, para o autor, encontrava-se na colonização portuguesa, nas ineficientes, ou nulas, medidas empreendidas pela metrópole. Em suma, identificou um abandono histórico, que, como vimos foi reiterado por Euclides da Cunha, décadas depois.

Para Tavares Bastos, a única forma de acabar com o abandono da região era a iniciativa da livre navegação. O uso exclusivo do rio Amazonas pelos ribeirinhos, acarretava dois problemas: impedia o “maior progresso” e exigia “maiores despesas”. Construiu a defesa de seu projeto, apoiado em números expressivos da “espantosa rapidez no progresso comercial” local que, em quinze anos, havia triplicado a receita, a partir da introdução da navegação a vapor, em 1850. Em um discurso inflamado, Tavares Bastos alegava que “um motivo muito caro ao pundonor nacional, à nossa reputação de povo civilizado, aconselha a

⁷⁵BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas**: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões físicas do vale do Amazonas. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1975, p. 29. Aureliano Cândido Tavares Bastos nasceu em Alagoas (1839) e morreu em Nice, França (1875). Formado em Direito, foi eleito deputado por sua província natal em 1860. Teve relevante atuação como colaborador de inúmeros jornais, no qual se destaca a publicação das *Cartas do solitário*, primeiro na imprensa e depois reunidas em livro em 1862, trazendo, entre outros assuntos, a abertura do rio Amazonas.

⁷⁶Sobre *O vale do Amazonas* e o seu autor, Euclides da Cunha escreveu: “Tavares Bastos, não lhe bastando, à alma varonil e romântica, o tê-la esclarecido com o fulgor das melhores páginas das Cartas de um solitário, transmutava-se num sertanista genial: perlustrou o grande rio trazendo-nos de lá um livro, *O vale do Amazonas*, que é um reflexo virtual da *híloe portentosa*, e é ainda hoje o programa mais avantajado do nosso desenvolvimento”. Cf CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.) **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 17 (grifo do autor)

⁷⁷BASTOS, op. cit., p. 126

livre navegação do Amazonas”.⁷⁸ Recorreu, ainda, ao anseio das elites em tornar o Brasil um país civilizado.

Recorre também à história diplomática do país, afirmando que “em nome da integridade e da tranqüilidade do Império, aconselhou-se em certa época a clausura do Amazonas”.⁷⁹ Para ele, o impacto da Guerra do Paraguai havia aflorado, entre as autoridades brasileiras, a crença na necessidade de incorporação de territórios e de defesa das nossas fronteiras, pela construção de fortes. Tais medidas eram vistas pelo autor como um entrave à livre navegação e um modo errôneo, da parte do governo brasileiro na condução da política externa. Apontou ainda algumas críticas à militarização da região amazônica, fato que provocava o dispêndio de gastos desnecessários.⁸⁰

Retomando, observamos que sua crítica ao reforço da segurança na fronteira encontra paralelo na crítica euclidiana, presente nos artigos de 1904, escritos em meio à pendência com o Peru. Tavares Bastos, diferentemente de Euclides, não acreditava na possibilidade de um conflito com as nações vizinhas e enxergava no livre trânsito dos navios desses países pelo rio Amazonas, uma forma de reestabelecer uma política externa pacífica e a prosperidade econômica da região, tanto das províncias brasileiras quanto do Peru e da Bolívia.⁸¹ Eis uma síntese de seu projeto:

O espírito público, que já condenou outros erros, decidiu soberanamente da questão do Amazonas. Os interesses econômicos de uma vasta região do Império e a fisionomia da nossa política exterior encontrarão no livre comércio do grande rio, os primeiros um auxiliar poderoso, e a segunda um característico saliente que deve acentuá-la. Tais são em resumo os motivos que atuam sobre a consciência pública. Mas, se todos aceitam e muitos proclamam o princípio, não faltam astuciosos rotineiros, que na discussão dos meios práticos esmaguem a idéia capital sob o peso de reticências arditas, ou entre as paredes de uma regulamentação casuística. Porquanto, tanto vale conservar o Amazonas fechado, como tornar esta medida dependente de mil providências cautelosas, convenções, fortes, artilharia, frotas, desse arsenal de chaves e ferrolhos velhos, com que trancamos a porta

⁷⁸BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas**: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões físicas do vale do Amazonas. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1975, p.38

⁷⁹Ibid., p. 38

⁸⁰Ibid., p. 40-50

⁸¹Ibid., p.34-44. Bastos elencou seis aspectos acerca da impossibilidade de uma disputa com o Peru: “[...] 1º o Peru não possui fortificação nenhuma em todo o litoral fluvial; 2º dos quatro vapores que ali tem, dois são galeotas pequenas destinadas à exploração dos afluentes, e os outros dois são transportes que não montam artilharia; 3º porque o Peru não possui atualmente artilharia naquelas paragens; 4º porque não há ali nenhuma força militar organizada e seria penosíssimo enviá-la do litoral do Pacífico pela cordilheira; 5º porque não existe lá nenhum arsenal de marinha, como têm inexatamente afirmado algumas gazetas; e em Iquitos [...] apenas há uma serraria, uma olaria, uma ferraria e uma pequena fundição, além de um dique de ferro que se está montando; 6º finalmente, porque, nestas circunstâncias, nada mais inexato do que comparar a atitude do Peru, que promete paz e só cuida de desenvolver os seus recursos comerciais, com a atitude insolente, o armamento perseverante, a permanência de um exército superior às forças do país, as grandes fortificações casamatadas desde Humaitá até Assunção, a centralização despótica, o mistério e o sistema político do Paraguai.”

à civilização do século [...] pretendo agora indicar a importância atual das nossas províncias ribeirinhas; ver-se-á do quadro ligeiro da sua situação que o que mais reclama a medida do livre comércio do Amazonas, é o próprio interesse do Brasil, e que pois essa medida deve ser decretada como coisa sua, como ato da sua soberania, necessário ao bem-estar dos povos e ao desenvolvimento da riqueza pública.⁸²

O autor depositava esperanças no vale do Amazonas. Acreditava que ali seria “o centro do comércio do mundo” e a livre navegação do rio principal seria o meio de fazer progredir a região. Sua concepção de “progresso” estava associada a um “espírito de reforma” e a uma “crença liberal”.⁸³ Richard Graham pontua que o liberalismo de Tavares Bastos o fazia um “modernizador”, crítico do poder centralizado nas mãos do imperador, defensor da educação compulsória, da imigração e do fim gradual da escravidão.⁸⁴ Quanto à Amazônia, apesar das propostas e das inspirações diferentes de Euclides e Tavares Bastos, o projeto de integrar a região e retirá-la da situação de abandono, era semelhante. A esperança que guardavam, também.

Fios. A instalação dos telégrafos compreende a segunda proposta de Euclides da Cunha para a incorporação da região amazônica. No artigo “Entre o Madeira e o Javari”, publicado em maio de 1904, e analisado em nosso primeiro capítulo, o escritor aponta que a região entre esses dois rios foi a que mais progrediu naquelas paragens. Homens aptos e capazes – estrangeiros que vieram para cá trabalhar e enriquecer – promoveram a civilização do local, através da introdução da imprensa, colégios, teatro e urbanização. Nesse artigo, podemos notar um aspecto relevante de sua interpretação que, ao meu ver, norteia as suas propostas de integração: a projeção de um futuro próspero para o Brasil, a partir da Amazônia. Contudo, alertava que se não fosse efetuada uma marcha rumo ao Pacífico, tal qual ocorrera nos Estados Unidos, em direção ao Oeste, no século XIX, “a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil”.⁸⁵

Para dar impulso a essa prosperidade e evitar a desagregação da Amazônia:

As novas circunscrições do alto Purus, do alto Juruá e do Acre devem refletir a ação persistente do Governo em um trabalho de incorporação que, na ordem prática, exige desde já a facilidade das comunicações e a aliança das idéias, de pronto transmitidas e traças na inervação vibrante dos telégrafos.⁸⁶

⁸²BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas**: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões físicas do vale do Amazonas. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1975, p. 117

⁸³Ibid., p. 20

⁸⁴GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil**: 1850-1914. Tradução de Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 114-115

⁸⁵CUNHA, Euclides. **Entre o Madeira e o Javari**. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 19

⁸⁶Ibid., p. 19

A proposta de instalação dos telégrafos aparece também nas “Notas complementares” ao *Relatório*, em trecho citado anteriormente, no qual ressalta “como providência urgentíssima, o desenvolvimento da navegação até o último ponto habitado, completada pelo telégrafo”.⁸⁷ Novamente atribuiu ao governo a incumbência de realizar a incorporação da região, dessa vez, através dos fios.

O amplo estudo de Laura Antunes Maciel, acerca da constituição do serviço telegráfico no país, mostra-nos o papel fundamental que esta inovação técnica desempenhou no exterior e no Brasil. Desenvolvido em 1839, o telégrafo elétrico teria garantido a integridade física e política do continente europeu, dinamizando as comunicações e a circulação de mercadorias. De acordo com Maciel, o telégrafo – associado à navegação a vapor e à ferrovia – “trouxe ao mundo uma concepção diferente de si próprio”, alterando paisagens e a percepção do tempo e do espaço. Um sinônimo de velocidade, comunicação e proximidade. A técnica colocava-se como um símbolo da “civilização”, o que obrigava os países que perseguiam essa condição a acompanhar e deter os conhecimentos nessa área.⁸⁸

Data de 1852, a primeira linha telegráfica no Brasil, instalada na Corte. Nas primeiras décadas desse serviço no país, seu uso foi restrito. Apenas com a constatação da deficiência de comunicação na Guerra do Paraguai houve um incentivo à expansão das linhas, incorporando as regiões do Espírito Santo a Belém e a região fronteira com a Argentina e o Paraguai. A autora ressalta que já havia no Império, portanto, uma preocupação em incorporar territórios por meio do telégrafo, garantindo a segurança das áreas limítrofes e o alcance do poder público até as regiões mais longínquas. Em 1889, no advento do regime republicano, havia cerca de 19 mil quilômetros de linhas construídas e três províncias (Mato Grosso, Goiás e Amazonas) ainda isoladas.⁸⁹

A euforia do progresso, que tomou o país nos anos iniciais da República, adotou o telégrafo como o símbolo de um “novo tempo, ágil e vivaz”, construindo a imagem de uma nação na trilha da civilização. O Estado possuía o monopólio sobre o telégrafo e os demais meios de comunicação, e a justificativa de uma integração necessária e urgente do território nacional, incentivou e promoveu a extensão das linhas “criando uma trama de redes e estações”, visando a “ocupação do interior”, a “nacionalização” e, sobretudo, a “republicanização” do país. O sertão, em seu isolamento, surgia como argumento para o

⁸⁷CUNHA, Euclides. Geografia do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 165

⁸⁸MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da 'Comissão Rondon'. 1997. 235f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1997, p. 24-26.

⁸⁹MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da 'Comissão Rondon'. 1997. 235f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1997

projeto civilizador da República. O telégrafo deveria diminuir/acabar com a distância entre o interior e o litoral e com o atraso econômico, social e cultural, atribuído às áreas sertanejas.⁹⁰

Destaca-se nesse projeto, a atuação do engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon e da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, que primeiro alcançou o Mato Grosso (1900-1906) e depois o Amazonas (1907-1915). Em estudo recentemente publicado, o brasileiro Todd A. Diacon analisou os objetivos e as motivações (e as contradições) de Rondon em sua missão de civilizar os sertões, por meio dos fios do telégrafo. Diacon salientou o esforço de Rondon em incorporar áreas e povos (sertanejos e indígenas), num projeto de construção de uma nação e uma nacionalidade.⁹¹ Nosso intuito aqui não é analisar detidamente o livro de Todd A. Diacon e a atuação da “Comissão Rondon”; pretendo apenas situar o esforço desses homens nas discussões do período.

A Comissão deveria, “além de instalar a linha”, realizar um reconhecimento amplo da região, através da exploração, mapeamento, ocupação e incorporação. O objetivo era fazer do espaço interior do país, um lugar propício ao desenvolvimento de atividades agrícolas, por parte dos imigrantes, e reforçar a presença do poder republicano e do Estado em regiões completamente apartadas do centro administrativo. Rondon empreendeu um verdadeiro processo de “formação das almas” em sua tarefa de construção de uma nação. Fez uso dos símbolos nacionais (discursos, bandeiras, datas cívicas comemorativas), para mostrar/convencer as populações sertanejas e os indígenas que eram brasileiros. Guiava-o sua formação positivista (ortodoxa), adquirida na Academia militar, na qual se destacava o papel da ciência e da técnica na promoção do progresso.⁹² Fica evidente o projeto republicano de incorporação do sertão.

Trilhos. A construção de uma ferrovia constitui a mais expressiva proposta de Euclides da Cunha para a Amazônia. Em “A transaccreana”, artigo publicado em *À margem da história*, esboça um projeto de estrada de ferro, para interligar diferentes pontos do território acreano. Desse modo:

A intervenção urgentíssima do Governo federal impõe-se como dever elementaríssimo de aviventar e reunir tantos esforços parcelados.

⁹⁰MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da 'Comissão Rondon'. 1997. 235f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1997, p. 98, 232

⁹¹DIACON, Todd A. **Rondon**: o marechal da floresta. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; BIGIO, Elias dos Santos. **Cândido Rondon**: a integração nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

⁹²DIACON, Todd A. **Rondon**: o marechal da floresta. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 11,12, 22 et. seq. Utilizo aqui a idéia-título do livro de José Murilo de Carvalho, que traduz o contínuo esforço dos grupos letrados, logo após a proclamação da República, em tomar para si o feito político, bem como o cargo de condutores da nação. Cf. CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Deve consistir porém no estabelecimento de uma via férrea – a única estrada de ferro urgente e indispensável no Território do Acre.⁹³

Mais uma vez atribuiu ao governo o esforço de integração da região amazônica. De acordo com o ideário positivista, cabia ao Estado organizar, incentivar e realizar as intervenções necessárias ao desenvolvimento material da sociedade, através da atuação de um corpo técnico qualificado, representado pelos engenheiros e homens de ciência.

A justificativa apresentada era a “fisiografia amazônica”, com seus rios volumosos, principalmente na época das cheias, que dificultavam o trânsito. Euclides compara a situação brasileira aos empreendimentos britânicos na Índia, onde uma série de “dificuldades naturais” teriam a “engenharia [...] precisamente para vencê-las”.⁹⁴ Acerca da construção de uma ferrovia na selva afirmou:

Sobre não carecer de extensos desenvolvimentos para captar alturas, alinha não só dispensará túneis para vará-las, ou viadutos, e até cortes apreciáveis, como ainda as três grandes pontes que a princípio se afiguram obrigatórias sobre o Tarauacá, o Purus e o Iaco. Cada estação *terminus*, extremado-lhe os segmentados precipitados, servirá, ao mesmo passo, à navegação fluvial do rio correspondente, e as baldeações de uma a outra margem deste far-se-ão nos primeiros tempos sem perturbarem demais o tráfego naturalmente restrito.⁹⁵

Construir uma ferrovia na selva era estabelecer uma luta contra o deserto:

Todas as grandes estradas, no evitarem os empecos que se lhes antolham, transpondo as depressões e iludindo os maiores cortes com os mais primitivos recursos que lhes facultem um rápido estiramento dos trilhos, erigem-se nos primeiros tempos como verdadeiros caminhos de guerra contra o deserto, imperfeitos, selvagens.⁹⁶

Como o telégrafo, a ferrovia também era um sinal e um instrumento do progresso das sociedades. Francisco Foot Hardman assinala o “impacto cultural” provocado por “aqueles novos artefatos de ferro” – exemplo da técnica que altera a percepção do tempo e do espaço. O trem, associado ao navio a vapor, consolidou a expansão do comércio mundial e do fetiche da mercadoria. O trem, associado às outras inovações, invenções e maquinismos, “haveria que articular os espaços sombrios ainda não completamente subjugados aos imperativos da civilização”. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, “espetáculo privilegiado da civilização

⁹³CUNHA, Euclides. A transacrea. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 100

⁹⁴Ibid., p. 100. O escritor determinou todas as condições técnicas em que a ferrovia transacrea deveria ser construída, aproveitando o traçado já existente, como forma de evitar maiores dispêndios: preocupa-se com o nivelamento do terreno, peso e largura dos trilhos, o arco das curvas.

⁹⁵Ibid., p.103

⁹⁶Ibid., p. 102

capitalista na selva”, simbolizava esse esforço.⁹⁷

A proposta de Euclides visava, em primeiro lugar, reorganizar o povoamento local que se encontrava concentrado em apenas algumas áreas, distantes umas das outras. Procurou diferenciar as funções – uma alusão aos pressupostos de Spencer – das ferrovias em São Paulo e na região amazônica:

A estrada de Cruzeiro do Sul ao Acre não irá, como as do sul do nosso país, justapondo-se à diretriz dos grandes vales, porque tem um destino diverso. Estas últimas, sobretudo em São Paulo, são tipos clássicos de linhas de penetração: levam o povoamento ao âmago da terra. Naquele recanto amazônico esta função, como o vimos, é desempenhada pelos cursos de água. À linha planeada resta o destino de distribuir o povoamento que já existe. É uma auxiliar dos rios. Corta-lhes, por isto, transversa, os vales.⁹⁸

Assim, uma estrada de ferro naquela região não teria a função de povoar, visto que os rios já haviam promovido o povoamento, por meio da exploração de seus canais. Como vimos anteriormente, Euclides afirmava que o homem se mantinha preso, ainda, ao curso dos rios, deixando muitos espaços a conquistar. A ferrovia transacreeana deveria redistribuir a população em “núcleos coloniais e agrícolas”, divididos e demarcados legalmente. Possibilitaria também a “gerência mais pronta, mais desimpedida, mais firme, dos poderes públicos.”⁹⁹

Entre os efeitos que seriam obtidos com essa linha, o escritor realçou: a diminuição do tempo de duração da viagem entre Cruzeiro do Sul e o Acre, de “mais de um mês” para dois dias apenas; a duplicação das rendas provenientes da borracha e a extração do látex em áreas até então não exploradas. Em uma região de fronteira, os trilhos assumiam um “valor estratégico”. Porém, em tempos de diplomacia, não teria “intuitos agressivos”, e sim “o que se deve ver naquela via férrea é, sobretudo, uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz”.¹⁰⁰

A obra de engenharia não ficaria restrita à construção de uma única estrada. Pensava Euclides em uma rede ferroviária, ligada à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, permitindo o trânsito rápido e seguro, facilitando o comércio e estabelecendo a comunicação com os países vizinhos. O escritor resume o seu projeto:

Assim, desde que se ultime a Madeira-Mamoré, esta a atrairá, irresistivelmente, para o levante, realizando-se o fenômeno vulgaríssimo de uma captura de comunicações. Então ela transporá o Acre indo buscar o

⁹⁷HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. rev. e aum.. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25-26, 34, 119

⁹⁸CUNHA, Euclides. A transacreeana. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 101

⁹⁹Ibid., p. 103

¹⁰⁰Ibid., p.104 -105

Madeira na confluência do Abunã, ou em Vila Bela, extinguindo, de golpe, todos os inconvenientes de três navegações contornantes e longas. Ao mesmo tempo, no outro extremo, dilatando-se para oeste, perlongando o Moa e indo transmontar os cerros abatidos de Contamana, alcançará o Ucaiale, deslocando para Santo Antônio do Madeira parte da importância comercial de Iquitos. Então, a transacriana modestíssima, de caráter quase local, feita para combater uma disposição hidrográfica, se transmudará em estrada internacional, de extraordinários destinos.¹⁰¹

Hélio Vianna pontuou que, no final do século XIX, o governo republicano tentou implementar um projeto coordenado de viação interna, com a extensão das ferrovias por todo o país. Contudo, apesar dos esforços, a situação de crise financeira frustrou o intento. Devido às características geográficas do território (dimensão continental, hidrografia e relevo), ressalta Vianna, o conjunto dos caminhos de locomoção eram dispersos e inúmeros planos de engenharia haviam surgido, desde o Império, procurando corrigir o problema. Em todos esses projetos de viação, havia um predomínio das estradas de ferro. Podemos citar os planos do engenheiro André Rebouças, apresentado em 1874, e de Honório Bicalho, de 1881, como significativos dessas tentativas.¹⁰² Pedro Carlos da Silva Telles afirmou que, durante a maior parte do oitocentos, não houve uma “necessidade imediata” de um plano geral de viação do país, que interligasse o território, pois a grande parcela da população e das atividades estavam concentradas no litoral e interessava apenas o contato com as áreas produtoras de gêneros agrícolas (café) para a exportação.¹⁰³ O interesse em novas áreas de cultivo, a preocupação com as fronteiras, a superação do atraso e a expansão da autoridade política intensificou o projeto de integração territorial no período republicano.

Euclides abordou a necessidade de trilhar o interior do país com as estradas de ferro, também em outros estudos, ressaltando, sempre, a urgência em realizar a “conquista da própria base física de uma pátria”.¹⁰⁴ Criticou o modo como foi empreendida a construção das ferrovias em São Paulo, servindo unicamente aos interesses agroexportadores. Em sua concepção, a estrada de ferro deveria estimular o povoamento e o desenvolvimento de novas áreas, culminando na integração nacional.

Navegação, telégrafos e ferrovias. A partir dessas três propostas, Euclides da Cunha propunha promover a incorporação da Amazônia ao conjunto da nação. O projeto euclidiano pode ser compreendido como parte de um projeto maior, que seria implementado na Primeira

¹⁰¹CUNHA, Euclides. A transacriana. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 105-106

¹⁰²VIANNA, Hélio. Viação. In: **História da República/História Diplomática do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, [197?], p. 58.

¹⁰³TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil: séculos XVI a XIX.** Rio de Janeiro: LTC, 1984, p. 350

¹⁰⁴CUNHA, Euclides. História da viação pública de São Paulo. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Obra completa.** Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, v. 1, p. 413

República, com o objetivo de civilizar o sertão brasileiro.

Desde o século XIX, litoral e sertão haviam suscitado debates calorosos. Na virada para o século XX, momento de transição política e econômica do país, esses dois espaços geográficos ganharam novos significados. A nação e a nacionalidade brasileiras passaram a ser pensadas a partir da dicotomia campo/sertão/interior *versus* cidade/litoral, com a construção de uma série de representações sobre os dois lugares. O sertão era tratado como um espaço atrasado, desconhecido, inóspito e inculto; e o litoral, como o espaço da civilização. Ao passo que o sertão aparecia representado também como um local de costumes autênticos e o litoral como o lugar de uma cultura transplantada e estranha ao país. Representações ambivalentes, que serviram de justificativa para os projetos de intervenção, pois constatou-se um grave contraste entre as sociedades litorâneas e as sertanejas; um descompasso, que deveria ser superado.

Márcia Naxara acentuou a quase impossibilidade de se definir com precisão o que/onde é o sertão: “são vários os sertões, representados simultaneamente por sertão, mundo meio sem fim que, na verdade, não é nem natureza virgem propriamente, mas ainda não está sob o domínio completo dos homens e da civilização”. Sertão, desse modo, pode ser o campo cultivado, a fronteira maleável entre o civilizado e o bárbaro ou a natureza intocada.¹⁰⁵

Nísia Trindade Lima aponta que, no início da República, ocorreu um “expressivo movimento de valorização do sertão”, amparado nas representações ambivalentes, construídas pelos homens de letras e de ciências, no qual a interpretação de Euclides da Cunha, em sua obra maior, exerceu grande influência.¹⁰⁶ O novo regime político foi instaurado sob o signo do progresso e da modernização das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais do país. Condenava-se a situação de atraso e os resquícios de um passado colonial, atribuídos à Monarquia.¹⁰⁷ Houve uma intensa euforia por parte dos intelectuais e grupos políticos, que reforçaram a necessidade de aproximar o litoral e o sertão, por meio da civilização deste último, tendo em vista a construção da nação. Desse modo, foi colocado em prática um

¹⁰⁵NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo & sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília, DF: Ed. UnB, 2004, p. 32-33.

¹⁰⁶LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, 1999, p. 91. A autora apresenta as semelhanças entre as representações acerca do sertão, construídas por Euclides da Cunha, os médicos do Instituto Oswaldo Cruz e a Comissão Rondon. Afirma que as expedições sanitárias retomaram a idéia euclidiana de abandono do interior, justificando suas críticas às elites e seus projetos de intervenção.

¹⁰⁷Ibid., p. 108. Nísia Lima ressalta que essas expedições já vinham sendo realizadas desde o Império, contudo, a euforia e a urgência do progresso que tomou conta do pensamento e da atuação das elites na época, intensificou esse processo. Vale citarmos também, de modo sucinto, as expedições militares para a Bahia (Canudos), Rio Grande do Sul (Revolução Federalista), Santa Catarina (Guerra do Contestado) e as expedições de reconhecimento de fronteiras, em prática no oitocentos e de suma importância no início do novecentos, com o barão do Rio Branco na chefia do Itamaraty. Exemplos da imposição da presença do Estado republicano no interior do país.

projeto de (re)conhecimento e incorporação do interior, através de expedições de cunho técnico, científico e militar.

Já em meados do século XIX, com o intuito de produzir um “saber sobre o Brasil” e definir sua “identidade físico-geográfica”, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) havia incentivado as viagens exploratórias ao interior do país. Buscava-se conhecer as riquezas e as possibilidades de desenvolvimento futuro e uma preocupação com as áreas de fronteira. O projeto do IHGB, com tais viagens, indica-nos Manoel Luís Salgado Guimarães, era promover a “integração das regiões mais distantes ao eixo de poder do Estado Nacional”. Guimarães cita como exemplo significativo dessas expedições, a chefiada pelo cônego baiano Benigno José de Carvalho e Cunha, que pretendia identificar novas áreas para a agricultura, descobrir possíveis riquezas minerais e proteger os domínios do Império.¹⁰⁸ Como podemos observar, não se tratava, exclusivamente, de coletar material para escrever a história pátria. Havia pretensões civilizatórias, também.

Ainda no Império, podemos citar o trabalho da Comissão Científica de Exploração, formada por astrônomos, botânicos, geólogos e zoólogos, que percorreu a província do Ceará, parte do Maranhão e da Amazônia, entre 1859 e 1861. O objetivo dessa Comissão, ressaltou Sílvia Figueirôa, era a “valorização dos aspectos científicos brasileiros” e o reconhecimento do território para uma intervenção governamental posterior. Anos mais tarde, em 1875, a Comissão Geológica do Brasil (CGB) foi criada com um objetivo próximo ao da Comissão Científica de Exploração. À frente da CGB esteve o geólogo Charles Frederick Hartt, muito citado nos estudos de Euclides da Cunha. Em 1886, foi criada a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, sobretudo, para atender aos interesses da cafeicultura paulista.¹⁰⁹

No período republicano, as expedições sanitaristas e higienistas empreendidas pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC) devassaram as regiões sertanejas. Segundo Nísia Trindade Lima, as primeiras viagens tinham uma preocupação maior em difundir as medidas profiláticas nos locais de construção de estradas de ferro, nos portos e nos seringais da Amazônia. Atuando conjuntamente com a Inspetoria de Obras Contrás as Secas – outra instituição a serviço da exploração do sertão –, o Instituto Oswaldo Cruz realizou um trabalho de “levantamento das condições epidemiológicas e socioeconômicas” de regiões situadas no Nordeste e no Centro-Oeste do país.¹¹⁰ Guiados pela crença na ciência e pelas representações de um sertão doente e abandonado, os sanitaristas diagnosticaram as mazelas da nação. Carlos

¹⁰⁸ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

¹⁰⁹ FIGUEIRÔA, Sílvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional (1875-1934)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 86-87, 150-151, 163

¹¹⁰ LIMA, op. cit., p. 80

Chagas, outro eminente médico do IOC, esteve no vale do Amazonas, entre 1912 e 1913, e pregava a aplicação dos conhecimentos científicos para tornar os habitantes aptos ao trabalho e povoar a região.¹¹¹

Esse esforço de conquista do sertão brasileiro foi denominado por Nísia Lima de “missão civilizatória”.¹¹² Concordo com a autora, tendo em vista que essas iniciativas pretendiam tornar o sertão conhecido, por meio da elaboração de mapas e relatórios sobre as condições do clima, hidrografia, relevo, vegetação e etnografia; pretendiam também inculcar novos hábitos e os valores do trabalho nas gentes do interior, estimulando a agricultura e o povoamento.¹¹³ Eram “missões civilizatórias”, porque olhavam o interior, identificando-o ao atraso, e alegando a urgência de medidas capazes de promover o progresso.

O sertão a civilizar era, do mesmo modo, associado à natureza selvagem e inóspita. Entretanto, como assinalou Gilmar Arruda, a natureza valorizada no oitocentos, no projeto de nação cunhado pelos românticos e pelo IHGB, assumia, no projeto republicano, uma característica oposta. Passou a ser entendida como um “recurso para promover ou impedir o progresso” e deveria ser domada, transformada pela intervenção dos engenheiros e cientistas e aproveitada em possibilidades para obtenção de lucro.¹¹⁴ João Carlos de Sousa analisou o processo civilizador implementado em Corumbá, na época em questão, e pontuou que sobre a natureza (pantanal), foi construído um conjunto de representações depreciativas, que ressaltavam a necessidade desse espaço ser “subjugado”.¹¹⁵ O título do trabalho de Sousa é emblemático desse processo: “o progresso contra a natureza”.

Toda a produção intelectual do período, destinada a compreender os papéis exercidos pelo litoral e pelo sertão na história e na sociedade brasileiras, bem como os projetos de incorporação do interior, estavam voltados à construção do Estado e da nação, além da inserção do país na economia capitalista em expansão. Um novo problema colocava-se diante das elites, pois, como observado por Nicolau Sevcenko, no Brasil, não havia “propriamente uma nação” e as estruturas sócio-políticas vigentes não condiziam com as mudanças pretendidas. Utilizando os pressupostos do liberalismo e do positivismo, em uma “extravagante combinação”, os intelectuais tentaram definir uma identidade nacional – esbarrando na oposição miscigenação *versus* civilização – e procuraram constituir a base

¹¹¹ANTONIO FILHO, Fadel David. **A visão da Amazônia brasileira: uma avaliação do pensamento geográfico entre 1900-1940.** 1995. 246f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro, 1995, p. 204

¹¹²LIMA, op. cit., p. 56

¹¹³ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória.** Bauru, SP: Edusc, 2000, p. 70-80, 120; MACIEL, op.cit., p. 129-130

¹¹⁴ARRUDA, op.cit., p. 70-80

¹¹⁵SOUSA, João Carlos. O progresso contra a natureza: vapor, fios e trilhos em Corumbá (1904/1919). **Projeto História**, São Paulo, n. 23, p.217- 241, nov. 2001.

física do território, através das expedições.¹¹⁶

O referencial brasileiro para a construção do Estado e da nação era a Europa, pois de lá irradiavam as novas idéias, o conhecimento técnico-científico, os valores, hábitos e costumes considerados civilizados. As elites brasileiras interpretavam a realidade do país, por meio das teorias formuladas pelos europeus, constatando a enorme desigualdade entre o velho continente e o Brasil. Lá havia progresso e civilização; aqui, atraso. Micael Herschmann e Carlos Messeder Pereira afirmam que, “civilizar”, significava “ficar em pé de igualdade” com os europeus.¹¹⁷

Ao observarmos o conteúdo das propostas de integração do sertão, notamos o papel determinante atribuído à ciência e à técnica, como instrumentos e referenciais do progresso e da civilização a ser erigida. A partir de 1870, com as inovações e descobertas científicas que marcaram a 2ª Revolução Industrial, o cotidiano e as perspectivas das sociedades foram alterados substancialmente. O telefone, o gramofone, a radiotelegrafia, a máquina de escrever, as técnicas agrícolas, a eletricidade, a química, a medicina e as inovações em tantos outros campos, garantiram a expansão da indústria e do comércio pelo mundo, fazendo crescer as cidades e as populações. Geoffrey Barraclough cita a década de 1900, como marco de um novo tempo, quando esse conhecimento, e seus desdobramentos, atingiram um número expressivo de pessoas.¹¹⁸ No Brasil, o Rio de Janeiro, capital e cartão-postal da República, representou o papel de “metrópole-modelo”, recebendo e refletindo para as demais regiões do país, o impacto das transformações produzidas no velho continente.¹¹⁹

A crença no papel civilizador da ciência e da técnica conferiu aos médicos, cientistas (astrônomos, botânicos, geólogos) e, principalmente, aos engenheiros uma posição relevante

¹¹⁶ SEVCENKO, 2003, op. cit., p.103

¹¹⁷HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (Org.). O imaginário moderno no Brasil. In: _____ **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 12. Sevcenko ressaltou que não havia contradição nessa forma de pensar: “Vemos, portanto, que esse desdobramento em nível mundial da cultura européia forçava no sentido de uma europeização das consciências e gozava da vantagem de ser o único padrão de pensamento compatível com a nova ordem econômica unificada, fornecendo, pois, o subsídio para as iniciativas de modernização das sociedades tradicionais. O caso brasileiro é típico”. Cf. SEVCENKO, 2003, op. cit., p. 102

¹¹⁸BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História contemporânea.** Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, p. 43-63

¹¹⁹ Sobre o estranhamento e a adaptação às transformações introduzidas pela técnica no Rio de Janeiro, fazendo surgir uma sociedade de consumo no país e criando uma identificação com o “moderno” cf. SEVCENKO, Nicolau A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Coord.) **História da Vida Privada no Brasil.** Direção de Fernando Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 3. Sobre o impacto dessas transformações na literatura do período cf. SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras: Literatura, técnica e modernização no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987. O impacto desse novo horizonte técnico na produção cultural do país, no qual a literatura apropriou-se de inovações como o cinema e a fotografia, além dos recentes processos de impressão, reprodução e difusão, para constituir uma forma diferenciada de escrita – uma nova técnica literária –, sem a linguagem ornamentada e sem espaços para as subjetividades.

na construção de uma nação moderna. Esses intelectuais se auto-atribuíram a missão de transformar a realidade brasileira, por considerarem-se os detentores desse saber prático e racional, que deveria ser aplicado à sociedade.¹²⁰ Tal crença remete-se à formação positivista-evolucionista dessa geração de letrados.

Em contato com as formulações de Augusto Comte sobre o progresso gradual e inevitável das sociedades, essa geração procurou repensar a realidade do país, de forma que este pudesse atingir um novo estágio, civilizado e superior. Segundo Comte, a “reorganização social” deveria seguir um plano previamente estabelecido, composto de duas séries de trabalhos”, uma teórica e outra prática; deveria também, orientar-se por uma “finalidade”. A finalidade do “novo sistema social” a se construir/alcançar, seria “industrial”, isto é, caracterizada pela “ação sobre a natureza para modificar em benefício do homem ou a produção”.¹²¹

Sobre a reorganização da sociedade, o filósofo francês levanta o seguinte questionamento:

Admite-se como verdade elementar que a exploração de uma manufatura, a construção de uma estrada, de uma ponte, a navegação de um navio, etc., devem ser dirigidas por conhecimentos teóricos preliminares, mas se pretende que a reorganização da sociedade seja um negócio de pura prática a ser confiada a conhecedores rotineiros?¹²²

De acordo com os seus pressupostos, essa reorganização deveria seguir “conhecimentos teóricos preliminares”, que precedem à prática. Esses conhecimentos seriam obtidos pelo conjunto dos “sábios”, ou seja, de “homens que se especializam em formar combinações teóricas seguidas metodicamente”. Sábios seriam aqueles “que se ocupam do estudo das ciências de observação”, os “únicos” dotados de “capacidade e cultura intelectual [...] necessárias”.¹²³ Aos “industriais” caberia aplicar esses conhecimentos, estabelecendo o “sistema administrativo” e as “instituições práticas necessárias”.¹²⁴

O estudo de Maria Inêz Turazzi aponta as proximidades entre os engenheiros e os industriais no Brasil, no início do século XX. Os dois grupos partilhavam os mesmos projetos e uma visão de mundo semelhante, no qual exerceriam uma posição de destaque na nova sociedade que pretendiam implementar.¹²⁵ O contato com o ideário evolucionista-positivista,

¹²⁰KROPF, Simone Petraglia. O saber para prever a fim de prever – a engenharia de um Brasil moderno. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (Org.). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

¹²¹COMTE, Augusto. **Reorganizar a Sociedade**. Tradução de Antonio Geraldo da Silva. São Paulo: Escala, 2004, p. 30-31. A obra é de 1822.

¹²²Ibid., p. 33

¹²³Ibid., p. 39

¹²⁴Ibid., p. 77

¹²⁵TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a**

que guiava esses engenheiros, em seu dever auto-atribuído de civilizar o país, vem desde os tempos da Escola Militar, quando os valores do “mérito” e uma “mentalidade cientificista” foram introduzidos na formação dos jovens cadetes.¹²⁶

Reduto da “mocidade militar”, a Escola da Praia Vermelha – freqüentada por Euclides da Cunha, Cândido Rondon, entre outros – não só concentrava os estudos superiores, como a engenharia militar, mas também foi um centro catalisador das novas doutrinas (evolucionismo, positivismo e darwinismo-social) e da participação nos movimentos sócio-políticos do fim do Império. Celso Castro afirma que o estudo das ciências, pelos jovens militares, constituía “poderoso elemento simbólico de diferenciação”, um item “constitutivo de sua identidade social”, em oposição aos engenheiros civis e aos bacharéis; buscavam nessas doutrinas, justamente, o aspecto de “fé no progresso” e da importância dada à ciência, que continham.¹²⁷

Teorias que abordavam o progresso e uma necessidade em fazer a sociedade brasileira progredir: essa foi a tônica dos debates e dos projetos da geração de 1870. A marginalização política de grupos de diferentes origens sociais, fazia aumentar a reclamação por reformas, que dessem fim aos privilégios que impediam o acesso aos cargos públicos e às posições de proeminência. A partir dessa conjuntura de insatisfação e ânsia por mudanças drásticas nos rumos da economia e da sociedade brasileira, deu-se início a um amplo movimento intelectual, envolvendo profissionais liberais, comerciantes, burocratas, militares, entre outros descontentes que, através de um ideário compartilhado pelos países ocidentais, que versava sobre reformas, progresso e modernização, construíram seus argumentos e justificativas de contestação da ordem imperial vigente, interpretando os problemas do país e propondo reformas, entendidas como urgentes.¹²⁸

Euclides da Cunha era muito jovem quando essa geração passou a contestar as estruturas arcaicas mantidas pela Monarquia. Autores como José Murilo de Carvalho, Nicolau Sevcenko, Lúcia Lippi Oliveira e Jeffrey Needell fizeram menção ao desencanto desse grupo combatente de 1870, que reivindicou a abolição da escravidão e a mudança de regime político. Logo nos primeiros anos da República o projeto desses intelectuais havia se esfacelado e voltaram a ocupar uma posição marginal na política do país. Entretanto, mesmo

organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 16

¹²⁶CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre a cultura e a ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 42. Celso Castro afirma que o positivismo não era hegemônico entre os professores da Escola Militar e havia, entre os alunos, a disseminação de outras doutrinas.

¹²⁷Ibid., p. 52, 73

¹²⁸ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Sobre a geração de 1870 cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993; VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

desiludido, o autor de *Os Sertões* – e esta obra é o principal sinal – manteve até a morte a sua posição inconformista diante das elites republicanas. Sevcenko e Needell colocam-no como um herdeiro da tradição de 1870: crítico, intérprete e, no que tange aos seus projetos, um reformador.¹²⁹

Entre os euclidianistas, o projeto do escritor de incorporação da Amazônia, suscitou o questionamento acerca do caráter dessas propostas. Leandro Tocantins afirma haver no projeto de Euclides da Cunha, um distanciamento em relação aos métodos colonialistas empregados por europeus na África e na Ásia. De acordo com Tocantins: “mas nem por isso Euclides ficou preso a elas [as teorias transformistas e evolucionistas utilizadas como justificativa na colonização européia] ou ao modo de pensar estranho às realidades brasileiras”. O autor refere-se ao escritor como o “primeiro engenheiro ecólogo” do país, por ter buscado uma forma harmoniosa entre o homem e natureza.¹³⁰

Roberto Ventura e Luciana Murari apresentaram um ponto de vista diferente, ao considerarem o projeto euclidiano um exemplo do projeto civilizador característico do período. Ventura ressalta que a escrita “fortemente imagética e figurativa” de Euclides deixa a impressão de um “discurso ecológico que poderia ser visto hoje como politicamente correto pela defesa das minorias étnicas e do meio ambiente”. Contudo, ao defender a incorporação das áreas e das populações sertanejas ao processo civilizador e ao progresso, o discurso do escritor “se afasta de uma suposta 'correção' política”.¹³¹ Na mesma orientação, Murari pontua que *Os Sertões* pode ser lido como “a narrativa de uma 'missão civilizadora””, pois trata-se da crença do autor no “contato necessário para uma futura imposição dos ideais modernos ao sertão”.¹³²

Concordo com Ventura e Murari, pois como observamos até aqui, as propostas e convicções de Euclides da Cunha revelam um sintonia com os projetos civilizadores do período e com as convicções acerca da ciência e da técnica. Vejamos agora, o sentido de seu projeto.

¹²⁹CARVALHO, 2005, op. cit.; SEVCENKO, 2003, op. cit.; NEEDELL, op. cit.; OLIVEIRA, op. cit.

¹³⁰TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹³¹VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. Organizado por Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 248

¹³²MURARI, Luciana. O Brasil ainda chega até cá: Euclides da Cunha dos sertões à Amazônia. **Vária História**, Belo Horizonte, n. 17, p. 219-236, mar. 1997.

4.3 Projeto para a Amazônia/Projeto para o Brasil.

A Amazônia aparece representada nos estudos de Euclides da Cunha, como um lugar abandonado, esquecido ou arruinado. Um abandono histórico, detectado por Alexandre Rodrigues Ferreira, no século XVIII, ao avistar um palácio “coberto de sapé”, e constatado por tantos outros naturalistas que por ali passaram. Todas as tentativas empreendidas, primeiro pela metrópole e depois pelo Império, de conquistar, ocupar e aproveitar o espaço amazônico, fracassaram, dando exemplos da teima do passado em persistir sobre o presente.¹³³

As ruínas que abordamos no segundo e no terceiro capítulo, produzidas pela ação destrutiva da natureza ou pela ação predatória do caucheiro, acentuaram essa impressão de abandono que o escritor tivera, levando-o a concluir que se tratava a Amazônia, de uma “terra sem história”. Assim era, porque não tinha passado. Os resquícios de qualquer esforço colonizador eram apagados pela natureza:

E, ainda sob o aspecto secamente topográfico, não há fixá-la em linhas definitivas. De seis em seis meses, cada enchente, que passa, é uma esponja molhada sobre um desenho malfeito: apaga, modifica, ou transforma, os traços mais salientes e firmes, como se no quadro de suas planuras desmedidas andasse o pincel irrequieto de um sobre-humano artista incontentável...¹³⁴

Poucos a conheciam e, mesmo assim, só a conheciam em frações:

Lemo-los; instruímo-nos; edificamo-nos; apercebemo-nos de perigosos ensinamentos quanto às infinitas faces, particularíssimas, da terra; e, à medida que as distinguimos melhor, vai-se-nos turvando, mais e mais, o conspecto da fisionomia geral. Restam-nos muitos traços vigorosos e nítidos, mas largamente desunidos.¹³⁵

“Sertão é, para Euclides, aquilo que está fora da escrita da história”, sintetizou Roberto Ventura, em uma definição precisa do significado dessas representações construídas pelo escritor para compreender a realidade amazônica. Sem história pois esta ainda não havia sido escrita. Para Ventura:

A natureza se torna, para Euclides, um livro aberto, cuja escrita ainda não se

¹³³CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 32

¹³⁴CUNHA, Euclides. Preâmbulo. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 203-204

¹³⁵Ibid., p. 200

completou. Os sertões, quer nordestinos, quer amazônicos, são desérticos, espaços vazios, fora da escrita e da civilização. Ao decifrar a caatinga e a floresta e resgatar o sertanejo do esquecimento, o narrador-viajante os insere na história. No relato de viagem ou no ensaio histórico, na notação literária e científica, a natureza se reconverte em livro, imagem inscrita no seu cerne ou essência.¹³⁶

Gilmar Arruda, em seu estudo sobre as relações entre cidades e sertões, fornece-nos informações que complementam a análise de Roberto Ventura, acerca da inscrição do sertão no livro da civilização. Arruda cita o exemplo da elaboração dos mapas pelos cientistas das comissões exploratórias. As “manchas” nas representações cartográficas dos séculos XIX e XX, faziam referência às áreas ainda inexploradas, mas a sua presença nos mapas deixavam clara a “confirmação de que os governantes não estavam desatentos quanto ao território que deveriam governar”.¹³⁷

As representações do mundo social, de acordo com Roger Chartier, são construídas através de classificações, divisões e delimitações, possibilitando que o presente possa “adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”, pelo grupo que as construiu.¹³⁸ Euclides da Cunha, Alberto Rangel, José Veríssimo, Inglês de Sousa, entre outros que abordamos neste trabalho, compõem o grupo dos letrados, com uma produção intelectual voltada para a compreensão dos problemas do Brasil e, em particular, da Amazônia. Um grupo que partilhava a mesma formação, os mesmos espaços de atuação, os anseios, o desencanto, as propostas e, que via na literatura a possibilidade de transformar o país.

Adiante, Chartier assinalou:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.¹³⁹

Essas “estratégias” e “práticas” de que nos fala o autor, podem ser observadas na intervenção dos técnicos e cientistas no sertão brasileiro; exemplo significativo da imposição de uma autoridade e da legitimação de projetos reformadores: construir um Estado e uma nação civilizada, nos moldes europeus, no qual o interior, seus costumes e suas gentes eram vistos como um obstáculo a ser superado. As propostas de Euclides da Cunha não destoam do

¹³⁶VENTURA, 2003, op. cit., p. 247

¹³⁷ARRUDA, op. cit., p. 140-141

¹³⁸CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988, p.17

¹³⁹Ibid., p.17 (parênteses do autor).

pensamento corrente na época.

O escritor tinha o intuito de integrar o sertão e o litoral, através da navegação, dos telégrafos, das ferrovias e da ampliação (ou introdução) dos direitos sociais aos habitantes interioranos, para construir uma nação. Para Euclides, a nacionalidade brasileira vinha sendo forjada no cotidiano do sertão e, como lembrou Nicolau Sevcenko, na interpretação do autor de *Os Sertões*, essa integração, além de constituir a base física do território, livraria o país das “falácias do cosmopolitismo”.¹⁴⁰

O abandono da Amazônia – e do sertão como um todo – ocorria porque as elites, situadas no litoral, insistiam em manter os seus olhos voltados para a Europa, permanecendo alheias às coisas do interior, às coisas do Brasil, numa espécie de colonato mental, na definição do escritor:

Pensamos demasiado em francês, em alemão, ou mesmo em português. Vivemos em pleno colonato espiritual, quase um século após a autonomia política. Desde a construção das frases ao seriar das idéias, respeitamos em excesso os preceitos das culturas exóticas, que nos deslumbram – e formamos singulares estados de consciência, *a priori*, cegos aos quadros reais da nossa vida, por maneira que o próprio caráter desaparece-nos, folheado de outros atributos, que lhe truncam, ou amortecem, as arestas originárias.¹⁴¹

Espaço da “reprodução pública da vida aristocrática européia”, a Rua do Ouvidor resumia a crítica euclidiana. Jeffrey Needell caracterizou essa rua como o “coração da cultura e da sociedade de elite”, lugar das novidades e de comércio e exibição dos artigos “civilizados”. Ao atravessar as suas quadras, “para qualquer lado”, fora dos seus limites, deparava-se com a cidade (e o país) dos negros, mestiços e pobres.¹⁴²

Integrar ou incorporar a Amazônia significava, portanto, para o escritor, uma forma de construir a nação brasileira, a partir do interior, e não do litoral. A Amazônia era parte constituinte desse sertão, e ali repousava outro exemplar daquele titã, identificado em sua obra maior, que representava – junto com as riquezas da região – a projeção de um futuro próspero na/para a Amazônia:

Na terra sem história os primeiros fatos escrevem-se, esparsos e desunidos, nas denominações dos sítios. De um lado está a fase inicial e tormentosa da adaptação, evocando tristezas, martírios, até gritos de desalento ou de socorro; e o viajante lê nas grandes tabuletas suspensas às paredes das casas, de chapa para o rio: Valha-nos Deus, Saudade, São José da Miséria, Escondido, Inferno... De outro um forte renascimento de esperanças e

¹⁴⁰ SEVCENKO, 2003, op. cit. p. 176

¹⁴¹ CUNHA, Euclides. Preâmbulo. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 207 (grifo do autor)

¹⁴² NEEDELL, op. cit., p.193 -195

jovialidade desbordante das gentes redimidas: Bom Princípio! Novo Encanto, Triunfo, Quero Ver! Liberdade, Concórdia; Paraíso ...¹⁴³

A história da Amazônia começava a ser escrita.

¹⁴³CUNHA, Euclides. “Um clima caluniado”. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 61

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas a selva o descobriu logo e vingou-se terrivelmente dele, por sua fantástica invasão. Suponho que lhe sussurrou coisas a seu respeito que ele próprio ignorava, coisas sobre as quais não suspeitara até o momento em que pediu conselho à grande solidão – e o sussuro revelou-se de uma fascinação irresistível.

(Joseph Conrad, **Coração das trevas**)

Em correspondência datada de 16 de novembro de 1907, remetida à Domício da Gama, o autor de *Os Sertões* ainda questionava a possibilidade de um conflito armado com o Peru:

[...] Ainda hoje os telegramas discordantes, de Manaus, nos deixam em expectativa ansiosa: teremos uma guerra como Peru? Seria o caso de *credo quia absurdum*, ajustado às coisas internacionais, e, também uma das maiores anomalias políticas dos últimos tempos.¹

Nas linhas seguintes demonstrava manter a mesma opinião sobre a suposta guerra:

[...] Aqui me voltam, outra vez, ao bico da pena, impertinentes, as tais considerações maciças. Repilo-as. Atiro-as, violentamente, de banda, embaralhadas ou dispersas:... *interesses econômicos ... despesas incalculáveis ... mobilizações penosas ou impassíveis ... conflagração sul-americana ... paralisia do progresso ... Haia! ...* [...] ²

Essa pendência diplomática levou-o à Amazônia, antes, conhecida apenas por intermédio da leitura de relatos, crônicas e narrativas de viagens de séculos passados. Já havia manifestado o seu interesse pela região num artigo de 1898 e em algumas poucas páginas de sua obra maior. Participou, através da imprensa, das discussões acaloradas que tomaram conta da opinião pública entre 1902 e 1904, envolvendo os interesses de brasileiros, bolivianos e peruanos na Amazônia.

Acompanhamos, ao longo desses quatro capítulos, como Euclides da Cunha construiu a sua interpretação acerca da região amazônica, atribuindo um sentido e um significado a uma realidade tão diversa da sua. Num primeiro momento, emitiu juízos e opiniões pessimistas, condenando os efeitos do clima sobre os sertanejos e a imposição de uma geografia desfavorável sobre os peruanos. Mostrou ser conhecedor e interessado pela história da América Latina – conhecimento e interesse que vieram a aumentar durante a sua permanência no Itamaraty. Além dos determinismos, a visão euclidiana foi marcadamente mediada pelos conflitos de fronteira que ocorriam na região. Tanto a demarcação dos limites interestaduais quanto a demarcação dos limites entre os países chamaram a sua atenção para a questão da soberania do país naquelas paragens e deixavam claro o seu abandono.

Na Amazônia, Euclides da Cunha deparou-se com sensações desconhecidas, estranhas aos seus olhos e ao seu corpo, e foi tomado por um desapontamento e por “alguns graus de

¹Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 16/11/1907. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 340-342 (grifo do autor)

²Carta de Euclides da Cunha a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 16/11/1907. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 340-342 (grifo do autor)

febre”. Novos juízos pessimistas. A correção só viria após ajustar-se às altas temperaturas e à umidade local. Expectativas frustradas: não conseguiu, de imediato, avistar aquela natureza maravilhosa descrita pelos viajantes. Sua interpretação apresenta muitas semelhanças com os relatos de naturalistas; suas representações da vegetação, do clima, da fauna e da hidrografia enquadram-se no conjunto de sensibilidades construídas e compartilhadas por viajantes e observadores da natureza, características do período.

O escritor descreveu ruínas, solidões e abandonos. Da natureza e do homem. Tais descrições apoiavam-se em preocupações do homem de ciências com os fenômenos geológicos e em preocupações estéticas do artista e homem de letras com a melhor forma de traduzir a paisagem e as sensações que estas despertavam. Mas, sobretudo, essas representações de uma Amazônia arruinada e abandonada serviram de base para as suas críticas e propostas de incorporação da região. Presenciou e denunciou a exploração do seringueiro, o uso errôneo da terra, os desmandos dos poderosos locais e o descaso das elites políticas do país, acomodadas no litoral, sem o conhecimento do que havia (e de que havia) (n)o sertão.

Euclides apresentou um conjunto de medidas para promover a integração entre o litoral e o interior. A recuperação dos rios para a navegação, a comunicação via telégrafo e a reorganização da economia e do povoamento pelos trens eram defendidas com entusiasmo. Suas propostas estavam em sintonia com o projeto civilizador empreendido no período. Ciência e técnica como sinais e instrumentos do progresso e da construção de uma nação moderna e civilizada.

Quando comparados ao *Os Sertões*, os estudos amazônicos não compartilham o mesmo peso e significado do festejado livro. Pouco conhecidos do grande público, esses estudos fragmentados e dispersos pelo conjunto da obra euclidiana não formam uma unidade, aparentemente. Tratam de assuntos diversos (clima, vegetação, relevo, hidrografia, história, geografia, trabalho, terra, imaginário, entre outros) e não apresentam um encadeamento ou um pressuposto explicativo, tal qual o formulado por Taine sobre os condicionantes de meio, raça e momento. Contudo, um encadeamento ou uma unidade, creio, não devem ser buscadas nesses estudos, pois a sua contribuição – somada aos registros epistolares – encontram-se, justamente, nessa variada gama de assuntos abordados pelo escritor, que evitou exercer o papel de “escrevedor de monografias”.

A região amazônica, terra de fenômenos geológicos em curso, de acordo com o escritor, ainda estava em formação. Não estava preparada, naquele momento, para a presença do homem. No futuro, com a sua incorporação via vapor, fios e trilhos e com o estabelecimento da justiça social, confirmaria as esperanças de Euclides da Cunha, de

construir uma nação a partir do sertão. A Amazônia, tal qual Canudos, também era sertão, onde o germe de uma brasilidade, que iria se sobrepor aos modismos europeizados do litoral, começava a surgir. Apesar da descontinuidade dos estudos amazônicos, a interpretação euclidiana (ou interpretações, no plural) é tão valiosa para se compreender o seu projeto de nação e o modo como compreendia o país, suas mazelas e suas possibilidades, quanto a análise do sertão nordestino.

Identificar e analisar as impressões, críticas e projetos de Euclides da Cunha acerca da Amazônia eram os objetivos desta dissertação. No decorrer do trabalho foi possível notar a existência de uma visão “pré-amazônica”, como outros estudiosos do tema definiram, permeada de concepções deterministas, que não se repetiriam após conhecer a região. Gostaria de acrescentar a relevância da questão das fronteiras em sua interpretação anterior à viagem. A preocupação com os limites territoriais locais também colaborou em sua primeira visão sobre a Amazônia, e, assim como os determinismos geográficos deram lugar a uma ênfase aos aspectos sociais do trabalho e da propriedade da terra, a questão das fronteiras também cedeu espaço ao tema das ruínas e do abandono, em seus estudos posteriores. Suas críticas e projetos para a região amazônica e para o país, como vimos, não destoam das questões debatidas no período e ilustram o seu compromisso com o homem e as coisas do sertão, com as coisas do Brasil. Espero ter alcançado os objetivos propostos e contribuído para os estudos em torno da obra euclidiana.

Por conta desse conflito envolvendo brasileiros e peruanos na fronteira amazônica, Euclides da Cunha fora nomeado chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus e, entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905, navegou o rio, realizando o levantamento de suas coordenadas geográficas, com o objetivo de estabelecer os limites entre os dois países. O *Relatório* que redigiu foi de grande valia para o barão do Rio Branco definir os argumentos e os interesses em disputa. Firmado de acordo com o *uti possidetis*, as regiões ocupadas por brasileiros foram reconhecidas pelo governo peruano como pertencentes ao Brasil; as regiões do Alto Purus e do Alto Juruá, ocupadas por peruanos, tiveram a sua posse reconhecida pelo governo brasileiro.³ Entretanto, apesar de sua colaboração com a resolução do conflito, o autor de *Os Sertões* não presenciou o seu desfecho. O Tratado foi assinado em 8 de setembro de 1909, menos de um mês após a sua morte.

³JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil**: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília, DF: Senado Federal, 1999, p.127; LINS, Álvaro. **Rio Branco**: biografia pessoal e história política. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1965, p. 449

REFERÊNCIAS

FONTES

CUNHA, Euclides. A minha terra é retilínea e alta como as palmeiras. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. A transacreana. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Amazônia: a gestação de um mundo. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Brasileiros. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Conflito Inevitável. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Contra os Caucheiros. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Contrastes e confrontos. In: _____ **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Lelo Brasileira, 1967.

CUNHA, Euclides. Entre o Madeira e o Javari. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Entre os seringais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Fronteira Sul do Amazonas: questão de limites. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Geografia do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. História da viação pública de São Paulo. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Obra completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, v. 1

CUNHA, Euclides. Judas-Asvero. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Preâmbulo. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. O rio Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Os caucheiros. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: campanha de Canudos. 39. ed. São Paulo: Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

CUNHA, Euclides. Os trabalhos da comissão brasileira de reconhecimentos do Alto Purus. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Programa de 'O Proletário' e mensagem aos trabalhadores. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1966, v.1

CUNHA, Euclides. Rios em abandono. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Terra sem história: impressões gerais. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Um clima caluniado. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

CUNHA, Euclides. Um velho problema. In: _____ **Contrastes e confrontos**. São Paulo: Lelo Brasileira, 1975.

CUNHA, Euclides. Viação sul-americana. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Obra completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. v. 1

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997.

BIBLIOGRAFIA SOBRE EUCLIDES DA CUNHA

ANTONIO FILHO, Fadel David. **O pensamento geográfico de Euclides da Cunha**: uma avaliação. 1990. 272f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Rio Claro, 1990.

_____. **A visão da Amazônia brasileira**: uma avaliação do pensamento geográfico entre 1900-1940. 1995, 246f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Rio Claro, 1995.

BAGGIO, Kátia Gerab. A América Latina e os Estados Unidos na visão de Euclides da Cunha. **Estudos de História**, Franca, v.7, n.2, p.55-68, 2000.

BARROS, Lourival Holanda. Historiografia a tintas nada neutras. **Revista USP**, São Paulo, USP, n. 13, p.44-47, mar./maio, 1992.

BRANDÃO, Adelino. Euclides da Cunha e Victor Hugo. In: _____ **Enciclopédia de estudos euclidianos**. Jundiaí, S.P.: Jundiá, 1982, v. 1.

DECCA, Edgar De. História e representação literária: Euclides da Cunha e o mito do judeu errante. In: SILVA, Fernando Teixeira et al. (Org.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Ed. Unimep, 2003.

DECCA, Edgar De. Literatura em ruínas ou as ruínas na literatura? In: BRESCIANI, Maria Stella Martins; NAXARA, Márcia Regina Capelari. (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

DUTRA, Firmo. Euclides da Cunha: um capítulo da sua vida. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides: cartas do ano da guerra. In: HARDMAN, Francisco Foot (Org). **Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Os Sertões. In: MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 293-310, 1996.

HARDMAN, Francisco Foot. Pai, filho: caligrafias do afeto. **Revista USP**, São Paulo, n. 23, p. 93-101, set. 1994.

LAURIA, Márcio José. Judas-Asvero: estudo estilístico. In: BRANDÃO, Adelino. **Enciclopédia de estudos euclidianos**. Jundiaí, S.P.: Jundiá, 1982.v. 1

LEÃO, Velloso. **Euclides da Cunha na Amazônia: ensaio**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1966.

MOURA, Clóvis. **Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MURARI, Luciana. O Brasil ainda chega até cá: Euclides da Cunha dos sertões à Amazônia. **Vária História**, Belo Horizonte, n. 17, p. 219-236, mar. 1997.

OLIVEIRA, Franklin. **Euclides**: a espada e a letra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

OLIVEIRA, Ricardo. Euclides da Cunha, Os sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p.511-537, 2002.

RABELO, Sylvio. **Euclides da Cunha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

REIS, Arthur César Ferreira. Euclides e o paraíso perdido. In: ROCHA, Hildon (Coord.). **Um paraíso perdido: reunião dos ensaios amazônicos**. Petrópolis: Vozes, 1976.

ROCHA, Hildon. (Org.). **Um paraíso perdido**: reunião dos ensaios amazônicos. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTANA, José Carlos Barreto. **Ciência e arte**: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TOCANTINS, Leandro. A Amazônia na vida e na expressão de Euclides da Cunha. In: TOCANTINS, Leandro (Org.). **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Retrato humano de Euclides da Cunha. In: ROCHA, Hildon (Coord.). **Um paraíso perdido**: reunião dos ensaios amazônicos. Petrópolis: Vozes, 1976.

VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha**: esboço biográfico. Organizado por Mário César Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VERÍSSIMO, José. Uma história dos sertões e da campanha de Canudos (Os Sertões, campanha de Canudos por Euclides da Cunha, Laemmert & Cia., editores). In: NASCIMENTO, José Leonardo; FACIOLI, Valentim (Org.). **Juízos Críticos**: Os Sertões e os olhares de sua época. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BIBLIOGRAFIA GERAL

AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil**: 1865-1866. Tradução de. João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, v. 12 (Coleção Reconquista do Brasil)

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Joaquim. **História das secas**: séculos XVII a XIX. 2. ed. Rio Grande do Norte: Fundação Guimarães Duque, 1982.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru, SP: Edusc, 2000.

BAGGIO, Kátia Gerab. A “**outra**” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. 1998, 225f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História contemporânea**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **O vale do Amazonas**: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões físicas do vale do Amazonas. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1975.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

BEZERRA NETO, José Maia. José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). **Dados**: revista de Ciências Sociais, v. 42, n. 3, p. 539-564, 1999.

BIGIO, Elias dos Santos. **Cândido Rondon**: a integração nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil**: geral e regional: Amazônia. 2. ed. São Paulo: Cultrix, v. 1, [197?].

CARENA, Carlo. Ruína/restauro. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopedia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional, vol. 1, 1985.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre a cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHACAM, Vera. A natureza americana, a ciência e a paisagem oriental em narrativas de viagens do século XVIII. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 79-90, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988

COMTE, Augusto. **Reorganizar a Sociedade**. Tradução de Antonio Geraldo da Silva. São Paulo: Escala, 2004.

COSENTINO, Francisco Carlos. Política e viagens científicas na América Ibérica. **Cronos**, Pedro Leopoldo, Minas Gerais, n.7, p.153-182, jul. 2003.

COSTA, João Cruz. **O positivismo na República**: notas sobre a história do positivismo no Brasil. São Paulo: Nacional, 1956.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental**: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez, 1992.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Hemus, 1981.

DIACON, Todd A. **Rondon**: o marechal da floresta. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DURANT, Will. Herbert Spencer. In: _____ **A História da Filosofia**. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

FALBEL, Nachman. Fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó. **O Romantismo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, [196?].

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**: história de uma estrada de ferro na Amazônia. São Paulo: Melhoramentos, [196?].

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **Nas selvas amazônicas**. São Paulo: Biblos, 1961.

FIGUEIRÔA, Sílvia. **As ciências geológicas no Brasil**: uma história social e institucional (1875-1934). São Paulo: Hucitec, 1997.

FINAZZI-ÀGRO, Ettore. Postais do inferno: o mito do passado e as ruínas do presente em Alberto Rangel. In: BRESCIANI, Maria Stella; CHIAPPINI, Lígia. (Org.). **Literatura e cultura no Brasil**: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella (Org.). **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1969.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.21, p. 121-127, 1998.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil**: 1850-1914. Tradução de Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1998.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil In: _____ **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil**: uma introdução às obras do barão do Rio Branco. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

LIMA, Nisia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: REVAN, 1999.

LINS, Álvaro. **Rio Branco**: biografia pessoal e história política. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1965.

KLARÉN, Peter F. “As origens do Peru moderno”, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: de 1870 a 1930**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2002, v.5

KROPF, Simone Petraglia. O saber para prever a fim de prever – a engenharia de um Brasil moderno. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (Org.). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na viagem ao Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n.41, p. 157-172, 2001.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília, DF: Ed.UnB, 1999.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da 'Comissão Rondon'**. 1997.235f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

MATOS, Odilon Nogueira. Estrangeiros que escreveram sobre a Amazônia. **Notícia Bibliográfica e histórica**. Campinas, SP., n.182, p. 211-219, jul./set.2001.

MENDONÇA, Belarmino. **Reconhecimento do rio Juruá**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, v.152 (Coleção Reconquista do Brasil).

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Instruções para as comissões mistas brasileiro-peruanas de reconhecimento dos rios Juruá e Purus nos territórios neutralizados. In: **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. TOCANTINS, Leandro (Org.). Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MORAIS, Viviane Lima. Representações do migrante: o cearense e a questão do nomadismo no século XIX. **Projeto História**. São Paulo, n. 27, p. 269-289, dez. 2003.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Introdução. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, [196?]

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília, DF: Ed.UnB, 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870-1920)**. São Paulo: Annablume, 1998.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Frederico de Castro. “Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. **Projeto História**. São Paulo, n.27, p. 167-189, dez. 2003.

NUNES, Benedito. A visão romântica. In: GUINSBURG, Jacó. **O Romantismo**. 3. ed.. São Paulo: Perspectiva, 1993.

OLIVEIRA, José Manuel Cardoso. **Actos Diplomáticos do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1997 (edição fac-similar de 1912), (1871-1912), v. 2

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PENNA, Lincoln de Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). **Projeto História**. São Paulo, n. 16, p. 211-220, fev. 1998.

PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.151-165, 1991.

QUADROS, Eduardo Gusmão. A “selvagem independência”; razão, pátria e colonização em duas viagens à Amazônia – Alexander von Humboldt e Alexandre Rodrigues Ferreira. **História Social**, Campinas, São Paulo, n. 10, p.73-100, 2003.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. 3. ed. Tours: Typographia e Arrault & Cia, 1920.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Manaus: Oficinas Typographicas de Augusto Reis, 1931.

REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. (Documentário da vida rural)

RIBON, Michel. **A arte e a natureza**: ensaio e textos. Tradução de Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

SALLES, Iraci Galvão. **República**: a civilização dos excluídos (representações do “trabalhador nacional” - 1870-1919).1995. 178f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

SARGES, Maria de Nazaré. Um outro olhar sobre a Paris dos trópicos (1897-1911). In: SOLLER, Maria Angélica & MATOS, Maria Izilda (Org.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996,

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETO, Maria Verônica. Ceará, a fábrica de trabalhadores: emigração subsidiada no final do século XIX. **Trajetos**. Revista de história da UFC. Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 47-65, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Coord.). Direção de Fernando Novais. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v. 3.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria C. Ribas. **O poder civil** (1895-1910). São Paulo: Ed. Três, 1975, v. 2. (Coleção História da República brasileira)

SILVA, Lúgia Osorio. **Terras devolutas e latifúndios**: efeitos da Lei de 1850. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.

SOUSA, João Carlos. O progresso contra a natureza: vapor, fios e trilhos em Corumbá (1904/1919). **Projeto História**, São Paulo, n. 23, p.217-241, nov. 2001.

SOUSA, Inglês. **Contos amazônicos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil** (1817-1820). Tradução de Lúcia F. Lahmeyer. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976, vol. 2.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras**: Literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil**: séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: LTC, 1984.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOCANTINS, Leandro. De um Relatório sobre a Geografia física e a Geografia humana do rio Juruá. In: MENDONÇA, Belarmino. **Reconhecimento do rio Juruá**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, v. 152 (Coleção Reconquista do Brasil)

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, 3 v.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem**: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX para o XX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

VECCHI, Roberto. Cidades mortas e ruínas vivas e na formação da modernidade literária brasileira. In: BRESCIANI, Maria Stella; CHIAPPINI, Lúgia. (Org.). **Literatura e cultura no Brasil**: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **Estudos amazônicos**. Pará: Ed. UFPa, 1970. (Coleção Amazônica).

VIANNA, Hélio. Viação. In: _____ **História da República/História Diplomática do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, [197?]

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Tradução de Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920), Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 1993, (Estudos históricos)

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.